



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

CENTRO DE HUMANIDADES

MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA E CULTURAS

MONALISA FREITAS VIANA

**CONJUNTO HISTÓRICO E ARQUITETÔNICO DA CIDADE DE VIÇOSA DO
CEARÁ: DOS PERCURSOS DA PATRIMONIALIZAÇÃO (1997-2006)**

FORTALEZA – CEARÁ

2016

MONALISA FREITAS VIANA

CONJUNTO HISTÓRICO E ARQUITETÔNICO DA CIDADE DE VIÇOSA DO CEARÁ:
DOS PERCURSOS DA PATRIMONIALIZAÇÃO (1997-2006)

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em História e Culturas do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História e Culturas.

Área de Concentração: História e Culturas.

Orientadora: Prof. Dr. Marco Aurélio Ferreira da Silva

FORTALEZA – CEARÁ

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Viana, Monalisa Freitas.

Conjunto Histórico e Arquitetônico da Cidade de Viçosa do Ceará: dos percursos da patrimonialização (1997-2006) [recurso eletrônico] / Monalisa Freitas Viana. - 2016.

1 CD-ROM: il.; 4 ¾ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 178 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Mestrado Acadêmico em História e Culturas, Fortaleza, 2016.

Área de concentração: História e Culturas.

Orientação: Prof. Dr. Marco Aurélio Ferreira da Silva.

1. Viçosa do Ceará. 2. Patrimônio Cultural. 3. Conjunto Urbano. 4. Turismo. I. Título.

MONALISA FREITAS VIANA

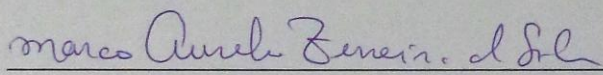
**“CONJUNTO HISTÓRICO E ARQUITETÔNICO DA CIDADE DE VIÇOSA DO CEARÁ:
DOS PERCURSOS DA PATRIMONIALIZAÇÃO (1997-2006)”**

Dissertação submetida ao Programa de Mestrado Acadêmico em História do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em História.

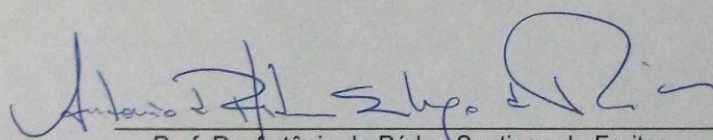
Área de Concentração: História e Culturas
Linha de Pesquisa: Práticas Urbanas

Aprovada em: 21/07/2016.

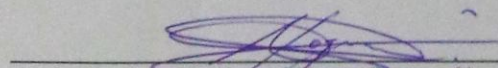
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Marco Aurélio Ferreira da Silva (Orientador)
Universidade Estadual do Ceará – UECE



Prof. Dr. Antônio de Pádua Santiago de Freitas
Universidade Estadual do Ceará-UECE



Prof. Dr. Antônio Gilberto Ramos Nogueira
Universidade Federal do Ceará - UFC

À minha mãe, que me ensinou a ler!

AGRADECIMENTOS

A escrita desta dissertação só foi possível por causa da colaboração de muitas pessoas.

Agradeço aos viçosenses que, sempre tão gentis e solícitos, concederam-me horas de conversas as quais me possibilitaram conhecer muitas histórias da cidade. Em especial, por compartilharem seus conhecimentos comigo, agradeço a Gilton Barreto, Tereza Cristina, Eônio Fontenele e Seu Emídio, bem como a Sra. Margarida Lopes e Fátima Brandão.

Aos docentes do Mestrado Acadêmico em História – MAHIS, da Universidade Estadual do Ceará – UECE, principalmente aos professores Francisco Damasceno, Zilda Lima, Antônio de Pádua Freitas e Gleudson Passos, que ministraram as disciplinas por mim cursadas e, portanto, muito contribuíram nesse meu percurso. Em especial, agradeço ao Professor Marco Aurélio, pela orientação, sugestões e troca de ideias, sempre me possibilitando a liberdade para transcorrer as problemáticas com as quais me defrontei. Ao Professor Gisafran Jucá, por ter me permitido acompanhar suas aulas na disciplina “Ação Educativa Patrimonial”, durante o estágio de iniciação à docência.

Aos funcionários do MAHIS, principalmente ao Neto, que sempre se mostrou tão solícito e paciente quanto às nossas inúmeras demandas.

Ao professor Muirakytan Kennedy de Macedo (UFRN), pela sua participação na banca de qualificação. Suas considerações, naquele momento, foram muito importantes para o posterior desenvolvimento do trabalho.

Ao professor Antônio Gilberto Ramos Nogueira (UFC), que também compôs a banca de qualificação. Além disso, a temática da pesquisa sempre me permitiu encontrá-lo durante vários simpósios temáticos, nos quais sempre realizou considerações e críticas valiosas, e de forma tão gentil.

Novamente aos professores, Pádua e Gilberto, por terem aceitado participar da banca de defesa.

A todos os companheiros de turma do MAHIS: Adilson, Brayan, Bruno, Caio, Camila, Emmanuel, Gabriela, Lucas, Luciana, Paulo César, Patrícia, Reverson e Rycardo. Vocês tornaram a minha passagem pelo Mestrado tão mais leve e divertida! E nessa lista, também não poderia esquecer os agregados, Adaiza e Ronald.

E, novamente, refiro-me a Adilson, Gabi, Brayan, Reverson, Luciana, Patrícia e Camilinha, pois meu carinho por vocês, com certeza, não se limitou ao perímetro da Universidade. Espero que me permitam continuar fazendo parte da vida de vocês.

A Teo Luiz, amigo da vida, dos bares e das estradas também, não é? Com muito carinho e competência aceitou ler meu projeto e discuti-lo durante uma das aulas de Seminário de Pesquisa I. Foi um avaliador dos mais gentis!

A Anderson Sousa, com quem sempre mantive bem humoradas trocas de ideias. Ele foi um grande incentivador para que eu me submetesse à seleção do MAHIS.

Mãe, Getúlio Alípio e Natália Maranhão, amigos queridos que me acompanharam em algumas das minhas idas a Viçosa do Ceará. Vocês tornaram os meus caminhos mais alegres!

À Luciana Rodrigues, agradeço pelo empréstimo do gravador, o que me possibilitou o registro de todas as entrevistas. E, acima disso, agradeço por sua amizade e companheirismo.

Mãe e pai por, simplesmente, tudo. Nada na minha vida seria possível se eu não os tivesse!

A CAPES, por financiar esses dois anos de curso e pesquisa, por meio da bolsa de estudos. Sem esse auxílio, o caminho teria se tornado bem mais árduo.

À Marina Gurgel, amiga da vida inteira, que sempre se fez presente em todos os momentos. Somos irmãs porque assim o escolhemos!

A Rogéria Loiola, Bárbara Almeida, Sarah Braga, Marta Melila, Madrinha Graça, Eliane Azel, Silvana Magalhães. Minhas grandes amigas! Sempre torceram por mim e me acompanharam.

A Germana Vitoriano e Rosa Lilian. Foi na companhia delas que “cheguei” à Viçosa do Ceará, durante as pesquisas do Projeto Infância e Patrimônio. Este trabalho teve início junto de vocês.

A Superintendência do IPHAN no Ceará, em especial, Elizabete Rodrigues, que sempre me atendeu tão bem durante as pesquisas na biblioteca, disponibilizando toda a documentação possível. Agradeço também ao arquiteto Alexandre Veras, por me conceder uma hora de seu tempo para conversar sobre o difícil trabalho com o patrimônio cultural no Ceará.

A toda a equipe do Museu da Imagem e do Som – MIS-CE que, tão gentilmente, disponibilizou-me fontes diversas presentes em seu acervo.

Resumindo, agradeço a todas e todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para que este trabalho fosse realizado. Há nele um pouco (ou muito!) de cada um de vocês!

“Vivemos na cidade, contudo, a um só tempo,
ela também habita em nós”.

(SILVA FILHO, 2004, p. 15)

RESUMO

O Conjunto Histórico e Arquitetônico da Cidade de Viçosa do Ceará foi reconhecido como patrimônio nacional em 2003, delineando-se uma poligonal de tombamento que incluiu, em seus contornos, a Igreja de Nossa Senhora da Assunção, cujo processo de inscrição em Livro de Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN foi aprovado no ano de 2002. Com isso, tomamos como objeto de investigação o processo de patrimonialização que se foi ambientando naquela cidade e exercendo influências também sobre os usos do espaço urbano. Nosso ponto inicial de estudo circundou a atuação oficial, tomando como base de análise a documentação produzida, institucionalmente, ao passo da tramitação dos dois supracitados processos de tombamento. Ao interpelar tal material empírico, discutimos sobre o patrimônio cultural a ser acautelado enquanto socialmente construído, em torno do qual gravitaram critérios de valoração e apropriação simbólica, condizentes com a visão de profissionais, técnicos e agentes de preservação que tomaram parte no processo. O olhar sobre outras fontes (tais como o jornal), todavia, possibilitou-nos perceber o processo de patrimonialização para além da ocasião do tombamento. O processo de valorização, ou melhor, de definição do que se começou a denominar como “patrimônio histórico” da cidade aparece atrelado a interesses econômicos e, por conseguinte, a potenciais respostas a problemáticas sociais. Nessa perspectiva, é que passamos a perceber também a atuação de agentes locais sobre a dinâmica do turismo na região da Ibiapaba, possibilitando o discurso que identifica o município como turístico. Além das características que envolvem a geomorfologia, fauna e flora da região, aspectos que remetem à própria historicidade de formação daquele espaço urbano competem para firmar a designação de “turístico”. Desse modo, a igreja legada do período colonial, o casario proveniente do final do século XIX e início do XX, assim como narrativa histórica local passaram a figurar como “atrativos turísticos”. Assim, a partir desse caso específico, buscamos discutir acerca de plurais formas de apropriação e usos de bens e referências culturais.

Palavras-chave: Viçosa do Ceará. Patrimônio cultural. Conjunto urbano. Turismo.

ABSTRACT

Part of the urban space of Viçosa do Ceará was chosen as national heritage by IPHAN, in 2003. That area received the title “Conjunto Histórico e Arquitetônico da Cidade de Viçosa do Ceará” and it includes the mother church, Igreja de Nossa Senhora da Assunção, that was listed in one of the national cultural heritage books. The inscription was approved in 2002. In our study we tried to understand how some objects and practice are selected as cultural heritage, than we discuss about the recognizing process and its effects over the uses and transformation of the urban space. We began with the official scope, analyzing the documents that were produced during that process. So, we perceived the cultural patrimony as a social production surrounded by criteria of valuation and symbolic appropriation. The kinds of criterion identify specific professionals and preservation agents. Being in touch with others materials, for example journals, have helped us to discuss the patrimony production as an enlarged action, involving the economic interests and activities. In that case, we emphasize the tourism in Ibiapaba region and the development of the Viçosa do Ceará image as a touristic city. Besides the local geomorphology, fauna and flora, historic aspects are also manipulated to firm the image of a touristic place. So the church built under the colonization period, the houses from the ending of 19th century and beginning of the 20th, and the historic narrative as well are all used like touristic attractive. At last, through the dialog about this specific case we intend to discuss about the several ways of appropriation and uses of the cultural objects and references.

Key-words: Viçosa do Ceará. Cultural heritage. Urban area. Tourism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Localização de Viçosa do Ceará.....	15
Figura 2 –	Placa comemorativa do aniversário de 300 anos.....	25
Figura 3 –	Placa informativa. Polo Turístico da Igreja do Céu.....	28
Figura 4 –	Capa do cordel “Centenário de Viçosa do Ceará”.....	32
Figura 5 –	Imagem de Nossa Senhora da Assunção levada à Igreja Matriz.....	36
Figura 6 –	Igreja de Nossa Senhora da Assunção.....	43
Figura 7 –	Praça General Tibúrcio, 1937.....	48
Figura 8 –	Painéis de forro da capela-mor da Igreja Matriz.....	100
Figura 9 –	Plano da Vila Viçosa / Francisco Freire Alemão (1861).....	106
Figura 10 –	Trecho inserido na poligonal de tombamento.....	108
Figura 11 –	Poligonal de Tombamento.....	110
Figura 12 –	Casa Paroquial.....	116
Figura 13 –	Rua Fontenele Sobrinho.....	117
Figura 14 –	“Casa do Sr. Antônio Honório” (planta baixa).....	118
Figura 15 –	“Casa do Sr. Antônio Honório” (fachada).....	119
Figura 16 –	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção e Casa Paroquial.....	120
Figura 17 –	Casarão da família Pinho.....	122
Figura 18 –	Theatro Pedro II.....	135
Figura 19 –	Prédio do Gabinete Viçosense de Leitura.....	136
Figura 20 –	Sobrado da Marcela.....	138
Figura 21 –	Pintura de imóvel integrante do casario.....	140
Figura 22 –	“Casa do Zeca Batista”.....	142
Figura 23 –	Localização do Loteamento Vila Viçosa Real.....	144
Figura 24 –	Ginásio Municipal de Esportes Antônio Honório Passos.....	148
Figura 25 –	Registro do Parque que ocupava espaço do Ginásio.....	151
Figura 26 –	Noite de celebrações da Padroeira.....	153
Figura 27 –	Fiéis em volta da imagem de Nossa Senhora da Assunção.....	154
Figura 28 –	Barraquinhas em noite de festejos da Padroeira 1.....	156
Figura 29 –	Barraquinhas em noite de festejos da Padroeira 2.....	156
Figura 30 –	Igreja Matriz antes das obras de restauração.....	158

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
CFC	Conselho Federal de Cultura
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
DPHAN	Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ECO-92	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
EMCETUR	Empresa Cearense de Turismo
ETF	Estudo para Tombamento Federal
FDR	Fundação Demócrito Rocha
IAB	Instituto de Arquitetos do Brasil
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBPC	Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LAA	Livro do Tombo das Artes Aplicadas
LAEP	Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico
LBA	Livro do Tombo das Belas Artes
LH	Livro do Tombo Histórico
MIS	Museu da Imagem e do Som
PNC	Política Nacional de Cultura
SECULT-CE	Secretaria da Cultura do Estado do Ceará
SEMACE	Superintendência Estadual do Meio Ambiente
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SPHAN/FNpM	Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Nacional pró-Memória
SR/IPHAN	Superintendência Regional do IPHAN
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	VIÇOSA DO CEARÁ: PRESENTE E PASSADO EM LEITURAS ESPACIAIS.....	21
2.1	PAISAGENS COMEMORADAS: ATUALIZAÇÕES DE UM PASSADO COLONIAL.....	22
2.2	A CIDADE QUE HABITA EM NÓS: HABITANTES, MEMÓRIAS E PAISAGENS.....	39
2.3	“[...] UMA VISÃO MAJESTOSA DOS CASARÕES SECULARES”: O PASSADO COMO CARTÃO-POSTAL.....	50
3	PERCURSOS DA PATRIMONIALIZAÇÃO: DO RITO DO TOMBAMENTO.....	66
3.1	CONSELHO CONSULTIVO – DO “PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL” A “PATRIMÔNIO CULTURAL”.....	70
3.2	CONJUNTOS URBANOS CEARENSES NA MOLDURA DO “PATRIMÔNIO NACIONAL”.....	84
3.3	INTERPRETANDO O CONJUNTO HISTÓRICO E ARQUITETÔNICO DA CIDADE DE VIÇOSA DO CEARÁ: O PROCESSO DE TOMBAMENTO E A “RESSEMANTIZAÇÃO” DE UM BEM.....	101
4	PATRIMONIALIZAÇÃO COMO EXPERIÊNCIA DE PRÁTICA ESPACIAL.....	125
4.1	UM NOVO <i>STATUS</i> PARA A CIDADE.....	125
4.2	ENTRE PERMANÊNCIAS E RUPTURAS.....	139
4.2.1	A restauração da Igreja de Nossa Senhora da Assunção.....	152
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	164
	FONTES CITADAS.....	167
	REFERÊNCIAS	173
	ANEXO.....	178
	ANEXO A - FICHA TÉCNICA.....	179

1 INTRODUÇÃO

O intuito dessa pesquisa surgiu do interesse, latente desde a infância, pelos lugares do passado (e que também são do presente!), tendo em vista, portanto, que “o tempo cultural não é cronológico – coisas do passado podem, de repente, tornar-se altamente significativas para o presente e estimulantes do futuro” (MAGALHÃES, 1985, p. 67 *apud* FONSECA, 2012, p.16). Tratando-se já de um bairro fortemente comercial, as viagens ao Centro da cidade em que sempre habitei, Fortaleza – CE, eram regadas pela expectativa de encontrar todas aquelas pessoas em suas movimentações diárias, a anunciar em alta voz os seus produtos. Como esquecer, por exemplo, a “lendária” “borracha para panela de pressão”? E também cintilavam aos meus olhos o encantador colorido dos brinquedos nas vitrines. E com bases nesses anseios de criança, minha relação de afetividade em torno daquele espaço foi se forjando.

À proporção que ia crescendo, minha atenção se ampliava e passava a perceber outros aspectos. Já desde o caminho de casa até lá, era a janela do ônibus que me revelava um pouco sobre a história da cidade. E eu que nem entendia ainda o que era História! Do fragmento do Rio Ceará, antes de encontrar o mar, possível avistar quando da curva que o ônibus fazia para tomar a Av. Francisco Sá; passando pelas várias fábricas perfiladas ao longo daquela mesma via; a expectativa de cruzar a linha férrea e (quem sabe!) assistir a algum trem passar. Em seguida, a cena se rearranjava com alguns casarões do Jacarecanga que, depois, cediam espaço à exibição dos túmulos do Cemitério São João Batista. Estes, que sempre me chamavam a atenção e, por isso, faziam-me voltar a cabeça enquanto o ônibus prosseguia. Lembro que, após reconhecer as árvores no meio da Av. Imperador (e como ela parecia enorme!), o momento de descer estaria próximo. E, de fato, logo o transporte parava na Praça da Estação, onde admirava as copas das árvores, o movimento dos ônibus e das pessoas, os grandes prédios da Estação João Felipe e dos Galpões da REFFSA, os muros de uma das esquinas e suas “janelinhas” no alto (não compreendia tal lógica e, só depois, entenderia se tratar da antiga cadeia pública). E de ali em diante, o percurso se dava a pé.

Aos poucos, fui me familiarizando com as feições das ruas, marcadas principalmente por atividades e edificações diferenciadas daquelas correntes no meu bairro de residência. Foi, então, essa prática de ir ao Centro que despertou, mesmo de forma primária, meu interesse por perceber as paisagens que se desenrolavam ao longo dos meus pequenos trajetos.

Quando já capaz de me localizar e por intermédio de algumas primeiras e poucas leituras sobre a história da cidade, passei a entender que muitos daqueles prédios, ruas, árvores, praças, de certa forma, contavam trechos da história dos lugares, ecoando daí a noção de patrimônio histórico. Mas era ainda apenas um eco. Nem mesmo se apresentava sob tal denominação.

Apenas quando do ingresso no meio acadêmico (no qual destaco minha curta participação no Grupo de Estudos e Pesquisa em Patrimônio e Memória – GEPPM, da Universidade Federal do Ceará), tal noção foi se configurando e apresentando sua complexidade. Sua parceria com a memória foi ganhando corpo, tornando-a ainda mais problemática. Entendidos agora como conceitos, ambos se apresentam como construções históricas, remetendo às diversas formas sociais de apropriação de determinados espaços e objetos, ou (re) produção de determinadas práticas e saberes.

Tais temáticas despertaram-me interesse no que concerne à atuação profissional. Assim, busquei envolver-me em espaços onde discussões a tal respeito fossem possíveis e estimuladas, como os poucos espaços museológicos existentes na cidade, atuando no campo da educação patrimonial. Enquanto mediadora de exposições, foi interessante perceber o quanto os objetos são embebidos de aspectos culturais, pelas formas de viver e pensar dos sujeitos que os criam e utilizam. Um intrínseco vínculo entre o material e o intangível.

Participando em pesquisa para o “Projeto Infância e Patrimônio”,¹ cheguei até Viçosa do Ceará – CE (Figura 1). Primeiramente, por meio de escritos que tecem a história do passado colonial do sítio onde aquela cidade veio a se formar. E com bases em documentos, tais como a “Relação da Serra de Ibiapaba” de autoria do Padre Antônio Vieira ou, ainda, a “Derrota e jornada do mestre piloto Manoel Rois dos Santos [...]”,² transcrita por Barão de Studart, em suas “Notas para a História do Ceará”, alguns estudos sobre ocupação e transformação daquele espaço foram realizados. Aqui destaco a “História de Viçosa do Ceará”, obra de autoria do viçosense Luiz Teixeira Barros.³ Com a preocupação de deixar compilado um apanhado geral da história viçosense, Luiz Barros percorre, cronologicamente,

¹ Projeto realizado a partir de uma parceria entre a Fundação Demócrito Rocha, o IPHAN, a Secretaria da Educação do Estado do Ceará e o Banco do Nordeste, teve como objetivo a produção de cinco livros didáticos voltados para crianças estudantes do Ensino Fundamental I de municípios com sítio urbano tombado: Aracati, Icó, Quixadá (patrimônio natural), Sobral e Viçosa do Ceará. Os livros foram lançados em 2012.

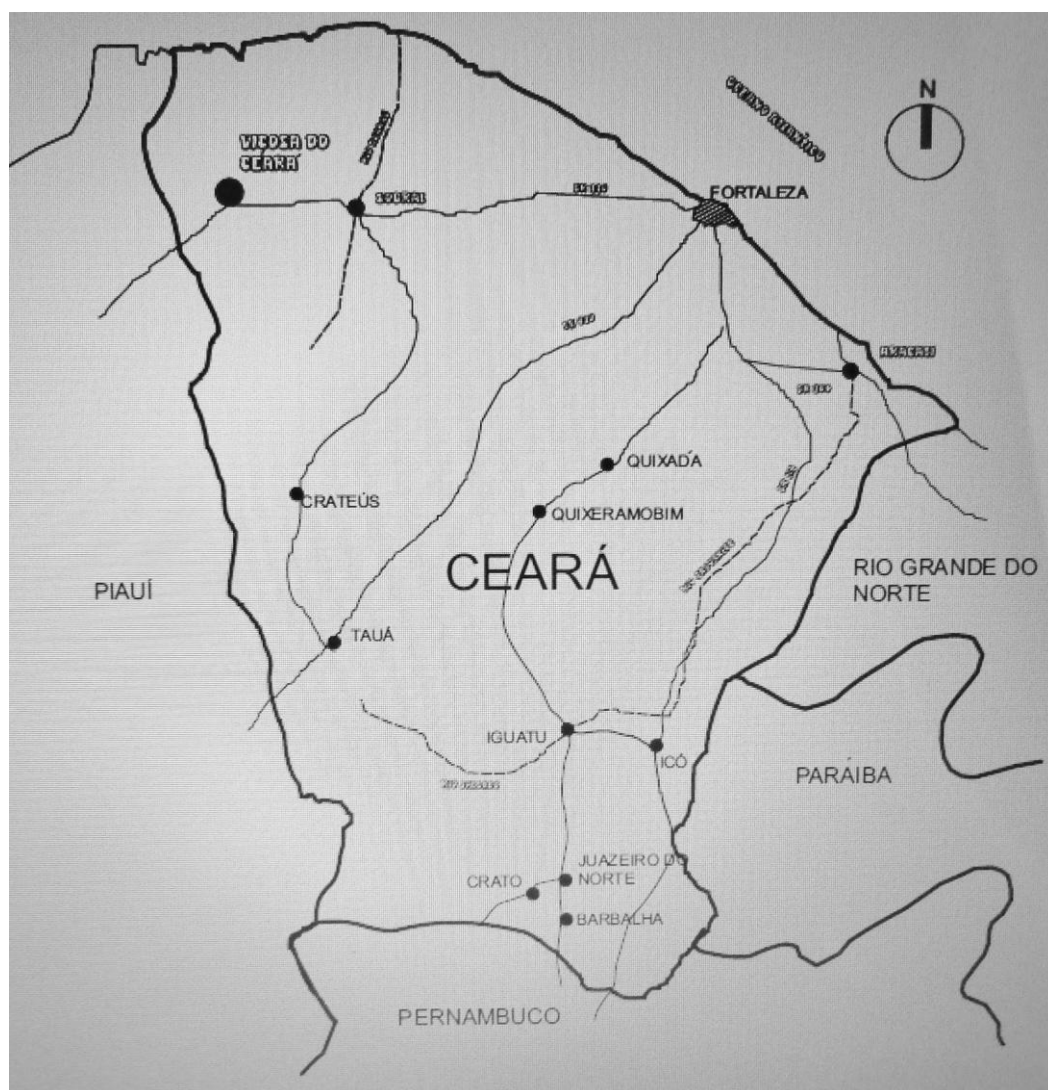
² Derrota e jornada do mestre Piloto Manuel Róis dos Santos por onde Consta as qualidades de que se reveste a serra da Ibiapaba desde que chegou ao Porto do Camocim. Fonte: STUDART, Guilherme. **Notas para a História do Ceará**. Brasília, DF: Senado Federal, 2004. A embarcação, cujo piloto era Manoel Roís dos Santos, transportava o Desembargador Gama Casco, a propósito do arrolamento dos bens da Companhia de Jesus, a fim de erigir a Vila Viçosa Real (CASTRO, 2001).

³ BARROS, Luiz Teixeira. **História de Viçosa do Ceará**. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1980.

do século XVII ao XX. Na edição de 18 de janeiro de 1981 do jornal “O Povo”, uma nota anunciava o lançamento de tal estudo, destacando-o do seguinte modo:

Com efeito, é esta a primeira vez que se edita um livro exclusivamente sobre a história de Viçosa. Até então os acontecimentos vividos na terra de Tibúrcio só haviam tido divulgação em trabalhos geográficos e históricos da Ibiapaba e do Ceará, notadamente envolvendo o período seiscentista.⁴

Figura 1 – Localização de Viçosa do Ceará



Fonte: 4ªSR/IPHAN. **Estudo para Tombamento Federal do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Viçosa do Ceará**. 2002.

Ao longo da pesquisa, deparei-me com diversos escritos posteriores, em especial sob uma abordagem memorialista, enquanto outros exibem a intenção de deixar registrado e publicado um rol de documentos a serem tomados como fontes históricas. A profusão desses

⁴ SOUZA, F. Oliveira. História de Viçosa do Ceará. **O Povo**. Fortaleza, 18 jan. 1981, p. 06.

trabalhos me sugeriu, além de um interesse dos habitantes pelo conhecimento da história local, uma prática de construção de lugares onde a memória possa encontrar pouso: a escrita é, portanto, um deles.

Outras pesquisas também me chegaram às mãos. Estas, no entanto, com um viés acadêmico, adotando um tratamento sistemático das informações obtidas nas fontes consultadas, desenvolvendo suas metodologias e hipóteses. Dentre elas, minha primeira leitura foi “Igreja Matriz de Viçosa do Ceará. Arquitetura e pintura de forro”, de autoria do arquiteto José Liberal de Castro. O texto, então publicado como livro, compôs a instrução de solicitação de tombamento daquele templo católico. Desenvolvendo seu pensamento partindo do pressuposto de que a igreja se tratava de um vestígio do empreendimento jesuíta na região da Ibiapaba, o arquiteto lança mão de vasta documentação que a aponta como elemento dorsal da instalação efetiva do aldeamento indígena, datada em 1700: a Aldeia de Nossa Senhora da Assunção. Tal estudo constitui, portanto, a apropriação de uma edificação como suporte da memória, destacando-se aí, o interesse pelo reconhecimento oficial do bem enquanto tal.

Outro escrito de mesma autoria, “Viçosa do Ceará. Parecer para tombamento federal do trecho urbano”, apresenta a opinião técnica favorável do arquiteto, enquanto Conselheiro Relator do processo de tombamento do conjunto urbano. Sua decisão indica a aprovação de tal dispositivo legal como um recurso para o acautelamento da “paisagem urbana”. Tal documento, bem como o “Estudo para Tombamento Federal do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Viçosa do Ceará”, tornaram-se principais fontes de minhas problemáticas iniciais. Deles saltaram-me os primeiros questionamentos quanto aos trajetos institucionais que conduziram à inscrição daquele conjunto urbano em Livro de Tombo, como “patrimônio nacional”.

A partir de então, obras como a de Maria Cecília Londres Fonseca, “O Patrimônio em processo”, e de Rafael Winter Ribeiro, “Paisagem Cultural e Patrimônio”, apresentaram-me problemáticas tangenciando a construção da ideia de cidade, ou um trecho dela, como um bem passível de proteção. Nessa perspectiva, a cidade percorreu uma trajetória que a posicionou sob as lentes de óticas diversas. Da forja de uma “cidade monumento”, passando a uma “cidade documento”, o trajeto reverbera concomitante olhar sobre as paisagens. Nesse percurso, a noção de paisagem como bem a ser acautelado também vai se construindo e transformando, como bem discorre o geógrafo acima mencionado. E, assim, ao longo desses caminhos, a temática sobre a qual trato nesta dissertação veio ao meu encontro.

De agora em diante, passarei do “eu” ao “nós”, tendo em vista que o objeto de pesquisa foi se construindo por meio do diálogo estabelecido com reflexões trazidas por outros diversos pesquisadores (inclusive professores e colegas de turma).

Intitulado “Conjunto Histórico e Arquitetônico da Cidade de Viçosa do Ceará: dos percursos da patrimonialização (1997-2006)”, nosso estudo visa contribuir para a discussão do patrimônio cultural como objeto de reflexão da História, a partir da compreensão do processo de reconhecimento de um determinado bem cultural, em âmbito oficial, como integrante no rol do “patrimônio nacional”. Nessa perspectiva, buscamos perceber como, nesses percursos da patrimonialização, são definidos os bens a serem acautelados, ou seja, como eles são (re)produzidos, forjados. Tal percepção dialoga com o questionamento pinçado no texto de autoria de Nogueira (2014, p.14), ao interpelar seu leitor: “Mas, qual é o lugar da história nos processos de patrimonialização”? Pretendemos, pois, somar o estudo ora apresentado às pesquisas que se vêm desenvolvendo por diversos profissionais da História, em torno da espacialização das políticas de patrimônio cultural no Ceará, tomando como norte o que explicita o autor supramencionado, em resposta a sua própria indagação: “[...] a história, como conhecimento das singularidades temporais, deve fornecer os instrumentos necessários para se perceber como os dispositivos mnemônicos se instituem em um jogo de forças situado no tempo e no espaço” (NOGUEIRA, 2014, p.14).

Dentre os trabalhos historiográficos com os quais buscamos construir um diálogo em torno da compreensão da produção do patrimônio cultural no Ceará, destacamos o texto de Alexandre Barbalho⁵, ao tratar sobre o processo de instalação da Secretaria da Cultura do Estado, contextualizando o processo de institucionalização do “manuseio” de elementos e referências definidos como “culturais”, no âmbito estadual. No que diz respeito à atuação do IPHAN no território cearense, por meio do tombamento enquanto instrumento de acautelamento, ressaltamos a pesquisa realizada pelo historiador João Paulo Vieira Neto⁶ acerca do reconhecimento do conjunto de monólitos de Quixadá, como “patrimônio natural”.

No que tange aos conjuntos urbanos cearenses inscritos no rol do “patrimônio nacional”, todavia, identificamos as análises pautadas na produção de conhecimento do campo da Arquitetura e Urbanismo, empreendidas por Romeu Duarte Junior⁷ e José Clewton

⁵ BARBALHO, 1997.

⁶ VIEIRA NETO, 2012.

⁷ DUARTE JUNIOR, 2012.

do Nascimento.⁸ Respectivamente, os pesquisadores se debruçam sobre os conjuntos arquitetônicos das cidades de Sobral e Icó.

Assim, em meio aos estudos que se desenvolvem circundando a temática do patrimônio cultural, temos a expectativa de que possamos contribuir para a apropriação dos conjuntos urbanos cearenses acautelados como objeto de análise historiográfica, universo de pesquisas que consideramos em constituição. Desse modo, como mote investigativo seguimos problematizando a instituição do tombamento federal a incidir sobre o espaço urbano de Viçosa do Ceará, em torno da qual percebemos gravitarem representações da cidade a (re)criarem suas paisagens, em um processo no qual ações e discursos de definição e valorização do “patrimônio histórico” local se vinculam a práticas e interesses de cunho econômico. Identificado, pois, o espaço sobre o qual situaremos nosso foco, passemos ao tempo!

Nosso interesse percorre o período desde 1997 a 2006. Tal recorte temporal diz respeito a práticas que nos conduzem à percepção do processo de patrimonialização para além da ocasião do tombamento. Assim, ao ato da inscrição em Livro de Tombo se somam ações anteriores e posteriores, as quais contribuíram para a produção de determinados referenciais culturais. Localizamos em 1997 o marco inicial de nossa pesquisa, tendo em vista se tratar do primeiro ano de mandato do Prefeito Evaldo Soares, que permaneceu em exercício durante a ocasião dos processos de tombamento da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção (2002) e do Conjunto Histórico e Arquitetônico (2003). Foi naquele mesmo ano que se criou a Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Meio Ambiente, ato que tomamos enquanto indicativo do tratamento dispensado, no âmbito do Município, ao que se foi definindo como patrimônio cultural ou, ainda, “patrimônio histórico” viçosense. Já o final de nosso recorte temporal, o ano de 2006, corresponde à inauguração das obras de reforma e restauração da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção, edificação que, na documentação proveniente dos processos de tombamento federal ambientados na cidade, é apresentada como destaque em meio ao conjunto urbano oficialmente acautelado.

Nossa discussão se dá estruturada em três principais eixos. Primeiramente, no capítulo “Viçosa do Ceará: presente e passado em leituras espaciais”, apresentamos nosso recorte espacial à luz conceitual de Hartog (2014), cujo entendimento acerca do intrincado e dinâmico rearranjo entre passado, presente e futuro nos possibilitou refletir sobre diferentes mecanismos de apropriação de bens e referenciais de um selecionado “passado”. Assim,

⁸ NASCIMENTO, José Clewton do. **Uma Princesa ‘Tombada’ às Margens do Rio Salgado**: dinâmica urbana e ações preservacionistas na cidade de Icó, CE. 2012. Dissertação (Mestrado) – PPGAU-UFBA, Salvador, 2012.

iniciamos a apresentação espacial a partir de versões constantemente (re)atualizadas de paisagens coloniais. Determinados lugares da cidade são tomados, portanto, como vínculos com um passado colonial. E diante das reflexões de Hartog (2014), buscamos visualizar de que modo tal “passado” é (re)configurado pelo “presente” daquele município. Em seguida, com bases em depoimentos orais e obras de memorialistas, delineamos uma paisagem da cidade, partindo das perspectivas de seus habitantes. Nesses dois primeiros tópicos, refletimos como o processo de construção da memória se atrelou a aportes físicos do ambiente urbano. Por fim, procedemos à leitura de uma paisagem dita turística, a qual se foi transcrevendo nas páginas de jornais,⁹ ressaltando um “cenário” composto por algumas das edificações que, posteriormente, integrariam o Inventário de Bens Imóveis elaborado pela 4ª Superintendência Regional do IPHAN (4ªSR/IPHAN), como parte do Conjunto Histórico e Arquitetônico protegido. Desse modo, buscamos perceber aquele recorte urbano sob três ângulos de apropriação do “passado”: a memória colonial; memórias de dinâmicas cotidianas; interesses quanto ao fomento da atividade turística local. Ângulos que, direta ou indiretamente, conectam-se ao longo do processo de patrimonialização.

Em outro segmento, intitulado “Percursos da Patrimonialização: do rito do tombamento”, tratamos de modo mais específico acerca de tal instrumento e das estruturas institucionais envolvidas nesse ato. Inicialmente refletimos, portanto, sobre a organização assumida pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, compreendendo-a como resultante de transformações no meio social e por influência, também, de instituições determinantes de políticas de preservação em âmbito mundial, a exemplo da UNESCO. Essa discussão foi possibilitada, em especial, a partir da leitura das atas das reuniões do órgão colegiado. Localizando o Ceará nesse entremeio, travamos uma discussão sobre o processo de inserção de conjuntos urbanos cearenses nos Livros de Tombo do IPHAN, percebendo nessa historicidade como a abordagem da cidade enquanto documento contribuiu para que alguns dos centros urbanos cearenses passassem a ser considerados passíveis de tombamento. Por fim, passamos à discussão em torno do reconhecimento oficial do trecho urbano de Viçosa do Ceará. Questionamos às fontes o modo como foi elaborado tal conjunto, a tipologia dos elementos que o compõem e os valores que os circundam. Qual perspectiva da paisagem se desvela intermediada pelo conjunto patrimonializado? A trajetória dessa (re)significação oficial de um trecho da cidade é, pois, tomada como objeto de investigação. Para tanto, o principal material empírico a embasar os debates travados no capítulo se constitui pela

⁹ Procedemos à pesquisa nas edições do periódico “O Povo”, entre as décadas de 1970 e 2000.

documentação encontrada no arquivo da Superintendência do IPHAN no Ceará. Analisamos dossiês referentes aos processos de tombamento dos sítios urbanos de Viçosa do Ceará, Sobral, Aracati e Icó.

Em uma terceira divisão do estudo, “Patrimonialização como experiência de prática espacial”, nossa abordagem segue para um momento posterior ao arrolamento federal do Conjunto Histórico e Arquitetônico da Cidade de Viçosa do Ceará, no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico – LAEP. Desse modo, discutimos sobre implicações da efetivação desse ato na dinâmica daquele espaço urbano, em especial, no que concerne a atividades econômicas. E, novamente, voltamos a tratar sobre o fomento do turismo na região, tendo-se em vista que os dois tombamentos acionados contribuíram para o fortalecimento do discurso afirmativo da cidade enquanto destino turístico. No tópico intitulado “Um novo *status* para a cidade”, portanto, discorremos como o tombamento aparece enquanto ponto de arremate de um percurso de valorização do patrimônio cultural na cidade e é tomado como instrumento que amplia possibilidades de uma nova fase para o desenvolvimento econômico local.

Pensando, no entanto, que o percurso de patrimonialização não se encerra no ato do tombamento, cujos efeitos se prolongam no cotidiano de muitos dos habitantes da urbe, destacamos as atividades relativas à restauração da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção, evento que ocasionou a organização de um movimento social a questionar os procedimentos adotados quando do processamento da obra. Identificando os principais agentes ao longo desses percursos da patrimonialização – habitantes, poder público municipal e instituição de proteção (nesse caso, o IPHAN) –, interrogamo-nos de que modo eles dialogam entre si, em meio à multiplicidade de interesses, por vezes, conflitantes. A análise trazida neste terceiro segmento do trabalho é sustentada, especialmente, sobre depoimentos de moradores e agentes vinculados ao IPHAN¹⁰ e à Secretaria de Turismo, Cultura e Meio Ambiente do Município,¹¹ além de livros publicados por moradores e edições do periódico “O Povo”, denotando a repercussão dos (des)encontros dinamizados quando da execução dos trabalhos de restauração daquele templo religioso.

Esperamos, com esse estudo, contribuir para a produção de conhecimento a respeito da historicidade de práticas e políticas de acautelamento do patrimônio cultural no Ceará.

¹⁰ Técnico da Superintendência do IPHAN no Ceará, o Arquiteto Francisco Alexandre Veras de Feitas, que é Chefe do Escritório Técnico criado em 2004, localizado em Sobral. Até 2015, foi responsável pelos trabalhos de fiscalização e acompanhamento dos bens acautelados em Viçosa do Ceará.

¹¹ Margarida Maria Pereira Lopes, Secretária de Turismo, Cultura e Meio Ambiente.

2 VIÇOSA DO CEARÁ: PRESENTE E PASSADO EM LEITURAS ESPACIAIS

“Trata-se, porém, de um passado do qual o presente não pode ou não quer se desligar completamente. Quer se trate de celebrá-lo, imitá-lo, conjurá-lo, de extrair prestígio dele ou apenas de poder visitá-lo. Olhando o passado, a preocupação patrimonial seria só ou até mesmo principalmente passadista? Não, já que se trata do passado – de um certo passado – cuja forma de visibilidade importa no presente”.

(HARTOG, 2014, p. 197).

A relação que uma sociedade estabelece com o tempo se mostra intimamente imbricada ao modo como ela se espacializa, ou seja, à maneira como ela inscreve seus processos na construção de seus territórios. E como resultado, temos o espaço, o qual diz respeito a um substrato, mas também à própria sociedade, em sua dinâmica de (re)produção. Nesse entremeio, as ações relacionadas ao trabalhar, ao descansar, ao habitar, (e por que não?) ao lembrar se desenrolam, recriando tais espaços. Assim, balizamos nossa reflexão sobre as palavras de Milton Santos, para quem: “O espaço seria um conjunto de objetos e relações que se realizam sobre estes objetos; não entre eles especificamente, mas para os quais eles servem de intermediários. Os objetos ajudam a concretizar uma série de relações” (SANTOS, 2014, p.78). Nessa perspectiva, uma rua, um lago, uma edificação, um monte, uma “mata” figuram como intermediadores das ações e relações de reprodução da vida. Graça Filho (2009), ao tratar sobre a definição metodológica do recorte espacial em uma pesquisa, atenta:

Sempre é bom lembrar que não existe uma objetividade do espaço subjacente à construção do discurso do historiador [...]. A escolha do espaço não é inocente, mas uma decisão que exclui relatos e documentos a partir da delimitação das fronteiras espaciais do seu objeto (GRAÇA FILHO, 2009, p.09).

No presente capítulo, buscamos apresentar a cidade de Viçosa do Ceará e, em sua relação com o passado, percebemos que lugares específicos da urbe despontam como fragmentos, por meio dos quais um determinado passado teria possibilidades de ser atualizado. A percepção quanto à incidência de interesses políticos, econômicos e, mesmo, ideológicos influenciou nosso olhar sobre o trecho central daquela cidade, viabilizando a reflexão acerca de diferentes formas de apropriação simbólica, as quais arrematam essa fluida vinculação entre passado e presente. Segundo Hartog (2014):

O tempo tornou-se a tal ponto habitual para o historiador que ele naturalizou ou o instrumentalizou. O tempo é impensado, não porque seria impensável, mas porque não o pensamos ou, mais simplesmente, não pensamos nele. Historiador que se

esforça para ficar atento ao seu tempo, observei ainda, como muitos outros, o crescimento rápido da categoria do presente até que se imponha a evidência de um presente onipresente. O que nomeio aqui “presentismo” (HARTOG, 2014, p. 26).

E nessa conjuntura de um “presente onipresente”, algumas fendas são desveladas pelo autor. Daí, temos rememorações, comemorações, mobilizações em torno do discurso de proteção ambiental (pressupondo possibilidades de futuro) e da conservação de vestígios do passado. Aqui, o intuito é a lembrança, mas ela também carrega consigo o esquecimento! A compreensão de Meneses (1992) nos é bastante elucidativa sobre a (re)tomada do passado por meio da memória:

[...] a memória enquanto processo subordinado à dinâmica social desautoriza, seja a ideia de construção no passado, seja a função de almoxarifado desse passado. A elaboração da memória se dá no presente e para responder a solicitações do presente. É do presente, sim, que a rememoração recebe incentivo, tanto quanto as condições para se efetivar (MENESES, 1992, p.11).

Nesse sentido, discutimos ao longo do capítulo diferentes vias de (re)inserção de fragmentos do passado em um tempo metodologicamente entendido como presente, assim percebemos: narrativas da experiência colonial, memórias de vivências de habitantes, cenários “emoldurados” como atrativo turístico. E em cada um desses casos, o espaço é apropriado e, por conseguinte, paisagens são (re)criadas. Em tal perspectiva, dialogamos, mais uma vez, com Milton Santos, que entende: “A dimensão da paisagem é a dimensão da percepção, o que chega aos sentidos”. E complementa: “A percepção é sempre um processo seletivo de apreensão” (SANTOS, 2014, p.68). Diante desse processo, compreendemos as considerações de Meinig (1998, p.35), ao ponderar que: “qualquer paisagem é composta não apenas por aquilo que está à frente de nossos olhos, mas também por aquilo que se esconde em nossas mentes”.

2.1 PAISAGENS COMEMORADAS: ATUALIZAÇÕES DE UM PASSADO COLONIAL

Rememorar de maneira compartilhada, conjugando-se em torno de uma específica memória. Fazer emergir, no presente, fragmentos de um passado que se pretende importante para dada coletividade. Assim, entendemos o ato de comemorar. E, em consonância com essa concepção, temos que: “A rememoração é ativa, ela não é um surgimento involuntário do passado no presente; visando um momento do passado, ela tende a transformá-lo” (HARTOG, 2014, p. 168).

A secção “Ceará” do jornal “O Povo”, na edição de 11 de agosto de 2000, noticiava festejos, inaugurações, seminários, entre outros eventos a acontecer em diversos Municípios do interior cearense e, na coluna denominada “História”, lia-se o texto jornalístico intitulado: “Viçosa do Ceará inicia hoje comemorações dos 300 anos”. O artigo, que se destacava na página, também expunha imagens de três edificações, identificando-as como “Monumentos da Cidade”: a Igreja de Nossa Senhora das Vitórias (Igreja do Céu), o Theatro Pedro II e a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção.

Com a leitura desses dois elementos constitutivos da matéria – título e imagens –, visualizamos uma produção identitária em curso, a partir da definição de aportes memoriais capazes de evocar uma história da cidade. Assim, de uma forma preliminar, o que se apresenta ao leitor é uma operação de recorte a estabelecer marcos espaciais e temporais. No recorte espacial, a Igreja do Céu se destaca como o ponto mais elevado da cidade, de onde é possível ter uma visão panorâmica do espaço urbano; o Theatro aparece enquanto o lugar da arte e, também, imóvel passível de tombamento pelo IPHAN; enquanto a Igreja Matriz, representando a pedra fundamental, ou seja, o lugar onde tudo começou. O texto inicia:

Os 300 anos de fundação da Aldeia da Ibiapaba, que em 1700 dava origem a cidade de Viçosa do Ceará, começam a ser comemorados às 6 horas de hoje com uma alvorada musical. A programação de aniversário do município, que vai se estender até a próxima terça-feira, 15, terá nesse primeiro dia o hasteamento de bandeiras em frente à Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção, padroeira de Viçosa [...].¹²

Amparando as comemorações oficiais de aniversário, a administração municipal recua aos tempos coloniais, tomando o ano de 1700 como demarcação temporal, definido então enquanto um ponto de origem. E a programação de celebração continua:

[...] entrega do prêmio “Viçosa do Ceará – 300 anos”, retreta, tarde esportiva, palestra sobre a história do lugar e a abertura da Feira do Município, com festa animada pela banda Explosão do Forró [...]. O programa dos 300 anos prossegue amanhã com show de voo livre e palestra enfocando o patrimônio histórico do município e peça teatral. No domingo, acontece uma mini-maratona e o lançamento dos livros *Crônicas da Aldeia*, de Valdemir Pacheco e *A Volta do Homem da Ibiapaba*, de Thomaz Coelho, no Memorial Clóvis Beviláqua. Na segunda-feira, 14, a festa terá desfile de escolas, entrega de comenda a personalidades do município, lançamento do carimbo comemorativo do aniversário. O último dia das comemorações, a terça-feira, coincide com a festa da padroeira, Nossa Senhora da Assunção. A programação terá início às 7 horas com missa na Igreja Matriz. Às 9 horas acontece uma segunda missa no local e às 10h30min, a inauguração da placa comemorativa dos 300 anos na praça da Matriz. Às 16 horas será realizada procissão

¹² Viçosa do Ceará inicia hoje comemorações dos 300 anos. **O Povo**. Fortaleza, 11 ago. 2000. Ceará. História, p. 10A.

em honra à Nossa Senhora da Assunção. Os festejos ficarão encerrados às 18 horas com o arriamento das bandeiras.¹³

Identificamos, em algumas dessas atividades programadas, a criação de signos com o intuito de afirmar e demarcar a existência dos três séculos da cidade. O lançamento do carimbo comemorativo e a inauguração da placa comemorativa são ações a instituir monumentos, na medida em que também forjam uma “marca” para a localidade. Ao apresentar a palavra latina *monumentum*, Le Goff (2003) remonta ao verbo do qual deriva, *monere*:

[...] *monere* significa “fazer recordar”, de onde “avisar”, “iluminar”, “instruir”. O *monumentum* é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos (LE GOFF, 2003, p. 526).

O carimbo e a placa são moldados, portanto, com bases sobre essa intenção consciente de “evocar o passado”, de arrematar os laços entre o presente da urbe e um passado especificamente selecionado. Em sua “Alegoria do patrimônio”, Choay (2006) nos explicita o cerne de tal enlace, movido a partir do monumento:

A natureza afetiva do seu propósito [monumento] é essencial: não se trata de apresentar, de dar uma informação neutra, mas de tocar, pela emoção, uma memória viva [...]. A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. Não apenas ele a trabalha e a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente. Mas esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar (CHOAY, 2006, p. 18).

Então, qual seria esse passado a alimentar as estratégias de manutenção de uma identidade? Voltando à programação do evento, temos que tanto a abertura quanto o encerramento das comemorações aparecem concêntricos em torno da Igreja Matriz. O “hasteamento de bandeiras”, a missa, a “inauguração da placa [...] na praça da Matriz”, o “arriamento das bandeiras” parecem fazer parte de uma dinâmica de (re)fundação espacial.

Percebemos tais práticas incorporadas por um intuito de (re)estabelecer um vínculo entre seus praticantes e um determinado recorte do espaço urbano. A praça, a igreja e suas proximidades são lugares selecionados como suporte para a constituição de uma memória coletiva. E quem partilharia desse “coletivo”, nele integrando-se?

¹³ *Ibidem*.

Correspondendo a um passado também selecionado, a história da cidade é recontada anualmente, ao passo que tal memória coletiva é construída e, estrategicamente, nutrida com a própria narrativa histórica. E essa reconstituição da historicidade local se materializa nos diversos suportes e sob variadas formas, inclusive, iconográfica. Fotografias, desenhos, pinturas retratando a Igreja Matriz e o ambiente circundante, por exemplo, podem ser compreendidos como representações do vínculo que se pretende, constantemente, reatar entre a coletividade e um dado trecho do espaço urbano. Nesse sentido, a imagem daquela edificação constantemente é tomada no processo de constituição de uma identidade visual para a cidade. Uma “marca” de Viçosa do Ceará que, a um só tempo, tende a funcionar enquanto dispositivo mnemônico, bem como sintetizar uma definição da cidade.

Abaixo (Figura 2), a placa comemorativa do aniversário da cidade, afixada pelo Poder Municipal, traz uma iconografia da Igreja de Nossa Senhora da Assunção, ladeada pela inscrição “Viçosa do Ceará 300 Anos”. Essa imagem gravada da edificação aparece, então, como uma síntese da cidade e de seu percurso de três séculos. Então, de onde viria tal cidade?

Figura 2 – Placa comemorativa do aniversário de 300 anos. Praça Clóvis Beviláqua.



Fonte: Própria autora (2015).

Viçosa do Ceará é cidade-sede do município homônimo situado na Microrregião da Ibiapaba, distando 348,8 km da capital cearense, Fortaleza ¹⁴. De acordo com a

¹⁴ Além da sede, o município viçosense apresenta os distritos “General Tibúrcio, Lamedouro, Manhoso, Padre Vieira, Juá dos Vieiras, Passagem da Onça e Quatiguaba”. Fonte: Prefeitura Municipal de Viçosa do Ceará. Disponível em: <http://www.vicosa.ce.gov.br/?page_id=63>. Acesso em: 05/2014. Acesso em: 03/2014.

compartimentação geoambiental apresentada por Souza (2007), o Planalto da Ibiapaba pertence à unidade de Altos Planaltos Sedimentares. No entanto, tal elevação geomorfológica ficou conhecida, popularmente, como “Serra Grande”. Localiza-se na região ocidental do Ceará, formando limites com o Piauí e se estendendo de sul a norte do Estado. Tal extensão pode ter contribuído para o efeito visual retratado no trecho abaixo, no qual o autor expõe a impressão de estar diante de “ondas de mar alterado”.

Ibiapaba, que na língua dos naturaes quer dizer *terra talhada*, não he uma só serra, como vulgarmente se chama, senão muitas serras juntas, que se levantão ao certão das praias de Camuci, e mais parecidas a ondas de mar alterado, que a montes, se vão sucedendo, e como encapellando umas apoz das outras em districto de mais de quarenta léguas: são todas formadas de um rochedo duríssimo e em partes escavado e medonho, em outras cubertas de verdura e terra lavradia, como se a natureza retratasse nestes negros penhascos a condição de seus habitantes, que sendo sempre duras, e como de pedras, às vezes dão esperanças, e se deixão cultivar (VIEIRA, 1904, 105).

A citação foi retirada da “Relação da Missão da Serra da Ibiapaba”, considerada um dos primeiros escritos descritivos da região. A autoria do documento é atribuída ao religioso Antônio Vieira que, em 1660, ali estivera enquanto padre Visitador e Superior da missão que se intentava afirmar naquele sítio, a Missão de São Francisco Xavier (1656-1662).

O planalto conservaria o nome proveniente de língua *Tupi*, indiciando-nos aquele como território de populações indígenas. Tal expressão deixa transparecer certo modo de qualificação geomorfológica, partindo de uma dada característica que, certamente, mais se ressaltava aos olhos daquelas populações. Referindo-se provavelmente às escarpas íngremes, os “naturaes”, para utilizar o termo de Vieira (1904), inauguravam uma descrição sumária daquela superfície planáltica: a “terra talhada”. A geomorfologia ficaria, assim, representada no topônimo *Ibiapaba*.

E se o nome do lugar permaneceu, o que dizer sobre aqueles que o nomearam? Acerca deles, o jesuíta expressou seu ponto de vista em uma metáfora, por meio da qual associou a natureza física daquela terra à natureza de quem a habitava.

Locado no Estado do Maranhão¹⁵, padre Antônio Vieira falava enquanto uma das figuras de destaque no projeto colonizador, que se seguia também por vias da religião. A Igreja desempenhava importante papel no processo de ocupação colonial, o qual guardava

¹⁵ Lígio Maia, em nota, explica: “O Estado do Maranhão e Grão-Pará, separado do Estado do Brasil, foi criado por carta régis de 13 de junho de 1621 e abrangia, grosso modo, parte da capitania do Ceará até o extremos norte amazônico. Em 1757, passou a chamar-se Estado do Grão-Pará e Maranhão, absorvido pelo Estado do Brasil, em 1774. O Ceará que fazia parte do Estado do Maranhão, em 1621, décadas depois, em 1654, passou a fazer parte da capitania geral de Pernambuco, na condição de capitania anexa ou subordinada até o final do século XVIII [...]” (MAIA, 2010, p.19).

estreita relação com as estratégias de transformação dos modos de vida dos povos indígenas. Assim, o processo de expropriação de suas terras seria tangenciado também pelo de metamorfose em seus costumes, religiosidades, línguas, formas de expressão. Pinheiro (2007) analisa esse percurso e discorre:

O conflito entre o mundo europeu e o dos povos ameríndios estava centrado nas disputas pelas terras e, sobretudo, nas tentativas reiteradas de transformar os povos indígenas em produtores de mercadorias, isto é, que esses adotassem o modo de vida que se constituía na Europa (PINHEIRO, 2007, p. 21).

Ao considerar os povos nativos como de natureza dura, tais quais as pedras, o jesuíta nos inclina à percepção da relação conflituosa, na qual o indígena impunha resistência ao “cultivo” da nova crença e das mudanças a ela inerentes, as quais alterariam drasticamente seus modos de vida. Assim, o padre Antônio Vieira enriquece as páginas de sua “Relação” com os percalços que marcaram a trajetória de instalação da missão jesuítica na Ibiapaba. Uma trajetória inconstante, que teria se iniciado com os trabalhos dos padres Francisco Pinto e Luiz Figueira (1607-1608), ambos referidos como “[...] os dous primeiros Missionários do Maranhão e da Serra da Ibiapaba, e os que puzeram as primeiras plantas nesta nova vinha” (VIEIRA, 1904, p. 90).

A passagem desses missionários pela região, ao longo do século XVII, constantemente emerge no contexto do que se define como “tempo presente”. É nessa ótica que nos inclinamos sobre a transcrição abaixo, retirada de uma das peças de comunicação voltadas ao público visitante do Polo Turístico, Artesanal e Cultural da Igreja do Céu:

Em 14 de julho de 1601, chegaram no Ceará, dois jesuítas: Padre Luiz Figueira e Padre Francisco Pinto. Seus objetivos eram catequizar o Ceará. Em 1607 o Padre Luiz Figueira enviou o Padre Francisco Pinto à Ibiapaba para catequizar os índios daquela região. No dia 11 de janeiro de 1608, pela manhã, a pequena aldeia foi surpreendida com o ataque dos índios tucurijus, horda sanguinária, que vivia algumas léguas daquele local. O Padre Francisco Pinto foi trucidado no momento em que celebrava o Santo Sacrifício da missa, foi sepultado em Viçosa onde hoje é a Matriz de Nossa Senhora de Assunção. O Padre Luiz Figueira escapou, por não *está* (sic) na vila no dia do morticínio, mas infelizmente em 1642 morreu vítima de um naufrágio nas imediações da Ilha de Marajó.¹⁶

O referido Polo Turístico foi inaugurado em 14 de agosto de 1999. A programação foi integrada às festividades de comemoração de 299 anos de fundação e 117 anos de emancipação do Município. No ano de 1938, o dia 14 de agosto também foi escolhido

¹⁶ PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA DO CEARÁ. Viçosa do Ceará. Mapa da Cidade. Pólo de Ecoturismo Ibiapaba; Secretaria de Turismo do Estado do Ceará. (Placa de sinalização turística localizada no Polo Turístico, Artesanal e Cultural da Igreja do Céu).

para a inauguração da Igreja de Nossa Senhora das Vitórias. Popularmente conhecida como Igreja do Céu, é encimada por uma escultura esteticamente semelhante ao Cristo Redentor (Rio de Janeiro – RJ). Situa-se no alto do Morro do Céu, local que se foi tornando um dos principais pontos de interesse turístico, como um mirante de onde se descortina o sertão cearense.

Figura 3 – Placa informativa. Polo Turístico da Igreja do Céu.



Fonte: Própria autora (2012).

As placas informativas dispostas na área do polo não apenas indicam a localização de lugares selecionados a orientar o passeio do visitante pela cidade, como também buscam orientá-lo historicamente, apresentando, em compactos textos, uma versão da historicidade local. Elas constroem, assim, uma interpretação tanto espacial, quanto histórica para a cidade.

O trecho supracitado, portanto, relata a presença daqueles missionários como unicamente vinculada aos intentos da catequização do indígena, sujeito em torno do qual, entretanto, gravitam enunciados como: “ataque”, “horda sanguinária”, “trucidado”,

“morticínio”. Contrapondo-se, pois, aos atos de violência atribuídos aos indígenas, os jesuítas aparecem catequizando “o Ceará” e celebrando o “Santo Sacrifício da missa”.

Dentre as várias missões empreendidas, por que essa primeira (dos padres Francisco Pinto e Luiz Figueira) seria a escolhida a passar pela (re)atualização do presente? As ações que poderíamos considerar como de resistência indígena, diante do processo de colonização, no caso específico dessa missão, não seriam (re)tomadas como forma de tornar opaco o caráter impositivo das práticas colonizadoras? A trajetória de formação do que se tornaria a cidade, nessa perspectiva, é representada seguindo por uma via linear e progressiva, rumo à “estruturação política do Brasil”:

Berço de figuras ilustres da história nacional como Clóvis Beviláqua, cognominado o “Santo do Direito Brasileiro”, General Tibúrcio, herói da Pátria na Guerra do Paraguai, e Felipe Camarão, o índio valente que se cobriu de glórias nas lutas pela estruturação política no Brasil, entre outros, Viçosa do Ceará possui uma das mais ricas trajetórias do Estado.¹⁷

Pinheiro (2007) identifica no trabalho dos missionários um papel pedagógico, no sentido de “civilizar” o indígena e, assim, conquistar sua submissão. Tendo-se em vista a perspectiva eurocêntrica a desqualificar expressões culturais dos povos nativos, construíam-se justificativas para as ações de dominação, a fim de integrá-los ao Império português sob uma condição de vassalagem. E nessa ótica, a figura do “gentio” indígena era delineada:

Esta era a vida Barbara dos *Tobajaras* de Ibiapaba, estas as feras que se creavão e se escondião naquellas serras, as quaes forão ainda mais feras depois que se vierão ajuntar com ellas outras estranhas e de mais refinado veneno, que forão os fugitivos de Pernambuco (VIEIRA, 1904, p. 92).

Os índios Tabajara aparecem no discurso enquanto feras mergulhadas no barbarismo, tanto no que diz respeito aos seus meios de sobrevivência, quanto aos aspectos espirituais; e a região das “serras” é apresentada como o antro de tais “feras”. Foi para lá que seguiram diversos grupos após a derrocada do domínio holandês em Pernambuco (1630-1654), representando, todavia, um refúgio para aqueles indígenas que estiveram, até então, aliados aos holandeses.

O altiplano recoberto pelas matas se apresentava, ao mesmo tempo, como antro e refúgio de indígenas: a Ibiapaba se revestia, portanto, enquanto ponto estratégico do

¹⁷ *Ibidem*.

empreendimento colonizador.¹⁸ Era um limite a ser superado, não apenas no sentido de ocupação espacial, mas a territorialidade lusa se estabeleceria também por meio do “cultivo”, da “civilização” e “europeização” dos indígenas.

O relato de padre Vieira caracteriza a situação na qual se encontrariam esses povos como de miséria e fome, atribuídas, em especial, à condição de ociosidade e inércia a que se entregavam. Estas, a causa do desestímulo ao trabalho na lavoura, impelindo-os às atividades de caça, vivendo da “ponta da frecha”, e à vida nômade, principalmente os grupos classificados como *tapuias*.¹⁹ A pesca se tornaria uma atividade de subsistência também prejudicada pela vocação ociosa dos nativos, de acordo com o discurso do religioso.

Quasi na mesma miséria vivem igualmente os Tobajaras, posto que poderão sem muita dificuldade supprir a necessidade da terra com os socorros de mar, que lhes fica distante vinte e cinco léguas, e sobre ser mui abundante de todo o gênero de pescado, está offerecendo de graça o sal nas praias em uma salina natural de mais de duas léguas; mas he tão grande a inércia desta gente, e o ócio em que excedem a todos os do Brazil, que por milagre se vê um peixe na serra, vivendo de mandioca, milho, e alguns legumes, de que também não têm abundancia; com que he entre elles perpetua a fome, e parece que mais se mantem della que do sustento (VIEIRA, 1904, p. 106).

Tais discursos reverberam, ao fundo, a relação do indígena com o tempo e o espaço. Com bases na leitura de Pinheiro (2007), temos que a condição de “improdutividade” se tornaria o alvo de reprovações por parte dos agentes colonizadores, cujo olhar era proveniente de um mundo de produção capitalista. Segundo o autor, o tempo disciplinado e o trabalho sistemático fariam parte das estratégias de domínio utilizadas por colonos e jesuítas:

[...] a submissão dos povos indígenas ao modo de vida europeu, que se fazia capitalista, implicava em trabalho sistemático na lavoura, em adoção de uma nova noção de tempo que passa a ser marcado, nas aldeias, pelo sino da igreja; mas,

¹⁸ Entre suas hipóteses, Lígio Maia pensa as “Serras da Ibiapaba” como região de múltiplos significados, ao longo do século XVII: para as autoridades metropolitanas, ponto estratégico para conquista do Maranhão; para a Companhia de Jesus, reduto missionário onde “[...] os gentios estavam [...] protegidos da sanha cobiça dos moradores do Maranhão, renitentes escravistas de uso ilegal da mão-de-obra indígena”. Para os indígenas: “[...] refúgio ao colonialismo [...]. Em seguida, já com a presença dos missionários, [...] reduto contra apressadores que vagavam pelo sertão e contra apolítica colonial de expansão [...] – com a guerra aberta e usurpação das terras dos índios do sertão, os tapuias, que não estavam sob a tutela dos religiosos. Assim, diferente dos índios do sertão, passíveis de escravidão pelos “resgates” ou pela “guerra justa” [...], ser índio aldeado poderia significar a possibilidade real de apropriação de certo espaço de sociabilidade, mesmo que baseado em outras experiências” (MAIA, 2010, p.36-37).

¹⁹ Designação utilizada no contexto colonial para fazer referência ao índio não tupi. A diferenciação teve como base a matriz linguística Tupi, a “língua geral”. Apropriada pelo colonizador, tornou-se uma denominação genérica para identificar as populações com as quais não a comunicação é dificultada. *Tapuia* era, portanto, o não falante da “língua geral”. Nesse sentido, o termo *tapuia* passou a identificar o índio “não amigável”, aquele que oferece resistência, o bárbaro. Conforme Puntoni (p.68): “O termo ‘tapuia’, portanto, não poderia ser compreendido como um etnônimo, mas sim como noção historicamente construída”.

sobretudo, adotar noção de utilidade no sentido mercantilista era essencial (PINHEIRO, 2007, p. 19).

Assim, o percurso histórico da Ibiapaba é marcado pela marcha colonialista, confundindo-se com a historicidade das transformações dos grupos sociais que, ali, interagiram entre acordos e conflitos.

Para além do âmbito institucional, esse processo também se faz presente, perpassando obras tidas como “populares”. O cordel datado em 1982 e intitulado “Centenário de Viçosa do Ceará”, de autoria de José Caetano da Silva, comemora o primeiro centenário de elevação da Vila Viçosa Real d’América à categoria de cidade, ocorrida em 14 de agosto de 1882.

Aquela importante figura
Que teve a boa intenção
No arraial de Viçosa
Desbravador deste chão
Aqui plantou a semente
Desta civilização

Quem enfrentou com razão
Esta luta perigosa
Abriu vereda e plantou
A semente germinosa
Transformando a serra virgem
Em coisa maravilhosa

Quem foi arraial de Viçosa
Com mal vestida choupana
Com índios esfarrapados
Devorando a carne humana
E hoje tanta beleza
Que a natureza se ufana

Porque a raça indiana
Não tinha civilidade
Era um povo selvagem
Só tinha perversidade
O seu Deus era Tupan
A quem ele tinha amizade
[...]

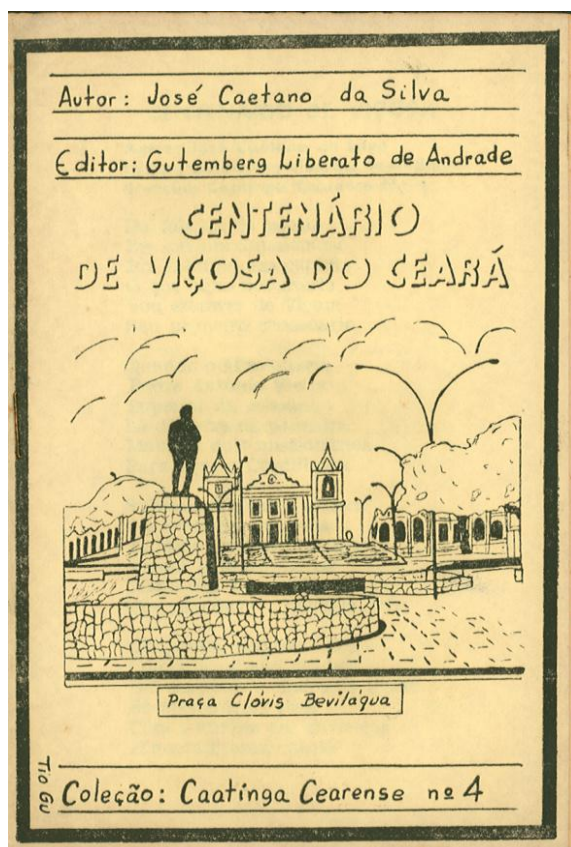
Até que este Arraial
Tornou-se num povoado
Quem veio ter com os índios
Tratou com muito cuidado
E destes primeiros homens
Estamos vendo o resultado.²⁰

²⁰ SILVA, José Caetano da. **Centenário de Viçosa do Ceará**. Ed. Prop. Gutemberg Liberato de Andrade, 1982. 16p. 64 estrofes: sextilhas: 7 sílabas. (Coleção Caatinga Cearense, n. 4). Capa: desenho (Tio Gu). (Acervo: Museu da Imagem e do Som / MIS-CE).

Os versos nos chamam a atenção devido à abordagem no que tange à historicidade das formas de povoação daquele sítio, cabendo ao agente colonizador, ou seja, “quem veio a ter com os índios”, a função de semear a “civilização”, ocasionando a transformação da “serra virgem” e, ao mesmo passo, dos “índios esfarrapados”. Assim, tanto a terra quanto os homens seriam modificados. Tal perspectiva se apresenta como uma atualização das leituras do processo de catequização e fixação colonial, registradas em alguns documentos e obras de cunho histórico com um foco mais tradicionalista, tendendo a identificar o colonizador, especificamente o religioso jesuíta, como o semeador, “figura de boa intenção”.

Para além da função informativa, por exemplo, os escritos dos padres Antônio Vieira e Ascenso Gago foram adquirindo também um caráter monumental, conforme a concepção de Jacques Le Goff: documento/monumento. Para ele, o “documento é um monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si própria” (LE GOFF, 2003, p. 538) e, por isso, ele é “instrumento de poder”.

Figura 4 – Capa do cordel “Centenário de Viçosa do Ceará”, destacando a Praça Clóvis Beviláqua e a Igreja de Nossa Senhora da Assunção.



Fonte: Acervo do Museu da Imagem e do Som (MIS-CE).

A capa do referido cordel (Figura 4) traz um desenho assinado por Tio Gu e, por sua vez, apresenta-nos uma composição na qual se destacam: a Praça Clóvis Beviláqua, com a estátua do juriconsulto; ao fundo, mas assumindo a centralidade da imagem, a Igreja de Nossa Senhora da Assunção, com suas escadarias, a torre sineira e a torre do relógio; ao lado, a casa paroquial. A escolha desse ângulo para delinear não apenas a praça, mas a própria cidade em seu centenário nos faz refletir acerca da possível intenção de fixar aquele recorte paisagístico como uma iconográfica síntese histórica e espacial de Viçosa do Ceará.

A comemoração desse 1º Centenário de Elevação da Vila Viçosa também se efetuariaria em termos urbanísticos, com a inauguração da reforma da Praça Clóvis Beviláqua, em 14 de agosto de 1982, na gestão do Prefeito Francisco Haroldo de Vasconcelos. Tal reforma ampliaria a área de passeios da praça, ao englobar as mangueiras (localizadas no calçamento da Rua Felizardo de Pinho Pessoa) ao seu perímetro. Também se construiu um novo coreto (BARRETO, 2012).

E nesse âmbito de propagação de imagens do passado e suas consequentes reatualizações, é que entendemos os festejos, os textos de interpretação da cidade, as obras de produção “popular”, os artigos publicados em jornais enquanto lugares comemorativos. Neles, o passado revisitado encontra pouso. E em muitos deles, por exemplo, os escritos dos jesuítas podem ser constantemente “relidos”. O jornal, nesse sentido, também aparece como um espaço para a difusão do conhecimento histórico da região, visto que encontramos, em várias edições, notas e artigos de estudiosos locais.

No trecho abaixo, retirado do artigo “Viçosa centenária”, publicado em 14 de agosto de 1982, lemos em meio às palavras do autor, o viçosense Edgar Bezerril Fontenelle,²¹ expressões que se assemelham às utilizadas por Padre Antônio Vieira, ao descrever a região em sua “Relação”.

A cidade, vista ao longe, assemelha-se a uma pérola engastada no rosário dos alcantis das serranias, que se levantam a partir das praias de Camocim, mais parecidas com ondas de um mar alterado, se vão encapelando uma após outra que, agrupadas, formam a grande cordilheira da Ibiapaba. O maléfico ódio do Marquês de Pombal fizera extinguir a Missão dos Jesuítas que tanto benefícios prestara à região da Ibiapaba e terras circunvizinhas. Aldeia em virtude da carta Régia de 14 de setembro de 1758 ao prelado de Pernambuco, Dom Francisco Xavier Aranha, fizera

²¹ Edgar Bezerril Fontenelle nasceu em 1901, em sobrado à Praça Clóvis Beviláqua, e faleceu em 1995. Realizou o ensino primário na cidade. O ginásial e o segundo grau, no Colégio Diocesano de Sobral. Posteriormente, em Fortaleza, cursou Odontologia na Universidade Federal do Ceará. Tornou-se cirurgião-dentista e, em 1927, retornando à cidade, instalou consultório dentário (BARRETO, 2012). De acordo, ainda, com Barreto (2012, p.433), por intermédio de seu contato com o deputado Antônio Alencar Araripe, viabilizou-se a construção do prédio dos Correios e Telégrafos. Também esteve envolvido com a implantação de “uma escola normal, que viria beneficiar a comunidade feminina, desejosa de ingressar no magistério”.

a provisão de 5 de fevereiro de 1759 elevando a aldeia da Ibiapaba à vila, com o título Vila Viçosa Real conservando a mesma invocação que Pe. Vieira tomara para protetora da Missão que fundara com o título de Paróquia e Freguesia de Nossa Senhora da Assunção de Viçosa. Teve sua instalação a 7 de julho do dito ano retro pelo ouvidor geral de Pernambuco, Bernardo Coelho da Fama (sic) Casco.²² (grifo nosso).

Os diversos sujeitos, portanto – poetas, jornalistas, pesquisadores autodidatas, historiadores locais, gestores municipais, artistas plásticos, entre outros –, apropriam-se das narrativas referentes à historicidade local, gerando os mais diversificados meios de exposição. Seria, também nesse entremeio, que a memória, enquanto uma construção social, partiria ao encontro da história? Aqui, é cabível a diferenciação entre ambas, e Ulpiano T. Bezerra de Meneses nos elucida:

A memória, como construção social, é formação de imagem necessária para os processos de constituição e reforço da identidade individual, coletiva e nacional. Não se confunde com a História, que é forma intelectual de conhecimento, operação cognitiva. A memória, ao invés, é operação ideológica, processo psico-social de representação de si próprio, que reorganiza simbolicamente o universo das pessoas, das coisas, imagens e relações, pelas legitimações que produz (MENESES, 1992, p.22).

Ao analisar as reflexões de Pierre Nora, na França dos anos 1980, acerca dos “lugares de memória”, François Hartog lança luz sobre essa questão. Ele expõe:

Para chegar a uma primeira definição do lugar, como o que é, ao mesmo tempo, material, funcional, simbólico (objeto espelhado, por meio do qual o passado encontra-se retomado no presente), quase bastava partir da evidência dos “lugares comuns” da República (as três cores da bandeira, o 14 de julho, o Panteão...), desenvolvê-la e questioná-la. Ora, hoje em dia, a relação com esses lugares simbólicos tornou-se muito tênue: eles são, escrevia Nora, como “as conchas sobre a praia quando se retira o mar da memória viva”. Estão aqui, mas a única relação ativa que se pode manter com eles é a que propõem os *Lieux*: uma relação de segundo grau, feita da reativação daquilo de que foram a história (HARTOG, 2014, p. 164).

Pensando nessa “relação de segundo grau” e nesse movimento de reativação, é possível refletir sobre a diferenciação entre este tipo de memória – a qual se reproduz a partir da necessidade de produção de “lugares de memória” – e aquela “memória viva”, à qual associamos as chamadas “sociedades-memórias”.

Essa relação tênue com os lugares simbólicos, a qual se refere Hartog (2014), não seria também a causa da reincidente escolha da data 14 de agosto para os diversos eventos que pudessem congregar um grande número de pessoas, entre viçosenses e visitantes? O dia 14 de

²² FONTENELLE, Edgar Bezerril. Viçosa centenária. **O Povo**, Fortaleza, 14 de ago. 1982, p. 07.

agosto parece, portanto, ter se tornado, para além de uma data no calendário, um “lugar de memória” propriamente dito. A data 14 de agosto guarda, ainda, estreita relação com outro dia, o 15 de agosto, formando um par comemorativo – a emancipação e a fundação da cidade, respectivamente.

A tentativa de fixar o trabalho catequizador na Ibiapaba prosseguiu com a missão dos padres Ascenso Gago e Manuel Pedroso, durante o período de 1691 a 1759. Nesse intervalo se estabeleceu um aldeamento jesuítico, reunindo indígenas procedentes de diferentes grupos. Os de tronco linguístico *Tupi* eram maioria, representados pelos *Tabajara*, além dos chamados tapuias – *Anacé*, *Aconguaçu* e *Reriiú* (MAIA, 2010).²³

Em 15 de agosto de 1700, o aldeamento foi fundado e batizado com um nome cristão, a Aldeia Nossa Senhora da Assunção, ou seja, sob o mesmo orago que protegeria a Igreja, também inaugurada àquela mesma data. Tal fundação já se constituiu no momento para a sua própria comemoração, em uma festa de fundo religioso:

E veio a inauguração da Igreja. Colocou-se nela a imagem da “soberana Virgem Senhora da Assunção”. Procissão, missa, prática aos Índios e, para maior pompa, o baptismo solene de 25 entecúmenos. A festa religiosa completou-se com regozijo público e popular: “dança, carreiras e lutas dos Índios, pondo-se-lhes seus prêmios para os que melhor o fizessem, como também aos que melhor metessem uma frecha pela roda de uma chave que em distância de 50 passos se lhes pôs por alvo de seus tiros. O que eles fizeram tão bem, que primeiro se acabaram os prêmios do que acabassem todos de despedir a seta”. As festas inaugurais duraram três dias. A carta ádua de 1701 diz expressamente que tudo isto se realizaram no ano anterior. Não é temerário que se dispusessem as coisas para a festa coincidir com a da própria Padroeira. O dia 15 de Agosto de 1700 deve pois ser considerado como o dia oficial da fundação da Aldeia de Ibiapaba e da futura cidade de Viçosa.²⁴

Como pudemos ler na matéria referente às festividades de comemoração dos 300 anos da cidade, as práticas dimensionadas na crença católica prosseguem imiscuídas na programação oficial de aniversário. Independente do Estado laico, a missa e a procissão, em decorrência do dia da Padroeira, perduram como atos a rememorar o momento de fundação e, nesse contexto, podem ser revestidos de certa dimensão cívica e política. Nesse ínterim, entendemos a presença da Prefeitura Municipal personificada, por exemplo, na figura de autoridades, como o Prefeito.

²³ Dados disponibilizados por Maia (2010) contabilizam o número de aldeados no ano de 1756: 5.474 *Tabajara*, além de 632 “tapuias”.

²⁴ “Nova carta do Pe. Ascenso Gago, que de acordo com o historiador Serafim Leite ‘tinha vindo a pé, por terra, quase 300 léguas, de Ibiapaba a Pernambuco, onde chegou andrajoso, voltou nesse mesmo ano de 1695. Dois anos depois, a 25 de julho de 1697, retoma o fio da história”. Fonte: PINHEIRO, 2011, p. 59.

Em uma de nossas observações em campo, acompanhamos os festejos e realizando registros do momento em que a imagem de Nossa Senhora da Assunção é carregada em andor a caminho da Igreja Matriz, durante a manhã de 15 de agosto de 2014. A caminhada fez parte das celebrações à Padroeira e dela participaram homens trajando fardamentos sinalizando o serviço de limpeza pública, que é responsabilidade da Secretaria de Infraestrutura. Eles se revezavam no carregamento do andor, atividade da qual também participou o próprio Prefeito do Município. O ponto final da percurso foi o interior do templo católico, onde a imagem foi posicionada de modo que os fieis pudessem tocá-la e fazer suas orações. Na ocasião, o Chefe do Poder Executivo Municipal também posou para algumas fotos ao lado de fieis.

Figura 5 – Imagem de Nossa Senhora da Assunção carregada em direção à Igreja Matriz.



Fonte: Própria autora (2014).

Transcendendo, pois, o sentido da fé católica, percebemos como as comemorações do dia 15 de agosto são resignificadas, podendo se tornar um espaço para: a) ensaiar uma congregação social em torno de uma referência coletiva, de modo a fortalecer os laços que atam as relações entre um dado grupo e lugares específicos da cidade (ruas por onde passam os cortejos, a praça da Matriz, a Igreja Matriz) e seu percurso histórico, documentado nos diversos suportes; b) destacar uma possível atuação do Governo Municipal na dinâmica de atualização de uma prática proveniente de um passado “comum”, produzindo, concomitantemente, uma determinada imagem da própria administração municipal.

A Aldeia da Ibiapaba, enquanto intervenção colonial, também se inscreveria espacialmente. A organização em forma de quadra, tomando o templo católico como elemento dorsal, retrataria a implementação de uma nova configuração espacial para a convivência indígena, em consonância com o projeto colonizador. Nesse sentido, os diferentes grupos, acima mencionados, passaram a partilhar o mesmo território. Uma partilha, no entanto, conflituosa, tendo em vista que, entre esses diferentes grupos com seus respectivos chefes, já existiam tensões, conforme o relato de Padre Ascenso Gago, reproduzido por Padre Serafim Leite:

Formou-se de três aldeias diferentes. Não foi fácil aos Padres reuni-los porque os índios delas tinham alguma emulação entre si e os chefes de cada queriam continuar a ser chefes sem subordinações de uns a outros. Resolveu-se a pendência, ficando cada qual em seu bairro, com a sua gente e com as mesmas proeminências de antes, quando viviam separadas. A Aldeia construía-se em forma de quadra. Concluiu-se a igreja, que já estava principiada antes, “formosa e grande”. Pequena, ainda assim, para tanta gente como ia ter a Aldeia. As madeiras da serra, menos compridas do que se requeriam, não permitiam mais grandeza. Ergueu-se a Residência dos Padres “de madeira e barro, cobertas de folhas de palmeira, que é o mais que permite a pobreza destes sertões”. Os Índios dispuseram-se assim: “O Principal d. Jacob de Sousa para a parte do nascente, com todos os seus vassalos; o Principal Salvador Saraiva, com os seus, para a parte do poente; e para a parte sul, fechando a quadra da Aldeia, o principal D. Simão Taminobá com seus vassalos”. Ordinariamente nas Aldeias de Índios bastava uma quadra. Nesta não. Fizeram-se várias carreiras de casas com suas ruas e becos para melhor e mais fácil serventia dos aldeados.²⁵

A paisagem, naquele sítio, seguiria metamorfoseada conforme os intentos coloniais e as negociações necessárias. Formando-se em quadra, com “carreiras de casas”, ruas e becos, percebemos a gestação de uma paisagem com perspectivas racionalmente organizadas.²⁶

Cada um dos chefes indígenas, doravante “Principais” a carregar em seus nomes referenciais bíblicos, também aparecem sob o título de “Dom”, o qual seria repassado a seus descendentes. Da leitura de Xavier (2012), temos que as titulações atribuídas aos “chefes nativos” se apresentam enquanto parte da estratégia de integrá-los como engrenagem do projeto colonizador, por exemplo, participando em lutas contra índios “hostis”. No entanto, a possibilidade de tal associação agrupando, inclusive, indígenas de grupos diferentes e,

²⁵ *Ibidem*, p. 58.

²⁶ Lúcio Maia (2010, p. 166-167) trata sobre a impossibilidade de concentração do contingente aldeado no perímetro racionalizado em torno da Igreja e apresenta a probabilidade de os indígenas estarem espalhados, em grupos, pelas “serras”. Tais aglomerados espalhados pelas matas dificultariam a ação de controle desejado pelos sacerdotes. Tornavam-se, dessa maneira, uma brecha dentro do próprio contexto do aldeamento, por meio da qual os grupos indígenas poderiam manter algumas das suas manifestações culturais.

mesmo, rivais, também é analisada como um meio de manutenção da posse de terras por parte desses nativos.

Ao mesmo tempo em que se inseriam na lógica colonial, era ali também onde encontravam seu espaço de manobra, de negociações. Em uma de suas análises sobre solicitações de sesmarias, Xavier (2012) percebe o âmago dessas alianças entre Principais e o Estado português:

Embora tenham alegado querer as terras para cultivá-las, o que de fato eram incentivados pelos jesuítas a fazer, a memória dos antepassados estava ali: incorporada na natureza que os cercava – nas matas que eles caçaram, nas águas onde eles pescaram, há um sentido de territorialidade [...]. Mesmo submetidos às estruturas de poder da igreja e do Estado, e destacando os valores utilitaristas dos espaços que solicitavam, os Tabajara preocuparam-se com a questão da territorialidade visando ganhar força como grupo étnico-social distinto no mundo colonial (XAVIER, 2012, p. 88).

Se retornarmos às palavras de Edgar Bezerril Fontenelle, em “Viçosa centenária”, a instalação da Vila, em 07 de julho de 1759, é retratada como resultante de um “maléfico ódio do Marquês de Pombal”, em uma conjuntura que levou, não apenas, ao fim do aldeamento jesuítico, como à extinção da própria Companhia de Jesus. Conforme Xavier (2012), isso decorreria de crescentes confrontos entre jesuítas, colonos e autoridades coloniais, tendo-se em vista que:

Lidando com uma situação em que não podiam negociar diretamente com os índios dos aldeamentos, tendo a mão de obra reduzida pelas exigências dos padres, os colonos justificavam ao rei que o desenvolvimento da colônia e, por conseguinte da metrópole, estava sendo posto para segundo plano graças à ganância dos inacianos, que apenas acumulavam riquezas à Companhia de Jesus (XAVIER, 2012, p. 95).

Aquela povoação na Ibiapaba foi denominada, a partir de então, como Vila Viçosa Real d’América. Tal denominação remetia, assim, a um novo vínculo que se constituía com a Metrópole, caracterizado pela submissão do clero secular ao poder Real.²⁷ Deixando o nome de origem religiosa, a escolha era inspirada na existência de uma vila portuguesa, Viçosa Real. Dessa maneira, a ligação daquela “vila de índios” com o Estado Português perduraria, simbolicamente, por meio da toponímia assumida.

²⁷ Em Castro (2002, p.26-27): “Isto interessava ao poder real, pois o clero secular estava sujeito ao regime de padroado, isto é, funcionava sob o patrocínio do Real Erário e sob a direção de bispos nomeados pelos reis portugueses. Bem diferente era a situação de padres ou frades integrantes do clero regular, alheios ao controle real, todos membros de ordens religiosas dirigidas por comando central estrangeiro, nas mais das vezes com sede em Roma, junto da Cúria”.

A historicidade de Viçosa do Ceará tomou diversos espaços por onde se propagou, para além da historiografia. O passado colonial da região é constantemente evocado e atrelado à cidade, como um modo de reforçar a ideia de uma identidade local. Reportando-nos à epígrafe de François Hartog (2014), na abertura do capítulo, temos que, por diversas razões, o presente revisita o passado. E pensando acerca de uma cidade contextualizada nesse regime de historicidade, o qual o autor identifica como “presentismo”, contabilizar mais de 300 anos de fundação não lhe permitiria extrair algum prestígio?

2.2 A CIDADE QUE HABITA EM NÓS:²⁸ HABITANTES, MEMÓRIAS E PAISAGENS

A noção de *habitante*, aliás, implica a cotidianidade. *Habeo/habere*, em latim, quer dizer possuir, manter uma relação com, apropriar-se de. Com um prefixo interativo, o verbo *habito/habitare* significa manter relações intensas e permanentes (esta conotação de constância está claramente presente em termos como *hábito*, *habitualidade*). Trata-se, portanto, de uma relação de pertença (*appartenance*, *belonging*), mecanismos nos processos de identidade que nos situam no espaço, assim como a memória nos situa no tempo (Meneses, 1996, p.96).

Partindo dessa explanação de Meneses (1996), destacamos de início a “relação de pertença” a envolver a prática do habitar, por meio da qual o habitante se configura como o sujeito a estabelecer vínculos com a cidade, ou melhor, com os espaços dela constitutivos. É cabível, nessa exposição, trazer um entendimento do que venha a ser a cidade e, nesse sentido, aproximamo-nos do pensamento de Toccheto e Thiensen (1997), que a consideram:

É uma entidade dinâmica e complexa, que se revela na diversidade das formas e relações sócio-culturais, configurando-se como lugar e veículo das expressões e representações dos diferentes grupos humanos que nela vivem. Grupos estes responsáveis pela conformação de diferentes ambiências e pela atribuição de significados aos espaços vividos. Vista dessa forma, a cidade pressupõe a pluralidade de experiências, de costumes e de tradições em termos ocupacionais, étnicos, religiosos, políticos, entre outros, que coexistem de forma harmoniosa ou conflitiva (TOCCHETO; THIENSEN, 1997, p.180).

Diante dessa natureza plural, inferimos que cidade não se apresenta sob uma única forma ao conjunto de seus habitantes. Nessa perspectiva, ela passa a ser revestida por representações, sendo forjada a partir da ótica, dos projetos e intenções dos diferentes segmentos sociais que a habitam. Desse modo, reafirmamos que a relação de pertença se fixa sobre os laços atados entre os diferentes grupos sociais e determinados espaços da urbe e, nesse passo, estes se transmutam em lugares. Carlos (1996) nos esclarece que as relações

²⁸ Reescrita baseada na reflexão trazida por Silva Filho (2004, p. 15): “Vivemos na cidade, contudo, a um só tempo, ela também habita em nós”.

humanas são as responsáveis pela produção do lugar. Elas, situadas no âmbito da experiência, do vivido, movem-se em meio à construção de significados e sentidos. Tal é o intrínseco vínculo entre o lugar e quem o habita (à medida que o produz), que a geógrafa conclui: “O sujeito pertence ao lugar como este a ele, pois a produção do lugar se liga indissociavelmente à produção da vida” (CARLOS, 1996, p.28-29).

Essa perspectiva guia nosso olhar na percepção da produção identitária relacionada aos “filhos de Viçosa”, como se autodenominam muitos dos habitantes daquela cidade. Michel de Certeau desenvolve, em sua reflexão acerca do processo de significação espacial, os conceitos de espaço e lugar, termos que apresentam sentido inverso ao exposto no parágrafo anterior. Para o autor, enquanto o lugar envolve um conjunto de coordenadas e pontos geográficos, o espaço propriamente dito é que está envolto por significações. O lugar se transforma em espaço, portanto, quando ele é habitado e, desse modo, tanto a prática quanto o discurso definem a transmutação do lugar em espaço.

Ao longo de nosso texto, no entanto, continuaremos a utilizar o termo “lugar” para designar o espaço apropriado pelos sujeitos, onde o sentimento de pertença e identidade se fixam. Porém, sustentaremos nossa compreensão acerca dessa dinâmica de apropriação sobre as vias desenvolvidas por Certeau (2012): a prática e o discurso (uma narrativa).

Em 1981, uma edição do jornal “O Povo” anunciava o lançamento do estudo “História de Viçosa do Ceará”, de autoria do viçosense Luiz Teixeira Barros ²⁹. F. Oliveira Souza assina o artigo no qual destaca a obra. E como vários outros viçosenses, Luiz Barros é apresentado no artigo como “radicado em Fortaleza”. Diversas razões aparecem motivando a dinâmica migratória de viçosenses, dentre as quais, a busca por oportunidades de estudo e trabalho.

Apesar da distância, os vínculos com a “terra natal” parecem constantemente reestabelecidos, como se quem a deixasse, ao mesmo tempo, carregasse-a consigo, em um processo de apropriação da cidade. No comentário que realiza acerca da supracitada publicação, F. Oliveira Souza relata que os capítulos percorrem desde os empreendimentos missionários e passam por histórias correntes nos séculos XVIII e XIX, apoiando-se nos escritos de Padre Serafim Leite, Antônio Bezerra, Barão de Studart, João Brígido, entre outros. Mas, além disso: “Nesse mister recorreu também à sua prodigiosa memória (fatos ocorridos na década de vinte) e ao depoimento de pessoas fidedignas de nossa Viçosa”.³⁰

²⁹ BARROS, Luiz Teixeira. **História de Viçosa do Ceará**. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1980.

³⁰ SOUZA, F. Oliveira. História de Viçosa do Ceará. **O Povo**, Fortaleza, 18 jan. 1981, p.6.

Assim como Luiz Teixeira Barros, muitos outros “filhos de Viçosa” encontraram na escrita uma maneira de firmarem sua identidade enquanto tal. Além da historiografia, textos publicados em jornal, obras de cunho memorialista, outras embasadas sobre pesquisas históricas externas aos moldes acadêmicos, compilações de documentos e, até mesmo, sites e blogs trazendo como mote o conhecimento em torno da história local, bem como das trajetórias das famílias, reconstituindo, nesse sentido, algumas genealogias. É interessante pensar tais autores como o segmento letrado da sociedade.³¹ No geral, sujeitos que se ausentaram da cidade e, dirigindo-se a outros centros, como Fortaleza ou Sobral, concluíram cursos universitários como História, Letras, da área da Saúde e, em especial, Direito. Suas escritas, grosso modo, referenciam a vida no trecho central da cidade, situando-se ali seus lugares de vivência.

Consideramos, pois, que o sentimento de pertença é tangenciado também por esse movimento em direção ao conhecimento sobre o passado da cidade, o qual se confunde, por muitas vezes, com as próprias experiências de quem o traz à tona. E nesse ponto, a memória exerce importante função na apropriação do lugar, no reiterado entrelaçamento entre o habitante e seu lugar. A compreensão de Le Goff (2003), a seguir, esclarece-nos sobre o modo como fragmentos do passado são (re)inseridos no presente, tendo-se em vista que: “A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 2003, p. 419).

³¹ Muitas são as obras retratando aspectos da historicidade local que se inscrevem nesse rol, e as abordagens são diversas. Acima, já identificamos duas delas: “História de Viçosa do Ceará” (1982), de Luiz Teixeira Barros e “Memórias de pessoas, costumes e fatos” (2007), de F. Silveira Sousa. O primeiro, resultante de um trabalho de pesquisa externo aos parâmetros da Academia, mas que apresenta um viés investigativo. O segundo, por sua vez, traz aspecto mais memorialista, cujos temas abordados são apoiados nas lembranças do autor. “Pequeno Esboço da História de Viçosa do Ceará” (2004) é a obra póstuma de Vicente Cunha Figueira (1915-1993), que também apresentou, como Luiz Barros, preocupação em elaborar um estudo sobre a história da cidade. Também póstumo é o livro “Viçosa do Ceará – Notícias Esparsas” (2005), do advogado João Otávio Siqueira (1920-1003), com capítulos sobre histórias vividas no cotidiano. “Chico Caldas: o patriarca de Viçosa do Ceará” é uma obra em três volumes (1999, 2005, respectivamente), organizado por João Severiano Caldas da Silveira, filho de Francisco Caldas da Silveira e profissional de Engenharia Agrônômica. O trabalho ressalta marcos da vida do homenageado, trazendo, ainda, transcrição de documentação relacionada à atuação dele em assuntos relacionados à cidade, em especial, a participação na campanha pela manutenção do nome “Viçosa”, em 1943. “História, fatos e fotos de Viçosa do Ceará” (2006) e “Viçosa do Ceará sob um olhar histórico” (2012), ambas de autoria de Gilton Barreto, são publicações que se aproximam do formato de uma compilação de fontes diversas para o estudo da história local; assim como o livro organizado e lançado, em 2012, por Tereza Cristina Mapurunga Miranda Magalhães, “Irmandade do Santíssimo Sacramento de Viçosa do Ceará: 150 anos de fé, testemunho e adoração (1862 a 1914)”. E ainda: “Crônicas da Aldeia”, de Valdemir Pacheco e “A Volta do Homem da Ibiapaba”, de Thomaz Coelho, ambos lançados no ano 2000, quando das comemorações dos 300 anos de fundação, conforme citado no início do capítulo. Entre vários outros autores e obras.

Francisco Silveira Sousa, logo na introdução de seu “Memórias de pessoas, costumes e fatos”, remete-nos à percepção dessa atualização de impressões passadas, ao explicar: “Esse passado remoto e gostoso de lembrar vem marcando meus dias e, quanto mais penetro na velhice, maior é a incidência dessas recordações. Daí o enorme prazer que sinto em registrar, mediante crônicas saudosistas, aquele tempo feliz que o vento levou” (SOUZA, 2007, p. 09).

É recorrente em textos e obras com esse perfil memorialista, a identificação da cidade de Viçosa do Ceará enquanto o lugar da infância e juventude, de onde emana a perdurável ligação telúrica. E o convívio na casa materna aparece ocupando lugar relevante. Talvez porque o espaço urbano, aos olhos do habitante, comece a se expandir a partir dela, como pensa Ecléa Bosi: “Dela partem as ruas, as calçadas onde se desenrolou nossa vida, o bairro” (BOSI, 1992, p. 146). E, assim, melhor compreendemos as palavras do acima referido memorialista:

Não sei se porque tive uma infância feliz, com saúde, vivendo numa cidade (Viçosa) de clima delicioso e tão cheia de vida, na agradável companhia de meus pais, irmãos e amigos – fato é que sinto fascinação pelo passado. Sempre estou a recordar a casa paterna ali na antiga Praça da Matriz, meu pai botando café no sol ou cavalgando em cavalo branco a caminho de seus sítios, que fizesse sol ou chovesse, para o árduo trabalho agrícola; minha mãe, na luta diária da cozinha, preparando nossa comida ou fazendo doces (mormente para remeter ao Expedito que estudava no seminário) ou me mandando comprar açúcar, pão, alho, sal ou qualquer outro condimento ou cereal, exceto arroz, feijão, café, farinha, goma, óleo, leite e frutas, alimentos que possuíamos em estoque oriundos de nossa produção agropecuária (SOUZA, 2007, p. 09).

Ele, que nasceu em Viçosa do Ceará no ano de 1934, ingressou na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, bacharelando-se em 1960. Além de exercer funções no Departamento Rural (DERUR) e Departamento Jurídico (DEJUR) do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), ao longo de trinta anos, contribuiu como articulista nos jornais “Correio do Ceará”, “Unitário”, “O Povo” e “O Estado”. Também publicou artigos na revista “Boletim da Ibiapaba”, abordando problemas vivenciados no município (BARRETO, 2012). Tais informações sinalizam a articulação de viçosenses com os meios de comunicação no âmbito estadual. Em um de seus artigos no jornal “O Povo”, o escritor expõe insatisfações quanto às mudanças ocorridas em diversos aspectos da cidade, e celebra o passado como a “Bela época de Viçosa”:

A exemplo de muitas cidades cearenses, Viçosa já não oferece encantos aos do “pequenino Mirai” de que nos falava o cadencioso Ataíde Alves: “aos domingos missa na Matriz e jogos de botão sobre a calçada”. Missa na Matriz ainda há, não

porém com aquela frequência que lotava o templo, muitos tendo que assistir à cerimônia do patamar e dos adros da tri-secular igreja construída pelos índios no tempo dos jesuítas e da Missão da Ibiapaba. Conquanto a densidade demográfica, hoje, seja bem superior, já não se lota a velha igreja, parecendo que os fieis escassearam ou trocaram de culto. Ocorre que a diferença não é na igreja. A praça da Matriz – ora denominada Clóvis Beviláqua, que já passou por várias remodelações e não tem mais aquele artístico coreto nem o quiosque nem o bambual e os risos-do-prado – comparada com a dos anos quarenta parece mais um deserto de gente, de vida, de animação. Àquele tempo quanta movimentação nas quermesses das festas da Padroeira e do Natal! Quanto entusiasmo e frenesi nas barracas dos partidos azul e róseo liderados pelas saudosas D. Ritinha Louzada e d. Maria Alzira, que disputavam com garra a hegemonia! A mocidade passeando ao redor do coreto e namorando nos bancos à sombra dos benjamins e ao lado das roseiras odorosas. A banda de música executando a retreta ou tocando à alvorada dos dias festivos (concerto que se repetia ao meio dia e às nove da noite) e nos grandiosos leilões da festa de São Francisco, cuja igreja se construíra sob a liderança de Chico Caldas, de saudosa memória. Que saudade das caminhadas, no trajeto da Santa Padroeira à casa do noitário, a mocidade – acrescida dos estudantes de férias – cada um ao lado de sua namorada, outros flertando, que tempo bom!³²

Figura 6 – Igreja de Nossa Senhora da Assunção.



Fonte: Acervo Tereza Cristina Mapurunga Miranda Magalhães.

Nessa passagem, o autor reconstrói uma paisagem a representar a cidade, situando-a em seu tempo de mocidade, e as práticas sociais aparecem intrinsecamente vinculadas ao espaço onde se desenrolam. Tanto que, ao descrever as ocasiões de missa, reporta-se não apenas à existência da igreja, mas também à frequência de fieis ocupando os

³² SOUZA, F. Silveira. A bela época de Viçosa. *O Povo*, Fortaleza, 07 jan. 1996. Leitor, p. 05.

adros e o patamar. E conclui, “[...] a diferença não é na igreja”. De tal assertiva, inferimos que, embora a igreja enquanto edificação tenha permanecido, ao contrário, a prática constituinte daquele espaço sofreu mudanças, alterando, por conseguinte, sua configuração em dias de festa, ao olhar do memorialista.

Em tal reflexão, vislumbramos espaço e práticas sociais reproduzindo-se em um processo uno, como categorias inextrincáveis. Assim, ao passo que menciona as remodelações pelas quais passou a praça, a retirada do coreto e de um certo quiosque, e até de determinadas espécies de planta (bambual, risos-do-prado, benjamins, roseiras), o viçosense também se apercebe de um esvaziamento na igreja, nas atividades na praça. A dinâmica era outra.

Tudo isso, hoje, é apenas repositório da história. Um pálido reflexo de um tempo feliz que passou e que não volta mais... Viçosa, socialmente, não é mais aquela. Agora, mal surgem as sombras do crepúsculo, na rua rareiam as pessoas, as casas cerram suas portas e todos se postam perante a deusa televisão, como os antigos frente aos penates. Até o clima, que lhe granjeava o epíteto de Suíça Brasileira e Petrópolis Cearense, já não é mais aquele, notadamente pela devastação das florestas que a contornavam e pelo asfalto que encobriu seu velho calçamento de pedra [...]. Ainda bem que pouparam o mangueiral que embeleza a Praça da Matriz e abriga a passarada que nos embevece com seu trinado.³³

As memórias de F. Silveira Sousa prosseguem nesse trecho, e a perspectiva do presente ao mirar o passado se apresenta de modo mais claro. A cidade de outrora é retomada como referencial, diante das insatisfações relacionadas aos rumos tomados no que tange à paisagem urbana: casas cerradas, asfaltamento das ruas, desmatamento. O “progresso” estaria se avizinando.

Milton Santos afirma, em sua obra “Metamorfoses do espaço habitado”, que a “paisagem tem, pois, um movimento que pode ser mais ou menos rápido” (SANTOS, 2014, p.75). E tal movimento se define em consonância com as condições políticas, econômicas e as ditas “culturais”. Compartilhando de tal pensamento, Carlos (2005) trata sobre dois elementos da paisagem: “Da observação da paisagem urbana depreendem-se dois elementos fundamentais: o primeiro diz respeito ao ‘espaço construído’, imobilizado nas construções; o segundo diz respeito ao movimento da vida” (CARLOS, 2005, p.40). Assim, a dinâmica da paisagem corresponderia ao ritmo das relações sociais.

O asfaltamento recobrando o “velho calçamento de pedra” não estaria indicando a iminência de um tempo mais célere ou, ainda, a circulação de um número maior de automóveis por aquelas ruas? Tanto a relação com o tempo, quanto a forma de se deslocar

³³ *Ibidem*.

pela cidade não estariam mudando? As paisagens recriadas por intermédio das memórias de outros viçosenses também são marcadas por esse processo de asfaltamento. Tal empreendimento, inclusive, chega a ser retomado enquanto um divisor de “épocas”, ou seja, o fim do calçamento em pedras toscas aparece como sintomático de transformações da vida socioeconômica. À percepção espacial se imbrica a percepção da passagem do tempo, por parte de seus habitantes, influenciando a forja de uma noção de passado. Isso se evidenciou na fala de um de nossos depoentes:

A questão do asfalto demorou a chegar em Viçosa. O asfalto em Viçosa foi só em 94. Aquela coisa do calçamento, da pedra tosca, ainda guardava, ainda era retrato de uma Viçosa bucólica, de uma Viçosa do passado.³⁴

Uma cidade bucólica ou, ainda, pacata, como se refere abaixo uma de nossas entrevistadas. São imagens relacionadas ao passado daquele espaço urbano, cujo silêncio e quietude seriam quebrados pela intensificação do trânsito de automóveis ocasionada, em particular, pela implementação de acessos a outras regiões como Camocim-CE e Parnaíba-PI. O “isolamento” seria desfeito.³⁵

A nossa vida social era uma vida muito pacata [...]. Viçosa até os anos, final da década de 70, era uma cidade muito pacata, quieta, silenciosa. Você ouvia o silêncio. E, às vezes, até taxada de monótona, porque você chegava em Viçosa... só vinha a Viçosa quem tinha negócio. Os acessos pra praia, Camocim, acesso pra Parnaíba, não tinha estrada asfaltada. Eu não quero, com isso, dizer que eu fui contrária à pavimentação das estradas. Pelo contrário, tinha que ter mesmo as estradas, tinha que ter o escoamento. Mas ela era uma cidade muito quieta. E de 80 pra cá começou esse rebuliço. Agora é uma cidade barulhenta. Trânsito insuportável. Pode observar!³⁶

Anterior a essa “época” de rebuliço e barulho, a presença de animais circulando pelos logradouros era recorrente, caracterizando um estreitamento entre o rural e o urbano ou, para utilizar a expressão de Washington Vieira, tal cidade se configurava como um lugar “onde o rural invadia o urbano”.³⁷ Assim, ela é delineada por nosso depoente:

³⁴ Entrevista. **Eônio Cavalcante Fontenele**. Fortaleza, 24 abr. 2015.

³⁵ A imagem de Viçosa do Ceará enquanto cidade isolada ainda foi argumentada, em 2003, como um dos motivos da manutenção das características apresentadas pelo trecho urbano que influenciaram o processo de tombamento junto ao IPHAN: “Todo o ambiente ao redor da igreja e nas proximidades manteve uma certa uniformidade, ficou preservado porque Viçosa é uma cidade isolada”. Fonte: Ata da 39ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro, 14 de ago. de 2003, p.30. (Pronunciamento de José Liberal de Castro).

³⁶ Entrevista. **Tereza Cristina Mapurunga Miranda Magalhães**. Viçosa do Ceará, 05 nov. 2014.

³⁷ VIEIRA, Washington. Reminiscências: velhas procissões. **Opinion**, 14 mar. 2012. Disponível em: <<http://iconacional.blogspot.com.br/2012/03/reminiscencias-velhas-procissoes.html>>. Acesso em: 03/2015.

Viçosa era uma cidade já urbanizada, mas que tinha uma influência muito forte do entorno rural. Eu me lembro, como se hoje fosse, nos anos 80, dia de domingo, por exemplo, dia de sábado, o pessoal ia pra feira da cidade e amarrava seus animais nos postes da cidade. Ficava ali, inclusive, depois, durante algumas horas ainda, o cheiro das fezes dos animais. Por pouco tempo. Era uma cidade limpa, mas ficava. É o registro de uma época, marca uma época. No dia de domingo, muita gente dos sítios ia assistir à missa em Viçosa e levava os animais. Aquelas mangueiras, ali perto da praça, ficava tudo cheio de animal amarrado. Enfim, Viçosa era uma cidade que tinha uma influência muito forte dessa coisa rural. É uma época muito boa de se recordar! Não existia esse excesso de automóveis, a questão da máquina mesmo, não existia motocicletas com a fatura que tem hoje [...]. Era mais animais, mesmo! As pessoas iam à cidade de animais e tal. Isso, perto do banco do Estado, que é perto do mercado, ficava ali naqueles postes, na Rua João Viana, uma série de animais amarrados.³⁸

O Sr. Alfredo Leocádio recuou um pouco mais no tempo para também relatar sobre essa interdependência entre o espaço urbano e as atividades de caráter rural. A urbe tratada por ele se restringia, praticamente, ao que atualmente corresponde ao trecho protegido. Mas, para além desses contornos, o que existiria?

[...] era só ali, praticamente, da Rua Lamartine Nogueira pra Rua Zé Siqueira, hoje, que nesse tempo se chamava Rua de Paris; e da Rua Coronel Salustiano de Pinho à Rua Coronel Zeca Batista. É só aquele centro histórico, né. Agora o resto era subúrbio. Assim, tinha assim um jardim, tinha uma casa aqui outra acolá, casinha tudo de palha naquela época, tinha a rua que chama a rua do curral [...].³⁹

Nascido em 1941, na cidade mesmo de Viçosa do Ceará, passou a infância em casa situada na Rua Lamartine Nogueira, nas proximidades da Praça General Tibúrcio. Ele costumava acompanhar o pai, que era dono de uma loja de tecidos na cidade, quando das visitas à fazenda da família (de seu bisavô), no Sítio Lambedouro, realizadas, em especial, nos períodos de inverno. Ao falar sobre a vida em sua cidade natal, ele rememora:

[...] geralmente aquelas pessoas que tinha mais condição, ele tinha uma vaca no quintal [...]. Tinha aquela pessoa só pra buscar o capim lá no sítio pra trazer “prali”. Botava comida, aquela coisa toda. Trazer uma lenha pra casa. Era uma pessoa pra esse trabalho, né. E eu fazendo as conta, lá em casa tinha umas seis a sete pessoas que funcionava em casa: era empregada pra comida, outra pra cuidar dos menino, era pessoa pra botar água na cabeça, era gente pra lavar roupa, outra pra engomar. Rapaz, era uma criadagem danada! É umas seis a sete pessoa [...]. Aí, no quintal tinha [...] cavalo, tinha o curral da vaca, tinha o quintal das galinhas, do peru, do porco, um chiqueiro, aquela coisa toda [...].⁴⁰

³⁸ Entrevista. **Eônio Cavalcante Fontenele**. Fortaleza, 24 abr. 2015.

³⁹ Entrevista ao Sr. Alfredo Nogueira Magalhães, Alfredo Leocádio, realizada pelo pesquisador Oswald Barroso. Projeto Secult Itinerante, 2006. Fonte: Acervo do Museu da Imagem e do Som (MIS-CE).

⁴⁰ *Ibidem*.

Os quintais das casas também são revisitados por Eônio Fontenele, os quais, até a década de 1980, de acordo com suas recordações, perduraram como uma linha de contato entre o rural e o urbano. O quintal a lhe servir de referência é o da residência de sua avô, que era, também, o da sua própria casa, à Rua Lamartine Nogueira. Conforme leitura de Graça Filho (2009), nas cidades consideradas pequenas (com uma população estimada menor que 20 mil habitantes), essa tênue fronteira pode ser visualizada por meio da presença, no perímetro urbano e arredores, de chácaras, terrenos cultivados, hortas e fazendolas (NOUSCHI, 1977, p. 60 *apud* GRAÇA FILHO, 2009, p. 30).

[...] os quintais de Viçosa eram sempre quintais muito espaçosos, bem amplos. Aí tinha secadores pra secar o café. Muitas das famílias viçosenses eram proprietárias de sítios que produziam café, como era o caso da gente. Então, no quintal da casa da minha avó, tinha secador de café. Deu muita pimenta no sítio também. Muita fruta! Jaca, por exemplo. Eu não posso sentir o cheiro de jaca, comer um doce de jaca, que eu me transporto pra o quintal da casa da minha avó! Uma época muito boa de lembrar! E os quintais eram muito amplos! Então, a gente brincava muito no quintal. Jogava bola, armava uma rede de vôlei improvisada, juntava os amigos e ia brincar de vôlei, de, enfim, futebol [...]. Esses quintais, além de espaço aberto pra criançada brincar [...], tinha também armazéns pra guardar a pimenta, pra guardar o café, pra guardar, às vezes, a cachaça, pra guardar, enfim, frutas. Eram quintais que tinham espaço pra criar ali algumas galinhas, porcos e tinha aqueles animais ali de criação doméstica.⁴¹

Partindo desses relatos, inferimos a existência de um trânsito envolvendo os moradores das áreas rurais, os Sítios, e a população citadina. Aqueles, chegando à cidade para festejos, missas, feiras, a passeio, a trabalho; seja a pé, a cavalo ou em caminhões pau-de-arara (mais recentes). Os últimos, dirigindo-se aos Sítios visando às produções agrícolas. No entanto, havia certo distanciamento entre tais populações, que se tornava marcante, em especial, nos espaços de sociabilidade, como os passeios nas praças e as festas nos clubes.

[...] e a gente frequentava, tinha um clube social aqui chamado “Viçosa Tênis Clube” [...], onde tinha festas maravilhosas, mas também era só uma parcela restrita da sociedade que participava, entendeu? Ainda tinha aquela de dizer que só era a sociedade urbana, aquele pessoal, a questão da família [...]. As pessoas dessa maneira faziam separação. Separação de classes, né.⁴²

A depoente nos indica, pelo menos, dois motivos de distinção. A origem urbana e a familiar aparecem como definidoras dos lugares a serem permitidos ou restritos a determinados grupos. Gilton Barreto também se recorda dessa separação social, a qual também era espacialmente traçada. Suas lembranças sinalizam que, até meados da década de 1980, existiam o clube “dos ricos” e o clube “dos caboclos”.

⁴¹ Entrevista. **Eônio Cavalcante Fontenele**. Fortaleza, 24 abr. 2015.

⁴² Entrevista. **Tereza Cristina Mapurunga Miranda Magalhães**. Viçosa do Ceará, 05 nov. 2014.

Chamava “caboco” porque era o pessoal humilde do sertão, do sítio, que vinha. No Clube não entrava. No Gabinete não entrava ninguém sem terno, na festa daqui. No Clube, se você não fosse de família, você não entrava! Esse pessoal da redondeza aqui penava muito! Eram barrados!⁴³

Nos dois trechos supracitados, uma série de termos despontam, oferecendo-nos visibilidade quanto às formas de qualificação no interior daquela sociedade, reverberando na (re)produção de representações sintomáticas da existência de cisões sociais, visíveis nas práticas e, por conseguinte, no espaço praticado. E uma cartografia desses lugares desponha na memória desses habitantes – o Viçosa Tênis Clube, o Gabinete Viçosense de Leitura, o Theatro Pedro II, a Praça General Tibúrcio, o Círculo Operário São José.

Figura 7 – Praça General Tibúrcio, 1937, “1º Centenário de Aniversário”. É estrategicamente localizada em frente à casa onde nasceu.



Fonte: Acervo de Tereza Cristina Mapurunga Magalhães.

Nascido em 1939, no Sítio Jaguaribe, o Sr. Chiquinho Carneiro rememora seu tempo de “rapazinho” na cidade de Viçosa do Ceará, com aproximadamente 12 anos de idade. Além de ali realizar seus estudos, já que ainda não havia escolas no Sítio, ele também ia a passeio:

⁴³ Entrevista. **Gilton Barreto**. Viçosa do Ceará, 14 ago. 2014.

[...] quando já ficando rapazinho da cidade, tinha uma turma de amigos. Aos domingos, a gente vestia a melhor roupa. Geralmente, era todo mundo de paletó. Todo mundo na gravata, na missa de nove horas [...]. Era rapazinho, já de doze anos. Todo mundo era engravatado, empaletozado; ficava passeando pelas praças. À noite, na Praça General Tibúrcio, que é a outra praça: primeira, a Clóvis; e essa, a Tibúrcio, tinha dois passeios. E existia uma divisão naqueles passeios, tinha os brancos e os caboclos. Não andavam juntos: era um num passeio e não se misturavam.⁴⁴

As lembranças do Sr. Alfredo Leocádio também referenciam esses passeios na Praça General Tibúrcio, e a ideia de conformação daqueles espaços enquanto territórios se evidencia. Nesse âmbito, consoante o pensamento desenvolvido por Sousa (1995), entendemos o território como uma teia de relações sociais, um campo de forças a definir limites entre os diferentes grupos. Tais limites relacionais não necessariamente coincidem com “barreiras” físicas apresentadas pelo espaço, mas se apresentam sob um caráter fluido (SOUSA, 1995, p.85).

[...] na Praça General Tibúrcio, hoje o desenho da praça já modificaram tudo, tinha duas pista de andar: o pessoal que chamava de primeira, os branco. Que tinha aquele racismo danado naquela época! Pois é, eles “andava” por dentro. E o pessoal, que falava naquela época, que chamava de segundo, andava por fora. Eles não se cruzavam. Tinha duas “pista” [...].⁴⁵

Dos termos – “de primeira”, “de segundo”, “os brancos”, os “de família”, a “sociedade urbana”, os “caboclos” –, podemos vislumbrar um panorama da complexidade da teia social, a se movimentar cotidianamente pelas ruas daquela cidade “pacata” e “bucólica”. A partir dela, os habitantes erguem fronteiras simbólicas, as quais, conforme Arantes (1994, p.191), “[...] nivelam, hierarquizam ou, em uma palavra, ordenam as categorias e os grupos sociais em suas mútuas relações. Por esse processo, ruas, praças e monumentos transformam-se em suportes físicos de significações compartilhadas”.

A frequência nos espaços de lazer e de sociabilidade diz respeito, *a priori*, a aspectos que poderíamos, em uma análise superficial, rotular como “culturais”, todavia eles estão intrinsecamente imbricados a questões econômicas, políticas, ideológicas. Históricas. O processo colonial, da aldeia à vila de índios, gestou a cidade com suas “famílias tradicionais” (cuja proveniência, geralmente, é atribuída a matrizes franco-lusas) e “caboclos” (na tentativa de diluir as influências indígenas, bem como a presença de suas descendências). Das

⁴⁴ Entrevista ao Sr. Francisco Carneiro da Cunha, Chiquinho Carneiro, realizada pelo pesquisador Oswald Barroso. Projeto Secult Itinerante, 2006. Fonte: Acervo do Museu da Imagem e do Som (MIS-CE).

⁴⁵ Entrevista ao Sr. Alfredo Nogueira Magalhães, Alfredo Leocádio, realizada pelo pesquisador Oswald Barroso. Projeto Secult Itinerante, 2006. Fonte: Acervo do Museu da Imagem e do Som (MIS-CE).

lembranças de Eônio Fontenele, temos que: “[...] no Centro, moravam as famílias mais abastadas, digamos assim, mais tradicionais. No Centro, em torno das praças! Sempre foi ali o reduto das elites [...]”. Famílias que, proprietárias de terra e predominantes no ramo comercial, também passaram a exercer o poder político local.

Na apropriação da cidade, seus habitantes, por vias da memória, reconstróem seus calçamentos, calçadas, as mangueiras das praças, monumentos, edifícios, paisagens, as quais, transcendendo a materialidade, tornam-se mais que pedras, tijolos, telhas, barro. São referenciais de suas próprias experiências e, por isso, são constantemente atualizados. E assim, podemos compreender as palavras de Ecléa Bosi quando afirma que: “As lembranças se apoiam nas pedras da cidade. Se o espaço, para Merleau-Ponty, é capaz de exprimir a condição do ser no mundo, a memória escolhe lugares privilegiados de onde retira a sua seiva” (BOSI, 1992, p. 146).

2.3 “[...] UMA VISÃO MAJESTOSA DOS CASARÕES SECULARES”: O PASSADO COMO CARTÃO-POSTAL

[...] o patrimônio não deve ser observado do passado, mas preferencialmente do presente, como categoria de ação do presente e sobre o presente. Enfim, o patrimônio, que se tornou um ramo-chave da indústria do lazer, é objeto de questões econômicas importantes. O “vale a pena o desvio” dos guias, retomado pelas agências de viagem, inscreve-o na globalização. Sua “valorização” insere-se então diretamente nos ritmos e nas temporalidades rápidas da economia do mercado atual, choca-se com ela ou, em todo caso, aproxima-se dela (HARTOG, 2014, p. 237-238).

A assertiva de François Hartog nos inclina, mais uma vez, diante da problemática da apropriação da categoria do passado e daquilo que nela venha a se incluir. Enquanto vestígios de experiências processadas nos diferentes tempos, muitos objetos assumem a posição de atalhos para um passado determinado, porém, o olhar lançado sobre eles carrega uma perspectiva do presente, nutrido pelas necessidades de quem os prospecta.

Há a expectativa nos meios culturais cearenses de que a reunião do Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), hoje, proclame o tombamento do sítio histórico de Viçosa do Ceará. A reivindicação é antiga e sensibiliza não apenas os cearenses, mas a todos que percebem a importância desse patrimônio [...]. A cidade guarda praticamente intacto o traçado original da Vila de Viçosa Real d’América [...]. Além do mais, guarda praticamente intocadas belezas naturais que exercem grande fascínio sobre os visitantes, como a pedra do Itaguarassu (sic) e um conjunto de cachoeiras da cascata de Pirapora. É um milagre que grande parte desse patrimônio histórico e cultural ainda esteja de pé, escapando da destruição habitual que tem atingido o legado deixado pelos ancestrais cearenses. Fortaleza é a principal vítima dessa inconsciência. Resta fazer finca-pé nos sítios históricos espalhados pelo território do Ceará. Mesmo em Viçosa, onde a preservação foi maior, alguns edifícios já tiveram suas fachadas descaracterizadas. É

preciso que não se deixe perder os que mantêm a forma original, assim como é imperativo recuperar os que foram agredidos. Ganha não apenas a cultura – se isso ocorrer – mas também a economia, visto ser possível dinamizá-la através do turismo [...].⁴⁶

O texto publicado em 14 de agosto de 2003 destaca a ocorrência da 39ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. Tratando acerca da “expectativa” frente à decisão quanto ao tombamento de “sítio histórico” em Viçosa do Ceará, o autor delinea, mesmo de forma geral, um contexto em meio ao qual ela se daria: “destruição habitual que tem atingido o legado deixado pelos ancestrais cearenses”, apresentando a capital, Fortaleza, como “a principal vítima dessa inconsciência”.

A referida “expectativa” se encaminha por duas vias: a simbólica e a econômica. Aliás, duas vias que, não raramente, entrecruzam-se. Nesse caso, a intersecção seria mediada pela atividade turística. O turismo seria o meio de dinamizar a economia do município, ao ofertar, além das “intocadas belezas naturais”, outros bens que referenciam a própria historicidade local, ao guardar “praticamente intacto o traçado original da Vila Viçosa Real d’América”. Assim, o passado vai sendo reposicionado no presente da cidade.

O município integra a *Área de Proteção Ambiental Serra da Ibiapaba (APA Serra da Ibiapaba)*. Sob a administração do IBAMA, ela foi criada em 1996 com o objetivo de, entre outros: “I. garantir a conservação de remanescentes de cerrado, caatinga e mata atlântica”.⁴⁷ De acordo com Branco (2011), Viçosa do Ceará apresenta o maior enclave deste último bioma no Ceará.

O Planalto da Ibiapaba é popularmente conhecido como Serra da Ibiapaba ou, simplesmente, Serra Grande. É ocupado pelos municípios de Tianguá, Viçosa do Ceará, Ubajara, Ibiapina, São Benedito, Carnaubal, Guaraciaba do Norte, Croatá e Ipu. Além da já mencionada APA Serra da Ibiapaba, a região conta com outras unidades de conservação: o Parque Nacional de Ubajara (1959), também sob a administração federal/IBAMA e a Área de Proteção Ambiental da Bica do Ipu (1999), administrada em âmbito estadual /SEMACE.

O patrimônio “natural” da região já há muito é apresentado como um dos potenciais produtos turísticos, como nos indicia a matéria intitulada “O turismo é nosso”, publicada em 1977, chamando a atenção do leitor para a necessidade de “conhecer ou rever nossas boas coisas”. E dentre essas, o autor ressaltava a “paradisíaca Ibiapaba”:

⁴⁶ Viçosa Rebelde – Cearenses aguardam com expectativa tombamento de Viçosa. **O Povo**, Fortaleza, 14 ago. 2003. Opinião. Editorial, p. 06.

⁴⁷ BRASIL. **Decreto/96**, de 26 de novembro de 1996. Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental Serra da Ibiapaba, nos Estados do Piauí e Ceará, e dá outras providências. Art. 1º. Inciso I. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/120947/decreto-96>>. Acesso em: 03/2014.

Se turismo no exterior está assim tão difícil, você precisa descobrir as coisas nossas, o que há para ver pelo Brasil, pelo Nordeste, pelo Ceará, e se mandar para conhecer ou rever nossas boas coisas [...]. Um bom programa para fim de semana é um passeio à paradisíaca Ibiapaba; do alto da serra o verde que se descortina no vale, em matizes, sugere uma sinfonia de cores. Há o banho da bica do Ipu, a famosa gruta de Ubajara, o teleférico [...]. BALAIO, para elaborar este roteiro foi entrevistar-se com AIRTON FONTENELE, filho de Viçosa e um dos entusiastas do incremento ao turismo naquela Região. Ele elaborou um minucioso roteiro, com detalhes sobre todos os pontos de interesse e que procuraremos resumir e apresentar a seguir.⁴⁸

Dentre os “pontos de interesse”, alguns estariam situados em Viçosa do Ceará. Para acessá-los, o turista deveria seguir, a partir de Tianguá, pela “Estada da Confiança”, a estadual CE-75. A construção de tal rodovia, influenciada pela intenção de integração dos municípios cearenses, visava também à interligação com a Transamazônica, obra do regime militar, como se percebe no texto jornalístico “Ipu e a Rodovia da Confiança”, de 1972. Para além da função de escoamento de produções agrícolas e trânsito de produtos industriais, a Rodovia também colocaria em marcha a expectativa do desenvolvimento turístico da região da Ibiapaba, onde se destacava Ipu, lugar já prestigiado pelo romancista José de Alencar, em sua obra “Iracema”:

A construção da “Rodovia da Confiança” – Ce-75 – recentemente anunciada pelo governador César Cals, terá uma extensão de 527 quilômetros e interligará, em três etapas, os municípios de Viçosa do Ceará, Tianguá, Ubajara, Ibiapina, S. Benedito, Guaraciaba do Norte, Ipu, Ipueiras, Nova Russas, Tamboril, Crateús, Independência, Novo Oriente, Tauá, Parambu, Arneiros, Aiuba e Campos Sales, onde, então, alcançara a Transamazônica. Os trabalhos preliminares de implantação da “Rodovia da Confiança” já foram iniciados pelo DAER, em Viçosa do Ceará [...]. A Ce-75 será, talvez, a mais importante obra governamental a favorecer a decantada cidade Ipuense, localizada no sopé da serra da Ibiapaba, num dos mais pitorescos recantos do nosso Estado, principalmente, se se levar em conta sua importância para o desenvolvimento do turismo em Ipu, através da Escada de Pedras e da turística e conhecida Bica do Ipu. O turismo, insistimos, será um largo passo para o processo de desenvolvimento de Ipu e consequentemente do Estado. A “Rodovia da Confiança”, além de facilitar tal processo, vai dar acesso à Transamazônica, e impulsionará, de veras, a economia das diversas e diferentes regiões. O planalto da Ibiapaba e o vale do Cariri, por exemplo, os mais férteis do Ceará se tornarão mais próximos.⁴⁹

De volta ao roteiro de BALAIO, Viçosa do Ceará é apresentada, então, como “terra de boa cachaça e berço de nomes ilustres de nossa história, como Clóvis Beviláqua e General Tibúrcio”⁵⁰. E até hoje, os “filhos ilustres” continuam sendo convocados nos “cadernos de turismo”! E o roteiro prossegue pela cidade, onde:

⁴⁸ PEREIRA, Cláudio. O turismo é nosso. **O Povo**, Fortaleza, 30 out. 1977. Fim de Semana. Coluna Balaio, p. 04.

⁴⁹ MOURÃO, J. P. Ipu e a Rodovia da Confiança. **O Povo**, Fortaleza, 15 jul. 1972, p. 14.

⁵⁰ *Ibidem*.

[...] os principais pontos de atração de Viçosa são o Morro do Céu, de cujo local descortina-se belíssimo panorama, a pedra do Itagurussu, que forma verdadeiro abrigo natural, situada a 800 metros da cidade, a histórica igreja da Matriz, construída pelos jesuítas. Viçosa é excelente para a compra de produtos regionais, como cachaça, doces, artesanato (jarros). Se houver tempo prove da hospitalidade viçosense, indo ao banho, na piscina natural do sítio do Hilo, onde há a venda da melhor cachaça da cidade. Para a hipótese de pernoite em Viçosa, há o hotel Sayonara, que possui ligações telefônicas com todo o Brasil, e televisão, para quem for de curtir novela.⁵¹

Somados aos aspectos “naturais”, complementam a exposição do articulista alguns produtos relacionados a práticas locais, como a fabricação da cachaça e a produção artesanal – doces e jarros; estes, provavelmente, em barro –, bem como uma edificação em especial: a Igreja Matriz, com seu diferencial – “construída pelos jesuítas”.

O roteiro é apresentado, ainda, como uma programação para a qual o dispêndio de tempo se resumiria a apenas um final de semana. As expressões “se houver tempo” ou “Para hipótese de pernoite” são sintomáticas da lógica temporal em curso: a celeridade característica de uma dimensão capitalista. O “consumo” rápido também tangenciando a apropriação do espaço, em decorrência da necessidade de logo retornar às atividades produtivas diárias e, nesse sentido, de também passar pelo maior número de “pontos” do roteiro, durante o intervalo de tempo que se dispõe.

É possível identificar certa sintonia entre essa ideia de “conhecer ou rever nossas boas coisas” e os projetos oficiais em trânsito no âmbito nacional, como a criação, em 1966, da EMBRATUR (Empresa Brasileira de Turismo) que, para Becker (1996), representou um marco na política nacional de turismo. Naquele mesmo ano, foi criado o Conselho Federal de Cultura (CFC) e, em 1975, é lançado o primeiro plano de ação governamental no campo da política cultural, a Política Nacional de Cultural (PNC) (BARBALHO, 2007). Todas, gestações do regime militar, sob uma ótica de integração da nação.

Vinculada ao Ministério da Indústria e do Comércio, a Embratur foi estruturada como autarquia e, de acordo com Becker (1996, p. 187), “[...] via o turismo como uma indústria nacional”, acompanhando a lógica desenvolvimentista característica da economia no período. Os moldes da ditadura também se faziam marcantes por meio do próprio funcionamento daquela autarquia, em torno da qual a atividade era controlada e centralizada: “[...] exercendo um controle extremamente rígido da atividade turística, circundada pelas grandes companhias que não autorizavam o turismo, situadas particularmente no Rio de Janeiro, onde estavam as grandes operadoras [...]” (BECKER, 1996, p. 187).

⁵¹ *Ibidem*.

Aragão (2002) caracteriza esse período, no que tange à atividade turística, como focado no turismo interno. Ao dialogar com Irelano Porto Benevides, aquele autor expõe que a Empresa Cearense de Turismo (EMCETUR), criada em 1973, coincidia com a ideia de:

[...] (re)descoberta do Nordeste pelo turismo. Concebido como espaço de atratividade e de potencialidades turísticas, baseado, de certo modo, numa teoria das vantagens comparativas para o espaço nacional – numa pressuposta e rígida divisão inter-regional do trabalho –, este (re)descobrimento parecia ser uma nova saída para o velho entrave desenvolvimentista na região (BENEVIDES, 1998 *apud* ARAGÃO, 2002, p. 49).

Em consonância com tal processo de (re)descoberta, é que percebemos a presença da EMCETUR durante o Encontro Regional de Prefeitos da Ibiapaba, em 23 de novembro de 1973, na cidade de São Benedito, reunindo os gestores de Viçosa, Guaraciaba do Norte, Carnaubal, Tianguá, Ubajara, Ibiapina, bem como da própria sede do evento. A edição do jornal “O Povo” de 28 de novembro relata que, na ocasião, debateram-se sobre os problemas enfrentados pela região, na presença de Luis Sérgio Vieira, então Secretário do Planejamento do Governo Cesar Cals, técnicos do Conselho de Contas do Nordeste, bem como Eliezer Teixeira, presidente da EMCETUR. Este, tratando sobre “o aproveitamento turístico da Serra”.⁵²

O Governo Cesar Cals aparece, portanto, com intenção articuladora junto ao Ministério do Planejamento, em torno da proposta de “exploração turística da Ibiapaba”. Um projeto visando ao financiamento do Governo Federal teria sido encaminhado, com vistas à execução de obras de infraestrutura, em especial, asfaltamento de estradas no Planalto. O foco das ações seria a atração de turistas provenientes do Piauí, Maranhão e Pará, enquanto a bica do Ipu é mencionada com destaque.⁵³

No que tange à Viçosa do Ceará, a ação da Prefeitura de Antônio Gomes da Silva aparece articulada ao interesse de outros sujeitos da região, como no caso da construção da estrada ligando Viçosa do Ceará a Ubatuba, no Município de Granja:

TRABALHO INCANSÁVEL – A rodoviária, sem contar com a ajuda do Governo Estadual, vem sendo construída graças ao esforço do prefeito Antonio Gomes da Silva e do empresário de Ubatuba, Sr. Dário Vera Magalhães, que muito tem contribuído para que a estrada fosse construída em breve espaço de tempo. Foi ele quem lutou junto a Diocese de Tianguá e conseguiu com a ajuda do Pe. Odilon um projeto da Cáritas para a abertura da estrada. Várias outras pessoas também deram a sua parcela de contrque [sic] tem sido um baluarte, Aureliano Clarindo Pedro Rocha,

⁵² Encerrado Encontro de Prefeitos da Ibiapaba. **O Povo**, Fortaleza, 28 nov. 1973. Municípios, p. 12.

⁵³ Projeto de Exploração Turística da Ibiapaba, **O Povo**, Fortaleza, 28 nov. 1973. Municípios, p. 12.

Pedro Batista de Moraes e o tratorista Luis Mano, que trabalhava voluntariamente em prol da estrada.⁵⁴

O empenho em criar essa via de trânsito e comunicação (também com os núcleos piauienses) visaria ao escoamento de produtos como o algodão, carnaúba e semente oleoginosas, a um melhor abastecimento local, bem como à atração de empreendimentos agroindustriais. Entretanto, a atividade turística também se beneficiaria de tal obra: “O turismo, atividade que se beneficia grandemente com a abertura de novas estradas, se ampliará na região com o cenário de belíssimas serras, cachoeiras e lagoas”.⁵⁵ O início da prática de asfaltamento de suas ruas se mostra como sintomática da inserção daquela cidade no processo de produção do espaço turístico cearense.

Falando à reportagem, o prefeito Antonio Gomes da Silva emprestou grande significação aos encontros que vêm sendo realizados pelo Governador César Cals. Disse-nos que com eles o Chefe do Executivo sentirá de perto problemas dos municípios visitados e atenderá às reivindicações feitas. Como, por exemplo, no encontro da Serra da Ibiapaba, Viçosa foi beneficiada com o asfaltamento da rua Paris até o Céu, que brevemente será enquadrado no plano turístico da EMCETUR.⁵⁶

Como se percebe, a intenção de tornar o Morro do Céu um polo turístico se descortina. De lá, como já referimos anteriormente, é possível uma visão panorâmica reunindo, em uma mesma cena, a cidade e o sertão. Antonio Gomes da Silva cumpriu seu mandato entre os anos de 1972 a 1976, e o intuito de desenvolvimento da atividade turística no município é identificado como marcante em seu governo, pelo menos em âmbito discursivo: “A amostragem das coisas de Viçosa, estão entranhadas na administração municipal”.⁵⁷ O turismo é tomado como instrumento, uma via de crescimento municipal, bem como de valorização de seus antepassados. E o título da reportagem nos parece bastante sugestivo, “Viçosa – o começo no céu”, pois era rumo à igreja do Céu que seguiria a via asfaltada:

Independente das divisas para o município, o turismo aqui tem a intenção também de chamar a atenção de autoridades e empresários para a realidade viçosense. A conservação de nossos prédios seculares e a implantação de indústrias. A criação de novas escolas e a construção de hotéis com boa estrutura. E a nossa história. Queremos mostrar os caminhos de Pero Coelho de Souza. Nossa coragem, legado dos antepassados que fizeram da terra, mais que uma simples cidade [...].⁵⁸

⁵⁴ Nova estrada ligando Viçosa a Ubatuba já é uma realidade. **O Povo**, Fortaleza, 20 nov. 1973, p. 12.

⁵⁵ *Ibidem*.

⁵⁶ COSTA, Eginardo. Uma Cidade Vista do Céu. **O Povo**, Fortaleza, 24 nov. 1973. Segundo Caderno, p. 11.

⁵⁷ MARTINS, Luiz Carlos; BATISTA, Macário (Coordenação). Viçosa – O começo no céu. **O Povo**, Fortaleza, 15 nov. 1975. Suplemento Especial da Ibiapaba.

⁵⁸ *Idem Ibidem*.

Durante a década de 1980, encontramos indícios de intenção de capilarização dessa política institucional de turismo, por intermédio da instalação de escritórios em polos regionais de interesse. A edição de 02 de fevereiro de 1986, do jornal “O Povo”, publicou uma nota acerca da inauguração do “Escritório Regional da Emcetur no Cariri”, sediado em Juazeiro do Norte, nas dependências da Biblioteca Pública, a trabalhar em conjunto com as prefeituras da região. Uma das primeiras atividades seria a realização de um levantamento e classificação dos hotéis existentes em Juazeiro, Crato e Barbalha ⁵⁹.

Um escritório da Emcetur no Planalto da Ibiapaba também era algo reivindicado naquele mesmo momento. Em nota da edição de 15 de janeiro de 1986, o jornal “O Povo” mencionava a solicitação do Deputado Figueiredo Correia ao, então, Secretário da Indústria e Comércio, Danilo Pereira: a instalação de escritório da Emcetur no Planalto da Ibiapaba, bem como a criação de um “Centro de Conscientização e Interpretação Turística de Viçosa do Ceará” ⁶⁰.

O olhar institucional começa a se voltar para aquela cidade e os vestígios históricos figuram como importantes componentes da paisagem que se pretende projetar no mercado consumidor dos espaços: “[...] uma cidade centenária com lindos casarios” ⁶¹. É o que nos sugere este trecho da nota jornalística:

Na mesma pauta foi pedido ainda um projeto de recuperação da igrejinha de Viçosa e de algumas casas centenárias daquele município da Ibiapaba. São os primeiros frutos colhidos do Programa Brasil – França. ⁶²

A resposta positiva foi noticiada no mês seguinte pelo mesmo jornal, no qual se afirmava o comprometimento do já citado Secretário Danilo Pereira com a implantação dos solicitados escritório da EMCETUR e centro de interpretação, “[...] em caráter de urgência, na cidade de Viçosa do Ceará”, ⁶³ diante do panorama esboçado:

Por seu lado, o parlamentar mostrou ao Secretário da Indústria e Comércio, ao qual está ligada a “Emcetur”, o abandono a que está relegado o turismo naquela serra (chamada Grande ou da Ibiapaba). O teleférico, no caso, não foi recuperado nem se sabe quando o será por falta de recursos. Um hotel de turismo em Tianguá foi fechado em razão de práticas ilegais dos antigos proprietários. Tudo isso, ou seja, a falta de infra-estrutura vem desestimulando as demais atividades turísticas na área. ⁶⁴

⁵⁹ ARAGÃO, Ezaclir. Pompas no Cariri. **O Povo**, Fortaleza, 02 fev. 1986. Turismo, p. 03.

⁶⁰ VITORIANO, Edmundo. Escritório da Emcetur. **O Povo**, Fortaleza, 15 jan. 1986. Segundo Caderno, p. 04.

⁶¹ Semana Santa – As rotas do lazer – Serras e sertão. **O Povo**, Fortaleza, 16 mar. 1986. Domingo do Povo, p. 8.

⁶² VITORIANO, Edmundo. Escritório da Emcetur. **O Povo**, Fortaleza, 15 jan. 1986. Segundo Caderno, p. 04.

⁶³ ARAGÃO, Ezaclir. Escritório em Viçosa. **O Povo**, Fortaleza, 02 fev. 1986. Turismo, p. 03.

⁶⁴ *Ibidem*.

Interessante perceber que os primeiros chamados voltados à conservação de trechos do núcleo urbano do município viçosense partem não das instituições de preservação do patrimônio, propriamente ditas, mas de estruturas ou sujeitos preocupados com o crescimento econômico do Estado e da região.

Em 1977, por exemplo, uma série de artigos de autoria de Carvalho Nogueira foi publicada em edições dos meses de junho, julho e dezembro do jornal “O Povo”. O mote dos textos desenvolvidos era o que o autor identificava como “o colapso da memória do Ceará”. Como recorte para tal discussão, sua atenção se voltava para as cidades de Fortaleza, Aquiraz, Aracati, Sobral, Viçosa do Ceará e Icó. Em tom de “denúncia”, “apelo” e “grita”, o autor esboça um retrato de descaso perante o mau estado de conservação do “patrimônio histórico do Ceará”, e solicita ações dos “setores responsáveis pelo levantamento do nosso patrimônio histórico”. Posteriormente, debruçaremos-nos de forma mais demorada sobre as questões ali destacadas, por ora, no entanto, o que nos chamou a atenção foi a cobrança dirigida à EMCETUR, quanto aos encaminhamentos das atividades de restauro e conservação das pinturas de teto na Igreja Matriz de Aquiraz:

Reconhecemos, igualmente, as providências que começaram a ser tomadas em Aquiraz, em relação à igreja matriz, cujo teto estava para ruir. Os atos religiosos, inclusive, continuam sendo realizados no Patamar do templo. Soubemos no entanto, que, por medo que até se justifica, as pinturas da cúpula não serão retocadas. É um detalhe que, na realidade, requer muito cuidado, mas que não pode ficar de lado. A Empresa Cearense de Turismo sabe muito bem que temos gente aqui capaz de examinar e encaminhar o problema. Nossos artistas plásticos estão aí e merecem respeito e confiança. Uma junta deles poderia responsabilizar-se pela recuperação. E não deve ficar para depois a medida, sob pena de vermos destruída pelo tempo uma obra d’arte das mais significativas em se tratando de velhos templos aqui no Ceará.⁶⁵

No âmbito da proteção oficial, um texto lançando luz sobre o “Programa Integrado de Reconstrução das cidades históricas do Nordeste” foi produzido por Augusto Carlos da Silva Telles, datado de 15 de outubro de 1974, sugerindo-nos que as correlações entre atividade turística e patrimônio cultural tendiam a se interiorizar.

No que tange ao território cearense, percebemos que elas circundaram inicialmente as cidades de Icó e Aracati, ambas situadas na bacia hidrográfica do Jaguaribe. Datam do dia 25, também de outubro de 1974, pareceres respectivos propondo a inscrição dos “dois núcleos” nos Livros de Tombo do IPHAN. Redigidos sob uma mesma estrutura, tais pareceres se diferenciavam apenas em alguns parágrafos abordando especificidades históricas e arquitetônicas de cada localidade. De autoria também do arquiteto acima mencionado,

⁶⁵ NOGUEIRA, Carvalho. Entra em colapso a memória do Ceará (VI). Providências apenas em Aquiraz e Aracati. *O Povo*, Fortaleza, 06 dez. 1977, p.19.

apresentaram títulos similares: “A preservação e a valorização no sentido cultural e turística do núcleo urbanos de Aracati-CE”⁶⁶ e “A preservação e a valorização no sentido cultural e turística do núcleo urbanos de Icó-CE”.⁶⁷

O referido autor, à época, figurava como Assessor do IPHAN e representante do Conselho Superior do Instituto de Arquitetos do Brasil. Tal posição o credenciou a participar do “I Seminário de Estudos sobre o Nordeste”, ocorrido em Salvador-BA, entre os dias 26 e 29 de novembro daquele mesmo ano. Como realizadores do evento constam: o Departamento de Assuntos Culturais do Ministério de Educação e Cultura (MEC) e a Coordenação Central de Extensão da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Acreditamos que as questões contidas no texto de 15 de outubro tenham sido expostas nessa ocasião.

Uma dupla inclinação passava a marcar as concepções da política de proteção patrimonial nesse período, conforme Ribeiro (2007): “a preocupação com o crescimento dos centros urbanos históricos, antes considerados estagnados, como Ouro Preto” (RIBEIRO, 2007, p.92), ocasionaria o interesse quanto às questões de gestão urbana e atividade turística. A valorização dos vestígios do passado foi se constituindo como “vetor de desenvolvimento sócio-econômico”, na expressão de Duarte Júnior (2012, p.57). E o turismo representaria uma importante viabilidade, tendo em vista que, por meio dele, seriam possibilitadas bases econômicas para sustentação dos núcleos urbanos protegidos e, em decorrência disso, para a própria “preservação dos sítios históricos” (RIBEIRO, 2007, p.92).

Ribeiro (2007) também menciona, em suas páginas, as viagens empreendidas, entre 1966 e 1967, pelo Inspetor Principal de Monumentos Franceses, Michel Parente, enviado ao Brasil como consultor da UNESCO, em atendimento a uma demanda de Rodrigo Melo Franco de Andrade, então à frente do IPHAN. Nesse ínterim: “Foi no grande potencial turístico do país, que Parente centrou muito de suas análises, indicando o turismo como um fator de promoção do patrimônio cultural brasileiro” (RIBEIRO, 2007, p.92).

É visualizando tal perspectiva que lemos o documento anteriormente referido, de autoria de Augusto Carlos da Silva Telles, intitulado “Planos regionais e definição de prioridades para o Programa Integrado de Reconstrução das cidades históricas do Nordeste”. Entendemos tanto o texto, quanto a ocorrência do supracitado evento como indicativos de um

⁶⁶ TELLES, Augusto Carlos da Silva. **A preservação e a valorização no sentido cultural e turística do núcleo urbanos de Aracati-CE**. Rio de Janeiro, 25 out. 1974. Arquivo: Superintendência do IPHAN no Ceará. Dossiê: Processo de Tombamento / Aracati.

⁶⁷ *Idem*. **A preservação e a valorização no sentido cultural e turística do núcleo urbanos de Icó-CE**. Rio de Janeiro, 25 out. 1974. Arquivo: Superintendência do IPHAN no Ceará. Dossiê: Processo de Tombamento / Icó.

interesse, por parte do Governo Federal, em evidenciar e, mesmo, “recriar” as potencialidades da região Nordeste.

O Programa Integrado de Reconstrução (melhor seria de Restauração, de revitalização, ou de Valorização) das Cidades Históricas do Nordeste, em boa hora criado, com base na Exposição de Motivos 076-B de 31 de maio de 1973 dos Ministros do Planejamento e Coordenação Geral e da Educação e Cultura, representa excepcional mecanismo capaz de dinamizar a efetiva proteção do acervo cultural do Nordeste. A constatação de que “para a preservação dos monumentos tombados é necessária a sua utilização” (item 7 da Exposição de Motivos citada), confere com parágrafos de vários documentos internacionais, notadamente com a Carta de Veneza de 1964. Igualmente o apelo, através de um plano de caráter nacional, a diferentes setores das áreas administrativas e técnicas, principalmente aos programas de turismo, obedece aos itens iniciais da Recomendação de Quito de 1967.⁶⁸

O texto traz a clara ideia de “dinamizar a proteção do acervo cultural” nacional, situado no Nordeste, em consonância com as diretrizes concebidas por organismos internacionais, como o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS, vinculado à UNESCO, e a Organização dos Estados Americanos – O.E.A. E a utilização “economicamente viável”⁶⁹ dos monumentos resultaria, conforme a leitura acima, na própria condição de preservação desses bens. Para tanto, vislumbra-se a participação das administrações estaduais e municipais:

Com esta finalidade, adotando diferentes níveis de prioridades, o Programa convocaria as administrações estaduais e os organismos regionais, para interiorizarem suas ações, valorizando núcleos excepcionais de interesse cultural ou de valor natural, que, uma vez conhecidos, divulgados, dotados de acesso e de infraestrutura turística e cultural, poderão ser integrados nos roteiros turísticos nacionais e, mesmo, internacionais.⁷⁰

Não coincidentemente, como mencionamos anteriormente, foi também nessa temporalidade de Governos Militares que se deram as instalações da EMBRATUR (1966) e da EMCETUR (1973).

Na década de 1990, o turismo é apresentado como uma das atividades motores de desenvolvimento econômico do Estado do Ceará. Conforme Aragão (2002), ele aparece ocupando o mesmo patamar dos setores industriais, no documento “Ceará: Convite ao Investidor”, integrante do “Plano de Mudanças” da gestão de Tasso Jereissati (1987-1990). Nesse ínterim, o extenso litoral possibilita ao Ceará figurar como um “novo paraíso tropical”.

⁶⁸ TELLES, Augusto Carlos da Silva. **Planos regionais e definição de prioridades para o Programa Integrado de Reconstrução das cidades históricas do Nordeste**. Rio de Janeiro, 15 out. 1974. Arquivo: Superintendência do IPHAN no Ceará.

⁶⁹ *Ibidem*, p. 01.

⁷⁰ *Ibidem*, p. 05.

Com base na reflexão trazida por Hervé Poutet ⁷¹, Aragão (2002) afirma que o produto turístico não corresponde a uma “vocação natural” dos lugares, mas resulta de uma elaboração, advindo de necessidades de mercado. Nesse sentido, complementa seu raciocínio expondo as palavras de Ouriques (2005):

[...] somente sob certas condições é que os lugares se tornam uma destinação turística. Somente quando as relações capitalistas se instalam é que [...] [a natureza, a história, a cultura] passam a ser apropriados economicamente pelo turismo. Mas o discurso turístico diz outra coisa: [...] são dádivas [...] colocadas “à nossa disposição para serem explorados turisticamente” (OURIQUES, 2005, p. 61 *apud* ARAGÃO, 2002, p. 52).

Conforme mencionamos, brevemente acima, a região litorânea será o principal alvo das ações do Estado, a ponto de haver movimentações de cunho reivindicatório por parte de setores sociais de outras regiões, como a solicitação, abaixo noticiada, de divisão entre a região do Cariri e o restante do Ceará, com a formação de um novo Estado:

Os empresários se queixam que o Governo não olha para o Cariri, que os novos investimentos só beneficiam os municípios da costa cearense. A região do Cariri é uma das mais ricas do Estado com capacidade para desenvolver setores como a fruticultura, agroindústria e o turismo ecológico, religioso e científico. Juazeiro apesar de receber anualmente um milhão e oitocentos mil romeiros, não recebeu, nos últimos cinco anos nenhum incentivo do governo ao setor. As queixas de políticos e empresários tem fundamento. ⁷²

O ano era 1996. Tasso Jereissati conduzia seu segundo mandato como Governador do Estado (1995-1999) e, naquela mesma edição do jornal, também se destacava a ação de outro grupo localizada na região da Ibiapaba.

O interior do Ceará prepara para encarar a atividade turística como um assunto muito sério. A prova disso foi a realização do III Encontro dos Municípios Turísticos das Zonas Norte do Ceará que teve como palco a belíssima cidade de Viçosa do Ceará. Esse encontro teve como objetivo chamar a atenção das autoridades para um grande potencial que está fora do roteiro. Esse encontro foi um esforço conjunto da Associação dos Municípios da Ibiapaba e a Empresa de Turismo do Piauí. A idéia é organizar um roteiro que promova a integração entre Jericoacoara, Gruta de Ubajara, Bica do Ipú, Parque Nacional das Sete Cidades, Lagoa do Portinho, Praia da Pedra do Sal, Delta do Parnaíba e Lençóis Maranhenses. ⁷³

Destacamos, nessa notícia, o objetivo da ação: “chamar a atenção das autoridades para um grande potencial que está fora do roteiro”. Inferimos daí que os investimentos e incentivos, destinados pelo Governo estadual à atividade turística, estariam concentrados em

⁷¹ POUTET, Hervé. **Imagens Touristiques de L’Espagne**: de La Propagande Politique à La Promotion Touristique (Collection Tourismes et Sociétés). Paris. Ed. L’Harmattan, 1995. 289 p.

⁷² FROTA, Rubens. **O Povo**, Fortaleza, 08 jun. 1996. Cidades. Interior, p. 3E.

⁷³ Turismo. *Ibidem*.

torno da promoção de espaços e paisagens vinculados à imagem “sol e mar”, com vistas na atração do público estrangeiro. Nesse contexto, entendemos o Encontro enquanto a atuação de grupos regionais na construção da imagem de “Municípios Turísticos”, com a finalidade de integrá-los, forjando um produto turístico uno, cuja fusão seria obtida a partir de um roteiro específico. Na condução desses trabalhos, identificamos a Associação dos Municípios da Ibiapaba, bem como a Empresa de Turismo do Piauí.

A participação da Associação dos Municípios da Ibiapaba é representativa da ação dos poderes locais nesse movimento em busca do reconhecimento da Ibiapaba como destino turístico. E nessa “vitrine”, Viçosa do Ceará, a “belíssima cidade” a sediar o evento, figura como a “Suíça Nordestina”.

O Município de Viçosa do Ceará pode ser considerado a Suíça Nordestina. Com clima ameno a cidade proporciona ao turista uma visão majestosa dos casarões seculares dos capitães de engenho. Aberta ao turismo para o esporte de Asa Delta com plataforma natural na Pedra do Machado. Viçosa proporciona espetáculos peculiares como o amanhecer coberto de névoa. O entardecer com o sol se escondendo no Vale do Lambedouro e em tempos de inverno com a preparação das chuvas. Viçosa é magnífica. Uma cidade que deve ser descoberta para o turismo imediatamente.⁷⁴

O trecho nos desvela um rol de elementos apropriados como potenciais atrativos a afirmarem a “marca” de “Suíça Nordestina”: o clima (“ameno”); momentos que indicam o transcorrer do dia, normalmente considerados corriqueiros, são revestidos de certa “espetacularidade”: o amanhecer (“coberto pela névoa”) e o entardecer (“com o sol se escondendo no Vale do Lambedouro”). Também aparece a Pedra do Machado, cuja funcionalidade turística a transforma em uma “plataforma natural” para a prática do voo de asa delta. E por fim, os “casarões seculares dos capitães de engenho” que aparecem, nessa “leitura” da paisagem, compondo uma “visão majestosa”. Assim, as edificações são percebidas sob uma perspectiva estético-visual. Um cenário! O turismo aqui se evidencia, pois, enquanto uma atividade de produção espacial, viabilizada tanto por meio de uma transformação direta do meio físico, quanto por vias de uma apropriação simbólica, conforme Rodrigues (1996) explicita.

A ênfase dispensada ao turismo, enquanto promissora atividade econômica, também nos aparece como sintomática daquele momento. Atualmente, de acordo com informações organizadas pelo Censo realizado em 2010, o município conta com uma população de 17.627 habitantes vivendo em área urbana, correspondendo a 32,44% da população total, enquanto 37.134 pessoas são contabilizadas como habitantes de área rural, ou

⁷⁴ Suíça. *Ibidem*.

seja, uma parcela de 67,56%. Quanto aos setores produtivos, o de serviços se apresenta como preponderante, com 65,3% de participação, em especial devido à movimentação comercial. Em seguida, a parcela da agropecuária alcança 26%, enquanto o industrial é definido em 8,6%, com destaque para a agroindústria.⁷⁵

Além de ser descrita como ascendente destino turístico, Viçosa do Ceará também aparece, ao longo da década de 1990, em matérias abordando períodos de estiagem no Ceará, produção de hortaliças e fruticulturas na Ibiapaba, bem como carência de água e perfuração manual de poços na região. Dentre elas, em 1997, a menos de uma década da patrimonialização de conjunto arquitetônico da cidade, Viçosa do Ceará aparece em meio aos 18 municípios mais pobres do Estado.

Esse quadro não é prioridade de uma única região ou de áreas pobres - Inhamuns e Sertão Central - como se poderia imaginar. Os lugares ricos também fazem parte do mapa da miséria e indigência, conforme estudo realizado em junho do ano passado pela Secretaria de Planejamento e divulgado em janeiro último. O Cariri, Serra da Ibiapaba e Norte do Estado possuem municípios estigmatizados pela fome.⁷⁶

Os dados apresentados pelo periódico são atribuídos a estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e relatam problemas quanto ao precário abastecimento de água, à mortalidade e desnutrição infantil, bem como ao analfabetismo e à baixa renda familiar da maioria da população. Cerca de 52,5% das famílias ganhariam até meio salário mínimo. Além disso, a presença de uma categoria, a qual incluiria pessoas vivendo em situação de indigência, classificava como tal 73,41% das famílias, em 1991. Um quadro no mínimo calamitoso era esboçado.

O município da Serra da Ibiapaba com 42.377 habitantes tem 1.832 analfabetos entre 11 e 14 anos. Destes, 1.232 se encontram fora da escola, segundo o Censo Educacional Comunitário de 1995. A cidade apresenta ainda dados preocupantes na área de saúde. Detém o maior número em relação à desnutrição infantil entre os 18 municípios carentes. São 538 menores desnutridos e 60 mortes para cada mil nascimentos.⁷⁷

Aquele era um ano de transição de governos. Deixava a prefeitura Francisco Haroldo de Vasconcelos (PFL/PTB), e o ano de 1997 se iniciava sob a administração do Prefeito Evaldo Soares de Sousa (PSDB), o qual venceria também a eleição de 2000, sendo reempossado em 2001. Conforme Fontenele (2012), naquele momento, a candidatura de

⁷⁵ Prefeitura Municipal de Viçosa do Ceará. Disponível em: <http://www.vicosa.ce.gov.br/?page_id=63>. Acesso em: 04/2014.

⁷⁶ NOCRATO, Suzete (Subeditora de Municípios). Miséria no interior reflete descaso político. **O Povo**, Fortaleza, 03 jun. 1997. Cidades, p. 19 A.

⁷⁷ *Idem Ibidem*.

Evaldo Soares era, em certa medida, considerada oposição diante da hegemonia, por mais de quinze anos, ocupada pelo grupo encabeçado por Eônio Cavalcante Fontenele Magalhães (1967-1971 / 1977-1982 / 1989-1992) e Francisco Haroldo de Vasconcelos (1983-1988 / 1993-1996).

As candidaturas de Evaldo Soares (1997-2000 / 2001-2004) ⁷⁸ estiveram alinhadas com os Governos Estaduais de Ciro Gomes (1991-1994) e Tasso Jereissati (1987-1990 / 1995-1999 / 1999-2002), provenientes de um grupo de empresários vinculados ao Centro Industrial Cearense (CIC). O grupo se pretendia enquanto renovação política e econômica frente à ditadura militar que se desestruturava e, nesse contexto, emergiria o “Governo das Mudanças”. ⁷⁹

Com visão empresarial, o modelo de gestão que se iniciava ficou caracterizado, de acordo com o estudo de Gondim (2001, p. 09), por uma: “[...] agressiva política de atração de investimentos, lançando mão de incentivos fiscais e de estratégias de *place marketing*”. Tais estratégias reverberam tanto a produção de uma imagem do Ceará enquanto a “terra do sol”, repercutindo-o como lugar turístico, quanto a construção de uma imagem que vincula o próprio governo à ideia de modernidade. Conforme mencionamos anteriormente, esse período administrativo lançará seu foco sobre as paisagens litorâneas. No entanto, em âmbito municipal, outras regiões também buscarão se inserir nesse mercado de “lugares”, passando a elaborar seus potenciais atrativos.

O entendimento acerca do reconhecimento oficial de alguns bens culturais pode vislumbrar um diálogo com tal processo, no qual tanto aspectos culturais, quanto a própria narrativa histórica das cidades são tomados como potencial propulsor de crescimento econômico. Se não figurarem como os principais atrativos, agregariam importantes valores ao “produto”.

Além do sítio urbano viçosense, o Ceará apresenta outros quatro conjuntos oficialmente reconhecidos como patrimônio nacional: o “Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Icó” (1997), o “Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Sobral” (1999), o “Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Cidade de Aracati” (2000), além do “Conjunto Paisagístico constituído por formações geomorfológicas em monólito,

⁷⁸ O político também lançou candidatura na eleição municipal de 1992, contando com apoio do então Governador Ciro Gomes. No entanto, foi eleito o “situacionista” Haroldo Vasconcelos, para seu segundo mandato. Em Fortaleza, o grupo também teve seu candidato derrotado pelo médico Juraci Magalhães (PMDB). Enquanto vice-prefeito, ele havia assumido a prefeitura já em 1988, quando Ciro Gomes deixou o cargo a fim de candidatar-se a governador, em 1990.

⁷⁹ O “Governo das Mudanças” é referente ao período político-administrativo do Estado do Ceará que se inicia com o primeiro mandato de Tasso Jereissati (1987-1990).

conhecidas como Serrotes, no município de Quixadá” (2004). Este último, qualificado como “patrimônio natural”. Todos estão inscritos no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, sendo que os três primeiros também foram arrolados no Livro de Tombo Histórico.

Visualizamos, nesses tombamentos realizados, uma tendência que implicava a proteção da paisagem enquanto patrimônio cultural ou, ao menos, de um “quadro paisagístico”, para utilizar a expressão elaborada por Castro (2002). Sob qual abordagem, então, esse bem seria percebido? Entendendo que o reconhecimento de dado bem como patrimônio cultural pressupõe um ação seletiva, de que modo tal seleção se processaria? E com base em quais critérios?

Partindo do que expomos acima, é possível lançar problemática em torno das relações entre processos de patrimonialização e estratégias voltadas para o desenvolvimento econômico local.

Em sua análise acerca de Sobral, Duarte (2012) desvela tal diálogo já no discurso criado a fim de promover o tombamento do sítio urbano e o vincula à gestão municipal “Sobral no Rumo Certo”, que seria empossada em 1997, representada pelo Prefeito Cid Ferreira Gomes (1997-2000 / 2001-2004) e Edilson Aragão. Gestão também alinhada ao “Governo das Mudanças”. Nessa movimentação estariam envolvidos intelectuais, empresários, políticos e técnicos sobralenses (DUARTE, 2012). Nas palavras do pesquisador, esse grupo estaria:

[...] reunido em torno de um compromisso com o soerguimento da cidade no campo estadual e nacional, processo em que a preservação do sítio histórico se firmou como uma bandeira programática, administrativa e simbólica da mais alta relevância. Motivado pelo anúncio de compra, por empresa comercial que o pretendia demolir, do antigo Solar dos Figueiredo e residência do ex-Senador Paula Pessoa, situado no *cuore* do sítio histórico e à época arruinado, o grupo se organizou para não só impedir a destruição do edifício, defendendo sua recuperação associada a um novo uso institucional, como também propor uma proteção para todo o restante do conjunto antigo, igualmente ameaçado pela dinâmica econômica da cidade e pela falta de instrumentos legais de preservação (DUARTE, 2012, p.219).

A manutenção das feições daquele trecho da cidade estaria intrinsecamente ligada à perenidade do discurso de “sobralidade triunfante”, circundado pela disputa entre as “tradicionais” famílias e pela:

[...] retomada do vigor e do prestígio alcançado por Sobral no passado, agora através de práticas administrativas modernas, implementadas por um grupo que se entendia comprometido com a história da cidade e, portanto, plenamente capaz de construir o seu presente e imaginar o seu futuro (DUARTE, 2012, p.217).

Assim, o patrimônio cultural que se construía naquele momento fortaleceria o imaginário social quanto à atuação das “boas famílias” de Sobral na condução do desenvolvimento local. O acervo arquitetônico e urbanístico representaria um marco dessa “tradição triunfante”, a qual deveria ser carregada também rumo ao futuro e modernização da cidade.

Outro exemplo, no qual a patrimonialização de um bem aparece como vetor de crescimento econômico, é trazido por Vieira Neto (2012), para quem os valores de “monumentalidade” e “excepcionalidade” (constantes na instrução de tombamento), atribuídos aos monólitos em Quixadá,⁸⁰ e a intenção de tornar a região um atrativo turístico convergiam. Tais valores foram determinantes para a elaboração do conjunto a ser protegido, influenciando a inserção e a exclusão de determinadas formações geológicas na poligonal de tombamento, delineada com o intuito de tecer um exemplar de “paisagem natural”.

A noção adotada, relacionada ao qualitativo “natural”, previa como requisito: notáveis formas e *inselbergs* não afetados pela ação humana (seria possível?). Esse ponto de vista seguiu como impeditivo para que formações geológicas mais inseridas no contexto urbano e cotidiano dos moradores integrassem o “Conjunto paisagístico [...] de Quixadá”. O autor, então, esclarece:

Na verdade, verificamos que a opção valorativa da monumentalidade ocasionou um grave problema na identificação e definição do patrimônio natural em questão. Dentre os resultados decorrentes nesta opção valorativa, temos formações rochosas importantes para os moradores sob o ponto de vista da memória social, do valor afetivo, simbólico e cultural, como aquelas que se situam no perímetro urbano da cidade (Pedra do Cruzeiro, Pedra do Cemitério e Chalé da Pedra), excluídas da poligonal de tombamento (VIEIRA NETO, 2012, p. 34-35).

E nesse momento em que a preocupação com o crescimento econômico dos municípios da Ibiapaba alavanca o turismo como promissora atividade, questionamo-nos se, no caso de Viçosa do Ceará, haveria alguma identificação entre o pretenso produto turístico e os bens a serem resignificados enquanto “patrimônio nacional”, em âmbito oficial. Então, refletimos sobre como se deu o processo valorativo quando da composição do Conjunto Histórico e Arquitetônico da Cidade de Viçosa do Ceará.

⁸⁰ Tais formações foram alvo da atuação do IPHAN em 1996, com a instauração do Processo 1.377-T-96, assim como de investidas da Secretaria de Turismo do Estado do Ceará – SETUR, com o encaminhamento da proposta de criação do *Parque dos Monólitos de Quixadá*, ao Ministério da Cultura.

3 PERCURSOS DA PATRIMONIALIZAÇÃO: DO RITO DO TOMBAMENTO

“[...]”
 Ama esta casa, Pede a Deus que a guarde,
 Pede a Deus que a proteja eternamente!
 Porque, talvez em lágrimas, mais tarde!
 Te vejas triste, desta casa ausente...
 E, já homem, já velho e fadigado
 Te lembrarás da casa que perdeste,
 E hás de chorar, lembrando o teu passado...
 - Ama, criança, a casa em que nasceste!”
 (A Casa – Olavo Bilac).

Ao desenvolver suas reflexões, Pierre Nora situa a dilatação da preocupação com a manutenção da memória em meio a um fenômeno de “aceleração da história”, a fragmentar a relação de continuidade entre as categorias “passado” e “presente”. E, diante disso, o que nos restaria? A percepção das diferentes temporalidades sendo inundadas por um presente contínuo. A constituição de “lugares de memória” emerge, pois, de uma crise do próprio tempo frente à ameaça da ocorrência de uma amnésia, dando marcha, por conseguinte, à produção de espaços que pudessem salvaguardar a memória ou, nas próprias palavras de Nora (1981, p.07): “lugares onde a memória se cristaliza e se refugia”.

François Hartog identifica os anos 1980 como o momento dessa “grande onda” (HARTOG, 2014, p.24) de memória, acompanhada pelo “[...] seu *alter ego*, mais visível e tangível, o patrimônio: a ser protegido, repertoriado, valorizado, mas também repensado”. Essa fuga frente ao esquecimento dinamizaria, portanto, um processo de produção de patrimônio, influenciado por um “dever de memória”, como se refere Jeudy (2005). Sobre isso, o estudioso abre sua obra, “Espelhos da Cidade”, discorrendo:

Ainda se ouve falar que a conservação patrimonial assegura, de alguma maneira, o trabalho de luto. Trabalho que se torna necessário para que possamos suportar o desaparecimento. Bastaria conservar tudo para que a mente se mantivesse tranquila? A conservação patrimonial se encarrega do depósito das lembranças e nos libera do peso das responsabilidades infligidas à memória. A profusão de locais de memória oferece uma garantia real contra o desaparecimento. Mas esse trabalho de luto, se exercido em demasia, não corre o risco de provocar excesso de tranquilidade nas memórias coletivas? (JEUDY, 2005, p.16).

Em contrapartida, Hartog (2014) nos lança diante de uma perspectiva de patrimônio que não se encerra na natureza “passadista”, mas que, além do passado, fita também um futuro. Sob tal perspectiva, no capítulo anterior, pudemos discorrer, ao menos de forma breve, sobre viabilidades descortinadas por mediação da atividade turística, na região onde localizamos nosso estudo. Ao longo de nosso texto, pudemos perceber que, de certo modo, tal correlação foi se dimensionando em uma intenção de desenvolvimento turístico do

município e, nesse ínterim, a construção da imagem de Viçosa do Ceará como cidade centenária – originária de um empreendimento jesuíta e cuja configuração é marcada por um cenário de edificações seculares – apresentou-se como de forte influência. Assim, acrescentando ao “trabalho de luto”, a conservação patrimonial se articula a uma perspectiva de crescimento econômico local.

Antes do advento do interesse de patrimonialização por parte de alguma instituição oficial, deparamo-nos com a convocação, em 1952, transcrita a seguir, na qual se destaca o ânimo de alguns “filhos de Viçosa”, os quais se colocavam na tarefa de “defesa” do “glorioso patrimônio histórico” daquela cidade:

Os filhos de Viçosa, residentes nesta capital, tomaram a elogiável iniciativa da fundação de uma sociedade que tenha por objetivo a defesa dos interesses daquele município, notadamente do seu glorioso patrimônio histórico. Nesse sentido, os viçosenses e amigos de Viçosa marcaram uma reunião para o próximo dia 12 deste, na sede da União dos Moços católicos, às 20 horas. Nessa oportunidade serão lançados os fundamentos da nova entidade bem como discutidos importantes assuntos ligados ao progresso daquela cidade serrana. Por nosso intermédio estão sendo convidados todos os filhos de Viçosa, domiciliados em Fortaleza, estudantes, comerciantes, bacharéis, e quantos desejarem prestar apoio à sociedade a ser criada.⁸¹

A convocação à “defesa” nos sugere uma ideia de risco corrente ao que se definia como “patrimônio histórico”. Além disso, tal iniciativa reverbera a intenção de produção ou fortalecimento de uma dada identidade que pudesse (re)definir a ligação entre os “filhos de Viçosa” ausentes e sua terra. Todavia, visualizamos tratar-se, não apenas, de olhar os vestígios provenientes de temporalidades pretéritas com funções e usos encerrados no passado, mas neles reverberam expectativas de futuro, para tanto, as discussões no âmbito daquela sociedade a se formar entrelaçariam o “progresso daquela cidade serrana” ao “glorioso patrimônio histórico”.

Esse intrincado entre presente, passado e futuro também se esboçou por meio da iniciativa do Movimento Pró-Memória o qual, segundo o texto publicado no periódico “O Povo” de 1992, teria sido:

[...] criado e desenvolvido por viçosenses natos e adotados. Pretende contribuir para a preservação de monumentos e da memória dos valores históricos do município. Não somente através da recuperação e manutenção de prédios, como também através de ações que transmitam às novas gerações o conhecimento e o amor pela cidade, sua história, suas pessoas e monumentos.⁸²

⁸¹ Os filhos de Viçosa, residentes em Fortaleza, fundam uma sociedade. **O Povo**, Fortaleza, 10 fev. 1952. p. 2.

⁸² COSTA, Edvar. Viçosa do Ceará. **O Povo**. Fortaleza, 22 jun. 1992. Cartas/Leitor, p.6A.

Publicado na coluna “Cartas/Leitor”, o texto é assinado por Edvar Costa e noticia mostra de fotografias e recortes de jornais relacionados à vida do jurista Clóvis Beviláqua, nas dependências do “antigo cine-teatro Pedro II”. Dois integrantes da instituição são identificados na nota: José Joaquim da Silveira Araújo, “dirigente do Órgão municipal de Educação”, e Tereza Neuman Duarte Chaves, “Juíza de direito da Comarca”. Uma das ações imediatas pretendidas pelo Movimento seria a “recuperação” do Theatro Pedro II, com o intuito de torná-lo sede do Fórum do Município. Ao final de sua “carta”, o autor conclui: “Os que fazem o Movimento Pró-Memória de Viçosa são iluminados que sonham, inspirados pelo passado, concretamente o futuro que é possível agora”.⁸³

Desse modo, anteriormente à atuação de instituições oficiais de cultura ou preservação, percebemos tais mobilizações de alguns segmentos sociais voltadas para a valorização, ou melhor, a constituição de uma ideia de “patrimônio histórico” e “memória de Viçosa”. A exposição acerca de Clóvis Beviláqua, bem como o intuito de “recuperação” do prédio do Theatro Pedro II são indicativos do “passado” que se pretendia salvaguardar e enquadrar para a posteridade.

Em torno dessas estratégias de produção de memória, percebem-se mobilizados aqueles domiciliados em Fortaleza, os “filhos de Viçosa” bacharéis, comerciantes, estudantes ou, ainda, agentes do Poder Municipal. Embora a distância temporal entre tais movimentações, em ambos os discursos o patrimônio aparece articulado com alguma perspectiva de futuro. Por que seria importante, e em particular para aqueles radicados na capital, esse movimento em torno da afirmação da importância histórica do município?

Supomos que, conforme apresentamos no capítulo anterior, condições socioeconômicas do Município tenham influenciado viçosenses a buscar melhores condições de vida e qualificação profissional em outros centros urbanos. Nesse ínterim, inferimos que o cultivo desse “amor pela cidade, sua história, suas pessoas e monumentos” tome parte de um processo tanto de reconstituição de sua referências e de uma autoestima coletiva, quanto de formulação de uma potencial alternativa econômica, a qual possibilitasse a fixação dos viçosenses em sua própria localidade.

Conforme lemos (capítulo anterior) no trecho que noticiava a ocorrência da Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, em 2003, durante a qual se decidiria sobre o tombamento do “sítio histórico de Viçosa do Ceará”, em torno de tal decisão foram identificadas expectativas que transitavam entre as dimensões da cultura e da economia.

⁸³ *Idem Ibidem.*

No entremeio dessa discussão, dialogamos com Fonseca (2009), cujas análises indicaram que o instituto do tombamento foi assumindo diferentes representatividades na sociedade brasileira, sendo (re)significado de acordo com o grupo social que dele buscava se apropriar: reconhecimento de um poder político (para movimentos negros, mediante tombamento de espaços como o Terreiro da Casa Branca, em Salvador); segregação social (onde projetos de restauração e redefinição de uso de alguns centros urbanos ocasionaram a retirada de moradores de baixa renda das áreas de interesse); viabilidade econômica (por meio do turismo) (FONSECA, 2009, p.180) Nas palavras da autora, portanto:

Atualmente, além de instrumento jurídico com implicações econômicas e sociais, o tombamento tem sido considerado e utilizado, tanto por agentes oficiais quanto por grupos sociais, como o rito, por excelência, de consagração do valor cultural de um bem (FONSECA, 2009, p.180).

O tombamento exhibe, pois, uma função de avaliar o valor cultural de uma dada expressão, apresentando, ele mesmo, seu caráter simbólico. Desse modo, consideramos cabível a discussão acerca do processo de patrimonialização oficial, buscando lançar luz sobre tal “rito de consagração”, em meio ao qual, agentes diversos se envolvem na prática de selecionar o que deveria permanecer enquanto vestígio de um determinado passado, em um trabalho de reescrita (de versões) da própria história. Relacionado a isso, em suas reflexões, Jacques Le Goff discorre sobre os embates em torno da memória:

Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 2003, p.422).

Buscamos nesse capítulo, portanto, identificar agentes envolvidos, em especial no âmbito do IPHAN, nesses mecanismos de produção do “patrimônio nacional”. Para tanto, iniciamos com a percepção da própria historicidade da concepção de patrimônio, a partir de uma reflexão sobre nuances estruturais do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

Dentre elementos e expressões passíveis de serem tomados como “dispositivos mnemônicos”, destacamos o “sítio urbano”, classificação lançada pela instituição de proteção e que, nesse âmbito, identifica nosso objeto de estudo: o Conjunto Histórico e Arquitetônico da Cidade de Viçosa do Ceará.

A utilização da categoria *sítio urbano* – aqui definido como resultado do processo histórico de apropriação do território, que define a consolidação de um espaço, integrando fenômenos que o relacionam a um contexto geográfico mais amplo – procura abranger a maioria dos tombamentos de áreas urbanas do IPHAN. Incluem-se nessa categoria não só as cidades e centros históricos, mas também trechos de

idades como conjuntos arquitetônicos, ruas e praças, valorizados a partir de sua inserção no contexto urbano maior, independentemente das suas dimensões ou do modo como estão descritas na denominação de tombamento.⁸⁴

Percebendo a historicidade dessa categoria, deparamo-nos com diferentes abordagens no que concerne ao patrimônio urbano, o que exerce influências diretamente sobre a decisão de quais elementos salvaguardar. Nos meandros desse “rito de consagração”, um processo de atribuição de valores a determinados bens toma corpo, na medida em que os trâmites se encaminham à decisão do tombamento, desvelando diversas instâncias interpretativas. Seguindo por esses percursos, confluímos rumo à composição do Conjunto Histórico e Arquitetônico da Cidade de Viçosa do Ceará.

3.1 CONSELHO CONSULTIVO – DO “PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL” A “PATRIMÔNIO CULTURAL”

Em 14 de agosto de 2003, o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural esteve reunido no Palácio Gustavo Capanema⁸⁵ deliberando, em particular, sobre quatro propostas de tombamento: “Conjunto Urbanístico, Arquitetônico e Paisagístico do Corredor da Vitória” (Salvador-BA), “Museu de Imagens do Inconsciente: coleções constituídas por Dra. Nise da Silveira” (Rio de Janeiro-RJ), “Terreiro do Bate Folha Manso Bandunquequê” (Salvador-BA) e “Conjunto Histórico e Arquitetônico da Cidade de Viçosa do Ceará” (Viçosa do Ceará-CE).

A ata daquela 39ª reunião registra as discussões que balizaram as decisões referentes àqueles processos e, a partir de tal documento, é possível vislumbrar um panorama acerca das práticas e algumas concepções que tangenciaram, nessa passagem para o século XXI, os trabalhos da instituição federal de proteção ao patrimônio cultural brasileiro: o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. E dentre as propostas supracitadas, debruçemo-nos, de modo mais específico, sobre a última.

Em 2002, por iniciativa da 4ªSR/IPHAN,⁸⁶ deu-se início à tramitação do Processo nº 1496-T-02. Tratava-se da solicitação de tombamento do “sítio urbano” de Viçosa do Ceará. O decorrer desse percurso rumo à patrimonialização, por vezes, atraiu a atenção de meios de

⁸⁴ IPHAN. **Inventário nacional de bens imóveis**: sítios urbanos tombados: Manual de preenchimento, versão: 2001. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Edições do Senado, vol. 82, 2007.

⁸⁵ Local de funcionamento de uma das sedes da Administração Central do IPHAN. O Palácio Gustavo Capanema está situado no Rio de Janeiro – RJ.

⁸⁶ 4ª Superintendência Regional do IPHAN, atual Superintendência Estadual do IPHAN no Ceará – IPHAN-CE. Foi instalada em 1982 para atender aos estados do Ceará e Rio Grande do Norte, incorporando, em 2002, o Piauí.

comunicação de grande circulação no Estado, sendo noticiado, como nos indica a nota publicada em uma edição do jornal “O Povo”, de 1999:

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) fará de 28 a 31 deste mês [de janeiro de 1999], em Viçosa do Ceará, a 344 quilômetros de Fortaleza, um levantamento do conjunto urbano, fazendas e engenhos antigos do município para identificar se existem condições para solicitar tombamento desses locais. Segundo o arquiteto Romeu Duarte, a cidade possui a mais antiga igreja que se tem notícia no Ceará, a de Assunção, com cerca de 300 anos.⁸⁷

O ano de 1999 marcava, portanto, o início de uma atuação institucional efetiva sobre a produção do patrimônio cultural no município viçosense. Os alvos dessa empreitada de identificação? “Conjunto urbano, fazendas, engenhos antigos” e, em destaque, a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção. Cabe ressaltar que, naquele mesmo ano, seria encaminhado à instituição federal, pelo arquiteto José Liberal de Castro, estudo sobre a edificação católica, a fim de instruir solicitação de arrolamento, em Livro de Tombo, tanto da própria edificação, quanto de parte de acervo móvel integrado, culminando no processo nº 1453-T-99. E diante desse olhar que, em meio à multiplicidade de expressões culturais, seleciona objetos a fim de torná-las “patrimônio nacional”, inclinamo-nos sobre o desenrolar desse processo de patrimonialização, instrumentalizado por meio do tombamento.

Até então, era por meio exclusivo dele que se atribuía, oficialmente, o valor de “patrimônio nacional” a selecionados aspectos da experiência humana. No entanto, como mencionamos anteriormente, nas linhas das atas das reuniões do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, entrevemos tal período como circunscrito por mudanças tangenciando as concepções de patrimônio e “cultura brasileira” propriamente dita. Esses novos entendimentos foram se desenvolvendo e exigindo uma revisão de estratégias e instrumentos de salvaguarda, o que culminou com a instituição do registro de bens culturais imateriais, por meio do Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000.

Sem a intenção de nos estender, recuemos, todavia, cerca de uma década a partir desse ponto temporal, até o momento em que o texto da Constituição Federal era promulgado, em 05 de outubro de 1988, tornando-se marco representativo de uma mudança de “tempos” no país. Da passagem de uma ditadura militar para as expectativas de redemocratização, o texto constitucional espelhava tal percurso, ao trazer, entre os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, “a cidadania”, “a dignidade da pessoa humana” e “o pluralismo político”.

⁸⁷ Viçosa do Ceará. **O Povo**, Fortaleza, 13 jul. 1999. Ceará. Breves, p. 10 A.

Para tanto, “os direitos e garantias individuais” são elencados como cláusula pétrea, apresentando, pois, limitações formais e materiais a impedir que fossem alterados. Era uma resposta aos “anos de chumbo”, à traumática repressão, sobretudo em termos políticos e sociais, vivenciada entre as décadas de 1960 e 1980. Era, ainda, um meio, a partir de então, de proteger o cidadão diante do poder do Estado. E, como um dos “objetivos fundamentais” da República projetada, a Carta Magna expunha: “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.⁸⁸ Porém, decorridos quase trinta anos de sua promulgação, ainda temos vivenciado movimentações que vão de encontro aos pressupostos constitucionais, na tentativa de golpear inclusive conquistas sociais que permeiam o processo de construção do “bem de todos”, “sem preconceitos” e com maior liberdade e dignidade.

O caminho rumo à afirmação de tal pluralidade também seria trilhado no campo segmentado como “cultural”, pelas vias, por exemplo, que conduzem a (re)configurações da memória e do patrimônio nacional, para sermos mais específicos.

O SPHAN,⁸⁹ criado em 1937 a fim de ser a instituição oficial de proteção ao “patrimônio histórico e artístico nacional”, considerava enquanto tal: “[...] o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”.⁹⁰ Assim, o patrimônio nacional circundaria, durante um longo período, a materialidade dos bens que, grosso modo, referenciava uma matriz luso-brasileira. Complementando nosso entendimento, as palavras de Nogueira (2008, p. 322) sinalizam as consequências de tal abordagem:

Uma gama enorme de bens significativos não foram preservados por não se encaixarem nesta categorização engessada de patrimônio. Ficaram de fora ou foram destruídos ou relegados ao esquecimento as senzalas, os quilombos e os terreiros, as primeiras fábricas, os cortiços e as vilas operárias, só para ficar nestes exemplos.

Inferimos que, com a exclusão desses bens do rol do patrimônio cultural brasileiro, excluam-se também os sujeitos a eles inerentes, enquanto agentes históricos: negros, operários, indígenas, entre outros grupos sociais.

⁸⁸ BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2006. (Título I – Dos Princípios Fundamentais. Art. 1º: Incisos I, II, V; art. 3º: Inciso IV. Título IV – Da Organização dos Poderes. Capítulo I – Do Poder Legislativo. Art. 60, §4º, Inciso IV).

⁸⁹ Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN.

⁹⁰ BRASIL. **Decreto-Lei nº 25**, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico. (Capítulo I – Do patrimônio histórico e artístico nacional. Art. 1º). Fonte: FONSECA, 2009, p. 245-252.

De acordo com Maria Cecília Londres Fonseca, a partir da década de 1970 se processou uma reorientação quanto às práticas de preservação dos bens culturais, em especial, com a introdução da noção de “referência cultural”, a qual, “[...] naquele momento, remetia primordialmente ao patrimônio cultural não consagrado” (FONSECA, 2001, p.112). Essa atualização quanto à compreensão de patrimônio ganhava corpo, em consonância com o entendimento historiográfico que se difundia: a História Social. Dos “grandes homens” e heróis, passavam-se às páginas da história “vista de baixo”, buscando refazer os passos de homens, mulheres e crianças “comuns”, no dia a dia de suas (sobre)vivências. O cotidiano ganhava seu capítulo.

Essa perspectiva foi assumida, sobretudo, pelo Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), criado em 1975, sob a direção do *designer* Aloísio Magalhães. Resultando de uma articulação com o Ministério da Indústria e Comércio, pasta assumida por Severo Gomes, o CRNC se tratava de uma instituição autônoma, que objetivava a formulação de alternativas de desenvolvimento, as quais considerassem as condições locais e seus contextos culturais (FONSECA, 2009). Nas palavras de Fonseca (2009, p.151): “Progressivamente, foi sendo formulada a ideia de *bem cultural*, que surgiu como alternativa atualizada e mais abrangente à noção de patrimônio histórico”.

Compreendendo bens que seriam referências do fazer e saber popular, para além de elementos móveis e imóveis ligados a “fatos memoráveis da história do Brasil”, o conhecimento acerca da cultura brasileira deveria ser inserido, ainda, no planejamento econômico e social, ao passo que o bem cultural não estaria apartado dos processos de geração de valores econômicos. Pretendia-se romper com a ideia de patrimônio enquanto, puramente, o “testemunho de épocas pretéritas” (FONSECA, 2009, p. 151).

O artigo 216 da Carta Magna é sintomático, pois, desse processo de transformações de concepções, passando a englobar bens definidos como “de natureza imaterial”, capazes de ampliar a visualização acerca dos “diferentes grupos sociais formadores da sociedade brasileira”. Ultrapassando os limites do “histórico e artístico”, a Constituição Federal de 1988 trata sobre patrimônio cultural e enuncia:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos sociais formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: (EC nº 42/2003) I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor

histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.⁹¹

Compreendemos o patrimônio cultural, portanto, enquanto uma construção social, cuja historicidade evidencia disputas em torno das representações que os diferentes grupos elaboram sobre si e, em consequência, sobre o “outro”, constituindo-se, portanto, como um processo de seleção. Neste, entrelaçam-se intenções, concepções de mundo e projetos de intervenção espacial.

Em âmbito oficial, o tombamento se desvela como instrumento de atribuição de valores e de afirmação de identidades a partir da materialidade espacial. Assim, pensar acerca de um processo oficial de patrimonialização é pensar, também, sobre quem adquire legitimidade para classificar e enquadrar selecionadas manifestações da experiência humana na moldura do que se entenderia como “patrimônio nacional”. Nessa perspectiva é que, ao atentarmos para a estrutura federal de proteção patrimonial, salta-nos à vista a atuação do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, o qual, de acordo com seu Regimento Interno, aprovado em 2012, trata-se de um órgão colegiado integrante do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Entre outras de suas competências estão: “examinar, apreciar e decidir sobre questões relacionadas a tombamentos, a registros de bens culturais de natureza imaterial [...]”.⁹²

Embora sua trajetória iniciada em 1938, ele tem apresentado crescente papel decisório na autoria do rol que esboça o “patrimônio cultural brasileiro”. Fonseca (2009) destaca a década de 1980 como um momento em que o Conselho adquire maior autonomia quanto às suas deliberações. Em suas análises, a autora percebe certa inflexão no que tange aos procedimentos que levariam ao tombamento: a própria denominação sugere um caráter “consultivo”, ao longo de uma

[...] avaliação técnica dos pedidos de tombamento sendo feitas pelos setores técnicos da Administração Central da Sphan, que inclusive, até 1988, indicavam os processos para arquivamento e o julgamento final feito pelo Conselho Consultivo, que, na quase totalidade dos casos, acompanhava o parecer dos técnicos da Sphan. Pelo que foi possível verificar nos processos, a participação das delegacias Regionais da Sphan/FNpM era restrita aos pareceres (FONSECA, 2009, p.185).

⁹¹ BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2006. (Título VIII – Da Ordem Social. Capítulo III – Da Educação, da Cultura e do Desporto. Seção II – Da Cultura. Art. 216).

⁹² BRASIL. IPHAN. **Portaria nº 486**, de 29 de novembro de 2012 (Anexo). Regimento Interno do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. (Capítulo II – Das Competências. Art. 3º). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Regimento_Interno_Conselho_%20Consultivo_2012.pdf>. Acesso: 03/2015.

A partir de 1988, na avaliação de Fonseca (2009, p. 207), todas as decisões referentes a tombamento passariam pelo Conselho Consultivo, inclusive os casos de arquivamento. Essa guinada relacionada à atuação do colegiado fica patente nas considerações do então Secretário da Cultura da Presidência da República ⁹³, Sérgio Paulo Rouanet, no ano de 1992:

O Secretário da Cultura considerou o Conselheiro Modesto Carvalhosa porta-voz de todos os presentes ao desejar que o conselho exerça plenamente as suas funções de aconselhar e assessorar o Presidente do IBPC e o Secretário da Cultura, pois ele não se destina apenas a tratar de questões tópicas, específicas de tombamento. Completou dizendo ver esse Conselho com um sentido mais integral, como um órgão assessorador da formulação e implementação de uma política de patrimônio. ⁹⁴

Nesse trecho, expõe-se um entendimento amplo quanto às funções do Conselho, pois, além de decidir acerca das propostas de tombamento encaminhadas, algo já estabelecido no próprio Decreto nº 25/37, ele também exerceria influências sobre as definições relativas aos rumos da política de proteção e de sua jurisprudência, ⁹⁵ tanto que, naquela mesma ocasião, o Conselheiro Modesto Carvalhosa teria mencionado a ação do órgão na conjuntura Constituinte de 1988 ⁹⁶, conforme ficou registrado em ata:

[o conselheiro Modesto Carvalhosa] Classificou como equivocada a suposição de ter ficado o interesse daquele colegiado restrito ao patrimônio de pedra e cal. Lembrou que o conceito patrimônio cultural inserido na constituição de 1988 - dentro da linha do pensamento de Rodrigo Mello Franco de Andrade e Mário de Andrade - é fruto do trabalho do Conselho através de comissão designada para atuar junto aos constituintes. Analisou em seguida a situação do patrimônio cultural brasileiro, recomendando um novo enfoque no seu tratamento. Reportou-se aos anos 30, período no qual foi concebido o SPHAN, e às décadas de 40, 50, 60 e 70, quando o adensamento urbano, a especulação imobiliária e a pressão dos interesses capitalistas contribuíram para a destruição gradativa de elementos preciosos da nossa cultura. ⁹⁷

A ocasião a qual estamos nos reportando é a sessão de instalação do Conselho Consultivo, realizada em 14 de maio de 1992. Consideramos importante mencioná-la, tendo

⁹³ Em 1990, o Minc foi extinto e, vinculada à Presidência da República, criou-se a Secretaria da Cultura (FONSECA, 2009).

⁹⁴ IPHAN. **Ata da sessão de instalação do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural**, Rio de Janeiro, 14 mai. 1992, p. 11. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/1992011reuniaoordinaria14demaio.pdf>>. Acesso: 02/2015.

⁹⁵ *Ibidem*, p. 02.

⁹⁶ Conforme o pensamento de Fonseca (2009), as atividades e reflexões desenvolvidas no âmbito do Centro Nacional de Referências Culturais – CNRC lançaram bases para o entendimento de patrimônio cultural assumido pela Constituição Federal de 1988. A fusão entre IPHAN e CNRC, ocorreu em 1979, originando a SPHAN/FNpM: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN (órgão normativo) / Fundação Nacional Pró-memória – FNpM (órgão executivo).

⁹⁷ IPHAN. **Ata da sessão de instalação do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural**, Rio de Janeiro, 14 mai. 1992, p. 10-11.

em vista o momento de transição pelo qual passava a Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, doravante denominada Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural – IBPC. Alexandre Barbalho avalia esse início da década de 1990, no contexto de redemocratização do país e início do Governo de Fernando Collor de Mello, como de enfraquecimento da política cultural, tendo-se em vista a reforma administrativa implementada, ocasionando a extinção do recém-criado Ministério da Cultura (Minc), da Embratime, entre outras instituições, bem como a paralisação das atividades da SPHAN e a consequente dissolução de seu Conselho Consultivo (BARBALHO, 2007; FONSECA, 2009).

Após dois anos, aproximadamente, desativado, o colegiado voltava a se reunir em 1992, assumindo uma nova composição. Esta, provavelmente, em decorrência da reestruturação da instituição de proteção, bem como da compreensão de patrimônio que se pretendia fixar e que passaria a nortear suas estratégias: de “patrimônio histórico e artístico nacional”, caminhava-se ao encontro de um “patrimônio cultural”.

Nessa ótica, entendemos a preocupação da presidência do colegiado, ao visualizar uma demanda relacionada a modificações no quadro estrutural do Conselho. Carlos Alberto Ribeiro Xavier faria sua observação quando da 139ª reunião, ocorrida em 20 de agosto de 1990, ano em que o Conselho Consultivo da Sphan seria extinto.

O Presidente indagou se a composição do Conselho está necessariamente relacionada às áreas de atuação da Instituição, colocando a questão da maior abrangência da definição de patrimônio cultural na Constituição de 1988 e da necessidade de serem escolhidos conselheiros com conhecimentos científicos, paleontológicos, ecológicos e outros.⁹⁸

Quando da recondução dos trabalhos do Conselho, em 1992, este já se instalaria sob uma nova disposição. E foi apresentando tal composição que ele se reuniu para deliberar sobre as propostas de tombamento dos sítios cearenses nas décadas de 1990 e 2000. Desse modo, refletir sobre os integrantes desse órgão colegiado, a partir de seus poderes de voto, reverbera uma possível percepção dos valores que se insinuam ao redor dos bens em pleito.

A atuação do Conselho Consultivo se apresenta, em nosso ponto de vista, enquanto uma instância interpretativa das produções humanas, segmentadas como “culturais”. As presenças de determinadas categorias profissionais e intelectuais, bem como das instituições às quais representam no corpo daquele colegiado, informam-nos sobre o modo

⁹⁸ IPHAN. **Ata da 139ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, 20 ago. 1990, p. 08. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/199002139reuniaordinaria28deagostodatilografada.pdf>>. Acesso: 03/2015.

como a instituição de preservação intenta se posicionar nos campos político, social e econômico. A nova temporalidade traria, pois, outra configuração ao Conselho, conforme a justificativa de Jayme Zettel, então presidente do IBPC,⁹⁹ em 1992.

O Conselho existente na antiga estrutura da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN – era composto, basicamente, pelos Diretores dos Museus Nacionais de coisas Históricas e Artísticas – Museu Imperial, Museu Histórico Nacional, Museu Nacional de Belas Artes e Museu Nacional –, além de dez representantes da sociedade civil, sendo presidido pelo Secretário da SPHAN. Na década de 80 os museus são incorporados à estrutura da SPHAN/Pró-Memória, com exceção do Museu Nacional, órgão vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tal estrutura, se mantida na criação no novo Instituto, produziria a contar com quatro representantes do IBPC. Além disso, a dinâmica do processo de preservação do patrimônio cultural brasileiro, que hoje inclui extensas áreas urbanas, cidades históricas, paisagens, ecossistemas e ambientes naturais, nos colocava diante do desafio de equacionar esta diversidade de abordagens no âmbito de um Conselho formado também por instituições e organismos respeitados e representativos nestas áreas de conhecimento. Neste sentido, optou-se pela indicação, para composição do Conselho, dos seguintes organismos e instituições: IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil –, órgão de classe, representante da sociedade civil, especificamente ligado às questões urbanas de desenvolvimento e preservação das cidades brasileiras. ICOMOS – International Council on Monuments and Sites –, organização internacional, não governamental, que congrega pessoas e instituições que se interessam pela conservação de edifícios, conjuntos de edificações e de significativos exemplares de interesse arquitetônico, arqueológico e histórico. Entidade ligada à UNESCO, é composta por comitês nacionais em vários países do mundo. Sua representação no conselho Consultivo se dará por indicação do Comitê Brasileiro do ICOMOS. IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis –, autarquia federal vinculada à Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República. Sua indicação justifica-se pela existência de áreas comuns de atuação no que diz respeito à proteção de paisagens e de ambientes naturais. MUSEU NACIONAL – presente na antiga estrutura do Conselho, foi reconduzido por congregar duas qualidades básicas: o de ser um Museu Nacional e o de desempenhar importantíssimo papel no campo de conhecimento da Antropologia, ciência historicamente incorporada à preservação da memória e história nacionais. O Conselho Consultivo do Patrimônio cultural será composto ainda por onze representantes da sociedade civil, com notório conhecimento nos campos de atuação do IBPC. Neste caso foram reconduzidos os conselheiros do antigo Conselho Consultivo da SPHAN [...].¹⁰⁰

Embora extenso, optamos pela transcrição desse trecho, tendo em vista a detalhada exposição de motivos que direcionaram a reorganização do Conselho. O texto nos indica uma intenção discursiva de ultrapassar os limites das tradicionais valorações de “coisas históricas e artísticas”, ou mesmo, dar marcha a uma releitura de tais concepções. Todavia, no contexto do vigente artigo 216 da CF/88 (citado anteriormente), o peso do nomeado

⁹⁹ O Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural – IBPC teve sua criação por meio da Lei nº 8.029, de 14 de abril de 1990, substituindo a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN e a Fundação Nacional pró-Memória – FNpM.

¹⁰⁰ IPHAN. **Ata da sessão de instalação do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural**, Rio de Janeiro, 14 maio 1992, p.07-08. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/1992011reuniaoordinaria14demaio.pdf>>. Acesso: 02/2015.

“patrimônio imaterial” ainda não se evidenciaria na configuração assumida, àquele momento, pelo corpo consultivo.¹⁰¹ A afirmação da categoria se processaria ao longo das décadas de 1990 e 2000, tendo como um dos marcos temporais o ano de 1997, quando das comemorações dos sessenta anos de atividades do IPHAN.

A instituição, por meio de sua 4ª Coordenação Regional, situada em Fortaleza-CE, realizou o Seminário “Patrimônio Imaterial: Estratégias e Formas de Proteção”, com o objetivo de lançar bases que efetivassem a determinação constitucional. Naquela ocasião, aprovou-se o documento intitulado “Carta de Fortaleza”, propondo, entre outras recomendações, a criação, no Ministério da Cultura, de um grupo de trabalho, mantido sob a coordenação do IPHAN, a desenvolver estudos que balizassem a edição de um dispositivo legal, o qual disporia sobre o registro.¹⁰² No ano 2000, seria sancionado o já mencionado Decreto nº 3.551, instituindo o “Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro”.¹⁰³ A aplicação do dispositivo não se daria, porém, de modo automático.

Durante mesmo a já referida 39ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, ocorrida em 2003 e na qual se decidiu pelo tombamento do conjunto urbano de Viçosa do Ceará, alguns dos Conselheiros, em suas intervenções, mencionaram a inserção, na política oficial de proteção, dessa categorização dita imaterial do patrimônio. As palavras da Conselheira Suzanna Sampaio, representante do Museu Nacional, são indicativas dessa processual implementação:

Senhora Presidente, quero reiterar uma proposta de todos nós, colocada quase ao final da gestão passada, que é de por em prática os dispositivos do Decreto nº 3.551, que instituiu o registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial. Ficamos encarregados, o Conselheiro Falcão, o Conselheiro Synésio Fernandes e eu, do estabelecimento do *modus operandi* dessa determinação, primeira em todo o mundo

¹⁰¹ Na reestruturação do Conselho Consultivo de 2009 percebemos um reforço nesse sentido, com a inserção da Associação Brasileira de Antropologia – ABA. “Art.7º O Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural será presidido pelo Presidente do IPHAN, que o integra como membro nato, e composto pelos seguintes membros: I- um representante, e respectivo suplente, de cada uma das seguintes entidades, que serão indicados pelos respectivos dirigentes: a) Instituto dos Arquitetos do Brasil - IAB; b) Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - ICOMOS/BRASIL; c) Sociedade de Arqueologia Brasileira - SAB; d) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA; e) Ministério da Educação; f) Ministério das Cidades; g) Ministério do Turismo; h) Instituto Brasileiro dos Museus - IBRAM; e i) Associação Brasileira de Antropologia - ABA; II - treze representantes da sociedade civil, com especial conhecimento nos campos de atuação do IPHAN” (Decreto nº 6.844, de 07 de maio de 2009).

¹⁰² BRASIL. IPHAN. **Carta de Fortaleza**, de 14 de novembro de 1997. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Fortaleza%201997.pdf>>. Acesso: 08/2015

¹⁰³ BRASIL. IPHAN. **Decreto nº 3.551**, de 04 de agosto de 2000. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o programa nacional do patrimônio imaterial e dá outras providências. Fonte: FONSECA, 2009, p. 291-293. (Os Livros de Registro são divididos de acordo com as manifestações a serem inscritas: Saberes; Celebrações; Formas de Expressão; Lugares).

a cuidar do patrimônio imaterial. Por diversas circunstâncias, tratando-se de um fim de gestão, não foi possível dar continuidade ao trabalho, de forma que eu pediria a Senhora Presidente a retomada desse estudo. Como brilhantemente observou o Conselheiro Luiz Fernando, devemos analisar a aura de um monumento, porque contém o valor imaterial, a humanidade latente.¹⁰⁴

Inferimos da passagem citada que, após três anos de sancionado o Decreto que instituiu o registro de bens culturais imateriais, sua aplicabilidade não havia sido efetivada. A prática referente ao novo instrumento se encontrava, pois, em construção, demandando regulamentação e o “estabelecimento do *modus operandi*”, preocupação reforçada nas palavras do Conselheiro Joaquim Falcão:

O Decreto 3551 da Presidência da República, fundamentado em proposta formulada pelos Conselheiros Thomaz Farkas, Marcos Vilaça, por mim, e pelo Professor Eduardo Portela, estabeleceu no seu art. 3º que o Conselho Consultivo expediria um regulamento para instrução dos processos concernentes ao patrimônio imaterial [...]. Por motivo que não cabe agora alegar, essa regulamentação, que não é uma exigência deste Conselho, é uma exigência do Decreto, não foi apresentada até o momento. Sem que se cumpra essa instância, as nossas decisões sobre patrimônio imaterial podem estar sujeitas a contestação, o que não seria bom para nenhum de nós.¹⁰⁵

Se a fusão entre IPHAN e CNRC ocorreu em 1979, gerando o SPHAN/FNpM, o instituto do tombamento perduraria ainda como principal instrumento de enunciação oficial do patrimônio brasileiro, o que continuou influenciando a prática de patrimonialização de referências e bens culturais. Nesse sentido é que entendemos o olhar do IPHAN, a partir da ação de seus técnicos, em 1999, quando se volta para o Município de Viçosa do Ceará, à procura de ali tecer um dado “patrimônio nacional” arrematado por bens cuja valoração seria delineada, *a priori*, partindo-se do caráter “material” das construções, tais como conjunto urbano, fazendas, igreja, engenhos antigos.

Retornando à fala do presidente do IBPC, em 1992, fica perceptível a preocupação de atualizar o instituto do tombamento federal, situando-o em um contexto de dinâmica urbana, sobressaltando-se como uma demanda a ser perseguida e legada de décadas anteriores.

No Brasil, a partir das décadas de 1950 a 1970, em uma onda desenvolvimentista, o considerável crescimento da instalação industrial, carregando consigo pressão demográfica

¹⁰⁴ IPHAN. **Ata da 39ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural**, Rio de Janeiro, 14 ago. 2003, p. 27-28. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/2003__01__39a_reunio_ordinria__14_de_agosto.pdf>. Acesso em: 05/2014.

¹⁰⁵ *Ibidem*, p.28.

e “metropolização” das cidades, bem como pressão imobiliária e uma demanda pela ampliação da infraestrutura urbana descortinam, frente aos responsáveis pelo “Patrimônio”, a problemática da gestão urbana e a sustentação dos referenciais históricos nesse meio em constante transformação que se tornou a cidade. Como sobreviveriam as “cidades históricas” nessa conjuntura? Como integrar tais “centros históricos” à dinâmica de (re)criação das cidades, sem que se esvaziassem ou perdessem o sentido? A problemática perdurou, situando-se na temporalidade que nos foi indicada por François Hartog:

Logo viria o tempo, imperioso, se assim se pode dizer, da globalização: da *World Economy*, preconizando mobilidade crescente e apelando cada vez mais ao *tempo real*; mas também, simultaneamente, da World Heritage, sistematizada pela Unesco, tal como a convenção de 1972, “pela proteção do patrimônio mundial cultural e natural” (HARTOG, 2014, p. 24).

As ações da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO movimentam, nessa conjuntura, um processo de universalização do patrimônio (HARTOG, 2014), cujo ápice é representado pela “Lista do Patrimônio Mundial”, criada em 1972, bem como pelas próprias “Cartas Patrimoniais”.¹⁰⁶ Cabe mencionar que, em 1977, o Brasil ratificou o texto da “Convenção sobre a salvaguarda do patrimônio mundial, cultural e natural”¹⁰⁷, aprovando e promulgando-o¹⁰⁸. Desse período em diante, o Brasil passaria a participar do repertório do Patrimônio Mundial, contando com a inscrição de dezoitos bens, entre as categorias “cultural” e “natural”, além da “paisagem cultural”, representada pelo bem “Rio de Janeiro: Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar”, chancelado em julho de 2012.¹⁰⁹

A partir do exposto, práticas e entendimentos acerca do patrimônio no Brasil aparecem como resultantes, também, de influências internacionais. Nesse sentido, a preocupação quanto a “[...] extensas áreas urbanas, cidades históricas, paisagens [...]” apresentada pelo presidente do IBPC, em 1992, dialoga com as definições aprovadas na Carta

¹⁰⁶ Por meio da **Convenção sobre a salvaguarda do patrimônio mundial, cultural e natural**. Conferência Geral da UNESCO – 17ª sessão. Paris – 16 de maio de 1972.

¹⁰⁷ **Convenção sobre a salvaguarda do patrimônio mundial, cultural e natural**. Conferência Geral da UNESCO – 17ª sessão. Paris – 16 de maio de 1972.

¹⁰⁸ **Decreto Legislativo nº 74**, de 30 de junho de 1977. Aprova o texto da Convenção Relativa ao Patrimônio Mundial, Cultural e Natural; **Decreto nº 80.978**, de 12 de dezembro de 1977. Promulga a Convenção Relativa ao Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972.

¹⁰⁹ O bem possui quatro componentes: 1) Setores da Tijuca, Pretos Forros e Covanca do Parque Nacional da Tijuca; 2) Setor Pedra Bonita e Pedra da Gávea do Parque Nacional da Tijuca; 3) Setor Serra da Carioca do Parque Nacional da Tijuca e Jardim Botânico do Rio de Janeiro; 4) Entrada da Baía de Guanabara e suas bordas d’água desenhadas: Passeio Público, Parque do Flamengo; Fontes Históricas de Niterói e Rio; Pão de Açúcar e Praia de Copacabana.

Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas, a Carta de Washington, avalizada em 1986, pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS.

O documento, ao delinear sua própria conjuntura de elaboração, localiza as cidades “grandes ou pequenas” em meio a uma “situação muitas vezes dramática”, posto que estariam “ameaçadas de degradação, de deterioração e até mesmo de destruição sob efeito de um tipo de urbanização nascido na era industrial e que hoje atinge universalmente todas as sociedades”.¹¹⁰ Com isso, a salvaguarda das denominadas “cidades históricas” passa a reconsiderar a “vida contemporânea”.¹¹¹ A Carta afirma, portanto, que: “Para ser eficaz, a salvaguarda das cidades e bairros históricos deve ser parte essencial de uma política de desenvolvimento econômico e social, e ser considerada no planejamento físico territorial e nos planos urbanos em todos os níveis”.¹¹² Não se estaria aqui tratando também, em outras palavras, acerca da sustentabilidade?

Ao encontro dessa demanda, a convocação do Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB e do ICOMOS/Brasil, mediante seus representantes no Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, sinaliza, pois, a relação dialógica entre a política de preservação no Brasil e a ótica internacional; ocidental, para sermos mais específicos. A presença do IAB, por seu turno, pode ser visualizada ainda na perspectiva de uma reafirmação da figura do arquiteto (agora, enquanto urbanista) nessa instância decisiva do processo de patrimonialização.

Quanto à esfera internacional, a UNESCO se apresenta, de acordo com Hartog (2014, p. 239), como: “[...] uma potente caixa de ressonância e um vasto laboratório mundial no qual se elabora uma doutrina e se proclamam princípios”. E com a já mencionada “Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural”, adotada em 1972, temos a universalização do patrimônio que, nas palavras de Hatorg (2014, p.240): “[...] doravante é ao mesmo tempo cultural e natural”. E em meio a essa nova lógica, o autor localiza a forja da noção de proteção.

Em meados dos anos 1970, outra fenda manifesta-se nesse presente. Ele começa a se mostrar preocupado com a conservação (de monumentos, de objetos, de modos de vida, de paisagens, de espécies animais) e ansioso em defender o meio ambiente [...]. Gradativamente, a conservação e a renovação substituíram, nas políticas urbanas, o mero imperativo de modernização [...]. Como se quisesse preservar, na verdade, reconstituir um passado já extinto ou prestes a desaparecer para sempre. Já

¹¹⁰ ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. **Carta de Washington**. Carta Internacional para a Salvaguarda das cidades Históricas. 1986. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Washington%201987.pdf>>. Acesso em: 04/2014.

¹¹¹ *Ibidem*.

¹¹² *Ibidem*.

inquieto, o presente descobre-se igualmente em busca de raízes e de identidade, preocupado com memória e genealogias (HARTOG, 2014, p. 151).

A perda e a degradação tanto de legados provenientes de um tempo tomado como passado, bem como da biodiversidade e dos recursos naturais reverberam não apenas um olhar sobre um pretérito, mas o direcionam a vislumbrar um tempo a ser vivido pelas futuras gerações. Esse cenário descortina um futuro em perigo e a urgência por se iniciar, hoje, a (re)construção desse tempo a pertencer aos que estão por vir. E desse modo, o presente passa a ser inundado por expectativas e medos que recobrem os tempos vindouros. Daí, compreendemos a assertiva de François Hartog (2014, p.243): “O patrimônio é um recurso para tempos de crise”.

Problemáticas ligadas ao avanço da desigualdade social, pobreza e risco de colapso ecológico são consideradas, por Enrique Leff (2001), emergentes no mundo globalizado, e um dos marcos da preocupação com o conhecimento ambiental é a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, também no ano de 1972. Tal conferência deu origem à Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD), que publicou, em 1987, o Relatório Brundtland, conhecido como “Nosso Futuro em Comum”, apresentando uma avaliação relativa ao processo de degradação ambiental. Entrava em pauta de discussão da comunidade internacional a questão do desenvolvimento sustentável.

Realizando uma análise crítica acerca da formação conceitual de sustentabilidade, Enrique Leff (2001) nos chama a atenção para consonância entre esse discurso de sustentabilidade e o processo de globalização econômica, por meio de uma releitura das práticas de apropriação dos recursos naturais. De acordo com o referido relatório, o desenvolvimento sustentável seria “um processo que permite satisfazer as necessidades da população atual, sem comprometer a capacidade de atender as gerações futuras” (LEFF, 2001, p. 19). Para o estudioso, tal discurso seria apresentado como uma via para dissipar “a contradição entre crescimento econômico e preservação da natureza” (LEFF, 2001, p. 18). E sobre isso, esclarece:

[...] seu intuito não é internalizar as condições ecológicas da produção, mas proclamar o crescimento econômico como um processo sustentável, firmado nos mecanismos do livre mercado como meio eficaz de assegurar o equilíbrio ecológico e a igualdade social (LEFF, 2001, p. 26-27).

Uma série de acordos internacionais foi gerada desde então, em especial, a partir da Conferência sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a ECO 92, ocorrida no Rio de Janeiro. Resultaram dela a Agenda 21 e o Fundo Global para o Meio Ambiente, por meio do Banco Mundial. Acordos como a Convenção sobre a Alteração Climática, a Convenção da Biodiversidade e o Protocolo de Kyoto se alinham também como pontos de divergências (BERNARDES; FERREIRA, 2003).¹¹³ Relacionado a isso, Enrique Leff apresenta sua leitura:

Por trás destes acordos estão em jogo as estratégias e direitos de apropriação da natureza. Nestas negociações, os países do Norte defendem os interesses das empresas transnacionais de biotecnologia para apropriar-se dos recursos genéticos localizados no Terceiro Mundo através dos direitos de propriedade intelectual. Ao mesmo tempo, grupos indígenas e camponeses defendem sua diversidade biológica e étnica, isto é, seu direito de apropriar-se de seu patrimônio histórico de recursos naturais e culturais (LEFF, 2001, p. 21).

Conforme Crispim (2014, p.43), a “discussão sobre paisagem também é tributária do debate sobre desenvolvimento sustentável” e, nesse rumo, duas diretivas principais são identificadas por Ribeiro (2007): a Convenção Europeia da Paisagem e a já mencionada Lista de Patrimônio Mundial da UNESCO.

Consideramos a presença do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA no Conselho Consultivo do IPHAN como parte dessa conjuntura que se esboçava a partir dos anos 1970, estendendo-se pelas décadas de 1990 e 2000. É a intenção, pois, de colocar em contato duas diretrizes que, ao longo do século XX, movimentaram-se por caminhos isolados uma da outra: a política ambiental e a política cultural, mais especificamente no que tange ao patrimônio cultural.

A noção de patrimônio cultural passaria a reconsiderar o tipo de relação intrínseca entre as ações humanas e as “[...] paisagens, ecossistemas e ambientes naturais [...]”, em um intuito de reconstituir a prática de preservação. No entanto, cabe pensar de que maneira “natural” e “cultural” se reintegrariam, a partir da ação de tais instituições.

¹¹³ Os Estados Unidos se posicionaram contrários à assinatura da Convenção da Biodiversidade e do Protocolo de Kyoto (1997).

3.2 CONJUNTOS URBANOS CEARENSES NA MOLDURA DO “PATRIMÔNIO NACIONAL”

“Por que essa distância de quatrocentos anos entre a invenção do monumento histórico e a da cidade histórica? Por que esta última teve que esperar tanto tempo para ser pensada como um objeto de conservação por inteiro, e não redutível à soma de seus monumentos?”

(CHOAY, 2006, p. 178).

Em torno de tais indagações, ao situar suas análises em território europeu, Françoise Choay discorre acerca do processo de “invenção do patrimônio urbano”, relacionando-o ao interesse sobre a cidade enquanto fonte de conhecimento histórico, o qual remonta às transformações urbanas influenciadas pela revolução industrial, a partir da “perturbação traumática do meio tradicional, emergência de outras escalas viárias e parcelares” (CHOAY, 2006, p.179).

Ao passo que esse período favorecia o surgimento do urbanismo, com vistas a uma nova organização espacial, ele também propiciava o florescimento da noção de patrimônio urbano. E nessa perspectiva, a “cidade antiga”, como se refere a historiadora, passaria a ser alvo de diferentes tipos de abordagem. Consideramos conveniente aqui mencioná-los, tendo em vista que alguns de seus pressupostos se dissiparam por diretrizes de proteção ao patrimônio, elaboradas posteriormente e que influenciaram as próprias práticas e concepções patrimoniais desenvolvidas pelo Estado brasileiro.

A primeira abordagem acerca da conservação tangente ao espaço urbano foi identificada, pela autora, no pensamento de John Ruskin¹¹⁴, na Inglaterra dos anos 1860. Sob essa conceituação memorial, a cidade antiga se assemelhava ao monumento histórico, devendo permanecer intangível frente às intervenções espaciais em curso. Tal pensamento encerrava, no passado, o presente da cidade de estruturas pré-industriais (CHOAY, 2006).

Diante da dinâmica de urbanização, a abordagem histórica passa a perceber as cidades contemporâneas como resultantes, prioritariamente, de preocupações em torno de aspectos técnicos, em detrimento do caráter estético. É destacando a “feiura da cidade contemporânea” que Camilo Sitte¹¹⁵ volta sua atenção para a cidade pré-industrial; com vistas na “morfologia urbana”, ela passa a ocupar um papel pedagógico, mediante o qual se

¹¹⁴ John Ruskin. Autor da obra *The Seven Lamps of Architecture* (1849), na qual discute sobre a diferença entre arquitetura e construção.

¹¹⁵ Arquiteto e historiador vienense (1843-1903).

abre a possibilidade do desdobramento de uma “arte urbana” em conformidade com a sociedade industrial. A análise morfológica da cidade antiga, de seus espaços e formas, contribuiria para a compreensão de “regras ou princípios constantes” que balizariam a formação de uma modalidade estética propriamente característica da nova cidade. Outra vertente dessa abordagem identifica a cidade antiga a uma função *museal*, pois:

[...] ameaçada de desaparecimento, é concebida como um objeto raro, frágil, precioso para a arte e para a história e que, como as obras conservadas nos museus, deve ser colocada fora do circuito da vida. Tornando-se histórica. Ela perde sua historicidade (CHOAY, 2006, p. 191).

Acima, ambas as abordagens tendem a localizar os fragmentos “antigos” da cidade à parte da vida urbana, “privados de seu uso e de seus habitantes”. Uma problemática, daí, emerge. O “isolamento” seria o único modo possível de proteção? O urbanista italiano Gustavo Giovannoni ¹¹⁶ teria sido o primeiro a referenciar o “patrimônio urbano”, enquadrando-o como parte dos princípios orientadores da urbanização. Nas palavras da autora: “[...] G. Giovannoni [...] atribui simultaneamente um valor de uso e um valor *museal* aos conjuntos urbanos antigos, integrando-os numa concepção geral da organização do território” (CHOAY, 2006, p. 194). Dessa forma, Giovannoni concebia o patrimônio urbano em seu presente, inserido no “tecido vivo” que é a cidade, transcendendo ao citado “papel memorial”, bem como à “função *museal*”, que isolariam a cidade antiga em meio à dinâmica inerente ao espaço urbano.

O referido italiano estabelece três princípios de orientação para os trabalhos de conservação e restauro, consistindo nas ideias de plano diretor, ambiente e margem de intervenção. A integração dos setores antigos das cidades em um plano diretor os posicionaria em um contexto mais amplo de organização do território. A noção de ambiente estenderia o entendimento de monumento histórico pra além do edifício isolado, contemplando, assim, seu entorno, o espaço no qual está inserido. A preocupação com o estabelecimento de uma “margem de intervenção” se relaciona com o intuito de evitar reconstituições enganosas, quando das tentativas de aproximar o monumento a suas condições originais. Em tais acepções, o italiano deixa exposto seu entendimento a respeito do patrimônio urbano.

Focalizando a compreensão dos espaços urbanos brasileiros enquanto passíveis de proteção patrimonial, Duarte Júnior (2012) identifica diferentes abordagens: a “cidade-monumento” e a “cidade-documento”, além da cidade como “empreendimento” ou

¹¹⁶ 1873-1943. Urbanista, engenheiro, arquiteto, historiador da arte. Publicou sua doutrina de conservação e restauração em artigo e livro que carregam o mesmo título, *Nueva Antologia*, publicados, respectivamente, em 1913 e 1931 (CHOAY, 2006; DUARTE, 2012).

“instrumento”. Fonseca (2009, p.198) entende que: “Os tombamentos de núcleos históricos nos primeiros tempos do Sphan foram realizados tendo em vista antes o número expressivo de bens excepcionais que neles se concentravam, que propriamente o conjunto enquanto objeto de interesse”. Nesse momento de atuação da instituição, consagrou-se o patrimônio edificado – “pedra e cal” –, selecionado como representante de uma qualidade estética identificada como criação genuinamente brasileira, a arquitetura barroca colonial, fundamentada sobre uma matriz luso-brasileira. “Descobriu-se”, então, o barroco mineiro, o qual se trataria de uma produção “a partir de um modelo europeu, mas reapropriado e reinventado pelos nacionais” (RIBEIRO, 2007, p.73).

As cidades arroladas mediante essa ótica foram visualizadas como obras acabadas, as quais deveriam ser “salvas” das intervenções do tempo presente. Monumentais, não seriam consideradas enquanto espaço vivo e dinâmico, o que gerou conflitos entre as determinações dos especialistas “do Patrimônio” e parcelas consideráveis das populações locais, como fica patente na análise de Tavares (2012) acerca de São João del-Rei-MG, onde a definição do perímetro de tombamento, bem como do tipo de elementos nele a serem incluídos, ocasionou disputas, entre os anos de 1938 e 1967. Tais tensões se ambientaram tanto na paisagem urbana, por meio da demolição espontânea de imóveis particulares; quanto nos jornais locais, como o “Diário do Comércio” e “O Correio”, nos quais se apresentavam artigos, cuja autoria remetia, em especial, a integrantes da Associação Comercial de São João del-Rei. A disputa girava em torno, principalmente, do “direito de dizer o patrimônio”, bem como do uso dos espaços oficialmente patrimonializados.

Enquanto para o SPHAN, o tombamento na cidade se justificava pela “excepcionalidade”, “autenticidade” e “uniformidade” do núcleo urbano; para os segmentos locais, os bens de interesse já estariam representados pelas igrejas, as pontes de pedra, imóveis públicos e aqueles marcados por algum “fato histórico” ou “grande feito”, em específico, excluindo-se, portanto, os demais imóveis de propriedade particular. O “Patrimônio”, na ótica desses grupos locais, concebia a cidade enquanto “cidade-morta”, impedindo seu crescimento e progresso.

Essa perspectiva de compreensão da cidade, como um aglomerado de bens excepcionais ou um concentrado de monumentos, influenciou de modo direto procedimentos correlatos ao reconhecimento desses “núcleos históricos”. O olhar apurado fitando os aspectos estéticos das construções legitimou o arquiteto enquanto autoridade para alçar um bem à categoria de “patrimônio histórico e artístico nacional”. Daí diversos pesquisadores, tais como Fonseca (2009) e Ribeiro (2007), apontarem a predominância desses profissionais durante os

primeiros momentos da Instituição. Além disso, foi se estabelecendo uma hierarquia, não declarada oficialmente, entre os próprios Livros de Tombo. Conforme Ribeiro (2007):

O Livro Histórico e o Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico passaram a ser utilizados para inscrição daqueles bens que não atingiram as exigências que eram colocadas para o Livro das Belas Artes, seja por não possuírem maior interesse estético, seja por estarem adulterados e/ou parcialmente destruídos (RIBEIRO, 2007, p.74).

Outra abordagem da cidade enquanto bem patrimonial a delineia enquanto um documento. A “cidade-documento”, como um *palimpsesto*, apresentaria sua paisagem composta por camadas históricas, desvelando-se delas diferentes temporalidades, a partir das quais seria possível a compreensão de seu próprio processo de construção. Esse olhar para com os vestígios urbanos visava à percepção histórica das adaptações e transformações empreendidas pelos grupos sociais no processo de (re)produção do seu ambiente. Mediante essa expoente acepção, outros elementos urbanísticos, que não apenas os estilos arquitetônicos das construções, passam a ser considerados como suportes do “caráter histórico da cidade”¹¹⁷. A já mencionada Carta de Washington, em 1986, avaliza alguns dos “elementos materiais e espirituais”¹¹⁸ capazes de compor e expressar a imagem documental da urbe:

A forma urbana definida pelo traçado e pelo parcelamento; as relações entre os diversos espaços urbanos, espaços construídos, espaços abertos e espaços verdes; a forma e o aspecto das edificações (interior e exterior) tais como são definidos por sua estrutura, volume, estilo, escala, materiais, cor e decoração; as relações da cidade com seu entorno natural ou criado pelo homem; as diversas vocações da cidade adquiridas ao longo da história.¹¹⁹

Conforme Fonseca (2009), essa leitura mais abrangente da cidade dialogava com as ideias difundidas pela *Escola dos Annales*, em uma historiografia que se produzia multidisciplinarmente, aproximando-se de objetos, procedimentos e conceituações provenientes de outras disciplinas – geografia, psicologia, antropologia, arqueologia, sociologia, etc. Isso possibilitava uma fresta para a atuação de outros especialistas no processo de reconhecimento do patrimônio brasileiro. E para além da ideia de concentração de monumentos “excepcionais”, a noção de conjunto se fortalece, pois a percepção da historicidade da paisagem só seria possibilitada por meio de uma visão do conjunto.

¹¹⁷ ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. **Carta de Washington**. Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas. 1986. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Washington%201987.pdf>>. Acesso em: 03/2015.

¹¹⁸ *Idem Ibidem*.

¹¹⁹ *Idem Ibidem*, p. 02.

Nesse entremeio, Ribeiro (2007) identifica, a partir de 1960, uma maior incidência de inscrições no Livro de Tombo Histórico, bem como no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, havendo uma alteração também quanto ao perfil de tombamento: “Este passa a incluir não mais apenas a ideia de monumentalidade e integridade arquitetônica, mas também conjuntos modestos e triviais, associados sobretudo à história da formação do território brasileiro” (RIBEIRO, 2007, p. 91). Subentende-se, portanto, que não apenas as construções das “elites” seriam arroladas como expressão da identidade nacional.

Barbalho (2007) realiza uma interessante reflexão sobre a questão da diversidade cultural nesse período, a qual nos pode ser elucidativa. No contexto, pois, da ditadura militar a afirmação da diversidade seguiria uma lógica integradora e, portanto, ideológica: a pluralidade cultural “harmoniosamente” organizada como característica da brasilidade. Nas palavras do autor:

O lema da diversidade na unidade referenda a ação governamental na cultura, dando-lhe aspecto de neutralidade, de guardião da identidade brasileira definida historicamente. A miscigenação revela uma realidade sem contradições, já que o resultado do encontro entre as culturas passa por cima das possíveis divergências, e acaba por qualificar a cultura brasileira como democrática, harmônica, espontânea, sincrética e plural (BARBALHO, 2007, p.43).

Esse movimento relacionado às diferentes abordagens quanto ao “núcleo urbano” a ser, ou não, classificado como patrimônio nacional também se desvelou em nossa reflexão ambientada no Ceará. Os núcleos urbanos cearenses passaram a ser inseridos na pauta de possível preservação, em termos oficiais, a partir da década de 1970. Antes desse período, e mediante a predominância da perspectiva da “cidade-monumento”, as cidades cearenses não aparecem como de interesse à patrimonialização federal.

Circunscrevendo nosso olhar às quatro cidades com trecho urbano atualmente tombado, apenas alguns poucos exemplares isolados de edificações foram cotados como “monumentos nacionais” antes dos anos 1970: a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, em Aracati (processo nº 550-T-56) e a Casa de Câmara e Cadeia de Icó (processo nº 653-T-62). A primeira, inscrita no Livro Histórico em 1957, enquanto a segunda, em 1975, no mesmo Livro.

No ano de 1973, a Casa de Câmara e Cadeia de Aracati também se tornaria objeto de tramitação de tombamento (processo nº 879-T-73), resultando em arrolamento tanto no Livro Histórico, quanto no de Belas Artes, em 1980. Como se percebe, os exemplares reconhecidos dizem respeito a estruturas já simbolicamente consagradas como significantes do poder e racionalidade colonial: a câmara, o templo católico e a cadeia. As demais

construções, de um modo geral, só se mostraram interessantes à instituição oficial de preservação a partir de uma visualização considerando-as como componentes de um conjunto, sob o intermédio da acepção documental. Até então, sob a ótica da “cidade-monumento”, os núcleos cearenses não preencheriam os requisitos capazes de alçá-las ao patamar de “monumento nacional”.

Em 1963, por exemplo, um aracatiense solicitou a apreciação da possibilidade de tombamento de alguns logradouros da cidade de Aracati. O Sr. Antônio da Rocha Guimarães, advogado, dirigiu sua carta, manuscrita em papel timbrado de escritório de advocacia, diretamente ao então Diretor do DPHAN, Rodrigo Melo Franco de Andrade. Finalizou-a expondo sua expectativa quanto ao atendimento da solicitação, tendo em vista “a defesa do patrimônio histórico de uma das cidades mais tradicionais do Ceará”. O solicitante assinava do Rio de Janeiro, em 11 de fevereiro de 1963. Os “logradouros”, como se refere, enumerados por ele foram:

- I. Rua Liberato Barroso, antiga do Comercio e atual Cel. Alexanzito.
- II. As igrejas da Matriz, Bonfim, Prazeres, Rosário e Bom Jesus dos Navegantes.
- III. Mercado Municipal.
- IV. Teatro Municipal situado na Rua do Rosário.
- V. Antigo prédio dos Correios e Telégrafos, também na Rua do Rosário.
- VI. Castelo do Santarém.
- VII. Castelo dos Caminha.
- VIII. Cacimba do Povo.¹²⁰

No texto, sua atenção para com esses logradouros aparece como resultante do processo de demolição de alguns imóveis, bem como da completa modificação das fachadas de outros. Da relação por ele elaborada, vislumbramos a sua noção de “patrimônio histórico”.

Como um meio de dar início à avaliação, Rodrigo M. F. de Andrade envia um ofício a José Liberal de Castro e José Amauri de Araújo, “a fim de habilitar esta Diretoria a deliberar sobre o requerimento”. Assim, solicita aos destinatários o envio de “documentação fotográfica e dados históricos”, especificamente, relativos ao Teatro Municipal, Mercado Municipal e prédio dos Correios e Telégrafos. Em resposta, o arquiteto José Liberal de Castro realiza um apanhado geral sobre a situação dos oito logradouros selecionados pelo Sr. Antônio da Rocha Guimarães. Iniciando pela antiga Rua do Comércio, ele avalia:

São raros os frontispícios da antiga rua do Comércio que mereceriam ser preservados. Há casos em que as velhas edificações foram demolidas para ceder lugar a bangalôs do pior gosto, sob clara inspiração do que se fez em fortaleza, nos

¹²⁰ IPHAN. Correspondência. Remetente: Antônio da Rocha Guimarães. Destinatário: Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 11 jan. 1963. Assunto: solicitação de tombamento de logradouros em Aracati-Ce. Arquivo: Superintendência do IPHAN no Ceará. Dossiê: Tombamento / Aracati.

bairros abastados! [...] Infelizmente, hoje, pouco ou nada resta que tenha valor nacional, como se sabe, com condição necessária para tombamento por parte do D.P.H.A.N. (grifo do autor).¹²¹

No que se refere à Igreja Matriz, o arquiteto lembra já se tratar de edificação tombada e a qual estaria passando por um processo de restauro. A Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário havia sido arrolada no Livro de Tombo Histórico em janeiro de 1957¹²², a partir de uma solicitação do cearense Gustavo Barroso, então Diretor do Museu Histórico Nacional. O requerimento de Gustavo Barroso atendia aos “apelos” que lhe foram encaminhados via telegrama, subscrito por Josias Correia, Ezequiel Menezes, Ernani Viana, Idelzuite Tavares, Sales Carvalho, Assis Viana, Leonia Gurgel, como intermediadores da “colônia aracatiense”.

Da leitura da correspondência, fica indiciado que os solicitantes buscaram, de início, respaldo junto ao Instituto do Ceará, frente a seu papel de difundir e também escrever uma História do Ceará, tornando-se, nesse passo, importante instituição na produção da memória do Estado:

APELAMOS VEEMENTEMENTE VOSSENCIA FIM APRESSAR TOMBAMENTO MATRIZ ARACATI PATRIMONIO NACIONAL VEZ QUE RVMO VIGARIO PERSISTE IDEIA REFORMALA (SIC) MESMO APOS INSISTENTES APELOS COLONIA ARACATIENSES LHE DIRIGIU PT PRONUNCIAMENTO INSTITUTO CEARA SENTIDO CONSERVAR INTATO AQUELE MONUMENTO HISTORICO RELICARIO OBRAS DE ARTE ET HERANCA NOSSOS ANTEPASSADOS PT CONFIAMOS SUA DECIDIDA ATUACAO [...].¹²³

O estudo de Barbalho (1997) indica os intelectuais vinculados ao Instituto do Ceará compondo um grupo social de influência sobre o desenvolvimento da política cultural no Ceará. O autor aponta a firmação, em 1951, de um convênio entre Governo do Estado e o Instituto do Ceará, a fim de empreender uma reorganização do Museu do Ceará, que assumiria um “caráter exclusivamente regional, com destaque para peças e fatos cearenses”, buscando-se esboçar uma identidade cearense.

Doravante administrado pelo Instituto, o Museu ficou sob a direção do historiador Raimundo Girão. Em 1966, foi criada a Secretaria de Cultura do Estado, mesmo ano em que passou a, efetivamente, funcionar o Conselho Estadual de Cultural, que havia sido criado em 1961. A criação de Conselhos Estaduais era uma deliberação da política de cultura federal,

¹²¹ IPHAN. Correspondência. Destinatário: Ilmo. Sr. Dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade, Diretor do DPHAN. Remetente: José Liberal de Castro. Fortaleza, 08 de abril de 1963. Arquivo: Superintendência do IPHAN no Ceará. Dossiê: Processo de tombamento / Aracati.

¹²² IPHAN. Lista de Bens Tombados. 2015. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista_de_bens_tombados_2016.pdf>. Acesso em: 08/2015.

¹²³ IPHAN. Correspondência telegrafada. WDN49 Fortaleza 85/84 10 1856. CTN Doutor Gustavo Barroso Museu Histórico Nacional Rio. Acervo: Superintendência do IPHAN no Ceará.

mediante a atuação do Conselho Federal de Cultura. E nesse âmbito estadual, agentes intelectuais se concentram em torno da produção do “ceararentismo”, em busca de uma “cultura genuína” (BARBALHO, 1997).

Nessa conjuntura, vislumbramos que o interesse inicial da Instituição de Patrimônio, voltado para os acervos arquitetônicos das cidades de Icó e Aracati, pode estar interligado à identidade local que se intentava forjar em âmbito Estadual, tomando como sujeitos simbólicos as figuras do jangadeiro e do vaqueiro, representando o território cearense em sua geografia litoral/sertão. Os acervos de Icó e Aracati não estariam sendo (re)significadas enquanto materialização da “civilização do couro”, como denominou Capistrano de Abreu? (BARBALHO, 1997). Viçosa do Ceará, “isolada” no alto da “Serra Grande”, como se percebe, não era situada ainda nessa cartografia simbólica e identitária oficial do Ceará, corrente nos meados dos anos 1970, 1980.

Retornando ao caso da Igreja Matriz de Aracati, ressaltamos, ainda, a influência de Gustavo Barroso ¹²⁴ enquanto Diretor do Museu Histórico Nacional. Vale salientar que ele também era sócio correspondente do Instituto do Ceará, inclusive estando presente durante sessão ordinária da instituição, ao dia 05 de novembro de 1956. Em texto encaminhado ao Diretor do DPHAN, ele explica:

Tomo a liberdade de passar às suas mãos o telegrama incluso. É mais um veemente apelo que recebo do Ceará com o ato de vandalismo que o atual vigário da cidade do Aracati pretende levar a efeito contra a matriz da sua paróquia, lindo e venerável templo construído em 1785, um dos raros monumentos históricos da zona do Jaguaribe até agora escapo às reformas e destruições. Como S.P.H.A.N. é a repartição encarregada de zelar pela conservação de nossas relíquias arquiteturas, peço permissão para encarecer junto a essa Diretoria o tombamento daquela preciosa igreja. ¹²⁵

No que concerne ao patrimônio nacional, a partir das pronunciações até aqui apresentadas, ele aparece vinculado à ideia de monumento ou, mesmo, “relíquias arquiteturas”, correspondência que, em se tratando da esfera oficial, tornava-se restritiva quanto à composição do quadro do patrimônio histórico e artístico nacional. De acordo com Fonseca (2009), a própria questão temporal poderia se tornar um fator excludente, na medida

¹²⁴ Também da Academia Brasileira de Letras e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Fonte: Instituto do Ceará. Ata Sessão Ordinária. Fortaleza, 05 de novembro de 1956. Disponível em: <<http://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1956/1956-AtasSessoes.pdf>>. Acesso em: 08/2015.

¹²⁵ IPHAN. Correspondência. Remetente: Diretor do Museu Histórico Nacional. Destinatário: Diretor da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 12 de dezembro de 1956. Arquivo: Superintendência do IPHAN no Ceará. Dossiê: Tombamento / Aracati.

em que um bem construído em período considerado “recente” não estaria apto a integrar o quadro do patrimônio nacional. Nas palavras da autora:

A atribuição de valor artístico a estilos estéticos e arquitetônicos recentes é um fato característico do processo de constituição dos patrimônios históricos e artísticos nacionais, a partir da década de 1960. Até então, considerava-se necessário observar um recuo histórico mínimo para a inclusão de bens nos patrimônios – recuo esse que, em geral, se situava em meados do século XIX (FONSECA, 2009, p. 188).

Diante dessas ponderações, construções datadas do final do século XIX e início do XX tendiam a ser desconsideradas pelo “Patrimônio”, em especial se identificadas à arquitetura eclética, estilo expressivamente representado no acervo urbano da capital cearense (ORIA, 2007, p.242). O parecer do arquiteto e urbanista Lúcio Costa, a respeito do tombamento da Igreja Matriz de Aracati nos expõe, de forma clara, os critérios valorativos que envolviam a concepção de patrimônio àquele período:

Arquitetonicamente a matriz de Aracati não tem qualidades que justifiquem a sua inclusão nos livros do Tombo artístico como monumento nacional. Exceptuados, externamente, o conjunto das portadas e internamente a banca de comunhão, é obra comum destituída de qualquer significação artística. Embora edificada no S. XVIII, o seu interior só foi concluído no S. XIX, quando também foi acrescentada a volta-redonda às janelas do côro. O retábulo singelo do altar-mór, mandado vir de Pernambuco, data de 1814. O varandão do côro foi posto em 1857, pelo tesoureiro capitão Melquiades da Costa Barros, etc.¹²⁶

Dos termos de Lúcio Costa, então Diretor da Divisão de Estudos e Tombamento, identificamos uma menor valoração no que concerne aos elementos do século XIX, o que acaba por desqualificar, de certo modo, o caráter monumental da edificação, cuja inscrição em Livro de Tombo da instituição federal só foi considerada enquanto impedimento às “obras desfiguradoras que se anunciam”. O citado Diretor ainda pontuou o “empenho demonstrado pela população”, bem como a atuação do Dr. Gustavo Barroso, “sempre atento na defesa das obras antigas da sua terra”. Consideramos que, nessa demanda, o peso do intermédio do Diretor do Museu Histórico Nacional tenha contribuído para a decisão favorável ao arrolamento da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, em 1957, no Livro de Tombo Histórico.

Retornando à solicitação do Sr. Antônio Rocha, no que tange às demais edificações católicas, o arquiteto representante local do DPHAN, José Liberal de Castro, pondera:

¹²⁶ IPHAN. Parecer. Remetente: Lúcio Costa. Diretor da Divisão de Estudos e Tombamentos. Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 15 dez. 1956. Arquivo: Superintendência do IPHAN no Ceará. Dossiê: Tombamento da Igreja de N. Sra. Rosário. Processo nº. 0550-T-56.

As demais igrejas do Aracati foram praticamente depredadas (este é bem o termo e tal fato não ocorreu nos últimos tempos). Não merecem, pois, grande atenção, salvo no que se refira a uma ou outra imagem. A igreja dos Navegantes, ao que nos parece, nunca teve qualquer valor, mesmo local.¹²⁷

Nessa mesma linha de abordagem, o prédio do Mercado Municipal, em suas palavras, “não acusa interesse histórico ou artístico”, diferenciando-se do Castelo dos Caminha que, embora “virtualmente destruído” e impossibilitado de recuperação, apresentaria ainda interesse histórico por ter sido “a casa natal do romancista Adolfo Caminha”.¹²⁸ As demais avaliações também destacam o aspecto “desfigurado”, “depredado” e materialmente “arrasado” dos elementos, ou mencionam outros imóveis em melhor estado de conservação e com “certa importância”, em termos estilísticos, como a residência, à época, do ex-prefeito Ruperto Porto e a própria casa do Sítio Santarém. Após as suas considerações sobre o conjunto proposto pelo Sr. aracatiense, José Liberal de Castro ressalta:

Excluídas a Matriz e a Casa de Câmara e Cadeia (esta omitida pelo Sr. Guimarães), que são monumentos de valor nacional e, portanto, tombados pelo D.P.H.A.N., os demais deveriam ser preservados ou pelo Governo do Estado ou, principalmente, pela Prefeitura de Aracati, esta, sem dúvida, a maior interessada na conservação do acervo local.¹²⁹

A partir dessas ponderações, o “valor nacional” aparece, portanto, intrinsecamente vinculado à ideia de “monumento”, enquanto o tombamento se mostra como o instrumento de consagração. O examinador, por sua vez, apresenta-se dotado de legitimidade para influenciar a enunciação do que poderia integrar, ou não, o universo do “patrimônio nacional”. Assim, o arquiteto José Liberal de Castro figura como um mediador local no que concerne às ações da instituição federal de preservação.

Cabe lembrar que, durante esse período, a instituição ainda não contava com uma coordenação regional no Ceará, a qual só foi instalada em 1982, ficando sob a direção do arquiteto Domingos Cruz Linheiro: “a 4ª Coordenação Regional para atender os estados do Ceará e Rio Grande do Norte”¹³⁰. Anteriormente, os assuntos relativos ao patrimônio no Ceará estiveram sob a jurisdição da unidade do Maranhão. Nesse contexto institucional, é que entendemos o destaque dispensado, pela própria Diretoria do DPHAN, àquele profissional, “atuando como representante honorário do IPHAN desde 1957” (DIÓGENES; PAIVA,

¹²⁷ IPHAN. Correspondência. Destinatário: Ilmo. Sr. Dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade, Diretor do DPHAN. Remetente: José Liberal de Castro. Fortaleza, 08 de abril de 1963. Arquivo: superintendência do IPHAN no Ceará. Dossiê: Processo de tombamento / Aracati.

¹²⁸ *Ibidem*.

¹²⁹ *Ibidem*.

¹³⁰ IPHAN. Iphan-Ceará (Superintendências / Região Nordeste / Ceará). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/324>>. Acesso em: 07/2015.

2011). Ele, que seria um dos fundadores da Escola de Arquitetura da Universidade Federal do Ceará – UFC, em 1965, além de membro do Instituto do Ceará (DIÓGENES; PAIVA, 2011).

A requisição do Sr. Antônio Guimarães se tornou um processo inconcluso (nº 693-T-1963). Até que, em 1974, conforme mencionamos em anterior momento do trabalho, um parecer propondo o tombamento do “núcleo urbano de Aracati” foi elaborado pelo arquiteto e também assessor do IPHAN, Augusto Carlos da Silva Telles. Sua proposição também contemplava o “núcleo urbano de Icó” e, sintetizando suas justificativas, ele motiva:

Como vimos, os acervos urbanos e arquitetônicos dos séculos XVIII e XIX de Icó e Aracati conservam-se ainda bastante íntegros e, a partir de um planejamento geral, podem ser recuperados e valorizados com a recomposição de alguns edifícios descaracterizados e com a restauração de outros, degradados ou em estado de ruína. Ditos acervos apresentam interesse regional e, mesmo, valor nacional, seja pelas suas tramas urbanas, de traçado octogonal, pouco comuns nos núcleos brasileiros antigos, seja pelos seus acervos arquitetônicos, que apresentam caráter próprio e diferenciado dos existentes em núcleos de outras regiões do país. Além disso, por terem sido seus sobrados e casas térreas construídos em épocas sucessivas, desde o final do século XVIII até o ocaso do XIX, ocorre diversidade de soluções arquitetônicas, o que mais valoriza estes acervos urbanos.¹³¹

Inferimos da leitura que, embora destaque o caráter arquitetônico, o autor visualiza os edifícios como peças de um conjunto, ou melhor, um “acervo”, ultrapassando a ideia de “monumentos” encerrados em si, isoladamente situados no espaço urbano. Enquanto conjunto, eles permitiriam uma noção do processo construtivo da cidade no decorrer dos séculos XVIII e XIX. Assim, identificamos na leitura desses dois “acervos urbanos” uma função documental.

As cidades de Icó e Aracati também haviam sido mencionadas como “cidades históricas” no, também já referido, “Programa de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste”. Em seu texto de esclarecimento de tal Programa, Silva Telles expõe:

O Programa Integrado de Restauração das cidades Históricas do Nordeste, visando à restauração progressiva de todos os monumentos históricos e artísticos e expressões culturais do Nordeste e, ao mesmo tempo, ao uso dos referidos edifícios com finalidades úteis e rentáveis, tende, naturalmente, a considerar como prioritários, os monumentos localizados nas capitais, nas cidades mais desenvolvidas comercial e industrialmente, e nos núcleos a elas vizinhas. Acontece que nem sempre os acervos mais importantes de cada Estado ou de cada região estão localizados nestas condições. Por outro lado, de acordo com os conceitos atuais relativos à preservação de bens culturais, os monumentos que mais interessa preservar são os que se agenciam formando um conjunto arquitetônico, uma cidade, ou que os se integram em sítios naturais ou na paisagem. Estes conjunto urbanos, arquitetônicos ou paisagísticos, muitas vezes, estão afastados dos núcleos mais desenvolvidos, degradados pelo abandono, pelas dificuldades de acesso, pela falta de qualquer apoio

¹³¹ TELLES, Augusto Carlos da Silva. **A preservação e a valorização no sentido cultural e turística do núcleo urbanos de Icó-CE**. Rio de Janeiro, 25 out. 1974. Arquivo: Superintendência do IPHAN no Ceará. Dossiê: Processo de Tombamento / Icó-Ce.

turístico. É o caso, por exemplo, de Oeiras e Piracuruca no Piauí, de Alcântara no Maranhão, de **Icó e Aracati no Ceará**, de vila Flor no Rio Grande do Norte, de Penedo em Alagoas, de Laranjeiras no Sergipe, de Lençóis, de Minas do Rio das Contas e de Jaguaripe na Bahia (grifo nosso).¹³²

Tendo em vista, portanto, a probabilidade dos governos estaduais centrarem suas ações apenas nos “núcleos principais”, partindo de uma “visão imediatista” e objetivando rentabilidade a curto prazo, o Programa proporia, todavia, a “interiorização” de projetos e atuações de tais administrações regionais, conforme mencionamos em tópico anterior.

Os pareceres de Silva Telles aparecem como incentivo, em 1978, ao início da tramitação dos processos nº 968-T-78 e nº 969-T-78, referentes, respectivamente, aos conjuntos das cidades de Icó e Aracati. Ambas, situadas em um mesmo contexto espacial, a já citada bacia hidrográfica do Jaguaribe, representariam o processo de colonização dessa porção norte do que se constituiria como território nacional.

O processo visualizando o reconhecimento do conjunto urbano de Aracati retomou diversos “logradouros” constantes da anterior solicitação do Sr. Antônio Rocha, o que nos possibilita refletir sobre como um mesmo bem é (re)interpretado e, portanto, (re)apropriado ao longo dos percursos da patrimonialização, mediante a dinâmica inerente à historicidade das concepções de patrimônio.

Em 1996, ambos os processos de 1978 são retomados, conforme explicita memorando assinado por Cláudia M. Girão Barroso, Chefe da Divisão de Proteção Legal, ao solicitar ao Departamento de Identificação e Documentação o encaminhamento daqueles dois processos, de modo que fosse viabilizado o prosseguimento de seus trâmites.¹³³ E nesse movimento de revisão de solicitações anteriores, temos que, em 1999, arquiteta do DEPROT, Helena Mendes dos Santos, solicita à 4ª Superintendência Regional a reiteração do “**processo de tombamento nº 691-T-63: Monumentos – Aracati/CE**” (grifo no original).¹³⁴

Relembramos que parte dos logradouros e construções listados no processo de 1963 foram considerados, à época, desprovidos de “valor nacional”. Assim, decorridos cerca de trinta anos, em outro contexto de perspectiva patrimonial que os tornava passíveis de acautelamento, tal revisão constatou que parte dos bens enumerados pelo Sr. Antônio da Rocha Guimarães já não mais existiam: “Com relação ao Memorando DEPROT nº 743/99, informamos que o Teatro Municipal, o antigo prédio dos correios, o Castelo das Caminhas e a

¹³² *Idem*. **Planos regionais e definição de prioridades para o Programa Integrado de Reconstrução das cidades históricas do Nordeste**. Rio de Janeiro, 15 out. 1974. Dossiê: Superintendência do IPHAN no Ceará.

¹³³ IPHAN. Despacho (Ref. Memo nº 630/96 – Deprot, de 07 out. 1996).

¹³⁴ IPHAN.

Cacimba do Povo não existem mais. Quanto à casa do sítio Santarém certamente merece indicação para tombamento”.¹³⁵

Quanto ao interesse relacionado à patrimonialização em Icó, verificamos a incidência de mais uma proposição, em 1976, de autoria do arquiteto José Liberal de Castro. Sua solicitação de verificação “de possibilidade de tombamento” tinha como objeto o Teatro Municipal do Icó. Cabe salientar que o documento dirigido ao Diretor do IPHAN, o arquiteto Renato Soeiro, foi redigido em papel timbrado da Universidade Federal do Ceará, o que nos faz refletir que tal solicitação parte não apenas de sua figura como arquiteto, mas também enquanto docente e pesquisador daquela instituição de ensino. Nesse sentido, percebemos sua seguinte exposição:

O Teatro foi levantado por nossos alunos do Curso de Arquitetura da Universidade, com cópias remetidas para o IPHAN. Recentemente, a Secretaria Estadual de Planejamento organizou um relatório sobre o acervo arquitetônico do Ceará, do qual foram remetidas cópias para a delegacia do Recife da Secretaria do Planejamento da Presidência da República, uma das quais destinada a posterior remessa ao IPHAN, cópia que deve estar arquivada aí no Rio de Janeiro. Esse relatório faz referência ao Teatro.¹³⁶

A influência do curso de Arquitetura da UFC se imiscui também por outros ambientes de atuação sobre o patrimônio cultural no Estado. Assim percebemos a menção que Liberal de Castro realiza, nesse mesmo documento, a um de seus ex-alunos. Por ocasião de sua ausência decorrente de uma bolsa de estudos em Portugal, ele indica seu antigo aluno para dirimir futuras dúvidas e eventuais envios de documentação a propósito de alguma necessidade do IPHAN com relação ao caso tratado:

Caso haja necessidade de maior documentação fotográfica, peço o obséquio de solicitá-las ao arquiteto Antônio Luciano Guimarães [...]. O arquiteto Antônio Luciano Guimarães, meu antigo aluno, é pessoa ligada à matéria, tendo feito o Curso de Restauração da FAU/USP. Foi até recentemente diretor da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual, deixando o cargo por ter sido convocado para assumir o cargo de Secretário Municipal de Urbanismo de Fortaleza, em cujo exercício se encontra.¹³⁷

¹³⁵ IPHAN. INFORTEC nº 13.99 / DT / 4ª SR / IPHAN. Remetente: Arq.ª Célia Perdigão Coutinho. Destinatário: Arq.º Romeu Duarte Junior (Superintendente). Assunto: Esclarecimentos sobre poligonais de tombamento e de entorno Aracati/Ce. Fortaleza, 15 out. 1999. Dossiê: Processo de Tombamento Aracati-Ce.

¹³⁶ IPHAN. Correspondência. Remetente: Arquiteto José Liberal de Castro. Destinatário: Arquiteto Renato Soeiro (Diretor do IPHAN). Fortaleza, 29 jun. 1976. Arquivo: Superintendência do IPHAN no Ceará. Dossiê: Processo de Tombamento Icó-Ce.

¹³⁷ *Ibidem*.

Tais colocações nos levam ao encontro do que Duarte Junior (2012, p.14) atribui como fatores concorrentes para o inicial interesse pelo processo de “preservação de áreas históricas urbanas” no Ceará:

Iniciadas com os trabalhos de pesquisa sobre a arquitetura antiga cearense, realizados pelo Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará – CAUUCF desde a fundação deste em 1965, essas ações se consolidaram com a criação, em 1983, de uma representação oficial do órgão federal de preservação no Estado, a qual tornou possível o reconhecimento, como monumento nacional, daquelas aglomerações urbanas de origem colonial (DUARTE JUNIOR, 2012, p.14-15).

Os estudos acadêmicos, em especial realizados no campo da arquitetura e da historicidade do urbanismo no Ceará, aparecem como descortinando as potencialidades patrimoniais do Estado. É a partir desse meio acadêmico que Viçosa do Ceará, de modo efetivo, começa a se apresentar como potencial lugar de interesse para o “Patrimônio” e, nesse curso, novamente destacamos a prática de pesquisa de José Liberal de Castro. A matéria de sua análise correspondia à Igreja de Nossa Senhora da Assunção, matriz de Viçosa do Ceará, enfatizando sua arquitetura e, sobretudo, as pinturas de forro da capela-mor. Além disso, cabe frisar que o supracitado arquiteto, Luciano Guimarães, seria posteriormente um dos responsáveis pelo projeto de restauração da Igreja Matriz de Viçosa; assunto que trataremos no próximo capítulo.

Consideramos importante ressaltar que, no entanto, em momentos anteriores, menções àquela edificação já a valoravam enquanto objeto artístico, primordialmente. Inclusive, tais valorações seriam provenientes também de especialistas tanto da arquitetura, quanto da memória nacional. Neste caso, podemos citar o próprio Gustavo Barroso que, em 1956, por ocasião da iminência do tombamento da Igreja Matriz de Aracati, lista “preciosidades e relíquias históricas dignas de serem tombadas”¹³⁸. E, assim, ele exemplifica, incluindo a “antiga” igreja de Viçosa: “Como a igreja de Aracati, devem ser tombadas várias capelas antigas do vale do Jaguaribe, a Sé e a igreja do Bonfim, de Icó, a Igreja de São Francisco, de Quixeramobim, a igreja de Almofala, as igrejas antigas de Tauá, Viçosa e Aquirás”.¹³⁹

Dez anos mais tarde, indícios apontam envio de uma carta à Diretoria do DPHAN, de autoria da arquiteta Dora de Alcântara. O conteúdo de um trecho disponível do documento

¹³⁸ Gustavo Barroso entrevistado pelo O Povo. Fonte: Contrário a reformas em templos históricos. **O Povo**, Fortaleza, 08 nov. 1956. Arquivo: Superintendência do IPHAN no Ceará. Dossiê: Processo de Tombamento / Igreja Matriz de Viçosa do Ceará.

¹³⁹ *Ibidem*.

informa, de modo sucinto, quais vestígios dos jesuítas ainda poderiam ser vislumbrados no templo católico:

Um trecho de retábulo jesuítico de Viçosa do Ceará despertou nossa curiosidade em relação a essa cidade e lá fomos. A igreja está bastante modificada, embora conserve a proporção original, meio pesadona. Vimos aí imagens. O fôrro da capela-mór ainda é o primitivo; a umidade tem estragado demais as pinturas do mesmo, que, entretanto, ainda estão visíveis. Em cada um dos retângulos em que o fôrro está dividido, aparece um santo, provavelmente da Companhia.¹⁴⁰

E na tentativa de lançar luz sobre as representações emergentes nesses painéis, temos os estudos iniciados por José Liberal de Castro. Embora não demarquemos temporalmente o início de tais estudos, é certo que, no ano de 1992, durante participação no II Encontro Luso-brasileiro de História da Arte, em Ouro Preto-MG, o arquiteto teria exposto as discussões desenvolvidas no âmbito de seus trabalhos de pesquisa sobre a referida igreja. Um texto para divulgação dos resultados de sua reflexão, datando de 1997 e intitulado “Arquitetura e pintura de forro na Igreja Matriz de Viçosa do Ceará”, foi elaborado sob um formato que se destinava à publicação na Revista do Instituto do Ceará, a compor a edição de número 112/1998. Entretanto, o autor esclarece: “Razões técnicas alheias à vontade da Comissão Editorial da Revista, de que participa o autor, impuseram a exclusão do trabalho, embora já estivessem prontas as provas tipográficas”.

Nesse ponto, podemos novamente mencionar o papel do Instituto do Ceará quanto à escrita da História do Estado, e o referido arquiteto e também sócio efetivo dessa instituição, desde 1991, torna-se um agente desse processo de produção de conhecimento. A Revista do Instituto, nesse âmbito, figura como um espaço de difusão de tal conhecimento, na qual o próprio José Liberal de Castro tem publicado artigos tratando sobre a arquitetura cearense (DIÓGENES & PAIVA, 2009). Dentre eles, o parecer técnico por ele produzido de forma a embasar sua decisão, enquanto Conselheiro Relator no caso do tombamento do conjunto urbano viçosense, durante a 39ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, em 2003: “Viçosa do Ceará – Parecer sobre o tombamento federal de trecho urbano”. José Liberal de Castro aparece integrando tal Conselho Consultivo, a partir de 2001, como representante do Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB.¹⁴¹

¹⁴⁰ IPHAN. Trecho da carta da arquiteta Dora de Alcântara, de 2/I/66, ao Diretor. Arquivo: Superintendência do IPHAN no Ceará. Dossiê: Tombamento / Igreja Matriz de Viçosa do Ceará.

¹⁴¹ Sua designação como representante do IAB foi informada durante a 28ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, ocorrida em 19 de abril de 2001. Seu antecessor era Carlos Alberto Cerqueira Lemos.

O estudo acerca da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção, por sua vez, não publicado *a priori* naquela Revista, acabou por fundamentar a solicitação de tombamento da edificação em tela: uma proposta lançada pelo próprio professor Liberal de Castro, em 1999, e dirigida ao arquiteto e professor Nestor Goulart Reis Filho, à época, também membro do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, como representante civil. Nos termos de sua solicitação temos:

Confirmando entendimentos telefônicos mantidos com V. Exa., estou enviando texto, desenhos e fotografias concernentes à Igreja de Nossa Senhora da Assunção, Matriz da cidade de Viçosa do Ceará, antiga igreja da Missão da Ibiapaba, da Companhia de Jesus. O material remetido em anexo objetiva servir de apoio à organização do processo de inscrição da referida igreja como Monumento Nacional, devidamente arrolada no Livro do Tombo Artístico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, medida que pleiteio por intermédio desta solicitação. Estou certo de que v. Exa. há de constituir um defensor credenciado do meu pedido, orientando a tramitação do processo de tombamento da Igreja da Assunção sem entraves. Assim, ficará assegurada a preservação de um significativo exemplar da arquitetura religiosa setecentista brasileira, cuja integridade vem sofrendo as ameaças da intempérie, do tempo e da mão dos homens, particularmente agora quando começam a organizar-se roteiros de turismo que incluem Viçosa entre as localidades cearenses de interesse turístico, motivados pela beleza e pelo clima da região.¹⁴²

A partir desse trecho, percebemos uma diferença quanto ao procedimento de solicitação, ao ser iniciado na instância do Conselho Consultivo, frente aos casos anteriormente apontados, cujas tramitações se iniciaram no âmbito diretivo do Instituto. Isso pode ser um indicativo da relevância que o Conselho foi adquirindo no entremeio do processo oficial de patrimonialização. Destacamos, ainda, tratar-se de uma solicitação já imbuída do conhecimento específico acerca dos procedimentos técnicos necessários, bem como familiarizada com os critérios de seleção adotados pela instituição, posto que o solicitante envia “textos, desenhos e fotografias”, indicando, inclusive, o Livro de Tombo no qual o bem deveria ser arrolado, consoante a apropriação da edificação como objeto artístico em razão, especialmente, de seus painéis de forro da capela-mor, como justifica em ofício enviado ao, então, Superintendente da 4ª Superintendência Regional do IPHAN, o também arquiteto Romeu Duarte Júnior:

A matriz viçosense é a antiga Igreja da Missão da Ibiapaba, erguida pela Companhia de Jesus nos anos de passagem do século XVII para o século XVIII. Conquanto

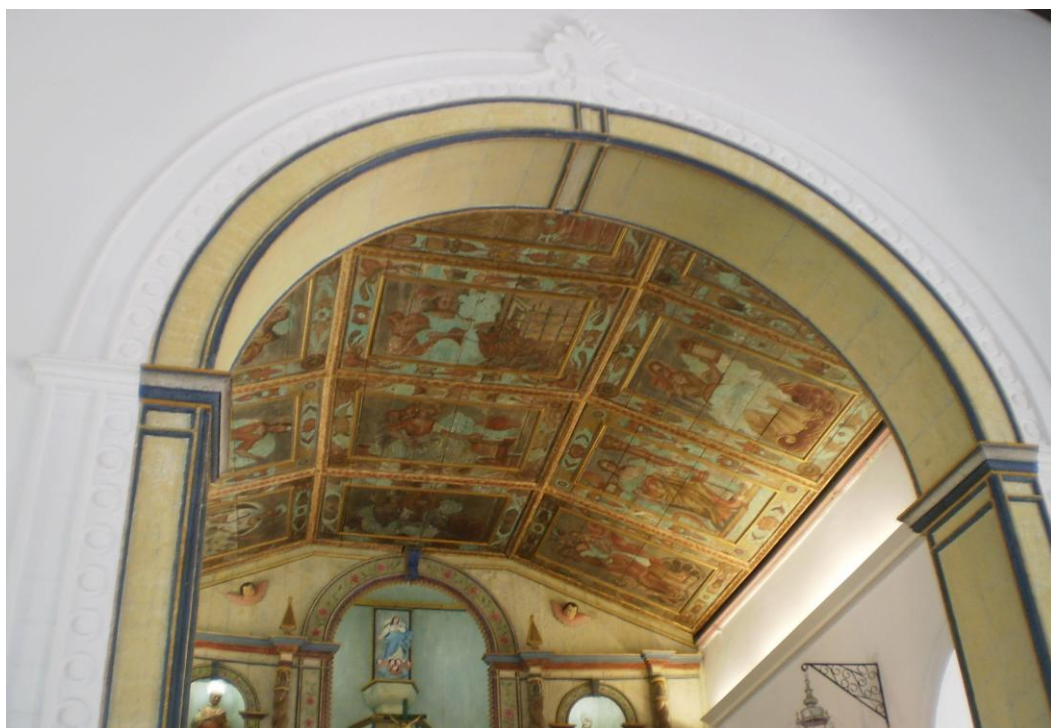
¹⁴² IPHAN. Ofício encaminhado por José Liberal de Castro ao Exmo. Sr. Arquiteto Professor Doutor Nestor Goulart Reis Filho. Membro do Conselho Consultivo do IPHAN (São Paulo – SP). Fortaleza, 10 ago. 1999. Acervo: Superintendência do IPHAN no Ceará. Dossiê: Tombamento / Igreja Matriz Nossa Senhora da Assunção.

tenha sofrido muitas alterações durante seu percurso tricentenário, sobressai no acervo nacional pelo fato de possuir um dos mais notáveis e desconhecidos trabalhos de pintura integrados à arquitetura, magnífico exemplar de realização barroca com certo viés popular, desenvolvido consoante temática erudita e refinada.¹⁴³

Cabe mencionar também que, se na década de 1970 a atividade turística se delineava como uma via de valorização e colaborativa para a preservação e manutenção das “cidades históricas”; no discurso do arquiteto, enquanto agente da patrimonialização, o turismo foi identificado, no contexto do final dos anos 1990, dentre as potenciais “ameaças” ao patrimônio cultural, categoria na qual se incluiria aquele “exemplar da arquitetura religiosa setecentista brasileira”.

A decisão quanto ao tombamento da Igreja de Nossa Senhora da Assunção foi aprovada durante a 34ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, em 16 de maio de 2002, sob a relatoria do Conselheiro Augusto Carlos da Silva Telles. O Conselho decidiu ainda pela inscrição no Livro do Tombo Artístico, conforme orientação do solicitante, ficando evidenciado seu respaldo no que tange às decisões oficiais.

Figura 8 – Painéis de forro da capela-mor. Igreja de Nossa Senhora da Assunção.



Fonte: Própria autora (2012).

¹⁴³ IPHAN. Ofício encaminhado por José Liberal de Castro ao Exmo. Sr. Arquiteto Professor Romeu Duarte Júnior, Coordenador da 4ª Coordenadoria Regional do IPHAN. Fortaleza, 23 ago. 1999. Acervo: Superintendência do IPHAN no Ceará. Dossiê: Tombamento / Igreja Matriz Nossa Senhora da Assunção.

Ao longo dessa tramitação, foi sendo delineado o “sítio histórico de Viçosa do Ceará” pela 4ª Superintendência Regional do IPHAN que, no ano de 1999, informava acerca da elaboração da instrução de tombamento de trecho urbano: “[...] esta Regional desenvolve atualmente o estudo dos processos de formação e evolução e o inventário arquitetônico do sítio histórico de Viçosa, o qual contém o aludido edifício, para fins de tombamento da área em questão, estando os mesmos em sua fase final”.¹⁴⁴

3.3 INTERPRETANDO O CONJUNTO HISTÓRICO E ARQUITETÔNICO DA CIDADE DE VIÇOSA DO CEARÁ: O PROCESSO DE TOMBAMENTO E A “RESSEMANTIZAÇÃO” DE UM BEM

Assim, no Centro, moravam as famílias mais abastadas, digamos assim, mais tradicionais, né. No Centro, em torno das praças, sempre foi ali o reduto das elites. A cidade de Viçosa, ela nasceu primeiro, ela nasce ali no entorno da praça da Matriz, mas depois ela vai esticando no rumo da Lagoa Pedro II, certo! E ali, a princípio, moravam famílias mais humildes. Na década de 50, final da década de 50, começo da década de 60, a cidade de Viçosa, ela se expande rumo ao bairro, hoje, conhecido como Escola Normal. O nome desse bairro é em função de uma escola de formação pedagógica, que foi inaugurada em Viçosa, em 57. Um primor de obra! Uma obra espetacular! Com tudo de primeira, tudo de melhor: louças, azulejos... Um avanço pra época, mas era afastado da cidade e que nunca funcionou. Nunca funcionou a Escola Normal. Acabou depois sendo invadida, principalmente depois da seca de 58. Muita gente que veio meio do sertão encontrou abrigo naquelas dependências e, ali, surge um bairro também humilde de Viçosa. Nos anos 80, você tem o surgimento das Malvinas, e aí já foi estimulado pela Prefeitura [...] o loteamento público e, aí, muita terra foi doada pra os que tavam vindo do interior, né. Um bairro, a princípio, humilde. Hoje, muitos dos comerciantes que foram pra lá, na época, nos anos 80, bem humildes, trabalhando no comércio e tal, acabaram conseguindo um bom padrão de vida [...]. E, sim, nos anos 90, veio o crescimento de Viçosa rumo ao bairro São José, que começou, também, como loteamento da Prefeitura [...], o bairro São José com as casas populares construídas, no começo dos anos 90, pela Prefeitura. [...] foi por volta de 85, na gestão do ex-prefeito Haroldo, que foi a construção da chamada Avenida Nova. Na época chamavam assim, mas o nome é Avenida Antônio Figueira. É aquela avenida onde está o Fórum e o Hospital. Desde o asfalto, lá embaixo, o asfalto que eu digo é a rua principal, a rua da lagoa... desde ali, até emendar com a Rua de Paris, que é onde faz a volta... Rua de Paris é a Rua José Siqueira, é a Rua de Paris [...]. Então, a princípio, Viçosa era aquele miolo do Centro. Ai você tem: estende um pouco pela Rua de Paris, depois Escola Normal, nos anos 60 – final dos anos 50, começo do 60 –, depois Malvinas, bairro São José e por aí vai. Você vê que hoje o crescimento de Viçosa já tá caminhando, não só pro Bairro São José abaixo, loteamentos e tal, como também acima da Igreja do Céu. Você já tem loteamentos ali. O espaço urbano de Viçosa tá crescendo.¹⁴⁵

¹⁴⁴ IPHAN. **Ofício nº 189/99-GAB/4ªSR**, Fortaleza, 27 dez. 1999. Encaminhado por Romeu Duarte Junior, Superintendente da 4ªSR/IPHAN, a Sra. Adalgiza Bonfim D'Eça, Diretora Substituta do DEPROT. Assunto: Processo nº 1453-T-99 (Igreja Matriz de N. Sra. da Assunção, em Viçosa-CE). Acervo Superintendência do IPHAN no Ceará. Dossiê: Processo de Tombamento / Igreja Nossa Senhora da Assunção.

¹⁴⁵ Entrevista. **Eônio Cavalcante Fontenele**. Fortaleza, 24 abr. 2015.

Na transcrição acima, expõe-se a leitura que um de nossos depoentes realiza acerca do movimento de configuração espacial de sua cidade natal. No entremeio desses bairros que se foram constituindo, vislumbramos a posição simbólica ocupada pelo Centro, sob a percepção desse observador: o “reduto” das “famílias mais abastadas” e “tradicionais”, enquanto a área “em torno das praças” aparece como lugar privilegiado. Em contrapartida, para além do Centro, o que se descortinava?

Entrevemos, por meio do relato, uma dinâmica de expansão do sítio urbano ao passo que as “famílias mais humildes” buscavam se fixar na cidade, como uma demanda que, de um modo geral, não era comportada pela área central. Desse modo, elas erguiam seus lugares também eivados de historicidade e memórias, como nos sugerem as próprias denominações de bairros e ruas, cotidianamente atribuídas: Escola Normal, São José, Malvinas, a Rua de Paris, Avenida Nova. Vivências, usos, tensões, projetos e afetividades se tornando, pois, inerentes aos lugares e se desvelando por meio da toponímia.

Tinha o Centro e tinha a pobreza periférica. E os nomes! [...] Olha os nomes! “Rua do baú sem tampa”, “rua do matadouro” [...]. Era “rua do matadouro”, porque tinha o matadouro. Era “rua da passagem”, era a “rua da Escola Normal”. Isso tudo concentrava pobreza imensa!¹⁴⁶

As configurações que a cidade segue assumindo expressam as relações socioeconômicas travadas entre seus habitantes. Desse modo, justapõe-se à cidade material – “pedra e cal”, palha, barro – uma cidade simbólica, forjada nas experiências e práticas cotidianas. Reportando-nos às reflexões de Certeau (2012), temos que o espaço se constitui, pois, a partir de uma prática. Trazidos à tona pelo autor, o caminhar e o descrever são exemplos de ações capazes de fabricar tais espaços. Nesse sentido, reportemo-nos a um trecho de sua obra:

Na Atenas contemporânea, os transportes coletivos se chamam *metaphorai*. Para ir para o trabalho ou voltar para casa, toma-se uma “metáfora” – um ônibus ou um trem. Os relatos poderiam igualmente ter esse belo nome: todo dia, eles atravessam e organizam lugares; eles os selecionam e os reúnem num só conjunto; deles fazem frases e itinerários. São percursos de espaços. Vendo as coisas assim, as estruturas narrativas têm valor de sintaxes espaciais (CERTEAU, 2012, p.182).

Na organização desses percursos discursivos, expressões como “tinha o Centro”, “tinha a pobreza periférica”, “essas casas foi onde começou”, “as casas laterais”, “logo ali” são indicativas de localizações e organização espacial da cidade, nos relatos aqui

¹⁴⁶ Entrevista. **Tereza Cristina Mapurunga Miranda Magalhães**. Viçosa do Ceará, 05 nov. 2014.

apresentados. Neles, os narradores realizam um mapeamento do espaço urbano, destacando ruas, imóveis, monumentos, conforme estes tenham marcado suas experiências.

A periferia que existia era uma periferia, vamos dizer, miserável. Casebres! Eu alcancei casebres. Essas ruas, tudo periféricas, tudo com casa de palha [...]. Isso na década de 60. Sessenta até a setenta, você só encontrava casebres. Eu participava de movimentos no Patronato. Existia um movimento social, porque ainda não existia o advento da assistência social, que foi só com a Constituição de 88, né. Antes assistente social não existia, antes era a caridade. Era voltado muito pra questão da misericórdia. Então era a Igreja e as instituições ligadas, por exemplo, à Igreja e, no caso, o Educandário, o Patronato, ele era muito voltado pra essa questão social: São Vicente de Paula, as associações vicentinas. Então elas desenvolviam um trabalho periférico: “Luizas” e “Luizinhas” e “Senhoras da Caridade”. Eu participei das três esferas. “Luizinha”, “Luiza”... Eu como menina, criança, participei como “Luizinha”. Já como adolescente e, já, jovem, “Luiza” e, depois, como “Senhora da Caridade”. Então se fez um trabalho muito interessante. [...] Então, existia esse trabalho de atender a mendicância e aquela mendicância que prostrava, porque os velhinhos não eram aposentados.¹⁴⁷

A paisagem das casas de palha também é esboçada nas memórias transcritas abaixo. Assim, a cidade aparece representada não apenas a partir de seu “miolo” central. Embora sendo posicionado como arredores, nas “laterais”, pressupondo a existência de um eixo principal, esse trecho da urbe, caracterizado pelas cobertas de palha, é também tomado como referência de uma temporalidade, de um contexto das relações sociais, econômicas, simbólicas, as quais se evidenciavam por meio da localização e dos materiais utilizados na construção das casas.

Essas casa (sic) aqui foi onde começou o centro histórico, o início mesmo da... As casas laterais, tudo era de palha, logo ali [...], cobertas de palha. Pobreza extrema. Na década de 80, pra você ter a ideia. É, quase 90, você ainda via casas de palha. 94, 95! Veio melhorar depois [...].¹⁴⁸

Nessa reflexão sobre o espaço urbano, ressaltamos o caráter complexo da cidade, onde conflitos e harmonias podem estar expressos por meio das formas e configurações que o espaço urbano segue assumindo ou rejeitando. Ao tratar acerca da forma, uma das dimensões da paisagem, Ana Fani A. Carlos expõe:

A forma é a aparência, é o mundo da manifestação do fenômeno. Permite a constatação da existência do fenômeno, ao mesmo tempo em que é representação das relações sociais reais. Não é, apenas e tão-somente, produto da história, na medida em que a aparência reproduz a história. A paisagem urbana, enquanto forma de manifestação do espaço urbano, reproduz num momento vários momentos da história. Aí emergem os movimentos, a multiplicidade dos tempos que constituem o urbano (CARLOS, 2005, p. 24).

¹⁴⁷ Entrevista. **Tereza Cristina Mapurunga Miranda Magalhães**. Viçosa do Ceará, 05 nov. 2014.

¹⁴⁸ Entrevista. **Gilton Barreto**. Viçosa do Ceará, 14 ago. 2014.

Nesse sentido, acrescentemos nesse diálogo o pensamento de Silva Filho (2004), para quem o espaço implica as próprias relações sociais, ultrapassando a funcionalidade de mero palco para as práticas dos agentes; assim, ele se constitui como intermediário de tais relações:

O espaço, portanto, não se reduz a mero cenário ou pano de fundo onde se passam os acontecimentos, mas ele próprio consiste em relação social, que a um só tempo expressa e condiciona as vivências corporais e as sensibilidades historicamente construídas na e pela cidade. Logradouros e monumentos se inscrevem na paisagem urbana simultaneamente como estruturas físicas e marcos simbólicos [...] (SILVA FILHO, 2004, p.106-107).

Diante daquela configuração espacial, cabe refletirmos, portanto, acerca da posição que o trecho central da urbe passa a assumir, frente ao processo oficial de patrimonialização. A explanação de Silva Filho (2004), por exemplo, conduz-nos à percepção do próprio processo histórico de constituição física de tal trecho central como impregnado por aspectos simbólicos: as “estruturas físicas” se inscrevendo, ao mesmo tempo, enquanto “marcos simbólicos”. Para Cosgrove (1998), a paisagem é capaz de expressar paixões, as mais diversas – religiosas, políticas, morais. Partindo desse entendimento, estas podem tangenciar os instrumentos empregados nos delineamentos da paisagem urbana, levando-nos a compreensão dos regulamentos urbanos como exemplares de referências culturais, segundo a assertiva de Rolnik (1997).

[...] invisível e silenciosa [...] teia poderosa: a legalidade urbana, ou seja, o conjunto de leis, decretos e normas urbanísticas e de construção que regulam a produção do espaço urbano [...]. Funciona como referente cultural fortíssimo na cidade, mesmo quando não é capaz de determinar sua forma final (ROLNIK, 1997, p.13).

Na tentativa, pois, de perceber como se processou o advento dessa cartografia que, material e simbolicamente, organizava a cidade entre centro e periferia, consideramos cabível trazer ao diálogo artigos de posturas aprovados em 1852, os quais estabeleciam:

Art. 1. Pessoa alguma poderá levantar casa ou outro qualquer edifício dentro desta Villa e das povoações de S. Pedro e S.Benedicto, sem que tenha obtido licença da camara para o fazer no prazo de um anno a contar da data da lincença. Os infractores serão multados em dez mil réis, e livre o terreno a quem o queira para levantar prédios. A licença para o levantamento de casa de taipa será concedida, tendo precedido o pagamento de três mil e duzentos reis para a camara.

Art. 2. Fica prohibido dentro desta Villa o levantamento de choupanas. Os contraventores pagarão a multa de dous mil réis, além da demolição da obra á sua custa.¹⁴⁹

¹⁴⁹ **Lei n. 605**, de 5 de novembro de 1852. Approvando artigos de posturas da camara municipal de Villa Viçosa, de ns. 1 a 60. Fonte: OLIVEIRA, 2009.

Durante esse período, estamos nos referindo à Vila Viçosa Real d'América, a “vila de índios”. Todavia, a preocupação com a configuração do espaço urbano já se delineava como um imperativo. Tais artigos sinalizam uma intenção de regular os modos de construir, com a liberação de determinada técnica, a taipa, e a supressão de outra vernácula, a qual dava origem a “choupanas”. No que diz respeito ao artigo 2º, as considerações trazidas à tona pelo Estudo para Tombamento Federal/Viçosa do Ceará, avaliam que: “Ao proibir-se a construção de choupanas na vila, expulsava-se formalmente o índio (caboclo, na expressão da época)”.¹⁵⁰

Consideramos que tal mecanismo visando controlar estruturalmente a vila, ao definir os materiais a serem empregados nas construções, também estaria exercendo um papel de controle social daquele espaço: o indígena (acaboclado) ou qualquer outro sujeito posicionado nos segmentos mais pobres da localidade. A legislação favorecia e idealizava a escrita de um determinado “texto” urbano, o qual corresponderia às experiências de sujeitos preestabelecidos.

Parafraseando Carlos (2005), a paisagem resultante daquela regulamentação representaria, pois, “as relações sociais reais”, constatando um determinado “fenômeno”. E qual fenômeno seria esse? No século XIX, “[...] presidentes provinciais, autoridades locais e particulares criavam mecanismos de controle das terras dos antigos aldeamentos no Ceará através da negação da presença dos índios no cenário político-social” (XAVIER, 2012, p. 301). Isso condizia, portanto, com o discurso de “acaboclamento” do indígena, acompanhado pelo de mestiçagem e dispersão étnica.

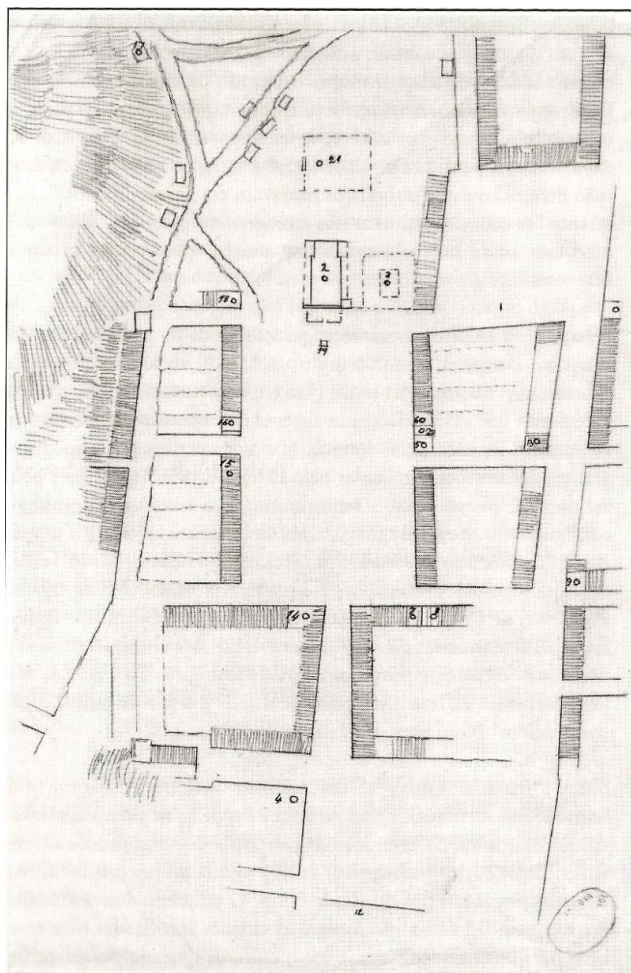
Todavia, devemos também considerar que os percursos conduzidos por tais instrumentos e mecanismos de regulação podem não efetivar resultados homogêneos e, por vezes, não “determinar a forma final” no processo de configuração espacial. Portanto, embora os artigos de postura estabelecessem a proibição de choupanas dentro da vila, temos que a presença delas se faria perceptível nas descrições do botânico Francisco Freire Alemão. Chefe da *Comissão Científica de Exploração*, ele esteve na Ibiapaba em 1861, registrando em seu “Diário de Viagem”, sua passagem pela “Vila Viçosa, a antiga *Sotavain* dos selvagens” (ALEMÃO, 2011, p.367). Da análise que realizou de tal Diário, José Liberal de Castro destacou:

[...] durante a visita da *Comissão*, já perdida a unidade social dos tempos jesuítas, Alemão denunciava que os brancos moravam em “casas de telhas”, enquanto “os

¹⁵⁰ 4ª SR/IPHAN. **Estudo para Tombamento Federal do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Viçosa do Ceará**. Vol.1, 2002.

caboclos habitam nos arredores em palhoças”, diferenciação esta ainda hoje observada em muitos aglomerados cearenses (CASTRO, 2001, p.53).

Figura 9 – Plano da Vila Viçosa / Francisco Freire Alemão (1861)



Fonte: CASTRO, 2001.

Além de seus escritos, Freire Alemão registrou aquela vila por meio de desenhos, dentre os quais, uma planta na qual identifica residências, bem como seus proprietários (em legenda) que, no geral, eram os sujeitos de maior prestígio local. Também aparecem edificações com funções outras, como a própria igreja, açougue, quartel, cemitério, cadeia, casa de câmara.¹⁵¹ Castro (2001) ainda especifica:

¹⁵¹ Legendado Plano de Viçosa/Freire Alemão: 1. Alto da Serra chamado Céu; 2. Igreja; 3. Lugar do Colégio da Companhia; 4. Casa do vigário o padre José Bevilacqua; 5. Casa em que estamos aposentados; 6. Casa do Tenente; 7. Casa de Câmara; 8. Cadeia; 9. Casa onde está o Sr. Juiz de Direito; 10. Escola Pública de Primeiras Letras; 11. Casa do Sr. Augusto Pontes de Aguiar; 12. Casa do Sr. Capitão Plácido Fontenelle; 13. Casa do Sr. João Pacheco; 14. Casa do Tenente Coronel Vicente Magalhães; 15. Casa do Sr. Major João Severiano, Presidente da Câmara; 16. Casa do Sr. Manuel Ferreira Porto; 17. Engenhoca do Sr. Manoel Ferreira; 18. Açougue, ou casa onde se talha a carne; 19. Cruzeiro levantado por Fr. Serafim; 20. Quartel; 21. Cemitério; 22. Casa onde pousava o Dr. Gabaglia. (Fonte: MAIA, 2010, p.165-166).

No desenho, em nota de rodapé, [Freire Alemão] acrescenta: *Os lugares cheios de traços indica [sic] casa de telhas / os quadros em branco indicão palhoças = as palhoças são / mt. mais numerosas, há mesmo algumas ruas guarnecidas de / palhoças, q não pude compreender no mappa / Villa Viçosa em 27 de Dezembro* (ALEMÃO *apud* CASTRO, 2001, p.52).

Os contornos traçados por Freire Alemão são indícios de um processo que consolidaria a organização espacial da vila e, posteriormente, da cidade entre uma área central – circunscrita em torno da Igreja Matriz e revestida por certo prestígio –, e os “arredores”.

A propósito da solicitação de reconhecimento oficial do perímetro central da cidade como patrimônio nacional, uma série de documentos foi gerada, os quais integram o “Estudo para Tombamento Federal do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Viçosa do Ceará”. Tais documentos convergem na tarefa de compor uma dada “maneira de ver”, no que se refere àquele trecho tombado. Iniciemos, pois, com a percepção apresentada por um documento intitulado “Um passeio pelo sítio histórico”.

Situada a meia encosta de uma das elevações integrantes daquela serra, sua privilegiada implantação descortina basicamente dois tipos de paisagem. Por um lado, o abraço do denso verde da área de proteção ambiental, onde se situa o Morro do Céu. Pelo outro, a sequência de azuis das serras que se perdem no horizonte, à guisa de águas encantadas e revoltas. Do Morro do Céu, mirante natural da cidade, é possível fruir a paisagem, visualizando setores bem diversos dos muitos matizes verdes, azuis, cinzas e terras, sob a calota esférica de um azul profundo que só os trópicos sabem pintar. Cerca de meia hora após a subida da Serra da Ibiapaba, um breve percurso na CE-175 nos leva à Viçosa. Singelas construções vão surgindo em meio à espessa vegetação. Canteiros, roupas no varal, antenas parabólicas e árvores frutíferas sugerem alguns hábitos de vida dos moradores locais. Ao longe, uma serra aparece muito azul, meio escondida na densa vegetação. As casinhas vão se enfileirando e o verde da serra delinea-se com tanto vigor que se incorpora àquele existente nos quintais. Uma pequena lagoa urbanizada se introduz na paisagem. As edificações se multiplicam e o Morro do Céu deixa perceber no seu denso arvoredo a torre da igreja do mesmo nome com um minúsculo cruzeiro. Logo adentramos um setor da parte mais antiga da cidade, a Praça General Tibúrcio. Seu generoso espaço sede lugar a variadas árvores e arbustos, revelando também as primeiras edificações do centro histórico. Já não se trata das habitações dos Camocim, Anacés, Arariús e Tabajaras, índios aldeados pelos jesuítas em tempos remotos. Aquelas foram tragadas pelo tempo em sua fragilidade. Trata-se de um conjunto eclético, com alguns exemplares de tendência neo-gótica, outros de feição neo-clássica, art-nouveau, art-decô, bem como um outro exemplo de arquitetura vernacular, formas de construir que marcaram nosso tempo nos fins do século XIX e primeira metade do século XX, em substituição àquelas levantadas pelo gentio.¹⁵²

Esse “setor da parte mais antiga da cidade” o qual se diferenciaria, inicialmente, pelas cobertas de telha, também seria o que mais absorveria tendências arquitetônicas de inspirações estrangeiras, a partir da segunda metade do século XIX, em consonância com

¹⁵² IPHAN/4ªSR. Um passeio pelo sítio histórico. **Estudo para Tombamento Federal do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Viçosa do Ceará**. Vol.1, 2002.

transformações que aportavam em centros urbanos maiores. Assim, a substituição das frágeis habitações dos “índios aldeados” se processou na medida em que outros sujeitos passaram a se apropriar daquele setor, tornando-o o “reduto” das famílias que se identificariam como as “mais tradicionais”, a partir da elevação da aldeia à vila. Tal dinâmica social decalcaria alguns de seus traços sobre as fachadas das residências, por meio da (re)leitura de variações estilísticas, presentes em elementos que dialogavam com o neoclássico, eclético, *Art-Nouveau*, *Art-Decó*.

Retomando-se a classificação proposta por Krzysztof Pomian, os objetos do patrimônio são ‘semióforos’: ‘objetos visíveis investidos de significações’. O fato de que patrimônio e temporalidades estejam indissolivelmente ligados é uma evidência, já que o patrimônio é a reunião dos semióforos criada por uma sociedade, em um dado momento (e por um momento). Eles traduzem então o tipo de relação que uma sociedade decide estabelecer com o tempo (HARTOG, 2014, p.197).

Sob essa perspectiva, e diante do arranjo espacial esboçado a partir das descrições e relatos apresentados acima, cabe discutirmos acerca da constituição das fronteiras que traçariam, em tal espaço urbano, o “patrimônio nacional”, cujas delimitações aparecem apoiadas sobre formas, materiais, volumes e histórias, estrategicamente, selecionados.

Figura 10 – Trecho inserido na poligonal de tombamento. Esquina formada pelas ruas Lamartine Nogueira e Antônio Honório Passos.



Fonte: Própria autora (2016).

Ao percorrer as ruas compreendidas por tais fronteiras, atentando para as placas que as nomeiam, percebemos que elas podem estar imbricadas às práticas e experiências de seus “caminhantes”, mas também atreladas a projetos municipais de memória, a exemplo da toponímia oficial. Os nomes próprios passam a representar, para quem caminha, também uma forma de percorrer os meandros de trechos selecionados da história local. As placas exibindo nomes de personagens “ilustres” somam, à tarefa de racionalizar a orientação dos “passantes”, a constituição de uma cartografia simbólica. Sobre isso, Certeau (2012) questiona-se:

O que é que soletram então? Postas em constelações que hierarquizam e ordenam sistematicamente a superfície da cidade, operadoras de arranjos cronológicos e legitimações históricas, estas palavras [...] perdem aos poucos o seu valor gravado, como moedas gastas, mas a sua capacidade de significar sobrevive à sua determinação primeira [...]. Elas se oferecem às polissemias que lhes atribuem os passantes [...]. Estranha toponímia, descolada dos lugares, pairando por cima da cidade como uma geografia nebulosa de “sentidos” à espera, e daí conduzindo as deambulações físicas (CERTEAU, 2012, p.171).

De um modo geral, os delineamentos que definem as fronteiras desse “centro histórico” circundam a Praça Clóvis Beviláqua (Praça da Matriz), passando por trechos das ruas Felizardo de Pinho Pessoa, Antônio Honório Passos, Lamartine Nogueira, Silva Jardim, José Joaquim de Carvalho, Fontenele Sobrinho, Dr. Omar de Paiva e Francisco Caldas da Silveira. Já a poligonal de “entorno”, ou zona de transição, estende-se ainda pelas ruas Vicente de Paula, Prof. Dr. João Viana e José Beviláqua, contornando as praças Gel. Tibúrcio e Mal. Bezerril Fontenele.

O pedido de tombamento revela o intuito de preservar o quadro paisagístico que envolve a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção, tombada por este Conselho Consultivo em 16 de maio de 2002. De certo modo, atende, e com maior amplitude, à sugestão do próprio relator do presente processo, formulada quando pleiteou o tombamento da mencionada igreja matriz (CASTRO, 2002, p.46).

Nessa passagem de seu parecer técnico, o arquiteto José Liberal de Castro, então Conselheiro Relator do processo, posiciona a Igreja Matriz como elemento dorsal do Conjunto ora forjado, ao qual é atribuído o caráter de “quadro paisagístico”. Partilhando da assertiva de Denis Cosgrove, temos que:

A paisagem sempre esteve intimamente ligada, na geografia humana, com a cultura, com a ideia de formas visíveis sobre a superfície da terra e com a sua composição. A paisagem, de fato, é uma “maneira de ver”, uma maneira de compor e harmonizar o mundo externo em uma “cena”, em uma unidade visual (COSGROVE, 1998, p.98).

Desse modo, o processo de definição de um “quadro paisagístico”, o qual seria instrumentalizado por meio da composição de um Conjunto Histórico e Arquitetônico, trata-se de uma (re)criação de uma determinada “unidade visual” para aquele espaço urbano, por meio do projeto de manutenção de um determinado fragmento da paisagem. Nesse ponto, sob os delineamentos de uma poligonal de tombamento, vislumbramos um propósito de intervenção sobre a dinâmica de (re)produção da paisagem da cidade, reflexão que nos é proposta a partir da leitura de Silva (1997), ao enumerar:

[...] os códigos de posturas moldaram a paisagem das vilas com seus rocios, áreas não-edificáveis, determinações de feiras e mercadorias e mercados, o uso das fontes etc. Contemporaneamente, os projetos de (re)urbanização e zoneamento, com as reservas de áreas socialmente determinadas, bem como as áreas de proteção ambiental e de conservação do patrimônio histórico, acabam por configurar um perfil urbano (SILVA, 1997, p.216).

E por que a preocupação por se estabelecer um perfil urbano? Para Lia Motta, a partir da década de 1980, com o reforço teórico possibilitado pelo conceito de “cidade-monumento” (discutido no tópico anterior), os trabalhos voltados para a preservação do patrimônio nas cidades intentavam melhor situá-lo no contexto de crescimento urbano, transformações econômicas, de mercado imobiliário. Percebendo, pois, os núcleos tombados enquanto parte integrante de um organismo vivo, que é a cidade. Nas palavras da autora, portanto:

O novo conceito de *cidade-documento* possibilitou a ampliação dos trabalhos do Iphan, resultando na proteção de sítios históricos com feições distintas das coloniais e excepcionais, e reforçou o papel da instituição como um dos agentes da regulação urbana, ao empregar parâmetros urbanísticos como critérios para sua valorização e preservação (MOTTA, 2012, p.250).

Frente a esse papel do Iphan como um agente que visa tomar parte nos processos de intervenções espaciais, o instituto do tombamento aparece como um dos principais instrumentos nessa mediação. Em nossa concepção, o pronunciamento do arquiteto José Liberal de Castro, durante a sessão em que se decidiu pelo arrolamento do trecho urbano de Viçosa do Ceará como “patrimônio nacional”, relaciona tal preocupação com a manutenção de um dado perfil urbano da cidade:

Todo o ambiente ao redor da igreja e nas proximidades manteve uma certa uniformidade, ficou preservado porque Viçosa é uma cidade isolada. Mas a tendência é que ela venha a ficar unida, por meio de várias estradas, ao litoral do Ceará e do Piauí. O turismo traz recursos para as cidades mas traz muita deterioração, como sabemos. O tombamento seria importante para preservar, para

manter aquele ar ingênuo da cidade, o tipo de ocupação, o tipo de volumetria das edificações, não importando basicamente o tipo da sua arquitetura.¹⁵³

Pensando como integrante da categoria de futuro, “a tendência” que se avizinhava é apresentada como portadora de riscos, justamente por intermédio de uma atividade que já havia sido apontada como uma das vias de valorização do patrimônio. As estratégias implementadas pelos Governos, visando ao desenvolvimento da atividade turística desembocaram, principalmente ao longo da década de 1990, no estímulo a um turismo “de massa”, ocasionando, por vezes, um processo de “desterritorialização” da própria cultura local.

Frente às potenciais ameaças de “deterioração”, o tombamento foi apresentado, pois, como dispositivo capaz de exercer alguma influência em meio à dinâmica de reprodução urbana. A composição de um “quadro paisagístico” a ser oficialmente acautelado não se trataria, portanto, de uma maneira de conceber o espaço urbano por parte da instituição de preservação?

Em seu estudo acerca da “trajetória da política federal de preservação no Brasil”, Maria Cecília Londres Fonseca se refere ao processo de tombamento como um “processo de ressemantização de um bem” (FONSECA, 2009, p.182). A documentação que o integra, resultante da tramitação pelos departamentos do IPHAN, traça as resignificações que se vão incorporando a tal bem, conduzindo-nos a compreender os setores técnicos da instituição (além do Conselho Consultivo) como mais uma instância interpretativa. Com isso, tendemos a considerar que a instrução de tombamento constitui-se enquanto um importante instrumento desse percurso de apropriação do espaço urbano, por parte da instituição oficial de preservação. Nesse sentido, nosso entendimento segue a reflexão desenvolvida por Roger Chartier, ao esclarecer:

A apropriação, tal como a entendemos, tem por objetivo uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas práticas específicas que as produzem. Conceder deste modo atenção às condições e aos processos que, muito concretamente, determinam as operações de construção do sentido [...] é reconhecer [...] que as inteligências não são desencarnadas, e [...] que as categorias aparentemente mais invariáveis devem ser construídas na descontinuidade das trajetórias históricas (CHARTIER, 1988, p. 26-27).

¹⁵³ IPHAN. Ata da 39ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 14 nov. 2003, p.30. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/2003__01__39a_reunio_ordinria__14_de_agosto.pdf>. Acesso em: 05/2014.

A exigência quanto à elaboração da instrução de tombamento de bens móveis e imóveis consta na Portaria nº11, de 11 de setembro de 1986, a qual tem o propósito de especificar “normas e procedimentos para os processos de tombamento”, estabelecendo em seu artigo 4º, que:

§1º - No caso de a proposta de tombamento se referir a bem ou bens imóveis, a instrução do pedido constará de estudo, tanto quanto possível minucioso, incluindo a descrição do(s) objeto(s) de sua(s) área(s), de seu(s) entorno(s), à apreciação do mérito de seu valor cultural, existência de reiteração e outras documentações necessária ao objetivo da proposta, tais como informações precisas sobre a localização do bem ou dos bens, o(s) nome(s) do(s) seu(s) proprietário(s), certidões de propriedade e de ônus do(s) imóvel(is), o(s) seu(s) estado(s) de conservação, acrescidas de documentação fotográfica e plantas.¹⁵⁴

Assim, a instrução aparece como um espaço de “apreciação do mérito de [...] valor cultural” de um determinado bem. É com base nas informações contidas em tal estudo que os técnicos nas variadas instâncias e os conselheiros mantêm contato com o objeto em pleito. Nele, entrevemos critérios vigentes e hegemônicos da instituição de proteção, daí provém a importância que atribuímos a tal documento para o entendimento quanto à transcorrência do processo.

Nesse sentido, podemos fazer menção a dois ofícios relacionados à inclusão dos processos dos conjuntos urbanos de Icó¹⁵⁵ e Aracati no controle do Departamento de Proteção, datados de 1996. Ambos apresentam em seus anexos recomendações básicas no tocante à elaboração das respectivas instruções de processo de tombamento. Em um dos pontos, expõe-se: “2. Os pareceres técnicos devem ser elaborados com base em estudo o mais completo possível sobre o bem, o qual considere sua formação e desenvolvimento até os dias atuais”.¹⁵⁶ Assim, temos que o estudo para tombamento se trata de um espaço de apropriação de um dado bem e, por conseguinte, de (re)construção de seus significados, consoante à ótica oficial vigente. E é também nesse item que o papel da História parece se resumir.

¹⁵⁴ MINISTÉRIO DA CULTURA. SPHAN. **Portaria nº 11**, de 11 de setembro de 1986. Considerando a necessidade de consolidação das normas de procedimentos para os processos de tombamento, no âmbito da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <<https://iphanparana.files.wordpress.com/2012/09/portaria-nc2ba-11-1986.pdf>>. Acesso em: 09/2015.

¹⁵⁵ IPHAN. **Memo nº 727/96**, 22 nov. 1996. Recomendações básicas para a instrução de processos de tombamento (ANEXO). Destinatária: Ilma. Sª Chefe de Divisão de Proteção Legal, Arquiteta Cláudia M. Girão Barroso. Remetente: Gláucia Côrtes Abreu, Museóloga Téc. Proc. Acervos IV. Assunto: Informa inclusão do processo 968-T-78, Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da cidade de Icó/CE, e pede instrução do mesmo à 4ª CR. Arquivo: Superintendência IPHAN no Ceará. Dossiê: Tombamento / Icó.

¹⁵⁶ IPHAN. **Memo nº 728/96**, 22 nov. 1996. Recomendações básicas para a instrução de processos de tombamento (ANEXO). Destinatária: Ilma. Sª Chefe de Divisão de Proteção Legal, Arquiteta Cláudia M. Girão Barroso. Remetente: Gláucia Côrtes Abreu, Museóloga Téc. Proc. Acervos IV. Assunto: Informa inclusão do processo 969-T-78, Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da cidade de Aracati/CE, e pede instrução do mesmo à 4ª CR. Arquivo: Superintendência do IPHAN no Ceará. Dossiê: Tombamento / Aracati.

Constaram da instrução relativa ao “sítio histórico de Viçosa”, além de outras matérias, o estudo sobre a “formação e evolução” do sítio urbano, bem como o “inventário arquitetônico”. O documento elaborado pela 4ª SR/IPHAN se constitui de um complexo de quatro volumes: o primeiro é constituído pelo perfil histórico do conjunto a ser acautelado, constando informações sobre o processo de colonização e urbanização do sítio onde se formaria a cidade. São expostas as justificativas e motivações para o tombamento do trecho selecionado, seguidas por recomendações para “ações de identificação e documentação, proteção e promoção” do bem a ser reconhecido. São definidas as poligonais da área submetida ao tombamento, bem como da área de transição, com a indicação de ruas e imóveis.

Outro volume é composto por um inventário exemplificativo dos imóveis de interesse. Nesse universo de amostragem, vinte e uma edificações são arroladas, apresentando-se imagens fotográficas e informações básicas, tais como proprietário, data de construção aproximada, além de uma breve caracterização. Em outro volume, um dossiê iconográfico apresentando o perfil arquitetônico de cada um dos imóveis arrolados. Plantas baixas permitem a visualização interna dos imóveis. Um quarto volume é constituído por levantamento fotográfico dos imóveis, acompanhado por indicações cartográficas a localizar o conjunto ora formulado.

Conforme Ribeiro (2007), os percursos de valoração do bem a ser patrimonializado são indiciados pela denominação que lhe é atribuída, a classificação e a identificação do livro em que é inscrito. Assim, o autor direciona:

[...] para compreender o bem no contexto no qual foi inscrito é necessário partir do título que lhe foi dado no momento da inscrição. A classificação feita posteriormente, por outro lado, é reveladora de um outro olhar, com outras finalidades num outro momento, sobre aquele bem (RIBEIRO, 2007, p.67).

O “Estudo para Tombamento Federal do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Viçosa do Ceará” prenuncia, já por meio de seu título, essa trajetória de “ressemantização”, congregando ao trecho urbano selecionado, *a priori*, os valores “arquitetônico” e “urbanístico”. Da análise do dossiê que compõe o processo, todavia, é possível perceber como, com o decorrer dos trâmites, tais valores foram ponderados, afirmados ou substituídos, resultando em outra denominação para o sítio – “Conjunto Histórico e Arquitetônico” –, a partir de pareceres expedidos pelos diferentes setores técnicos da instituição, apresentando-se, pois, como agentes de atribuição de significados.

A já citada Portaria nº 11/1986 faz referência aos segmentos de “apreciação”, pelos quais prosseguiria a “avaliação técnica da proposta”: uma vez instaurado o processo pela Coordenadoria de Registro e Documentação, nesse trajeto até o julgamento pelo Conselho Consultivo, envolver-se-iam a Coordenadoria de Proteção/Departamento de Proteção, bem como a Coordenadoria Jurídica.

À luz do que nos foi explicitado por Chartier (1988), entendemos o processo oficial de patrimonialização, pois, constituindo-se de uma operação de produção de significados, encarnado no âmbito dos cargos institucionais, na figura de seus técnicos ocupantes e conselheiros que, ao estabelecerem critérios de valoração, forjam uma “sede” do conhecimento no que tange ao patrimônio cultural. Nesse patamar diferenciado, encontramos sujeitos que poderiam ser identificados como “letrados” e “eruditos”, para utilizar expressões de Certeau (1995), especialistas detentores e formuladores de um conhecimento de cunho acadêmico (e, por conseguinte, legítimo), voltado para “dizer o patrimônio”. Conforme Certeau (1995, p.168): “Uma *interpretação teórica* está, portanto, ligada ao *poder de um grupo* e à estrutura da sociedade onde ela conquistou esse lugar”. Assim, da visualização da Ficha Técnica do Estudo (em Anexo), já podemos vislumbrar a preponderância que o Arquiteto continuou mantendo nos corredores da produção patrimonial.

O inventário arquitetônico representa, por sua vez, um modo de apreender o espaço urbano, realizando uma seleção de “objetos visíveis” (com bases nas concepções traçadas por tal grupo), e sobre os quais são entornados valores que os conectam e os forjam enquanto um conjunto. E tal “unidade visual”, estrategicamente moldada e a ser protegida, foi caracterizada do seguinte modo, nas “Motivações e Justificativas de Tombamento”:

O centro histórico de Viçosa do Ceará do final do século XIX e início do XX exhibe um conjunto de edificações de aspecto uniforme, harmônico, íntegro e de singela beleza, pleno de referências histórico-sociais da cultura brasileira. Se o tomarmos no curso da história e na associação com o esplendor da natureza circundante, manteremos contato com a ambiência indígena pré-colonial praticamente intocada, a organização espacial missionária da antiga vila, o gosto barroco presente nas pinturas dos painéis da capela-mor da Igreja Matriz, os longos lotes ocupados por edificações extensas com muros laterais vazados, frontões valorizados e vãos encimados por tímpanos de desenhos diversos dos períodos colonial e imperial, a sisudez neoclássica, a variedade de ornatos e motivos decorativos do ecletismo, dentre outros momentos da arquitetura, da arte e do urbanismo brasileiro, o que torna a cidade um rico documento de nossa história e testemunha do processo de ocupação do território nacional [...].¹⁵⁷

¹⁵⁷ 4ªSR/IPHAN. **Estudo para Tombamento Federal do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Viçosa do Ceará**. Vol.1, 2002.

Figura 12 – Casa Paroquial



Fonte: Própria autora (2016).

Nessa passagem, evidencia-se a abordagem sob a qual a cidade é visualizada: documento, cuja escrita aparece fundamentada sobre a linguagem arquitetônica. Assim, o observador especialista lança seu olhar sobre as formas, estilos e dimensões edificadas, os quais reverberam influências e modos de construir provenientes de uma época determinada. Assim, a historicidade enunciada por tal documento arquitetônico aparece circunscrita, na documentação que integra o dossiê do processo, às temporalidades que deram origem ao acervo. No entanto, chama-nos a atenção como a figura de uma “natureza circundante praticamente intocada” é tomada enquanto mediadora da conexão com o universo indígena. Teria ele ficado, realmente, para trás, no passado distante e “pré-colonial”?

Guardando entre si uma configuração na qual se destacaria o caráter “[...] uniforme, harmônico, íntegro e de singela beleza”, as edificações comporiam o perímetro selecionado ao atender um padrão volumétrico e estético. As considerações do Conselheiro Relator, a seguir, lançam luz sobre elementos que influenciaram a demarcação dos limites desse perímetro “histórico”. Bangalôs e exemplares seguindo tendências contemporâneas são percebidos enquanto rupturas na paisagem de interesse:

As duas ou três casas inseridas na área, erguidas segundo a versão brasileira dos bangalôs, quebram a continuidade das fachadas, o que é uma pena, pois a justaposição das casas constituía uma das marcas da paisagem dos centros urbanos antigos. Vale entretanto ressaltar que os exemplares representativos de tipologias

arquitônicas de importação contemporânea localizam-se no exterior da poligonal de tombamento. Na verdade, a decisão de excluí-los interferiu diretamente na definição dos limites da área relativamente reduzida para a qual foi solicitado o tombamento (CASTRO, 2002, p.58).

Figura 13 – Rua Fontenele Sobrinho. Ao fundo, na Rua Felizardo de Pinho Pessoa, edificação recente contando cinco pavimentos, em esquina da Praça Clóvis Beviláqua.



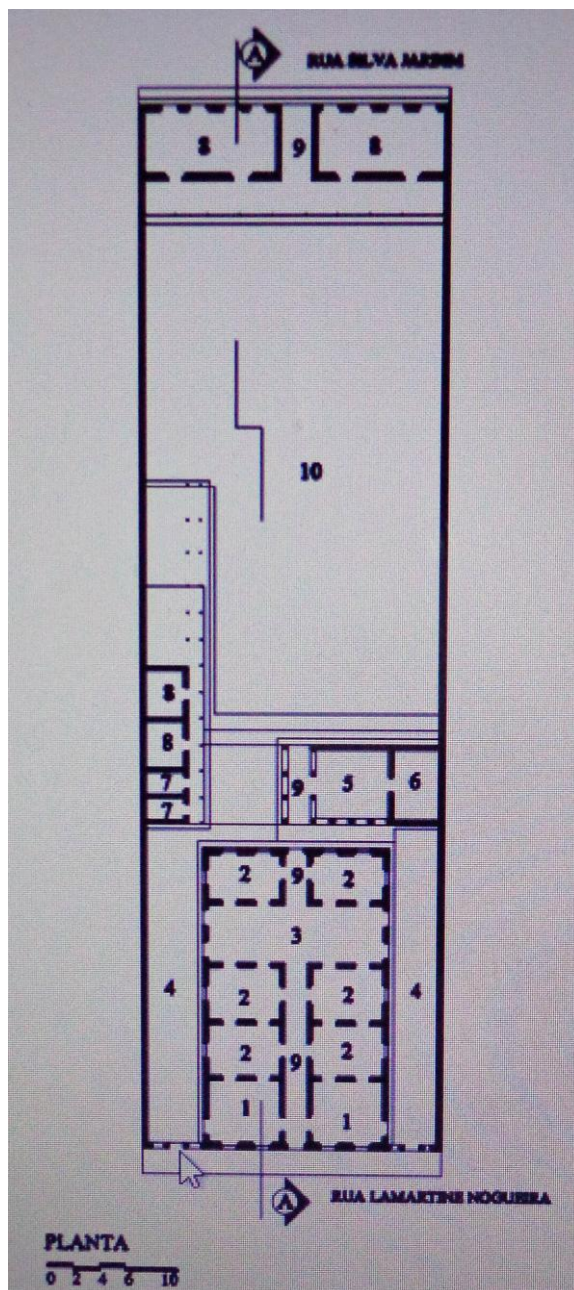
Fonte: Própria autora (2014).

Por meio do “Inventário de bens culturais imóveis”, podemos captar tal intenção de (re)compor essa paisagem qual a de um “centro urbano antigo”. E nesse “quadro paisagístico”, o espaço circundante à Praça Clóvis Beviláqua aparece como fragmento proeminente, onde a maior representatividade é alcançada pelo enquadramento composto pelo Casarão dos Pinho, a Igreja Matriz e a Casa Paroquial:

O imóvel [Casa Paroquial], juntamente com a Ig. Matriz e o Solar dos Pinho, constitui o ponto alto do sítio histórico de Viçosa do Ceará. Sobranceiro sobre a praça, o imóvel apresenta rebuscada fachada frontal, de gosto eclético. Seu núcleo central, ocupado por jardim área para refeições, é flanqueado por varandas e

dormitórios. Os estares abrem para varandas e jardins laterais, exemplar refinado da tipologia “casa de porão alto”, típica do início do século XX.¹⁵⁸

Figura 14 – “Casa do Sr. Antônio Honório”
(planta baixa: 1-Estar; 2-Dormitório; 3-Refeição; 4-Jardim; 5-Cozinha; 6-Despensa; 7-Sanitário; 8-Depósito; 9-Circulação; 10-Quintal).



Fonte: 4ªSR/IPHAN. Inventário de Bens Culturais Imóveis Município de Viçosa do Ceará. Ficha nº 08. Junho/2000. In: **Estudo para Tombamento Federal [...]**. Vol. 3, 2002.

¹⁵⁸ 4ªSR/IPHAN. Inventário de Bens Culturais Imóveis Município de Viçosa do Ceará. Ficha nº 21. Junho/2000. In: **Estudo para Tombamento Federal [...]**. Vol. 3, 2002.

**Figura 15 – “Casa do Sr. Antônio Honório” (fachada).
Construção do imóvel datada em 1915, aproximadamente.**



Fonte: Própria autora (2016).

As edificações inventariadas têm suas construções datadas, com exceção da Igreja Matriz, entre os anos 1850 e 1930, sendo a maioria destinada a uso residencial ou, ainda, conjugando as funções residencial e comercial. Ademais, aparecem o Theatro Pedro II e o prédio do Gabinete Viçosense de Leitura, ocupado atualmente com os serviços da Câmara Municipal. O arquiteto José Liberal de Castro, em seu parecer, identificou, da seguinte maneira, as vias pelas quais os aspectos do conjunto urbano poderiam advir:

[...] muito do aspecto externo do casario viçosense, e também de outras cidades cearenses, imitou desde velhas datas as modas correntes na Capital, modas cujas alterações formais, vale ressaltar, restringiam-se praticamente à recomposição das fachadas, “modernizadas” com alguma periodicidade. Este fato explica a razão por que, em Viçosa, apesar de os exteriores mostrarem evidente variedade formal, as plantas das casas reproduzem as tipologias correntes no Ceará (CASTRO, 2002, p.52).

Convém ressaltar como, naquele trecho urbano, é percebida a inserção da Igreja Matriz, cuja posição é definida, logo na *Introdução* do Estudo para Tombamento, enquanto: “elemento central do conjunto urbano de Viçosa do Ceará e possuidor de um recheio de rara

beleza e importância histórica”¹⁵⁹. Nesse movimento de (re)desenho da cidade, os imóveis selecionados formam, portanto, um “[...] quadro de valorização da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção [...]” (CASTRO, 2002, p.53), tomada como “ícone urbano”, para utilizarmos a expressão de Menezes (2002, p.50), e tornada “monumento artístico de expressão nacional” (CASTRO, 2002, p.53).

Desse modo, ao delinear a historicidade da formação daquele sítio urbano, a pesquisa se reporta inicialmente ao período colonial e, por conseguinte, às incursões de colonizadores durante os séculos XVII e XVIII. Lançando mão de descrições produzidas por padres jesuítas, como Antônio Vieira e Ascenso Gago, o Estudo esboça um panorama daquela região no período, destacando características geomorfológicas referentes ao Planalto da Ibiapaba; a relação entre colonizadores e indígenas, especialmente no que diz respeito às atividades comerciais e às tentativas de estabelecer missões religiosas; bem como a reorganização espacial, sobretudo a propósito da instalação da Aldeia de Nossa Senhora da Assunção.

**Figura 16 – Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção.
Em segundo plano, a Casa Paroquial.**



Fonte: Própria autora (2014).

¹⁵⁹ 4ª SR/IPHAN. **Estudo para Tombamento Federal do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Viçosa do Ceará – CE**. Vol. 1 (Introdução), 2002.

Assim, ao tomar o templo religioso como “elemento central”, busca-se estabelecer uma conexão entre o “conjunto arquitetônico” e dois sujeitos históricos especificamente identificados: índios e colonizadores, os quais estariam representados naquele trecho. Enquanto referência aos povos indígenas, a 4ªSR/IPHAN motiva historicamente o tombamento, interpretando:

- A região ainda se apresenta muito semelhante àquela da época do seu descobrimento quando ali só habitavam índios. - A região continha o caminho aberto pelos Tabajaras onde, no início do século XVII, passavam madeiras e algodão que enchiam os porões de barcos estrangeiros. - O caminho supracitado era usado no século XVII para atividades comerciais entre índios e franceses, a quem abasteciam de algodão, gengibre, pimenta, madeiras de lei e espécies vegetais. - A região foi palco da “Guerra dos Bárbaros” (séculos XVII e XVIII), tentativa dos índios nordestinos de impedir a invasão de suas terras. Embora impedidos de formar a confederação ¹⁶⁰ sonhada, é importante relacionar aquela área como símbolo da luta dos índios por seus direitos. ¹⁶¹

Tais motivações nos oferecem a percepção de que o lugar simbólico evocado pela 4ª SR transcende os limites do sítio a ser protegido e alcança a região de “matas”, as quais são historiograficamente apropriadas e vinculadas à “época do descobrimento”, aos Tabajara e seu caminho de comunicação com barcos estrangeiros, à “luta dos índios por seus direitos”. Nesse ínterim, elementos ditos naturais são mencionados de modo a fortalecer as justificativas do tombamento, ressaltando o “apelo paisagístico da região da Ibiapaba”, o qual influenciou a criação de uma Área de Proteção Ambiental. E se destaca: “A área protegida envolve a cidade de Viçosa do Ceará”.

Inferimos daí que os elementos naturais são tomados como forma de agregar valor ao bem cultural de interesse, no entanto se apresentam como algo externo e objeto próprio de outra política de proteção: a política ambiental. Além disso, a referência à “natureza circundante” pode ser entendida enquanto estratégia de somar, ao conjunto arquitetônico, valores urbanísticos. Tais valores parecem potencializados quando o discurso intenta tomar a região como “muito semelhante àquela do seu descobrimento”.

No entanto, essa característica já há muito se dissipara, se tomarmos como base as próprias impressões do médico e botânico Freire Alemão, registradas em seu “Diário de Viagem”, em 1861: “As gerações que têm passado por cima deste felicíssimo torrão, ignorante, perverso, não têm deixado rastro de sua existência senão pela destruição das belas

¹⁶⁰ De acordo com o Estudo para Tombamento, tratou-se de uma forma de resistência indígena no século XVII. Em uma maioria pertencente ao tronco Tupinambá, “reagiram com violência à presença dos brancos e se refugiaram na serra da Ibiapaba, no Ceará, com a intenção de formar um estado indígena, livre da influência europeia”.

¹⁶¹ *Ibidem*. (Vol. 1, Motivações e Justificativas de Tombamento).

matas que revestiam a serra, [que] lhe davam frescor, vigor e águas perenes” (ALEMÃO, 2011, p.351). O que o estudioso chama de “denudação do país” parece ter se processado “na longa duração”, até os nossos dias, passando a envolver o interesse imobiliário e o próprio processo de expansão espacial da cidade.

Figura 17 – Casarão da família Pinho



Fonte: Própria autora (2014).

Não só a proximidade da “mata”, mas a própria narrativa histórica avaliza esse caráter urbanístico, o qual se encontra tecido nas motivações que tiveram como base o traçado da cidade:

- A cidade de Viçosa do Ceará ainda mantém o traçado inicial da aldeia jesuítica da Ibiapaba, fundada em 1700 pelo Ascenso Gago, sede da missão aí presente entre 1691 e 1759: grande praça com acesso de maior destaque por rua central desembocando defronte à Igreja e residência dos Jesuítas e três carreiras de cabanas como a habitação dos índios. - A cidade de Viçosa do Ceará contém o traçado inicial da Vila de Viçosa Real d’América, criada em 1759, incorporando o patrimônio de aldeia jesuítica que incluía as frágeis cabanas indígenas. - Manter o testemunho do traçado da aldeia missionária constitui-se em uma reverência aos nossos índios e às suas frágeis aldeias. Ali, suas habitações não resistiram ao tempo, marcando-se uma inequívoca diferença com as habitações indígenas de algumas civilizações da América Espanhola cujos muros de pedras ainda afloram do solo e servem até de base para construções edificadas posteriormente, em alguns casos.¹⁶²

Desses termos destacamos o entendimento de que o “traçado da aldeia missionária” representaria o marco da presença indígena. A reconstituição da organização

¹⁶² *Ibidem.* (Vol. 1, Motivações e Justificativas de Tombamento).

espacial da aldeia e da vila encontrou subsídios, prioritariamente, nas descrições de padre Ascenso Gago ¹⁶³ e do botânico Francisco Freire Alemão, ¹⁶⁴ bem como naquelas contidas na obra de Barão de Studart, ¹⁶⁵ as quais são atribuídas ao piloto Manoel Rodrigues dos Santos.

De autoria também de Freire Alemão, ainda é utilizado um “desenho da vila em planta” (CASTRO, 2001, p.52), produzido em 1861 (Figura 9), quando de sua estadia naquele altiplano. O desenho, apresentado em meio a planos que representam a ocupação do solo mais recente, sugere a continuidade daquele primeiro arranjo espacial na configuração da cidade que se foi formando, posteriormente.

Quanto a tal hipótese, o Conselheiro Relator, José Liberal de Castro, recomenda em seu parecer a realização de prospecções arquitetônicas, considerando-as “[...] imprescindíveis em favor de dirimir dúvidas quanto à origem do traçado urbano e de esclarecer certas formas originais de algumas edificações” (CASTRO, 2002, p.60).

O parecer de João Leme Galvão Júnior, Coordenador Técnico de Proteção (PROTEC/DEPROT) ¹⁶⁶, ao aprovar o encaminhamento do processo à votação do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, expõe as razões favoráveis ao reconhecimento do sítio urbano, com bases na análise do Estudo para Tombamento, na medida em que também pondera a valoração urbanística da proposta:

Apesar das intenções iniciais sugerirem que esse conjunto seria de caráter urbanístico, verificamos, em comum acordo com a 4ª SR, que a riqueza mais destacada se concentra nas arquiteturas, e menos na paisagem geomorfológica. Os estudos levados a efeito pela Regional assim o demonstram. Para sobrelevar o caráter urbanístico, seria necessário demonstrar valores excepcionais de urbanização, em perspectiva histórica e de paisagem. Explica-se em duas razões: a) Não se demonstra no processo uma integridade urbanística correlata com o patrimônio arquitetônico, apesar de se manter uma parte da estrutura viária. b) A correlação e integração do ambiente urbano com o ambiente natural está apenas argumentada no processo. Apesar de sempre haver alguma forma de interação do meio urbano com a natureza circundante, não há indicadores de que essa presença constitua uma variável importante para a preservação, *stricto sensu*, do conjunto arquitetônico, posto que todo envolvido pela paisagem urbana da cidade. ¹⁶⁷

E dessa forma motivado, o documento é finalizado ratificando outra proposta de denominação: “Conjunto Histórico e Arquitetônico da Cidade de Viçosa do Ceará”, para o

¹⁶³ “Nova carta do Pe. Ascenso Gago, que de acordo com o historiador Serafim Leite “tinha vindo a pé, por terra, quase 300 léguas, de Ibiapaba a Pernambuco, onde chegou andrajoso, voltou nesse mesmo ano de 1695. Dois anos depois, a 25 de julho de 1697, retoma o fio da história”. Fonte: PINHEIRO, 2011.

¹⁶⁴ CISNEIROS, Francisco Freire Alemão. **Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão**.

¹⁶⁵ STUDART, Guilherme. **Notas para a história do Ceará** (segunda metade do século XVIII). Lisboa Typographia do Recreio, 1892.

¹⁶⁶ Departamento de Proteção do IPHAN. Tal parecer afirma que o processo ainda terá que passar pela Procuradoria Jurídica do IPHAN, antes de ser encaminhado à votação do Conselho Consultivo.

¹⁶⁷ IPHAN. **Memorando nº 180/2002** – PROTEC/DEPROT. Brasília, 25 ago. 2002. (Departamento de Proteção). Acervo: Superintendência IPHAN no Ceará. Dossiê: Tombamento/Viçosa do Ceará.

qual é indicada inscrição tanto no Livro de Belas Artes, quanto no Livro Histórico. O valor artístico estaria vinculado, pois, “à relevância arquitetônica do conjunto”.¹⁶⁸

Ao referir-se a “ambiente urbano” e “ambiente natural”, o trecho acima recobra uma bifurcação que se sobrepõe à noção de paisagem: a “natureza”, aqui, aparece apenas circundando o meio “urbano”, não fazendo parte dele. Assim, a paisagem adquire um qualitativo, forjando-se enquanto “paisagem urbana”, como uma distinção frente ao que seriam outras tipologias da paisagem - natural, rural, etc.

¹⁶⁸ IPHAN. **Parecer nº 018/02** – GAB / PROJUR / IPHAN. Data: 08 out. 2002. (Procuradoria Jurídica). Acervo: Superintendência IPHAN no Ceará. Dossiê: Tombamento/Viçosa do Ceará.

4 PATRIMONIALIZAÇÃO COMO EXPERIÊNCIA DE PRÁTICA ESPACIAL

“[...] o patrimônio, na contemporaneidade, qualifica espaços urbanos, amplia autoestimas, confere valor, distingue, excepcionaliza e identifica cidades e lugares, tornando-se parte integrante dos atributos e dos potenciais de desenvolvimento dos países e das sociedades” (VIEIRA FILHO, 2010 *apud* NASCIMENTO & SCIFONI, 2015, p.31).

4.1 UM NOVO *STATUS* PARA A CIDADE

Em um dia anterior à reunião do Conselho Consultivo, na qual se aprovaria a proposta de tombamento do conjunto urbano de Viçosa do Ceará, em edição do jornal *O Povo*, expunha-se o posicionamento da Secretaria de Turismo, Cultura e Meio Ambiente do município, diante de tal acontecimento:

Para a secretária de Turismo, Meio Ambiente, Cultura e Desporto de Viçosa do Ceará, Margarida Lopes, o grande benefício do tombamento será a preservação dos casarões antigos “antes que tenham a fachada ou estrutura modificadas”. [...] Com o tombamento, Margarida Lopes espera que haja um reflexo positivo no turismo do município. Para isso, informou que a administração está avaliando formas de sinalizar e preservar os casarões. Ela ressaltou, que além do potencial histórico, o turismo em Viçosa do Ceará conta com aspectos religiosos e ecológicos interessante (grifo no original).¹⁶⁹

Como mencionamos em momentos anteriores deste trabalho, o município de Viçosa do Ceará chegou ao final do século XX apresentando um preocupante panorama nos âmbitos econômico e sociais, em especial. Percebemos, nessa conjuntura, a idealização de ações que movimentariam uma ruptura da condição de “isolamento” daquela localidade, inserida no contexto do Planalto da Ibiapaba. Para tanto, citamos a implantação de estradas e o discurso de incentivo à atividade turística envolvendo aquela região. Nesse ínterim, a soma de mais uma aprovação de tombamento no município (o da Igreja Matriz se deu em 2002) representaria agregar um maior valor ao destino que se vinha compondo, principalmente a partir da década de 1970 (conforme referenciamos no primeiro capítulo). Desse modo, a instituição do tombamento repercutiria o “potencial histórico” da cidade, no contexto da atividade turística no Estado.

O arrolamento em Livro de Tombo do IPHAN, como “patrimônio nacional”, ajuntaria nessa discussão, portanto, um caráter de “selo de qualidade” à paisagem composta pelos casarões, do qual adviria “um reflexo positivo no turismo do município”, como

¹⁶⁹ Iphan avalia processo de tombamento de Viçosa. *O Povo*. Fortaleza, 13 de ago. de 2003. Ceará, p.09.

enunciou a secretária Margarida Lopes. Assim, sobrepondo a paisagem que se anunciava nas páginas de turismo da mídia por nós analisada, ao “quadro paisagístico” a ser acautelado, percebemos uma (co)incidência quanto a seus elementos formadores e aspectos ressaltados.

No ano seguinte à decisão positiva do Conselho Consultivo, a 4ª SR/IPHAN, na figura de seu superintendente, o arquiteto Romeu Duarte, caracterizou o tombamento do conjunto urbano, nos termos seguintes:

Este novo status desenha outra realidade para Viçosa do Ceará: a cidade vê aumentar o fluxo de turistas interessados em conhecê-la, o que representa geração de ocupação e renda, possibilitando o bem-estar social e o crescimento da economia, ao mesmo tempo em que ganha a elaboração de um plano diretor de desenvolvimento urbano, cujo projeto estruturante terá na requalificação do sítio histórico o seu maior objetivo. Como se vê, o seu tombamento começa a contribuir decisivamente para a atração de benfeitorias, de grande interesse para a cidade e sua população.¹⁷⁰

O *status* de cidade tombada, como se percebe na exposição do então superintendente, marcaria uma nova fase na história econômica e social do município. O patrimônio acautelado aparece, no discurso, somando possibilidades às estratégias de desenvolvimento local, atrelando-se ao “crescimento da economia”, “geração de ocupação e renda” e “bem-estar social”.

Do estudo realizado por Vieira (2012), acerca da patrimonialização oficial do conjunto de monólitos em Quixadá, temos que essa mesma abordagem, em meio a qual os municípios aparecem assumindo um novo *status* a partir do tombamento, vincula-se ao que o autor denomina de “estratégia de *marketing* promocional da região” (VIEIRA, 2012, p.80). Diante de tal percepção, o historiador transcreve a afirmação do superintendente da Regional do IPHAN, disponível em edição do jornal *Diário do Nordeste*:

Como paisagem notável, será mais fácil conseguir recursos para implementação de projetos turísticos na região dos monólitos. Sob a responsabilidade do governo federal para implementar projetos de recuperação, Quixadá passará a frente de vários municípios que não possuem lugares tombados. Acreditamos que a maior transformação será a mudança de *status* que poderá acontecer, demandando uma maior visitação (DIÁRIO DO NORDESTE *apud* VIEIRA, 2012, p.80).¹⁷¹

Partindo dessas duas leituras, percebemos se firmar uma postura institucional, que toma o tombamento como ferramenta de atração de recursos e fluxos turísticos. Tal caráter de “estratégia de *marketing*”, a circunscrever o estatuto do tombamento, pode ser denotado na

¹⁷⁰ IPHAN/4SR/GAB/nº 049/04. Ofício do Arq. Romeu Duarte (Superintendente/4ªSR/IPHAN), 12 fev. 2004. Assunto: Tombamento do sítio histórico de Viçosa do Ceará. Arquivo: Superintendência do IPHAN no Ceará. Dossiê: Tombamento/Viçosa do Ceará.

¹⁷¹ Iphan decide tombamento. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 20 maio 2004. Caderno Turismo (*apud* VIEIRA, 2012).

escrita da grande mídia, como nos indicia o artigo “Prédios tombados pelo Iphan são atrações turísticas”, publicado no jornal “O Povo” e cujo título pode ser tomado como bastante revelador:

Quatro municípios do Ceará têm seus sítios urbanos tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Aracati, Icó, Sobral, e Viçosa do Ceará têm em seus prédios históricos grandes atrações turísticas. São casas, sobrados, igrejas e prédios públicos construídos até no século XVIII, que com o tombamento serão conservados e protegidos da degradação do tempo e da especulação imobiliária.¹⁷²

Ao longo de todo o texto, encontramos posicionamentos dos secretários municipais de turismo das quatro cidades, em cujas exposições os elementos componentes dos sítios tombados aparecem atrelados a ações de ampliação estrutural do ramo turístico, como a construção e inauguração de hotéis e, por conseguinte, o aumento da oferta de leitos.

Em Icó, a terceira vila criada no Ceará, depois de Aquiraz e Fortaleza, “o grande atrativo está nos monumentos históricos”, como aponta o secretário municipal de turismo, Getúlio Oliveira [...]. Ainda no programa de restauração está prevista a construção de um hotel. “As condições de hospedagem ainda estão chegando a um nível de suficiência”, afirma Oliveira, que espera o aumento da oferta de leitos “à medida que aumentar a visita não apenas de turistas, mas de universitários e pesquisadores que estudam o sítio histórico urbano da cidade” [...]. No município que mais recentemente teve seu sítio urbano tombado, Viçosa do Ceará, em agosto do ano passado, uma igreja de 303 anos é um dos pontos mais importantes. “É uma das igrejas mais antigas do Ceará. E a Praça Matriz de Viçosa é o maior ponto histórico da cidade”, destaca Margarida Lopes, titular da pasta municipal de turismo. “Mais 72 casarões estão sendo catalogados”, afirma a secretária, que comemora a inauguração do Hotel Municipal, há menos de um ano, para se somar a rede de hospedagem da cidade [...].¹⁷³

Interessante destacar na fala atribuída ao Secretário de Turismo de Icó, Getúlio Oliveira, a expectativa quanto à ampliação do número de turistas, mas também a inserção de outra tipologia de visitantes: universitários e pesquisadores em estudos sobre o sítio urbano. No que diz respeito à Viçosa do Ceará, na entrevista que nos foi cedida, a Secretária Margarida Lopes afirmou ter havido, ao longo desse período que se seguiu ao tombamento, um elevação quanto ao número de turistas e visitantes à cidade, ressaltando, na quantificação desse público, o aumento da participação de estudantes e pesquisadores universitários.

A procura maior foi pelos estudantes! A gente percebeu que eles queriam saber da história, queriam fazer os trabalhos que pudessem tá vindo conhecer. Então, no ano passado [2015], nós tivemos doze grupos de universitários só da região de Teresina, tivemos dois de Parnaíba e parece-me que dois do Maranhão. [...] Daqui do Ceará vem! Vem de Sobral, vem de Fortaleza. Mas o que mais me chamou a atenção foi dessa região, desses Estados. Porque a UVA aqui, por exemplo, que eles já têm um

¹⁷² Prédios tombados pelo Iphan são atrações turísticas. **O Povo**, Fortaleza, 16 de janeiro de 2004, p.08.

¹⁷³ *Ibidem*.

trabalho aqui no município, né, mas eles vieram também. Assim, a UFC, a UECE, principalmente, a Estácio também veio.¹⁷⁴

Tais posicionamentos nos direcionam a pensar como o processo de oficialização do patrimônio se torna contribuinte na formulação de um destino em meio ao espaço turístico, podendo, ainda, exercer influências sobre a configuração de um determinado perfil de público.

Concorrendo para o aumento desse fluxo proveniente do Estado vizinho, em 2004, foi anunciada a inauguração de um trecho da CE-232, com 38,4 Km de extensão, ligando a cidade de Viçosa do Ceará ao distrito Padre Vieira, localizado na divisa com o Piauí.¹⁷⁵ Em momento anterior, no ano de 2001, em vídeo gravado para o projeto “Memória do Comércio Cearense”, o então Prefeito Evaldo Soares tratou acerca das melhorias dessas vias de acesso ao Estado do Piauí, destacando a importância de tal ligação para a economia, não apenas da cidade em tela, mas da região da Ibiapaba, como um todo. A estrada denominada “Viçosa-Cocal”, à qual o trecho até o distrito de Padre Vieira se integra, estaria atrelada ao escoamento da produção viçosense, sobretudo agrícola, para os mercados piauienses; mas também atenderia aos fluxos turísticos, tendo em vista que ela é representada como uma das saídas “da Ibiapaba para a praia”, ao passo que Viçosa do Ceará é, também, identificada como “cidade turística”.

Nossa cidade é uma cidade turística. Fica aqui na região Ibiapana com as demais, ligada com as demais cidades, também turísticas, como é o caso de Tianguá e Ubajara. O comércio local, ele tem aqui o seu maior atrativo na cana de açúcar, também no café, no hortifrutigranjeiro, plantações de tomate, de cenoura, enfim. Esse comércio que movimenta a cidade de Viçosa do Ceará. Também aquelas agriculturas de subsistência, como é o caso da mandioca, do feijão, o arroz, o milho também. Mas o que predomina mesmo aqui é a cana de açúcar. Também temos aqui as casas onde se fabrica o doce, o doce caseiro, a peta. Temos aqui contado com a parceria do Sebrae para podermos melhorar o comércio local. Estamos desenvolvendo projetos, no sentido de que esse comércio possa ser melhorado. Juntamente com o CDL. Estamos aqui batalhando para termos a ligação do Ceará com o vizinho Estado do Piauí, aqui, através da Estrada Viçosa-Cocal. Uma estrada que, depois de asfaltada, irá ajudar bastante a melhorar o comércio local. Será um dos principais pontos para a melhoria desse comércio. A estrada asfaltada Viçosa-Granja é uma extensão de 45 Km e a estrada que liga Viçosa como o município de Cocal, do vizinho Estado do Piauí. Essas duas estradas irão abrir as portas, não só de Viçosa, mas também da Ibiapaba, para a praia. E nós iremos ter aí um comércio bem mais ativo, um fluxo bem maior e os meios para escoar essa produção aqui de Viçosa. Tendo em vista que Viçosa abastece as vizinhas cidades de Cocal e Parnaíba, no Piauí; também em Teresina a gente leva muitas frutas e verduras para abastecer essa cidade.¹⁷⁶

¹⁷⁴ Entrevista. **Margarida Maria Pereira Lopes**. Viçosa do Ceará, 13 de janeiro de 2016.

¹⁷⁵ Inauguração em Viçosa do Ceará (Nota). **O Povo**, Fortaleza, 12 dez. 2004. Ceará, p. 13.

¹⁷⁶ Entrevista/Vídeo. **Evaldo Soares**, Viçosa do Ceará, 20 jul. 2001. Projeto Memória do Comércio Cearense. MIS-CE/Secult/DVD nº 062. Acervo: MIS-CE. (No período, Evaldo Soares era Prefeito do município).

Nesse período, por parte do Governo Lúcio Alcântara (2003-2006), encontramos a divulgação de ações que se voltariam para o interior do Estado, como a elaboração de planos de desenvolvimento inter-regionais para as regiões identificadas como Centro Sul, Vale do Salgado, Maciço de Baturité, Vale do Coreaú e Ibiapaba, Vale do Acaraú e Baixo Jaguaribe. Em edição do jornal *O Povo*, a Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional aparece na coordenação desses planejamentos e, ao Secretário Alex Araújo, é atribuída a seguinte exposição:

O secretário ressalta que as regiões possuem valores locais, e nesse sentido, a principal responsabilidade dos planos de desenvolvimento está em fortalecer a autonomia delas a partir dos próprios locais. Lembra que várias atividades, que ao longo do tempo foram importantes para as regiões, hoje se tornaram secundárias, mas podem ser fortalecidas e voltar a representar bem as características regionais do Ceará.¹⁷⁷

No que tange à Ibiapaba, o planejamento é dimensionado em dezesseis municípios, incluindo, entre os programas de desenvolvimento, a temática da “preservação da história e da cultura” locais.

O Plano de Desenvolvimento Inter-regional do Vale do Coreaú e Ibiapaba contempla 16 municípios, que são os de **Camocim, Chaval, Barroquinha, Jijoca de Jericoaroara, Granja, Martinópolis, Uruoca, Viçosa do Ceará, Tianguá, Ubajara, Ibiapina, São Benedito, Carnaubal, Guaraciaba do Norte, Croatá e Ipu**. Os programas e projetos estruturantes regionais previstos para as duas regiões totalizam 56 iniciativas que deverão ser postas em prática nos próximos 20 anos [...]. A preservação da história e da cultura é contemplada no sexto programa, que propõe um inventário das edificações, sítios arqueológicos (grifo no original).¹⁷⁸

Esse movimento, como se percebe, também incide sobre o dito campo da cultura. As atividades relacionadas ao potencial crescimento econômico passam a integrar como insumo, em seus processos, bens e referenciais da história e cultura locais. Assim, podemos compreender a fala, acima transcrita, do então prefeito de Viçosa do Ceará, enquanto a constituição de uma “vitrine” do Município. A menção, por exemplo, da produção de doces caseiros e petas concorre, nesse sentido, para o *marketing* da cidade. Assim, dialogando com o pensamento de Menezes (2002), temos o manuseio de “recursos culturais”, por parte das autoridades públicas, a fim de convertê-los em capital. E, com isso, reiteramos a afirmação do chefe do Executivo Municipal, ao definir Viçosa do Ceará: “Nossa cidade é uma cidade

¹⁷⁷ Município apontam proposta para desenvolvimento regional / Proposta para vinte anos. *O Povo*, Fortaleza, 1º ago. 2004. Ceará, p. 10.

¹⁷⁸ Município apontam proposta para desenvolvimento regional / Proposta para vinte anos. *O Povo*, Fortaleza, 1º ago. 2004. Ceará, p. 10.

turística”! Cabe ressaltar, nesse discurso que visa firmar a cidade como “turística”, o *marketing* urbano implícito que, de acordo com Menezes (2002):

[...] tem no turismo um foco importante de interesse, mas não único. Também se vende a cidade para seus próprios habitantes (a principal motivação seria política, mas ela pode dirigir-se a empresários de todo tipo, investidores, emigrantes de perfil conveniente, estratégias geopolíticas etc.) (MENEZES, 2002, p.57).

E nesse *marketing* urbano, a paisagem patrimonializada funciona também como um dos “vetores capazes de *vender* a cidade” (Menezes, 2002, p.57, grifo no original). Nessa esteira, ao *status* de cidade tombada, somaram-se o título de “Capital Cultural do Estado do Ceará”¹⁷⁹ e o selo “Município Turístico”¹⁸⁰, ambos concedidos a Viçosa do Ceará durante o ano de 2005.

A abordagem dispensada à cultura e, portanto, ao patrimônio cultural, revestindo-a como instrumento de desenvolvimento local, esteve marcando a esfera discursiva tanto das políticas federais, quanto estaduais. Os usos dos bens e referências patrimonializados acompanhariam tal concepção, todavia, sob os diferentes métodos.

No que concerne ao IPHAN, tal abordagem se coadunaria ao “momento institucional dos anos 2000”, como definiram Nascimento e Scifoni (2015, p.31), cujo expoente foi identificado, pelas autoras, na gestão de Luiz Fernando Almeida, que assumira a presidência do Iphan a partir de 2006. A postura institucional buscada, conforme destacado por elas, guardaria afinidades com o seguinte posicionamento: “Dalmo Vieira Filho, diretor do Depam,¹⁸¹ durante a referida gestão, cunhou o lema de que: “[...] o Iphan não preserva o passado; atua no que precisa fazer parte do futuro” (NASCIMENTO & SCIFONI, 2015, p.31).

Em âmbito estadual, a atuação da Secretaria da Cultura – Secult também reverbera tal tratamento. Analisando o período de 2003 a 2006, quando esteve à frente daquela Pasta, Cláudia de Sousa Leitão caracteriza a política pública de cultura como transversal, ou seja, visando tangenciar todos os eixos do Governo (1. “Ceará Empreendedor”; 2. “Ceará Vida Melhor”; 3. “Ceará Integração”; 4. “Ceará – o Estado a serviço do cidadão”) e seu programa de desenvolvimento para o Estado (LEITÃO, 2007). A visão que a Secretária destina ao campo cultural pode ser visualizada na passagem a seguir:

¹⁷⁹ Acordes da Serra. **O Povo**, Fortaleza, 22 jul. 2005, p.02. O título de “Capital Cultural do Estado do Ceará” foi instituído por meio do Decreto nº 13.397, de 17 de novembro de 2003. É concedido, durante o intervalo de um ano, ao Município que tenha se destacado no apoio à cultura local (Art. 2º).

¹⁸⁰ Concedido pela EMBRATUR e Secretaria de Turismo do Estado. Fonte: Viçosa do Ceará inicia hoje comemoração de aniversário. **O Povo**, Fortaleza, 12 de agosto de 2005, p.10.

¹⁸¹ Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização do IPHAN.

A compreensão reduzida dos significados da cultura contribuiu para a ausência de políticas públicas no setor cultural. Na agenda de desenvolvimento do Brasil, a cultura jamais foi tratada a partir de políticas públicas capazes de definir diretrizes e programas que contemplem uma concepção mais ampla do fenômeno cultural. Seja no campo político, seja no acadêmico, é flagrante a lacuna de estudos e pesquisas acerca da economia da cultura capazes de esboçar um novo modelo de desenvolvimento que leve em conta a nossa riqueza e diversidade cultural. Diversidade cultural como substrato para o desenvolvimento local e regional, como cimento para a dignidade, cidadania, auto-estima (LEITÃO, 2007, p.11).

O discurso atrela a diversidade cultural ao desenvolvimento local, assim, a então secretária identifica, naqueles quatro eixos, o papel da cultura, por exemplo, no processo de geração de renda, descortinando-se o que ela denomina de economia da cultura e empreendedorismo cultural, aos quais se atrela um “novo perfil do trabalhador cearense”, voltado a negócios e profissões do “mercado de bens simbólicos” (LEITÃO, 2007, p. 11). Além disso, a valorização da cultura local também se conformaria a ações elaboradas por outras pastas, tais como “segurança pública, turismo, educação, saúde, esporte e juventude, desenvolvimento econômico etc.”, seguindo ainda por uma trajetória de regionalização, com vistas a alterar o arranjo “centro-periferia”, circunscrito em torno da capital, Fortaleza. Nessa direção, rumo ao “interior”, alguns projetos foram idealizados, dentre os quais destacamos o evento “Festival Música na Ibiapaba”, cuja primeira edição ocorreu entre os dias 23 e 31 de julho de 2004. Tratando sobre esse rearranjo da configuração do “espaço cultural” cearense, a então Secretária da Cultura do Estado explicita, em entrevista ao jornal “O Povo”, o caráter da produção desse evento.

O projeto [Festival Música na Ibiapaba] não é uma ação isolada, é fruto de uma política pública feita a partir do debate realizado no Cultura XXI, realizado em março no Dragão do Mar. Chegamos à conclusão de que existe muita ação ligada à capital e que o interior estava abandonado, fora de qualquer política do Estado. Foi então que elaboramos seis programas, e um deles é de interiorização da cultura. Acredito que seja o mais importante de todos, pois tem como objetivo a valorização das culturas regionais.¹⁸²

Acerca do advento desse Festival, a secretária Margarida Lopes, em depoimento, expõe, partindo do próprio município, uma intenção de pensar “a região”: Viçosa, Tianguá, Ubajara e São Benedito. Interessante atentar para a expressão utilizada pela entrevistada, “por causa das flores”, ao mencionar São Benedito, pois ela nos sugere as conexões que se forjam, a partir do “cultural”, com diversos outros fatores e produções da região para os quais se pretende chamar a atenção ou, ainda, deles server alguma reputação. Em São Benedito, a produção de flores foi destacada como um chamariz.

¹⁸² Festival Música na Ibiapaba (Entrevista). *O Povo*, Fortaleza, 11 de julho de 2004, p. 03.

Assim, o Festival de Música na Ibiapaba, ele surgiu de uma ideia, que essa ideia partiu daqui, da gente fazer uns fóruns, né. Uns fóruns regionais e, desses fóruns, surgiu a ideia da gente fazer um evento que, não só Viçosa, mas Viçosa, Tianguá e Ubajara, as três cidades. Inclusive ia até São Benedito, se eu não me engane, por causa das flores. E esse projeto, foi na época do Governador Lúcio Alcântara, ele era muito caro. Ele saía, na época, na faixa de mais de R\$ 600 mil, pra se fazer nessas cidades. E lançando essa proposta pra ele, né, aí ele disse: “Bom, eu tenho outra proposta! Eu faço um festival: festival de música”. Aí, na época, com a Consiglia Latorre, que era professora de música. Ela fez o projeto e apresentou, e Viçosa abraçou a ideia.¹⁸³

Conforme Cláudia Leitão, em entrevista ao jornal “O Povo”, o “Festival Música na Ibiapaba”¹⁸⁴ seria o primeiro a ocorrer, dentre outros programados para as diferentes regiões. Assim, percebemos um sincrônico movimento “cultural” que tomaria corpo no interior do Estado, forjando-se um mapa do Ceará estrategicamente segmentado em regiões “da cultura”.

O segundo será na primeira semana de setembro em Quixadá. Vai ser o Festival Internacional de Violeiros, Trovadores e Repentistas. E em novembro haverá a Mostra Cariri das Artes, na qual teremos o primeiro encontro das culturas caririenses (envolvendo os estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Piauí), com a presença do ministro Gilberto Gil. Para 2005 acrescentaremos um festival nos Inhamuns e outro no Vale do Jaguaribe.¹⁸⁵

Embora, conceitualmente, haja o interesse de pensar a região a partir do “Festival Música na Ibiapaba”, Viçosa do Ceará teria sido cidade escolhida para sediar o evento, por apresentar melhor estrutura, segundo a secretária do Estado. No entanto, partindo do depoimento apresentado acima, cedido pela secretária Margarida Lopes, percebe-se que, à tal decisão, agregou-se uma movimentação das autoridades locais. Podemos inferir que essa iniciativa dialoga com uma das “Recomendações” indicadas pela 4ª SR/IPHAN, a serem implementadas após o tombamento:

A Prefeitura Municipal deverá elaborar o calendário cultural do Município, tendo o sítio histórico como palco principal das celebrações, festejos e demais eventos que possam ser transferidos para esse local sem perda de sua essência. Esta determinação concorrerá fortemente para garantir a sustentabilidade do seu funcionamento, para além dos usos residencial, comercial e institucional que lá se desenvolvem, bem como para animação do local, confirmando-o como o centro vital e simbólico de Viçosa do Ceará.¹⁸⁶

¹⁸³ Entrevista. **Margarida Maria Pereira Lopes**. Viçosa do Ceará, 13 de janeiro de 2016.

¹⁸⁴ Realização da Secretaria da Cultura do Estado – SECULT, por meio do Núcleo de Capacitação de Música Popular do Centro Dragão do Mar e apoio do BEC, BNB, Rede Ibiapaba de Turismo – Ritur, Prefeitura Municipal de Viçosa do Ceará.

¹⁸⁵ Festival Música na Ibiapaba (Entrevista). **O Povo**, Fortaleza, 11 de julho de 2004, p. 03.

¹⁸⁶ 4ªSR/IPHAN. **Estudo para Tombamento Federal do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Viçosa do Ceará**. Vol.1, 2002.

Nesse sentido, durante a programação da primeira edição do evento, um dos principais locais de atividades foi a Praça da Matriz, situando shows de abertura e encerramento do Festival, bem como apresentações musicais diversas. Outros lugares da cidade também se mantiveram ocupados com a programação: salas de aulas das escolas municipais, logradouros diversos, o espaço das próprias igrejas, o “Pier da Lagoa” (Lagoa Pedro II) e a “Igreja do Céu”, em torno da qual se estruturou o já mencionado “Polo Turístico, Artesanal e Cultural da Igreja do Céu”, inaugurado em 1999. Durante a semana de ocorrência do evento, uma nova movimentação se projetaria sobre aquele espaço urbano, tendo-se em vista o número de participantes que se acresceria à população local – a primeira edição teria contabilizado 500 matrículas nas oficinas ofertadas.¹⁸⁷ Na passagem abaixo, atribuída a Cláudia Leitão, vislumbramos o caráter de “vitrine” atrelado ao evento. Quando da divulgação do Festival, mencionam-se o frio e o verde da “serra”, os “melhores licores”, “as peças em cerâmica e palha”.¹⁸⁸ Em consonância com isso, a Secretária de Cultura do Estado consideraria:

A nossa ação é conhecer o Ceará e isso não se resume em Fortaleza e litoral. O Festival vai estar movimentando a economia. Todo o patrimônio da Serra de Ibiapaba vai ser descoberto. Estamos plantando uma semente e isso vai agregar um valor enorme à região.¹⁸⁹

Nesse trabalho de divulgação do Festival, reitera-se também a manipulação do patrimônio edificado como vetor de atração: “Os casarões e igrejas contribuem para a exuberância do local, como a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção, construída em 1695, com altar em estilo Barroco e pinturas originais dos Jesuítas”.¹⁹⁰ Seguindo o pensamento de Menezes (2002), vislumbramos a transmutação da paisagem acautelada em uma imagem “exuberante” e, nessa esteira, vendável; enquanto a fruição dessa paisagem parece se tornar um “consumo redutoramente visual” (MENEZES, 2002, p.55).

Aí depois veio o “Festival Mel, Chorinho e Cachaça”, que já foi em 2007. Foi também uns amigos que já estavam envolvidos na história dos festivais: a Rebeca, que era do SEBRAE; o Secretário daqui, na época, que era o Ivon Cleuton; e outro, o Anibal, né. Outras pessoas que estavam envolvidas nesse processo, aí fizeram um estudo sobre os engenhos, porque a serra toda tem os engenhos: tem cachaça, tem de rapadura; mas a cachaça de alambique, ela tinha o seu lugar, como diz a história, né. E também foi feita a proposta para o Sr. Prefeito daqui da cidade, na época. Ele abraçou a ideia e Viçosa sedia hoje esse Festival, né. E foi feito no primeiro ano e

¹⁸⁷ A música sobre a serra. **O Povo**, Fortaleza, 23 jul. 2004. Vida & Arte.

¹⁸⁸ Charmosa da Ibiapaba. **O Povo**, Fortaleza, 21 a 27 jul. 2005. Viagem & Lazer, p.08.

¹⁸⁹ Festival Música na Ibiapaba. Entrevista. **O Povo**, Fortaleza, 11 jul. 2004, p. 03.

¹⁹⁰ A serra vai tremer. **O Povo**, Fortaleza, 11 jul. 2004. Turismo/Festival Música na Ibiapaba, p. 06.

segundo ano, foram feitos os roteiros da serra, mas depois, os municípios assim não se interessaram, aí a gente ficou só dentro do Município.¹⁹¹

Outro evento passou a marcar o calendário da cidade e também reconfigurar seus espaços e movimentos durante três dias – o “Festival Mel, Chorinho e Cachaça”. E da fala da Sra. Margarida Lopes, apreendemos, pois, mais um elemento a emergir no campo da patrimonialização local: a cachaça e os engenhos. Assim, a festa se torna uma ferramenta para patrimonializar um determinado modo de fazer e, principalmente, seu produto, de modo a “fabricar” um mercado para este.

No entanto, a fala de um de nossos depoentes nos sugeriu que, dentre os moradores da cidade, esperam-se medidas mais efetivas no sentido de incentivar a ocupação dos espaços que integram a poligonal de tombamento, de um modo mais contundente, ou seja, conduzindo a uma maior dinâmica no cotidiano das ruas, praças integrantes daquele “quadro paisagístico”, assim caracterizado:

Eu digo muito que é uma cidade fantasma! É outro problema! Porque a pessoa mora em Fortaleza, herdou o casarão, vem aqui, passa dois, três dias, uma vez por ano... Vem, ou escolhe a Semana Santa, ou escolhe o Carnaval, ou escolhe... E a casa fica fechada. Mantida! Limpa! Tem uma pessoa que vai... mas, sem vida! Então, nós, que moramos aqui na cidade, sentimos a necessidade de que esses casarões estejam abertos. Porque você vai nos bairros mais distante, é uma vida, é gente na calçada... Aqui no Centro, não! Parece assim... Na semana, depois que os alunos retomam, da noite, pra ir pras escolas ou pras suas casas, a cidade fica uma cidade fantasma! Sem vida! E é isso que a gente quer? Não! Você vê em Paraty, as pessoas andam nas calçadas de noite, né? Visita os bares, restaurantes, as casas, os museus.¹⁹²

Essa percepção relacionada ao movimento na área tombada também se desvela na fala da própria secretária Margarida Lopes, que menciona o caráter residencial da área, destacando, todavia, o fato de muitos proprietários/herdeiros se fixarem em outros centros urbanos:

É mais é residência! Inclusive, aqui nós temos um, uma casa, que é a casa do Haroldo, fica aqui na Rua Lamartine Nogueira com a Rua Fontenele Sobrinho, que já tem comércio, né. E também tem o Vila Café, que é um lugar bem interessante [...]. Só que o sítio histórico, ele é muito parado! Então, assim, a área comercial ficou mais para o lado do mercado, mas nós temos alguns equipamentos que têm... Algumas propriedades que têm área comercial. A Praça da Matriz, a maioria das famílias moram fora. A família Pinho, só tem uma pessoa que mora aqui, as outras casas ficam fechadas. Mas eles sempre estão aqui. Eles nunca deixam por muito tempo essas casas fechadas. E tem o Seu Albuquerque também, que é da Dona Maria Luiza, que esse demora, né. Mora em Fortaleza. Mas também, nos feriados eles estão aqui, porque precisam cuidar também do bem, né. Aí temos uma outra casa que é do Seu Chico Caldas, que é uma casa muito famosa, enorme, uma casa grande, [...] neto dele comprou e restaurou toda essa casa. Então, ela tá muito bonita.

¹⁹¹ Entrevista. **Margarida Lopes**. Viçosa do Ceará, 13 jan. 2016.

¹⁹² Entrevista. **Gilton Barreto**. Viçosa do Ceará, 14 ago. 2014.

Já era bonita e depois do restauro ela ficou mais ainda. E eles têm um cuidado muito grande [...].¹⁹³

Partindo dessas duas leituras, a manutenção de algumas das casas fechadas, durante um período do ano, concorreria para o aspecto “muito parado” daquele sítio urbano. No entanto, consideramos que repensar a função de alguns dos imóveis, em especial, aqueles sob a propriedade da Prefeitura Municipal, tais como o Sobrado da Marcela e o prédio do antigo Gabinete Viçosense de Leitura ou, ainda, intensificar a programação do Theatro Pedro II, poderiam concorrer para a (re)integração de tais bens à experiência cotidiana dos viçosenses. O “Estudo para Tombamento [...]” direcionara tanto a desapropriação quanto a restauração do Theatro Pedro II e Sobrado da Marcela, já que ambos se encontravam desativados e em precário estado de conservação, a fim de reinseri-los na dinâmica urbana.

Figura 18 – Theatro Pedro II, dois anos após o processo de restauração.



Fonte: Própria autora (2014).

Com restauração concluída, em 2012, o Theatro Pedro II foi reinaugurado, permanecendo aberto à visita do público em geral e turmas de escolas no Município, que também solicitam a utilização do equipamento para a realização de eventos e atividades escolares relacionados às artes cênicas. No entanto, ainda se encontra em construção uma

¹⁹³ Entrevista. **Margarida Lopes**. Viçosa do Ceará, 13 jan. 2016.

pauta para programação do Theatro. Quanto ao Gabinete Viçosense de Leitura e Sobrado da Marcela, ambos estão ocupados com atividades burocráticas: o primeiro sedia a Câmara Municipal; enquanto o segundo, o Gabinete do Prefeito, conforme nos informou a Sra. Margarida Lopes:

A gente pensa futuramente, ali o prédio da Marcela, [...] fazer a Casa da Cultura. Hoje, lá é o Gabinete do Prefeito. Vai existir uma mudança, com relação a isso aí, tá se preparando, pra logo ser um espaço pra juventude, né. A questão das artes, biblioteca, toda essa história. A chamada Casa da Cultura.¹⁹⁴

Figura 19 – Prédio do Gabinete Viçosense de Leitura. Atualmente abriga as atividades da Câmara Municipal.



Fonte: Própria autora (2012).

Quanto às funções a que se destinaram os imóveis de propriedade do Município, como podemos perceber, abaixo, não aparece como algo consensual. Essa destinação se constitui, na visão do depoente, como parte do percurso de patrimonialização, ou seja, o processo de acautelamento não se restringe à decisão do tombamento, mas implica uma continuidade de ações:

Hoje, sobre o patrimônio, tá a Igreja Matriz tombada, o Theatro Pedro II, o Gabinete de Leitura, e os 72 casarões do seu entorno. O Gabinete de Leitura, se você observar, não só o Gabinete de Leitura, mas os prédios tombados, que eram particulares, os Governos tomam. O Gabinete de Leitura era uma biblioteca e era um centro de festa,

¹⁹⁴ *Idem.*

hoje, é a Câmara Municipal. O Solar da Marcela, desapropriaram pra ser um museu da cidade; hoje, é a Prefeitura Municipal. Então, que preservação é essa? Preservar só prédio? Os próprios moradores já preservam! E falta a contrapartida, falta o incentivo do Município. Eu já vi gente dentro do Município dizer que aqui não fizeram o museu da cidade porque a cidade não tem material, não tem condição.¹⁹⁵

Pairando sobre os questionamentos desse morador, em específico, é possível visualizarmos uma reflexão quanto à própria concepção do papel do patrimônio cultural. Ao longo de nosso percurso textual, percebemos como o patrimônio, institucionalizado ou não, passou a estar envolto por implicações diversas e manuseado sob as diferentes abordagens: sejam econômicas, das quais advêm representações da cidade como destino turístico e ações voltadas para a implantação de estruturas que viessem reforçar a constituição do espaço turístico, tal como instalação de meios de hospedagem e rodovias; sejam sociais, revestindo-se enquanto insumo para atividades geradoras de renda ou, ainda, repercutindo sobre a forja de valores afetivos, estimulando sentimentos de autoestima e pertencimento por parte das populações locais; ou, mesmo, estéticas, se tomado como objeto de fruição visual, cênico.

Então, a pergunta proferida – “Preservar só o prédio?” – nos remete à reflexão desenvolvida por Fonseca (2012) acerca do complexo trabalho de definição do “interesse público”, no que concerne ao patrimônio cultural. Ou seja, o questionamento reverbera a funcionalidade do patrimônio no tangente à produção de conhecimento acerca da própria cidade, o que fica evidenciado no reclame sobre a instalação de um espaço museológico:

Um imóvel de uso privado, o Sobrado da Marcela, foi recentemente adquirido pela Prefeitura Municipal. Está situado na Praça da Matriz, já recuperado, já tem função pública definida. Atualmente está funcionando a Prefeitura Municipal de Viçosa do Ceará, onde deveria está (sic) funcionando a Casa de Cultura de Viçosa do Ceará. Mas recentemente uma ação popular foi impetrada no Fórum da cidade pelo advogado Dr. Valdemir de Castro Pacheco, para que o imóvel seja devolvido para sua real finalidade. Viçosa do Ceará está consolidando uma história em que prédios destinados a cultura fiquem somente na história, sem sua real utilidade para que foi criado (BARRETO, 2012, p.106-107).

A assertiva nos conduz a pensar sobre o bem ou referência em seu potencial para provocar uma leitura crítica acerca do espaço urbano que se foi construindo. Isso pode estar vinculado ao que Fonseca (2012) discute:

Impossível pensar a preservação do patrimônio cultural sem vinculá-la à transmissão, difusão e apropriação, por parte dos grupos sociais a que se refere, dos sentidos e valores atribuídos aos bens culturais. Sem essa preocupação, o recurso aos instrumentos legais de proteção fica reduzido a um conjunto de meros atos declaratórios de valor [...] (FONSECA, 2012, p.14).

¹⁹⁵ Entrevista. **Gilton Barreto**. Viçosa do Ceará, 14 ago. 2014.

Figura 20 – Sobrado da Marcela. Ao lado, casarão dos Pinho.



Fonte: Própria autora (2012).

Como “marcas do tempo no espaço” (FONSECA, 2012, p.16), tais bens e referências integram a paisagem, a qual pode assumir, pois, uma dimensão “literal”, tornando-se, conforme Silva Filho (2003), um enérgico agente de indagação quanto às suas próprias condições de produção. Quem a produz? Para quem? Que memórias, identidades e projetos constrói ou apaga? Ultrapassando, pois, o conhecimento contido nos “panfletos turísticos”, ou o olhar que avista apenas a beleza das fachadas.

4.2 ENTRE PERMANÊNCIAS E RUPTURAS

Hoje, depois do tombamento, as pessoas, elas se orgulham, elas têm o prazer [...] de dizer, mostrar, abrir a casa pro visitante, pro turista e dizer: “essa casa aqui foi do meu avô, foi do meu bisavô. É do século passado”! Enfim, com o tombamento, [...] aumentou a autoestima da cidade. As pessoas passaram a ter mais vaidade com a sua fachada, com a sua calçada, enfim. Isso foi muito bom, muito positivo pra Viçosa.¹⁹⁶

Prá nós, o tombamento da nossa cidade foi um grande feito, porque se isso não tivesse acontecido, hoje, nós não teríamos mais nenhuma casa com 150 anos, com 200 anos, [...] a mania que as pessoas têm de fazer algo novo, né! [...].¹⁹⁷

O tombamento, ele teve seu lado bom, positivo, e seu lado negativo. O único ponto bom, positivo no IPHAN, que ele tombou na hora certa. Foi a parte positiva. Por quê? Por causa da especulação imobiliária.¹⁹⁸

Você vai ver que o viçosense, ele entende esse tombamento como coisa boa. Mas a lei municipal beneficia uns e outros não.¹⁹⁹

As falas acima expressam, de um modo geral, posicionamentos favoráveis à aplicação do instrumento legal na cidade, os quais se atrelam aos diferentes motivos: seja a ampliação da autoestima dos moradores, ao fixar referenciais que tanto remetem a determinadas pessoas (“meu avô”, “meu bisavô”), envoltas por suas histórias familiares, quanto a um tempo específico (“150 anos, 200 anos”, “do século passado”); seja enquanto possibilidade de resposta a uma dada conjuntura socioeconômica que acabaria por estimular um particular modo de apropriação do solo, desencadeando a situação de especulação no mercado imobiliário e intensificação de uma atividade turística “de massa”, ou mesmo os movimentos de “modernização” das edificações, acompanhando as “modas” estéticas e construtivas.

Partindo dessas mesmas falas, observamos não haver uma posição contrária ao que se delimitou como “patrimônio nacional”, todavia, as palavras de alguns configuram certo descontentamento no que se refere ao processamento de determinadas implicações do tombamento, *a posteriori*. Salta-nos à atenção, partindo dessa abordagem, a reflexão sobre como a constituição do patrimônio cultural, oficialmente acautelado, passou a incidir sobre aquele espaço urbano. Em sua releitura sobre tal processo, a seguir, uma de nossas depoentes nos chama a atenção para a ocorrência, inicialmente, de um sentimento de medo, compartilhado entre alguns moradores dos imóveis integrantes do conjunto acautelado:

¹⁹⁶ Entrevista. **Eônio Fontenele**. Fortaleza, 20 abr. 2015.

¹⁹⁷ Entrevista. **Margarida Lopes**. Viçosa do Ceará, 13 jan. 2016.

¹⁹⁸ Entrevista. **Gilton Barreto**. Viçosa do Ceará, 14 ago. 2014.

¹⁹⁹ Entrevista. **Tereza Cristina Mapurunga Miranda Magalhães**. Viçosa do Ceará, 14 nov. 2014.

As pessoas, elas ficaram com medo porque correu a história de que as pessoas não eram mais donas de suas casas. Elas passavam a ser como se fosse um patrimônio público. Mas, na verdade, não era isso. Foi informação errada, né. Depois elas viram o seguinte, que elas não podiam mexer na fachada, mas no interior das casas elas podiam fazer o que elas quisessem de reforma. Mas aí, mesmo assim, quando as pessoas vão atrás, algumas têm a plena liberdade, e outras, quando vão fazer qualquer pintura, qualquer coisa, são proibidas. Aí, como essa lei é pra uns e não é pra outros, as pessoas ficaram reféns, e não queriam, e deu confusão e entram na justiça atrás de seus direitos.²⁰⁰

Figura 21 – Pintura de imóvel integrante do casario situado em volta da Praça da Matriz.



Fonte: Própria autora (2014).

Nessa dimensão, podemos remeter à fala da Secretária Municipal de Turismo, Cultura e Meio Ambiente, ao tratar sobre a reação inicial dos moradores frente à efetivação do tombamento: “[...] a população, a princípio, ficou muito receosa. Mas hoje a gente tem, assim, uma recepção muito boa. As pessoas querem pintar suas casas, querem manter elas intactas” (Entrevista. **Margarida Lopes**. Viçosa do Ceará, 13 jan. 2016). Quanto aos motivos de tal receio, Margarida Lopes atribui às restrições inerentes à aplicação do instrumento legal:

É porque o tombamento, ele tem as suas particularidades. Eu não posso mexer na fachada, eu não posso também alterar o teto, né. Eu posso fazer, por exemplo, eu posso mudar o teto de uma casa tombada, mas que ela tem que permanecer a mesma altura, a mesma estrutura. Então as pessoas: “Puxa vida! Eu tenho minha casa, eu

²⁰⁰ Entrevista. **Tereza Cristina Mapurunga Miranda Magalhães**. Viçosa do Ceará, 14 nov. 2014.

não posso fazer o que eu quero”? Então, quer dizer, poder fazer pode, contanto que você faça o projeto e encaminhe para Iphan, e o Iphan é que aprova ou desaprova, de acordo com o projeto.²⁰¹

Abordando sobre tais restrições, Fonseca (2009) afirma que elas constituem um dos fatores delicados desse instrumento legal, tangenciando muitas das tensões que se desenrolam na cidade, em torno dos bens imóveis, e evidenciando-se, de modo mais contundente, quando do emprego sobre conjuntos urbanos. Nas palavras da autora, portanto:

[...] dadas as restrições que o tombamento impõe ao bem considerado enquanto mercadoria, e os limites que acarreta ao uso do imóvel, esse instrumento costuma ter consequências consideradas indesejáveis para extratos das classes média e alta, como proprietários de imóveis em setores urbanos antigos e empresários da construção civil. Essa situação, já comum nas décadas anteriores, agravou-se, a partir dos anos 70, em consequência da tendência ao tombamento de conjuntos e a uma preocupação maior com o entorno dos bens tombados (FONSECA, 2009, p.180-181).

Nessa esteira de interesses tensionados entre o valor cultural do imóvel e o valor de mercado do solo, sustentado sobre o direito de propriedade, algumas ações, travadas nesse campo de transformações da cidade, figuram a gravidade de um desencontro com a prática de acautelamento, inclusive, gerando longas demandas judiciais.

De um lado há o registro histórico de haver aludido imóvel hospedado um neto de D. Pedro II, em 21.06.1927. Do outro, um relevante fato social: o bem questionado é a única herança da viúva que, sobrevivendo às expensas de irrisória pensão de 400 reais, bem merece auferir indenização justa ou, pelo menos, satisfatória pela casa (SOUZA, 2007, p.104).

F. Silveira Souza nos expõe como se incorporou, em suas memórias “de pessoas, costumes e fatos” de Viçosa do Ceará, aquela problemática: constituindo polos antagônicos entre o aspecto histórico de uma edificação específica e seu caráter de espólio, patrimônio financeiro particular. O imóvel em questão faz parte do universo de amostragem de vinte e uma edificações inventariadas pela 4ªSR/IPHAN, quando da realização do Estudo para Tombamento. Identificado na Ficha nº 09 do Inventário de Bens Culturais Imóveis, a qual é datada de junho de 2000, a edificação aparece sob a denominação de “Casa do Zeca Bastida” (sic), em referência ao Coronel José Joaquim de Carvalho (Zeca Batista), que a adquiriu em 1909 (BARRETO, 2012).

Retornando aos escritos do Sr. Silveira Souza, vislumbramos a concretização da grave problemática apontada, acima, por Fonseca (2009), a partir da narrativa envolvendo a venda e os percalços quando da demolição do imóvel “Casa do Zeca Batista”, no contexto da tramitação do processo de tombamento do sítio urbano:

²⁰¹ *Idem.*

Antes de mais nada, trata-se de prédio ainda não tombado pelo IPHAN, jamais tendo D. Ceci, a viúva, recebido qualquer notificação específica – segundo declarações de seu genro Cel. Hélio Fontenele. Como os pretensos adquirentes do imóvel só queriam mesmo o terreno – notadamente pela “onda de tombamento” que aterroriza a cidade – a proprietária mandou derrubá-la ou “tombá-la”, na genuína acepção do termo. Ato contínuo, incidentes os mais sensacionalistas, inclusive com cobertura da TV, vêm agitando o berço de Chico Caldas. Por primeiro, um curioso alçou-se ao alto do casarão para filmar o destelhamento, sendo “tombado” daquelas alturas após um chute na escada que lhe dava acesso. Depois, profissional que acionava o trator “tombador” das paredes foi algemado e preso pela guarda municipal. Finalmente, ordem judicial sustou a demolição, ficando a fachada de vetusto solar do cel. Zeca Batista (que já foi prefeito de Viçosa ao tempo da velha República) tal qual o Coliseu Romano (SOUZA, 2007, p.104).

Esse trecho da crônica nos sugere como o momento da demolição desse imóvel se tornou um acontecimento marcante nas memórias que circundam aquele espaço urbano. Praticamente, em todas as falas por nós coletadas em entrevistas, os depoentes mencionaram esse caso. Interessante perceber como o memorialista supracitado posiciona o fato entre um duplo contexto: o processamento da estratégia de patrimonialização, tecendo uma crítica ao modo como ele se deu; um movimento de transformação da paisagem citadina em uma “onda de tombamento”, com remodelações de fachadas e substituições de prédios.

Figura 22 – “Casa do Zeca Batista”



Fonte: Própria autora (2014).

Nessa conjuntura de (re)configuração da paisagem urbana, acompanhando movimentos do mercado imobiliário e de crescimento da própria cidade, é interessante percebermos que a expansão de tal espaço urbano passa a envolver, também, um novo formato de ocupação do solo, ou seja, com a implantação de loteamentos planejados.

Atualmente, o Loteamento Vila Viçosa Real, localizado na porção norte da cidade, avança sobre uma área verde, indicando a tendência de ampliação da mancha construída daquela urbe. Tal loteamento representa, portanto, essa dinâmica da cidade em transformação, ao mesmo tempo em que ocorre uma apropriação, por parte do mercado, de elementos legados de outros contextos históricos. Assim, a fim de agregar valor ao novo empreendimento imobiliário, o texto promocional faz referências ao casario legalmente reconhecido, lançando mão, ainda, de informações de conhecimento histórico:

O Loteamento Vila Real é a mais nova opção de morada numa das mais agradáveis cidades do Ceará: Viçosa do Ceará, na Serra da Ibiapaba. Viçosa é uma cidade com grande potencial turístico e detentora de uma História cheia de curiosidades. Lá viviam, quando da chegada dos primeiros colonizadores, um significativo número de indígenas, o que motivou a instalação da Missão Jesuítica da Ibiapaba, um dos primeiros focos de povoamento do Ceará. Em 1700, foi inaugurada a Igreja Matriz, a mais velha das igrejas cearenses, e que serviu de referencial na evolução urbana da futura cidade [...]. Protegidos pelo Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ali estão, sobretudo no entorno das praças Clóvis Beviláqua e General Tibúrcio, fachadas antigas que tornam o ambiente mais cativante e bucólico. Além de residências, podemos citar também o Gabinete Viçosense de Leitura e o Teatro Pedro II, além da própria Igreja Matriz e outros mais. Enfim, o aspecto arquitetônico e o padrão de urbanização contribuem bastante para que Viçosa seja citada como uma cidade onde qualidade de vida seja uma realidade! Tudo isso não esquecendo de que estando localizada em cima da Serra da Ibiapaba, Viçosa também tem a vantagem de localizar-se próximo a belas praias existentes em Camocim e Parnaíba!²⁰²

Esse é mais um exemplo, pois, de como o *status* do tombamento é manuseado para valorização de produtos diversos. Esses dois casos, aqui apresentados, tratando sobre a dinâmica de transformação do espaço urbano e, por conseguinte, da paisagem, situam a problemática da convivência entre as diferentes temporalidades. Isso impulsiona a busca por estratégias que, em meio à conjuntura de constantes rupturas, as permanências sejam também viabilizadas. Nesse entremeio é que temos o instituto do tombamento, caracterizado como de natureza coercitiva, pois “[...] limita os direitos sobre a propriedade e o uso de bens” (FONSECA, 2012, p.16) para exercer seus efeitos. O tombamento, por sua vez, acabou por influenciar a elaboração de outros documentos legais em âmbito municipal, tais como a “Lei do Patrimônio” e o próprio Plano Diretor: “E o Município também tem uma lei municipal. Quer dizer, tem a lei federal, e nós temos também a lei municipal, que foi criada na época pra exatamente dar o suporte, né. Dar o suporte ao Iphan” (Entrevista. **Margarida Lopes**. Viçosa do Ceará, 13 jan. 2016).

²⁰² FONTENELE, Eônio. **Apresentação**. Loteamento Vila Real. Disponível em: <<http://www.vilavicosareal.com.br/apresentacao/>>. Acesso em: 10/2014.

Figura 23 – Localização do Loteamento Vila Viçosa Real



Fonte: <<http://www.vilavicosareal.com.br/localizacao/>>.

Nessa demanda, temos, portanto, a Lei Municipal nº422 de 12 de agosto de 2004, instituindo normas de proteção de “[...] sítios históricos, conjuntos antigos, ruínas e edifícios isolados, avaliada a respectiva expressão arquitetônica ou histórica para o patrimônio artístico e cultural da cidade [...]”.²⁰³ Nesse sentido, autoriza-se, através do citado documento legal, a criação de Zonas de Preservação pelo chefe do Poder Executivo, por intermédio de Decreto. Convém mencionar as categorias nas quais se agrupam os bens considerados, em tal dispositivo legal, expressões da cultura local: ressalta-se, nos enunciados, a busca pelo caráter “notável” dos bens, por uma “excepcional arquitetura”, com “expressivo significado histórico”; “reliquias de acontecimentos históricos”:

3. **Sítios Históricos:** Áreas de valor artístico notável que serviram de palco e acontecimentos de reconhecida importância histórica;
4. **Conjuntos antigos:** agrupamentos urbanos notáveis formados com edificações típicas, seja para conter exemplares de excepcional arquitetura, seja por constituir núcleo expressivo significado histórico;
5. **Ruínas:** edificações que embora deterioradas constituem relíquias evocativas de acontecimentos históricos;
6. **Edifícios Isolados:** exemplares excepcionais de arquitetura, seja pela sua destinação para fins religiosos, militares ou privados.²⁰⁴

²⁰³ VIÇOSA DO CEARÁ (Município). **Lei nº 422, de 12 de agosto de 2004.** [...] Institui normas gerais de proteção a sítios históricos, conjuntos antigos, ruínas e edifícios isolados [...]. Viçosa do Ceará, 2004 (Art. 1º). Fonte: Prefeitura Municipal de Viçosa do Ceará. Secretaria de Turismo, Cultura e Meio Ambiente.

²⁰⁴ Parágrafo único. *Ibidem*.

A intenção de definir um parcelamento do espaço urbano, constituindo Zonas de Preservação, indica-nos essa legislação municipal enquanto ação no âmbito da estratégia, conforme professa Certeau (2012). Diríamos uma estratégia de memória, pois, ao (re)criar uma cidade no campo do discurso urbanístico, vislumbramos um planejamento da memória e das narrativas históricas locais, racionalizando-as, ao menos na letra da lei. Dialogando, novamente, com Rolnik (1997), para quem a lei se constitui em um referencial cultural da cidade:

A lei organiza, classifica e coleciona os territórios urbanos, conferindo significados e gerando noções de civilidade e cidadania diretamente correspondentes ao modo de vida e à micropolítica familiar dos grupos que estiveram mais envolvidos em sua formulação. [...] aparentemente, funciona como uma espécie de molde da cidade ideal ou desejável. Entretanto [...], ela determina apenas a menor parte do espaço construído, uma vez que o produto – cidade – não é fruto da aplicação inerte do próprio modelo contido na lei, mas da relação que esta estabelece com as formas concretas de produção imobiliária na cidade. Porém, ao estabelecer formas permitidas e proibidas, acaba por definir territórios dentro e fora da lei [...] (ROLNIK, 1997, p.13).

Consideramos a Lei nº 422/04, pois, enquanto um desses instrumentos utilizados para determinar a configuração do espaço. E, nessa diligência, são projetados mecanismos que exerçam influência sobre algumas das práticas dos habitantes, como se percebe, abaixo, no caso da adoção de benefícios fiscais:

Art. 13 – Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder os seguintes benefícios fiscais ao particular que promover a conservação, reparação ou restauração do imóvel de sua propriedade, que esteja tombado pelo IPHAN e localizado em Zona de Preservação: I. Redução de 50% (cinquenta por cento) do Imposto Predial devido, pelo prazo indefinido, quanto à atividade preservadora tiver sido de conservação; II. Redução de 60% (sessenta por cento) do Imposto Predial, pelo prazo de até cinco anos, quando a atividade preservadora tiver sido de reparação; III. Redução das taxas relativas à concessão de licença para execução de obras de construção, conservação, reparação ou restauração, que se conforme com as normas gerais estabelecidas nesta Lei e com a regulamentação pertinente; Parágrafo primeiro – Se o proprietário deixar depreciar-se o imóvel, ao ponto de ruir, perderá todos os benefícios fiscais de que trata o art.13 e seus incisos.²⁰⁵

Assim, o processo de patrimonialização de determinados bens culturais se estende para além do arrolamento em Livro de Tombo, incorporando uma série de práticas posteriores, desempenhadas em um regime de competência comum entre as entidades federativas. Retomando, pois, o que determina a Constituição Federal de 1988 acerca da competência comum, a ser partilhada entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, a

²⁰⁵ *Ibidem.*

Lei Orgânica do Município de Viçosa do Ceará, datada de 02 de outubro de 2002, transcreve a ação de:

- III – Proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e sítios arqueológicos;
- IV – Impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural.²⁰⁶

Outro importante documento viabilizado a partir do tombamento federal realizado na cidade é o Plano Diretor para Desenvolvimento Urbano. A despeito de Viçosa do Ceará não apresentar, à época, expressão demográfica que a incluísse na obrigatoriedade “constitucional concernente ao preparo de planos diretores urbanísticos” (CASTRO, 2002, p.66), a preocupação com a elaboração do documento aparece expressa, pela instituição de preservação, em ofício dirigido ao Sr. Paulo Fontenelle, Secretário Estadual da Infraestrutura, no ano de 2002, ainda durante o processamento da solicitação de tombamento do sítio urbano.²⁰⁷ O Plano Diretor Participativo de Viçosa do Ceará foi instituído, todavia, por meio da Lei nº521/2008, de 22 de dezembro de 2008. Destinando-se, desse modo:

[...] à execução, pelo Poder Municipal, da política de desenvolvimento municipal e de expansão urbana [...], tendo como objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais das cidades, bem como as funções sociais das propriedades urbanas e rurais no território municipal.²⁰⁸

E perseguindo a função social da propriedade urbana ou rural, dentre seus “objetivos fundamentais” se incluem: “VI – preservar, conservar e recuperar as áreas e edificações de valor histórico, paisagístico, artístico e natural”. Interessante destacar como determinados processos foram se firmando, sendo inclusos nesse Plano como pontos estratégicos para o desenvolvimento do município. Assim, apresenta-se como um dos “objetivos estratégicos”: “II. Desenvolver e manter imagem positiva dos ambientes urbanos, rurais e paisagens naturais”. Enquanto, entre as “Diretrizes e Eixos Prioritários” do “Plano de Desenvolvimento Estratégico”, figuram estratégias de *marketing* e de turismo, distribuídas em linhas de desenvolvimento:

²⁰⁶ CÂMARA MUNICIPAL DE VIÇOSA DO CEARÁ. **Lei Orgânica do Município de Viçosa do Ceará**. Viçosa do Ceará, 02 de outubro de 2002. Disponível em: <<http://www.vicosa.ce.gov.br/wp-content/uploads/Lei-Organica-do-Municipio-de-Vicosa-do-Ceara.pdf>>. Acesso em: 06/2014.

²⁰⁷ IPHAN/4ªSR/GAB/Nº124/02. Remetente: Arq. Romeu Duarte Junior (Superintendente / 4ªSR/IPHAN). Destinatário: Sr. Paulo Fontenelle (Secretário Estadual da Infraestrutura). Assunto: Reunião (solicita). 17 de maio de 2002. Acervo: Superintendência IPHAN no Ceará. Dossiê: Tombamento/Viçosa do Ceará.

²⁰⁸ VIÇOSA DO CEARÁ (Município). **Lei nº 521/2008, de 22 de dezembro de 2008**. Dispõe sobre o Plano Diretor Participativo de Viçosa do Ceará e dá outras providências. Viçosa do Ceará, 2008. (Art. 1º. Título I – Da Política de Desenvolvimento Territorial. Capítulo I – Das Disposições Gerais). Fonte: Prefeitura Municipal de Viçosa do Ceará. Secretaria de Turismo, Cultura e Meio Ambiente.

III – Linha Estratégica Econômica 1 – Viçosa do Ceará implantará a gestão de marketing como estratégia de desenvolvimento econômico do território;

[...]

V – Linha Estratégica Econômica 3 – Viçosa do Ceará reconhecida como um polo regional de turismo sustentável;

[...]

XI – Linha Estratégica Urbana 4 – Viçosa do Ceará será bem servida de equipamentos e infraestrutura que garanta um desenvolvimento turístico sustentável e estimule sua expansão.²⁰⁹

A inserção do patrimônio cultural, o edificado em específico, na política de desenvolvimento urbano se faz emergente nesse documento, incluindo entre as diretrizes para o uso do solo:

II – Incentivar a permanência e o incremento da moradia nas zonas urbanas centrais, possibilitando que edifícios representativos de conjuntos edificados, que hoje se deterioram, tenham novos usos compatíveis com padrões urbanísticos definidos;

[...]

IV – Incentivar a parceria entre os vários níveis do Poder Público, à instância do planejamento territorial e da ação educadora, para o trabalho de preservação das características de conjuntos de edificações relevantes associado a uma melhor adequação de seus usos;

V – Assegurar a preservação do patrimônio histórico, religiosos e cultural no território, que representam significância na imagem do sítio identificado.

[...]

XIII – Reforçar a visibilidade do acervo do patrimônio histórico das zonas urbanas centrais, através do redesenho da sequência de espaços públicos adjacentes.²¹⁰

Como se percebe, a estratégia de salvaguarda se fixa no território municipal, buscando viabilidade por meio da legislação municipal, instrumento modelador da paisagem urbana. Além disso, Silva (1997) nos ajuda a perceber como a própria prática do tombamento se torna, ela própria, potencial instrumento modelador da paisagem. Conforme o autor desenvolve, a paisagem seria resultante de dois conjuntos de fatores: técnicas e direito. Enquanto o primeiro – as possibilidades técnicas – diz respeito à capacidade de sobrevivência do homem; o direito traz suas normas e leis definidoras da apropriação, divisão e uso do solo, e dos produtos provenientes da utilização das técnicas.

[...] dos antigos códigos de posturas aos modernos projetos urbanos, com seus critérios de zoneamento, a paisagem urbana aparece como um espaço construído a partir de normas. Ainda uma vez, são as tensões e os enfrentamentos sociais e políticos, e não os critérios de funcionalidade, que definem projetos e sua implementação (SILVA, 1997, p. 2013).

²⁰⁹ *Idem Ibidem.* (Art. 5º. Título I - Da Política de Desenvolvimento Territorial. Capítulo III - Do Plano de desenvolvimento Estratégico - Diretrizes e Eixos Prioritários).

²¹⁰ *Idem Ibidem.* (Art. 9º. Título I - Da Política de Desenvolvimento Territorial. Capítulo IV - Do Plano de Estruturação Territorial e Instrumentos Aplicáveis do Estatuto da Cidade).

Logo nas páginas do “Estudo para Tombamento Federal”, vislumbramos a instituição do tombamento enquanto uma estratégia normativa do espaço, matizando sua interferência sobre a modelação da paisagem, conforme nos sugerem as suas “Recomendações”: uma listagem de “ações e intervenções físicas” sugeridas, a serem executadas, de modo compartilhado, entre as instâncias envolvidas na gestão do patrimônio a ser oficializado: IPHAN e Prefeitura Municipal.

**Figura 24 – Ginásio Municipal de Esportes Antônio Honório Passos.
Vista da Rua Honório Passos.**



Fonte: Própria autora (2014).

Além de indicar o restauro da Igreja Matriz, do “Teatro D. Pedro II” e do “Solar da Marcela”, recomendam-se, entre outras propostas, o redesenho da Praça Clóvis Beviláqua, de modo a valorizar “as visuais dos imóveis” e a “arborização de grande porte”; bem como a substituição da pavimentação asfaltada pela utilização de paralelepípedos, nos logradouros constituintes do “sítio histórico”.²¹¹ Abaixo, destacamos a também recomendada transferência do ginásio esportivo, localizado em meio ao casario, ressaltando-se na motivação a discrepância relacionada à volumetria da construção:

²¹¹ 4ª SR/IPHAN. **Estudo para Tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Viçosa do Ceará**. Vol.1, 2002.

O posicionamento do ginásio esportivo nas mediações da igreja Matriz constitui forte interferência na continuidade da leitura espacial do sítio histórico, que se caracteriza por uma sequência bastante uniforme de edificações térreas inseridas em lotes estreitos e profundo. O volume construído discrepa completamente de sua vizinhança imediata, impedindo a comunicação entre paramentos das ruas Antônio Honório Passos, Lamartine Nogueira e José Joaquim de Carvalho, alguns dos mais destacados e interessantes do conjunto. Como se trata de edificação modulada em estrutura metálica e telhas de fibrocimento, o que facilita a sua desmontagem e recomposição em outro local com pleno aproveitamento do material existente, propomos a sua demolição com a transformação da área remanescente em praça pública, com extensão a este local dos mesmos tratamentos devidos à praça da Matriz.²¹²

A noção de conjunto apresentada pela instituição de preservação carrega um olhar à procura por uma homogeneidade paisagística e, portanto, uma preocupação que enfatiza, sobretudo, sua dimensão estética. Nesse sentido, um parecer em trânsito no Departamento de Proteção caracterizou os aspectos formais sítio urbano destacando, entre os elementos constituintes, aqueles que “maculam a visão” do conjunto:

Não é um conjunto monolítico. Irrompem em volumes diversos e mais ou menos agressivos, como em toda a cidade – ginásios, casas de novos ricos, galpões comerciais insossos, etc. Mas, apesar das interrupções e intervenções que maculam a visão, e mesmo a ideia, prevalece um conjunto. E ao compararmos Viçosa às tantas cidades brasileiras que, sem outros desdouros, vão levando aos trancos e barrancos, ressalta um conjunto vernáculo excepcional e que deve ser preservado para herança cultural dos brasileiros.²¹³

Relacionando-se a questões como essa, a extensão da área recoberta pelas poligonais de proteção se apresenta como uma problemática a ser encarada. É o que nos sugere as colocações trazidas por José Liberal de Castro, em seu parecer:

Felizmente, as dimensões e a aparência característica da área restringem *ab initio* a possibilidade do surgimento de problemas oriundos da aplicação do dispositivo legal ora solicitado. Dificilmente, portanto, a 4ª Superintendência regional do IPHAN deparará com dificuldades que têm surgido em setores de outras cidades cearenses, hoje tombadas, cujas poligonais de contorno foram traçadas de modo alheio a certas realidades locais (CASTRO, 2002, p. 55).

Dialogando com tal problemática da definição dos limites do trecho patrimonializado, o parecer emitido pela Procuradoria Jurídica do IPHAN alerta sobre a possível inserção de imóveis em mau estado de conservação, lançando uma discussão acerca da responsabilidade sobre o processo de restauração da edificação. A quem seria atribuída? Para além do valor

²¹² *Idem Ibidem.*

²¹³ IPHAN. **Memorando nº 180/2002 PROTEC/DEPROT**. Remetente: José Leme Galvão Junior (Coordenador da PROTEC/DEPROT). Destinatário: Roberto de Hollanda (Diretor do DIPROT). Brasília, 25 ago. 2002. Brasília. Arquivo: Superintendência IPHAN no Ceará. Dossiê: Tombamento/Viçosa do Ceará.

simbólico, as questões de ordem técnica e jurídica também se apresentariam como potenciais definidoras do que e como salvaguardar.

Todos os imóveis situados dentro dos limites da poligonal de tombamento, independentemente do estado de conservação em que se encontrem, estarão sujeitos às normas de intervenção a serem futuramente definidas pelo IPHAN. Por outro lado, a inclusão no tombamento de imóveis significativamente descaracterizados e outros em avançado estado de degradação é matéria que sempre mereceu atenção, isto porque o IPHAN não disporá, futuramente, de mecanismos jurídicos no sentido de exigir dos proprietários a adoção das providências para a restauração dos bens. Embora a legislação de tombamento remeta ao proprietário dever de conservação do imóvel, está consolidado o entendimento de que a Administração, ao tomar bens em condições precárias, deverá arcar com o ônus da restauração, sempre que o proprietário não vier espontaneamente a recuperar seu imóvel. Por este motivo, vale lembrar que os imóveis que apresentam avançado estado de degradação, se não forem desde já excluídos da poligonal de tombamento, estarão sujeitos à tutela especial. É o caso daqueles que aparecem elencados nos estudos técnicos, no item denominado “Recomendações”.²¹⁴

A despeito da recomendação, o ginásio permaneceu ali instalado, formando esquinas com as ruas Lamartine Nogueira, Antônio Honório Passos e José Joaquim de Carvalho. Interessante destacar que a recomendação, tal como vem escrita no documento, não aponta outra motivação além da fruição visual do casario, ou melhor, a “leitura espacial do sítio”. Ela não menciona, pois, se a transferência ocasionaria algum impacto para seus usuários, em especial, ou como o espaço remanescente da demolição poderia ser melhor aproveitado pela população. O que estamos tentando problematizar não é se a melhor decisão seria o desmonte ou não daquela estrutura, mas as bases sobre as quais tal decisão seria pautada.

Consideramos que a interlocução com os interesses dos moradores e usuários seria a base mais firme sobre a qual deveriam se apoiar as decisões nesse campo da patrimonialização. Encontramos, por exemplo, posicionamentos considerando a desinstalação do ginásio e, por conseguinte, a reestruturação de uma praça pública no local seriam mais condizentes com aquele espaço: “No seu lugar deve voltar a bucólica pracinha que tanta graça dava à cidade”.²¹⁵

Sobre esse logradouro, Barreto (2012) também escreve, intitulando o assunto da seguinte forma: “Praça Antônio Honório Passos, hoje infelizmente Ginásio Antônio Honório Passos”. E ele, assim, discorre:

²¹⁴ IPHAN. **Parecer nº 018/02** – GAB / PROJUR / IPHAN. 08 out. 2002. (Procuradoria Jurídica). Remetente: Sista Souza dos Santos (Procuradora Chefe/IPHAN). Destinatário: Carlos Henrique Heck (Presidente IPHAN). O parecer aprova o encaminhamento do processo à votação pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

²¹⁵ AVELINO, Paulo. **Viçosa do Ceará não precisa ser pobre**. Disponível em: <<http://www.roadnet.com.br/pessoais/avelino>>. Acesso em: 06/2014.

Existiu em viçosa e hoje está ocupada pelo ginásio coberto, uma praça com belos jardins, uma área de lazer cercada de castanholas, onde muitos jogavam futebol, inclusive este autor; este espaço foi por muito tempo utilizados pelos parques de diversões que visitavam à cidade durante a festa da padroeira, bem como servia de local onde se fixava o pau onde se derrubava o Judas, na Semana Santa. Foi palco de espetáculos circenses em outras décadas, também nela se armava o carrossel do Crispim, verdadeiro parque de diversões. A inauguração do ginásio se deu na gestão do prefeito Francisco Haroldo Vasconcelos (BARRETO, 2012, p.280-281).

Figura 25 – Registro do Parque que ocupava aquele espaço.



Fonte: Acervo Tereza Cristina Mapurunga Miranda Magalhães

Partindo dessas vozes, o que trazemos à reflexão são outras possibilidades de motivar as práticas de transformação e acautelamento no/do espaço urbano. Como percebemos a experiência, moldando os lugares e arrematando laços entre estes e seus praticantes, deveria ser algo mais explorado pelas políticas de desenvolvimento urbano e proteção do patrimônio cultural. De todo modo, a estrutura não foi removida do local e, atualmente, passa por reformas.

A partir da leitura do trecho, transcrito acima, do parecer originado no Departamento de Proteção, podemos recorrer às palavras de Milton Santos sobre o caráter heterogêneo da paisagem, conduzindo-nos a refletir sobre aqueles elementos considerados

“agressivos”, destoantes do Conjunto, os quais podem ser pensados também enquanto contribuintes na enunciação da historicidade da paisagem urbana, pois, para o geógrafo:

A paisagem não se cria de uma só vez, mas por acréscimos, substituições; a lógica pela qual se fez um objeto no passado era a lógica de produção daquele momento. Uma paisagem é uma escrita sobre a outra, é um conjunto de objetos que tem idades diferentes, é uma herança de muitos diferentes momentos (SANTOS, 2014, p. 72-73). [...] suscetível a mudanças irregulares ao longo do tempo, a paisagem é um conjunto de formas heterogêneas, de idades diferentes, pedaços de tempos históricos representativos das diversas maneiras de produzir as coisas, de construir o espaço (SANTOS, 2014, p. 74-75).

Logo no início deste trabalho, pudemos discutir acerca de práticas relacionadas à contínua (re)atualização do passado colonial da cidade, do (re)estabelecido vínculo com a Igreja Matriz, vislumbrando-se o aldeamento colonial e a posterior Vila Viçosa Real d'América. A Igreja de Nossa Senhora da Assunção, nessa esteira, foi se constituindo enquanto “ícone” no discurso do Poder Municipal, ao reverberar as práticas de determinados grupos sociais que, como mencionamos, tomaram-na em seus escritos ou registros pictóricos, iconográficos. Todavia, seu valor icônico foi reforçado mediante a pesquisa de cunho acadêmico (reunindo informações históricas, bem como artística e arquitetonicamente especializadas), que a alçou à categoria de “patrimônio nacional”. Então, uma das principais intervenções desencadeadas a partir do tombamento foi o processo de restauração da Igreja Matriz, o qual consideramos importante referenciar de modo mais específico, devido à movimentação que ocasionou quando de sua execução.

4.2.1 A restauração da Igreja de Nossa Senhora da Assunção

Cada um de nós, além da religiosidade, temos laços afetivos, com a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção. Vivemos em seu derredor com o nosso olhar perenemente voltado para a sua imponente, gloriosa e benfazeja presença viva. Ao longo de tanto tempo, ela não é somente espectadora estática e passiva da vida dos viçosenses; é partícipe ativa na existência de cada um, com intimidade permeia todos os momentos, a acompanhar durante todo o transcurso: do nascimento à morte de cada um dos filhos de Viçosa do Ceará, que também são seus (MAGALHÃES, 2008, p.263-264).

O trecho acima transcrito nos remete a uma dimensão afetiva em torno daquela edificação. Para além de uma obra artística ou arquitetônica, ela aparece relacionada à convivência dos habitantes, “do nascimento à morte de cada um dos filhos de Viçosa do Ceará”. Assim, constituíram-se laços identitários entre os grupos sociais e o templo católico.

Figura 26 – Noite de celebrações da Padroeira, em agosto de 2014.



Fonte: Própria autora (2014).

Como tratamos no início deste trabalho, a construção da igreja remonta aos tempos coloniais, como parte do processo de conversão religiosa dos grupos indígenas integrantes da Aldeia de Nossa Senhora da Assunção, conversão religiosa que se imiscuiria por outros aspectos da vida daquelas populações. A religião católica se forjou, portanto, como predominante. Conforme nos sugere a depoente, era a crença religiosa que se expressava de modo mais explícito.

Então, todo mundo passeava nas praças, que tinham os movimentos de apresentação das bandas, dos festejos da Igreja. A maioria da população era uma população católica. Não existia essa diferença religiosa. Então todo mundo era em volta da mesma, dos mesmos motivos, vamos dizer assim. Tanto sociais, como religiosos. E isso, de certa maneira, aproximava muito as famílias. Então, tinha essa aproximação, esse relacionamento.²¹⁶

Nesse sentido, os “festejos da Igreja” e demais atividades que a circunscreveram foram se tornando “lugares de memória” e de produção de identidade. Conforme mencionamos, logo no início do primeiro capítulo, essa identidade também passou a ser objeto de manuseio pelo poder municipal. Dessa forma, discutimos acerca da (re)atualização

²¹⁶ Entrevista. **Tereza Cristina Mapurunga Miranda Magalhães**. Viçosa do Ceará, 14 nov. 2014.

da festa da padroeira, com a organização de uma programação a compor um calendário tradicional de festas.

Figura 27 – Fiéis em volta da imagem de Nossa Senhora da Assunção. Igreja Matriz.



Fonte: Própria autora (2014)

Por outro lado, pensando acerca das atividades da Igreja inseridas nesse processo de construção de identidade local, também poderíamos compreendê-las como uma prática de apropriação do espaço urbano, se tomarmos como exemplo a realização das procissões, conforme Washington Vieira registra em uma de suas crônicas. Embora seja uma transcrição alongada, consideramos interessante trazê-la pela leitura que ele realiza do espaço a partir de seus habitantes. Nela, o autor também afirma a proeminência do catolicismo: um forte legado da colonização.

Senti saudades da Viçosa de minha infância. Romantismo? Saudosismo? Que seja. Mas bateu saudade daquela “cidade com cara de vila” onde o rural invadia o urbano, onde não se podia ser outra coisa senão católico romano: A cidade era hegemonicamente católica. Passou-me pela mente uma multidão de pessoas tão queridas que já habitam em outro plano de existência.

Lembrei-me, particularmente, das procissões. Elas, talvez, eram os eventos mais importantes que a cidade contemplava e para onde convergiam todas as energias e atenções de um tempo que não mais existe: Pessoas e Valores.

Era pelo Beco dos Pinho que a procissão saía. As balaustradas das janelas, todas abertas no casarão vazio, ainda eram enfeitadas ao gosto de Dona Hilda: Colchas de

tecidos valiosos ou bordados, vasos de metal prateado, flores, folhas de samambaia, palmeirinhas... Tudo lembrava o Brasil Imperial, daquelas fotos de Alberto Henschel [...].

E assim seguia o cortejo, Rua de Paris abaixo [...]. Parava um pouco diante da casa de seu Gerardo Pindaíra, e por ali estavam dona Bahia, dona Santa Viera e Ana Maria. Entrava pela Padre Beviláqua (nas procissões dos Passos e Corpus Christi havia "estações" e altares armados), e logo se via dona Frasquinha Braga e suas filhas e logo adiante dona Mundinha Beviláqua, dona Maria dos Anjos, seu Zezé Fontenele, dona Cocota, dona Eulina e minha avó Luíza com o terço nas mãos, que esperavam ansiosas nas portas de casa o cortejo passar. Do lado dos Correios o jovem casal Socorro e seu Raimundo Monteiro [...].

Chegava enfim à Praça General Tibúrcio. Uma parada providencial em frente a casa de seu Felizardo Pacheco e dona Elvira (era aí que na Procissão dos Passos, Jesus encontrava-se com Nossa Senhora das Dores e havia o grande sermão). Mais adiante seu Raimundo Silveira e família, dobrava o "quadro da praça" [...]. Não podia deixar de passar na frente da casa dos "Coelhos" [...]. E mesmo não ficando no riscado do itinerário dona Maria dos Prazeres não deixava de enfeitar as suas janelas.

Eram as ruas de procissão.

Subia a Lamartine Nogueira: Sobrado do seu João Mapurunga, a casa do seu Chico Leocádio e dona Virgília, [...] dona Ritinha e seu Raimundo Gondim (do hotel Sayonara, certamente uma recordação dos Japoneses que estiveram na mina da Pedra Verde) [...]. E, no momento de grande espera, chegava-se à casa das "Batistas", onde estavam as amáveis Clódís e Alice, sempre com *velhas novidades* em sua decoração católica e barroca - era ali que os andores eram preparados (pena que a casa foi demolida!) [...].

Já no "quadro da Matriz", com todas as suas casas festivamente de portas e janelas abertas, algumas com ricas colchas ou toalhas nos parapeitos das janelas, via-se (e alguns se vê): Dona Miriã e seu Miguel, dona Mair e Chiquinho Mapurunga, dona Chichica, dona Maria Luíza Fontenele e seu Antonino; Casas do seu Sousa e dona Raimundinha, dona Emília, já viúva, seu Ozéas e dona Vânia, o Coronel Chico Caldas e dona Eglantine, seu Silvino Holanda e dona Maria Xavier, seu Onezindo Pacheco e dona Regina, dona Margarida e suas irmãs Mundinha e Maria Rocha, seu Oliveira e dona Rosilda, dona Maricota e seu Pindaíra (lembro-me ainda de dona Mariíinha), dona Anita Braga e seu Jorge, dona Nini Gouvêia e seu Assis Pindaíra, casa dos "Benícios" e o nosso querido Dr. Ednird e Hozana, Dr. Edvard e dona Marieta, Nonón e Carmelita Bizerril, o sobrado da dona Marcela Fontenelle e Mundinha Paulino (sua gatinha "Treslinda" escondera-se com medo dos fogos) e novamente a Casa dos Pinhos, (que na verdade é um conjunto de habitações interligadas dos herdeiros do coronel Felizardo de Pinho Pessoa) tão vasta como um palácio: Hoje a chamam de "Solar".²¹⁷

No ritmo do encontro com as pessoas conhecidas, suas ações e gestos, o autor nos guia pelas ruas, praças, becos e esquinas, dando-nos a conhecer a cidade em dias de procissões. Na descrição, os imóveis, para além de edificações, são casas, moradias cujas janelas e portas abertas permitiam a visão de seus habitantes e de seus objetos revestidos por um ar simbólico. A partir desses locais de fala, praticantes da comunidade católica da cidade, poderíamos inferir que o tombamento da Igreja, bem como as posteriores obras de restauração, ocasionariam algum efeito sobre a convivência com aquela edificação.

²¹⁷ VIEIRA, Washington. Reminiscências: velhas procissões. **Opinion**. 14 mar. 2012. Disponível em: <<http://iconacional.blogspot.com.br/2012/03/reminiscencias-velhas-procissoes.html>>. Acesso em: 08/ 2015.

Figuras 28 e 29 – Barraquinhas em noite de festejos da Padroeira, em agosto de 2014.



Fonte: Própria autora (2014).



Fonte: Própria autora (2014).

Como já referenciamos anteriormente, o processo de reconhecimento oficial da Igreja e do trecho que a circunda foi tomado como algo positivo para a cidade, sob os múltiplos aspectos, no entanto, a metodologia empregada na abordagem dos bens e, por conseguinte, das ligações existentes entre estes e seus praticantes, pode ter concorrido para a posterior situação em que os diferentes agentes se tensionaram, principalmente quando da ocasião da restauração da igreja.

O apostolado da Oração, assim como as demais Associações Pias e Pastorais assistiram, com muita apreensão, à mudança do jeito de olhar, a nova visão dos órgãos públicos para com o seu templo. Um olhar cobiçoso, de resultados materiais profanos. Nós vemos a Igreja Matriz como a Casa de Deus, o Templo da Religiosidade e do Respeito ao sobrenatural, a Referência Espiritual de nossas vidas. O Poder Público a vê, como Um Patrimônio Artístico/Cultural enriquecedor e como um referencial de atração turística e, gerador de renda... (MAGALHÃES, 2008, p.264).

Os trabalhos de restauro tiveram início ao final do ano de 2005, sendo finalizados em dezembro do ano seguinte, seguindo o projeto concebido pelo escritório do arquiteto Luciano Guimarães, com assessoria do arquiteto Domingos Linheiro.²¹⁸ Essa ação também foi matéria tratada pela imprensa e, conforme trata o seguinte trecho de artigo jornalístico, em 2003, a proposta de restauração já se processava no Gabinete do Governador Lúcio Alcântara:

Romeu Duarte diz que ao ser aprovado o tombamento, chegou a informação da Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional do Ceará de que o BID vai financiar o plano diretor de Viçosa do Ceará. Esse planejamento, destaca, vai valer muito, assim como as informações contidas na instrução que recomendam a manutenção e embelezamento da área. Lembrou estar no gabinete do governador a proposta de restauração da Igreja Matriz do município, que foi tombada no ano passado. A edificação, situada no centro do sítio histórico, é a edificação mais antiga da religião católica no Ceará.²¹⁹

As “Recomendações” do “Estudo para Tombamento [...]” traziam as seguintes considerações acerca das intervenções físicas da Igreja de Nossa Senhora da Assunção:

Projeto-piloto do convênio que reúne IPHAN e a CNBB no Brasil, o templo, considerado o mais antigo da religião católica no Ceará, foi bastante alterado, principalmente nas três últimas décadas do século XX. Seu elemento de maior destaque, o forro em painéis pintados da capela-mor, encontra-se em precário estado de conservação, necessitando de urgentes serviços de restauro. A recuperação integral do imóvel deve contemplar elementos que já se incorporaram, com o passar do tempo, à sua arquitetura, o que faz com que possa também ser utilizado, por razões históricas e artísticas, como museu, ampliando a sua faixa de uso pela população e pelos visitantes.²²⁰

Importante destacar que a recomendação exprime a intenção de considerar, durante a “recuperação” do imóvel, os diferentes “pedaços de tempos históricos”, para utilizarmos a expressão de Milton Santos. Esse tratamento diz respeito à compreensão da historicidade daquele bem, de sua própria trajetória em meio à convivência da população

²¹⁸ ROCHA, Delio. Igreja tem portas fechadas e obras de restauração paradas. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 28 jul. 2005. Regional. Disponível em: <<http://diarionordeste.verdesmares.com.br/cadernos/regional/igreja-tem-portas-fechadas-e-obras-de-restauracao-paradas-1.707493>>. Acesso em: 08/2015.

²¹⁹ Viçosa do Ceará é patrimônio histórico. **O Povo**. Ceará. Fortaleza, 15 ago. 2003, p. 09.

²²⁰ 4ªSR/IPHAN. **Estudo para Tombamento Federal do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Viçosa do Ceará**. Vol.1, 2002.

local. No entanto, a fala de um dos habitantes daqueles arredores nos sugere a ocorrência de um desencontro no que tange à seleção de histórias e memórias que, incrustadas nos objetos, são conduzidas a permanecer, ou não, por meio das estruturas restauradas.

Tiraram o relógio! De 59... Que o relógio marcou a vida de cada um! A gente ia pro colégio, olhava pro relógio! O relógio batia! Então, a minha infância, juventude até os quinze anos, o relógio era a base de tudo na cidade. [...] A amplificadora do Seu Juarez: [...] 07 h ele começava a *Ararena*! Quando dava 10h era o relógio! [imita o som do relógio] Aí já era o relógio da gente, pra ir pra casa! Então a vida era assim, isso pelo tempo: o relógio da Matriz, a *Ararena* do Juarez... Nessa época ninguém usava relógio!²²¹

Figura 30 – Igreja Matriz antes das obras de restauração, apresentando relógio em uma das torres.



]

Fonte: 4ªSR/IPHAN. **Estudo para Tombamento Federal do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Viçosa do Ceará**. 2002 (Inventário de Bens Imóveis, Ficha nº 20).

Nascimento e Scifoni (2015), mediante o estudo que realizaram acerca do tombamento do Centro Histórico de Iguape/SP, em 2009, induzem-nos a refletir sobre a metodologia diferenciada aplicada, nesse caso, ao próprio processo de reconhecimento dos marcos referenciais para os habitantes, em meio ao qual foi repensado o lugar da chamada Educação Patrimonial, no percurso de patrimonialização:

²²¹ Entrevista. **Gilton Barreto**. Viçosa do Ceará, 14 ago. 2014.

[...] procurou-se inverter a lógica tradicional dos órgãos de patrimônio, que comumente separam e hierarquizam as atividades de preservação iniciando com a pesquisa, identificação e proteção legal, para depois, em uma etapa sobressalente ou complementar, desenvolver atividades educativas, as quais apresentam conteúdos predominantemente de divulgação. Rejeitando sua condição de apêndice e de etapa final, a concepção adotada [no caso de Iguape/SP] foi de que a Educação Patrimonial deve ser componente essencial ao processo de identificação e, portanto, deve se dar *pari passu* e integrada aos estudos de tombamento ou elaboração de quaisquer inventários patrimoniais. Trata-se, dessa forma, de um novo lugar conferido às atividades educativas no conjunto das ações preservacionista [...] (NASCIMENTO & SCIFONI, 2015, p.34-35).

Assim, vê-se o próprio processo de produção patrimonial se modificar, conceitual e metodologicamente, ao longo da década. No caso viçosense, as significações atribuídas pela população local, ao que se definia como patrimônio nacional, foram pouco mencionadas ao longo dos trâmites do processo, bem como os modos pelos quais ele se inseria no cotidiano da cidade. Uma dessas menções pode ser encontrada no parecer técnico do Conselheiro Relator, José Liberal de Castro, ao referenciar os cuidados dispensados pela população à aparência do casario:

Apesar da relativa diversidade formal dos exteriores, o conjunto de Viçosa se revela singelo e equilibrado na volumetria, significativamente valorizado pelos cuidados que a população espontaneamente devota à sua aparência, o que torna agradável e simpático aos visitantes. Apenas uma ou outra obra mais recente se pautava por soluções destoantes, supostamente modernas [...] (CASTRO, 2002, p.58).

Ainda sobre isso, na “Conclusão” de seu parecer, o relator demonstrou preocupação no que tange à legitimação do tombamento por parte da população e das autoridades locais, reconhecendo, a partir dos preceitos apresentados no item 35 da Carta de Nairóbi (1975), que o amparo à aplicação do estatuto legal encontraria sustentação, principalmente, quando do “envolvimento da população no processo de tombamento e o devido conhecimento de seu significado” (CASTRO, 2002, p.64).

Examinando o processo e nada havendo a obstar tecnicamente quanto à sua aprovação, aventou, entretanto, o relator fossem ultimadas algumas providências que lhe pareceram necessárias. Assim, permitiu-se solicitar à 4ª Superintendência Regional do IPHAN se esforçasse em conseguir respaldo prévio e explícito ao tombamento, quer por parte da população da cidade, quer por parte dos proprietários dos imóveis nominados. Também foi sugerida a anuência preliminar da prefeitura local e da respectiva câmara municipal ao tombamento da área. Como contrapartida, o IPHAN deveria divulgar, explicar, discutir e orientar antecipadamente a população sobre o significado do tombamento do trecho da área da cidade e de suas relações consequentes na vida dos habitantes [...]. No presente caso, a solicitação do relator figura como medida democrática que elimina, no nascedouro, quaisquer interpretações cavilosas de terceiros, às vezes traduzidas por acusações infundadas, segundo as quais os tombamentos concretizam decisões autocráticas de intelectuais alheios às realidades sociais e econômicas dos núcleos urbanos (CASTRO, 2002, p.64-65).

Como se percebe, a participação popular é tomada como uma via de validar e resguardar a decisão institucional, em uma dinâmica a partir da qual o IPHAN assumiria a função de “divulgar, explicar, discutir, orientar” – o papel de agente norteador do processo. Parece-nos que tal processo de identificação e estudo se constituiu, pois, em um movimento diverso ao experimentado pelas autoras, anteriormente citadas, em Iguape/SP. Possivelmente, tal base diversa pôde ter evidenciado a relação conflituosa, quando da execução das obras de restauração da Igreja de Nossa Senhora da Assunção.

A igreja matriz de Viçosa do Ceará foi construída pelos primeiros jesuítas da Missão Ibiapaba com auxílio dos indígenas. Inaugurada a 15 de agosto de 1700, foi tombada há 5 anos pelo Iphan, que logo iniciou trabalhos visando restaurar a forma primitiva. Ocorre que tais operações, em que pese os insistentes apelos do vigário Padre Carlos Alberto Magalhães, caracterizam-se pela morosidade. Assim foi que o Iphan, há bastante tempo, retirou todo o teto da igreja (forro e telhado), deixando aquele templo à mercê das intempéries. Agora, com as primeiras chuvas, ocorreu o desabamento das instalações da sacristia, com grande clamor e lamentação dos católicos que reclamam providências. **Francisco Silveira Souza** Fortaleza-CE.²²²

O texto acima foi publicado por um viçosense na seção “Cartas”, do Jornal “O Povo”, no qual se faz referência ao desabamento de uma das paredes da sacristia da Igreja Matriz, quando do processo de restauro, cuja execução ficou a cargo do Departamento de Edificações, Rodovias e Transportes – DERT, portanto também sob responsabilidade do Governo do Estado do Ceará. Arelada à ocorrência do desabamento, o escritor destaca a ocasião das “primeiras chuvas”, expressão que remete a uma vivência quanto às características do ambiente. A seguir, uma de nossas entrevistadas também ressalta essa relação com o ambiente e o conhecimento gerado a partir daí, repercutindo em determinadas práticas:

Que começaram a fazer uma reforma em pleno inverno. Eles não conheciam o que era o inverno na serra. Que quando começava a chover, passa três, cinco dias chovendo direto [...]. Porque nós estamos acostumados, antes do inverno, toda Viçosa é assim, reforma logo os seus telhados. Tira as goteiras. Pra que não haja penetração de água sobre as paredes das casas. Todo mundo sabe disso! É cultural já em Viçosa. Cê pode ir, que nessa época, novembro, dezembro, outubro... começou agosto, o povo já começa a ajeitar os telhados. Já pensando em dezembro e janeiro que vem, que vai ser chuvoso. Por exemplo, esse ano eu já fiz aqui em casa!²²³

O desabamento daquela parede, em 29 de março de 2006, representou o vértice de uma relação que se arrastava entre executores da obra e as associações ligadas à Igreja, mais especificamente. Tornou-se o advento de uma movimentação, por parte do Apostolado da

²²² SOUZA, Francisco Silveira. A Igreja de Viçosa. **O Povo**. Opinião. Cartas e Artigos. Fortaleza, 04 abr. 2006, p. 06.

²²³ Entrevista. **Tereza Cristina Mapurunga Miranda Magalhães**. Viçosa do Ceará, 14 nov. 2014.

Oração de Viçosa do Ceará e a Arquiconfraria de Nossa Sra. do Perpétuo Socorro, contando com o apoio do vigário Padre Carlos Alberto, e cujas principais ações foram: “denunciar através da imprensa” e “apelar coletivamente para o Ministério Público”, lançando mão de um abaixo-assinado (MAGALHÃES, 2008). Interessante perceber que, ao apresentar as intenções de tal movimento, a autora se expressa do seguinte modo: “por não termos respostas às nossas indagações [...]”; “para que nos dessem uma resposta ao que estava acontecendo [...]” (MAGALHÃES, 2008, p.265).

Os termos utilizados pela moradora nos levam a crer que todo o percalço, ao longo dessa restauração, pode ter sido ocasionado pelo distanciamento no qual o projeto manteve a população, tornando-se alheio também às próprias condições ambientais.

A mídia por nós analisada se converteu em espaço de enfrentamentos, nas sucessivas edições decorrentes dos dois desabamentos: o da parede da sacristia (de 29 de março) e o da parede lateral (em 07 de abril de 2006). Em seu “Editorial” de 31 de março de 2006, anunciava um “SOS Viçosa do Ceará” convocando os meios culturais do Ceará, bem como o próprio Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural do Estado do Ceará a tomarem providências no tangente à “iminência de destruição” do “patrimônio arquitetônico de Viçosa do Ceará” e de outros vários municípios. E anuncia:

O Governo do Estado, é certo, havia iniciado um trabalho de restauração do templo há três meses, mas o andamento das obras estaria lento, segundo reclamam os habitantes da cidade. O incidente alertou a população para o risco de um desmoronamento total da igreja, já que as chuvas estão mais intensas este ano. ²²⁴

E nessa mesma edição, informações atribuídas ao superintendente regional do Iphan tratam sobre uma demolição assistida, ou seja, intencional que, no entanto, recai mais uma vez sobre a questão das chuvas, que também fizeram parte da alegação que justificou o desabamento de uma segunda parede da edificação: as “chuvas no município” teriam “fragilizado a estrutura” de mais uma das paredes, que não “resistiu às intempéries do tempo e ruiu”. ²²⁵

Duarte explica que, como se trata de uma obra mais complexa, de restauração de painéis e obras antigas, o prazo para entrega é mais demorado que de uma reforma comum. Ele garante, porém, que nas comemorações pelo Dia Estadual da Cultura, 30 de julho, a Igreja estará com as obras concluídas. “Está tudo dentro do cronograma. As restaurações dos painéis e pinturas da capela-mor já foram concluídas. O Estado está agora financiando as obras da arquitetura da Igreja”, relata. Sobre a parede que caiu na última terça-feira, 29, Duarte comentou que sua demolição estava prevista e que ela não abalou os alicerces da igreja. “A parede

²²⁴ SOS Viçosa do Ceará. **O Povo**. Editorial. Fortaleza, 31 mar. 2006, p.06.

²²⁵ SANTOS, Rocélia. Mais um desabamento na igreja de Viçosa do Ceará. **O Povo**. Ceará. Fortaleza, 08 abr. 2006, p. 10.

havia levado muita água e ficou com a parte de cima comprometida. Por isso, realizamos a demolição, assistida pelo Dert (Departamento de Edificações, Rodovias e Transporte) e pela construtora responsável pela obra”, explica. O superintendente disse ainda que a parede será reconstituída tal qual como era antes.²²⁶

O superintendente volta a se posicionar, dessa vez, na seção “Cartas”. Ou seja, a localização de seu texto nos indica que ele próprio procurou espaço no periódico de modo a esclarecer o ocorrido, frente à publicação do texto “SOS Viçosa do Ceará”, em edição anterior, por considerá-lo em tom “alarmista”. Em sua “Carta”, o superintendente também questiona as informações atribuídas à assessoria da Prefeitura e ao pároco:

Na última quarta-feira, 29/3, recebemos telefonemas desesperados de moradores de Viçosa do Ceará dando conta de que a parede dos fundos da Igreja Matriz daquela cidade havia desabado. No dia seguinte, em tom alarmista, o editorial do Jornal *O POVO* estampava: SOS Viçosa do Ceará. Em matéria mais à frente, a assessoria da Prefeitura informava que o paramento havia desabado por um “erro da construtora”. Por sua vez, o pároco local afirmava que a derrubada da parede “não estava nos planos”, posição essa contestada, segundo o próprio, pelo Iphan e pela Prefeitura. Na página *E Mais*, a foto da Matriz associada ao termo “desgaste”. Mesmo tendo informado sobre o andamento tranquilo e correto dos serviços na edição de 31/3, bem como sobre que fatos como esse costumam acontecer em obras de restauro, vamos mais uma vez aos acontecimentos: a parede da sacristia, construída em meados de 1930, teve a sua estrutura comprometida pela abertura de armários, o que causou a progressiva desagregação do trecho central. A bem da segurança da comunidade, esse setor foi demolido no dia 29/3 na presença de representantes da construtora responsável pelas obras, do Dert e do Padre Carlos Alberto, o que foi ainda comunicado a Dom Javier Arnedo, Bispo Diocesano de Tianguá. O paramento está sendo refeito, conforme prescreve a Carta de Burra (Icomos, 1980): “a reconstrução deve ser efetivada quando constituir condição sine qua non de sobrevivência de um bem cuja integridade tenha sido comprometida por desgastes ou modificações...[e] se limitar à colocação de elementos destinados a completar uma entidade desfalcada”. **Romeu Duarte Junior** (Superintendente da 4ªSR/IPHAN) **N.R.** *O POVO* reitera as informações publicadas sobre a obra, bem como as opiniões emitidas no editorial.²²⁷

Cabe destacar, entretanto, que ao final do texto o Jornal reafirmou o posicionamento emitido no “Editorial” referido. No que tange à segunda ocorrência, cabe ressaltar as reações dos grupos populares, em uma relação portanto que vai além do universo cognitivo, em meio ao qual se destacam os valores histórico, artístico ou arquitetônico daquela edificação.

O padre [Carlos Alberto Pereira Magalhães] relata que tem chovido muito na região, o que tem comprometido a estrutura da igreja, em processo (sic) de restauração desde novembro de 2005. Segundo ele, membros de pastorais e populares passaram o dia de ontem na igreja, lamentando o ocorrido. Ele conta que muitos fiéis até choraram. “É a história religiosa, o patrimônio da cidade que está sendo perdido”, diz.²²⁸

²²⁶ *Idem*. Obra da Igreja de Viçosa será concluída em julho. **O Povo**, Fortaleza, 31 mar. 2006. Ceará, p.11.

²²⁷ Matriz de Viçosa. **O Povo**, Fortaleza, 1º abr. 2006. Opinião. Cartas e Artigos, p. 06.

²²⁸ Mais um desabamento na igreja de Viçosa do Ceará. **O Povo**, Fortaleza, 08 abr. 2006. Ceará, p. 10.

O que se apresentou em proeminência, neste caso, foi o universo afetivo a envolver o bem, evidenciando um distanciamento entre o material e o intangível na abordagem da instituição de preservação, àquele momento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta dissertação, buscamos entender o desenrolar do processo de patrimonialização em Viçosa do Ceará, o qual envolveu o tombamento do conjunto urbano nas cercanias da Igreja de Nossa Senhora da Assunção. Por meio de tal discussão, tivemos o intuito de desmontar o que se definiu como “patrimônio nacional”, não com o objetivo de negá-lo, mas de problematizar sua própria trajetória de produção, tendo como diretriz, justamente, a ideia de não naturalizar o título de “patrimônio cultural”; compreendendo-o, todavia, enquanto uma construção social.

Como trouxemos em alguns trechos, a abordagem quanto à compreensão de objetos, práticas e espaços como patrimônio se relaciona, de modo intrínseco, a posturas políticas, ideológicas, interesses econômicos dos diferentes grupos sociais e em constante diálogo com as temporalidades. Com esse mote, pautamos a atuação da principal instituição de acautelamento envolvida no caso viçosense, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, percebendo as transmutações ocorridas no tocante à política de patrimônio, ao passo das mudanças referentes às próprias noções de cidade, problemáticas ambientais, desenvolvimento, no decorrer das temporalidades e não apenas circunscritas ao âmbito nacional, mas em uma relação dialógica também com critérios internacionais.

Em meio a essa conjuntura, em nosso texto, procuramos situar o olhar daquela instituição sobre o Ceará, tratando mais especificamente sobre a cidade de Viçosa do Ceará. Na medida do possível, tentamos entender o que se processava localmente em consonância com essas estratégias de alcance mais amplo. Assim, ao estudar o caso particular de Viçosa do Ceará, pudemos perceber algumas das conexões existentes no que diz respeito a outros municípios e regiões do Estado.

Ao pensarmos acerca da patrimonialização, convém reiterar também que estivemos nos referindo não apenas ao processo de reconhecimento oficial ou, tão somente, ao âmbito simbólico, pois a este somaram-se interesses materiais a influenciar as diferentes formas de apropriação das paisagens, fomentando, inclusive, projetos de transformações físicas dos espaços. Doravante, buscamos refletir sobre como o processo de definição do patrimônio cultural local se deu imbricado a seu manuseio e inserção no meio de produção econômica, em uma dinâmica que, inclusive, fez-se presente nas páginas de grandes mídias no Estado, como o jornal “O Povo”.

Da análise de artigos e notas nele lançados, tivemos a possibilidade de perceber como os periódicos também se constituíram enquanto intermediários nos trabalhos de

modelação do patrimônio cultural local, nos quais observamos diversos sujeitos escrevendo nas páginas de turismo ou, ainda, “filhos de Viçosa” dando vazão às suas memórias. Nas edições analisadas, vislumbramos um processo de patrimonialização em curso, bem anterior à movimentação oficial. E a qual não cessou, pois objetos, práticas e potencialidades identificados como próprios do campo “cultural” continuam sendo “(re)inventados” enquanto referências identitárias e, portanto, inseridos no ciclo econômico local. Assim, mencionamos os Festivais que, temporariamente, recriam o espaço urbano e o identificam a elementos “(re)descobertos”: o mel, a cachaça, a musicalidade são exemplos.

Nessa perspectiva de patrimonialização, tomamos a liberdade de, por vezes, extrapolar os limites de nosso recorte temporal: ora antecedendo-o, na busca por compreender o patrimônio que se foi criando concomitante ao “destino turístico”; ora sucedendo-o, ao fazermos menção a processos que ainda vêm se desenrolando. Mesmo o bem material tombado se constitui, pois, enquanto um “fazer-se” constante, mediante os diferentes interesses e afetividades que regem as práticas e estratégias de apropriação. Pudemos entrever tal dinâmica em torno das tensões que se mobilizaram na ocasião das obras de restauração da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção.

A partir das leituras divergentes e valoração dos objetos que compunham o mobiliário e a estrutura daquela edificação, ficou patente o desencontro entre a definição de patrimônio a conduzir os trabalhos do IPHAN, nesse evento, e as experiências de muitos dos habitantes da cidade que elegeram aquele templo como lugar. Valores como “originalidade”, “aspecto uniforme”, “monumentalidade” continuariam pautando ações do IPHAN. Diante disso, trouxemos ao diálogo o relato de Nascimento & Scifoni (2015), como contraponto metodológico e conceitual, ao tratarem sobre o tombamento em Iguape/SP. No caso da igreja viçosense, consideramos que o distanciamento que se interpôs entre a obra e os usuários daquele lugar foi um dos desencadeadores daquela relação conflituosa. Pensar o patrimônio a partir do próprio local pareceu-nos ainda um desafio a ser travado. Não se trata apenas de conhecer a história “distante” dos objetos e perceber as relações sociais que lhes possibilitaram a “origem”, mas perceber também a sua historicidade, a qual envolve os valores atribuídos pelas pessoas que com eles convivem e por intermédio deles constroem suas experiências cotidianamente.

Com isso, a partir do que discutimos ao longo da dissertação, vislumbramos possíveis desdobramentos quanto a futuras investigações no sentido de perceber, de modo mais específico, os processos de apropriação, por parte dos habitantes das cidades cearenses que apresentam conjuntos urbanos tombados, diante das práticas e políticas voltadas para o

patrimônio. Por fim, esperamos ter contribuído, de alguma forma, para a reflexão sobre os processos de produção do patrimônio cultural no Ceará. Que este trabalho venha somar diante de tantos outros já realizados ou, ainda, por realizar!

FONTES CITADAS

4ªSR/IPHAN. **Estudo para Tombamento Federal do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Viçosa do Ceará.** 2002. Fonte: Acervo Superintendência do IPHAN no Ceará.

ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão.** Fortaleza-CE: Fundação Waldemar Alcântara, 2011. (Biblioteca Básica Cearense Projeto Obras Raras).

AVELINO, Paulo. **Viçosa do Ceará não precisa ser pobre.** Disponível em: <<http://www.roadnet.com.br/pessoais/avelino>>. Acesso em: 5 jun. 2014.

BARROS, Luiz Teixeira. **História de Viçosa do Ceará.** Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1980.

BARRETO, Gilton. **Viçosa do Ceará sob um olhar histórico.** Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2012.

_____. **História, fatos e fotos de Viçosa do Ceará.** Fortaleza: Pouchain Ramos, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2006.

BRASIL. IPHAN. **Carta de Fortaleza**, de 14 de novembro de 1997. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Fortaleza%201997.pdf>>. Acesso: 4 ago. 2015

BRASIL. **Decreto/96**, de 26 de novembro de 1996. Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental Serra da Ibiapaba, nos Estados do Piauí e Ceará, e dá outras providências. Art. 1º. Inciso I. Disponível em: < <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/120947/decreto-96>>. Acesso em: 2 mar. 2014.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25**, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico. (Capítulo I – Do patrimônio histórico e artístico nacional. Art. 1º). Fonte: FONSECA, 2009, p. 245-252.

BRASIL. IPHAN. **Decreto nº 3.551**, de 04 de agosto de 2000. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o programa nacional do patrimônio imaterial e dá outras providências. Fonte: FONSECA, 2009.

BRASIL. IPHAN. **Portaria nº 486**, de 29 de novembro de 2012 (Anexo). Regimento Interno do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. (Capítulo II – Das Competências. Art. 3º). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Regimento_Interno_Conselho_%20Consultivo_2012.pdf>. Acesso: 1 mar. 2015.

CÂMARA MUNICIPAL DE VIÇOSA DO CEARÁ. **Lei Orgânica do Município de Viçosa do Ceará**. Viçosa do Ceará, 02 de outubro de 2002. Disponível em: <<http://www.vicosa.ce.gov.br/wp-content/uploads/Lei-Organica-do-Municipio-de-Vicosa-do-Ceara.pdf>>. Acesso em: 5 mar. 2014.

CASTRO, José Liberal de Castro. Viçosa do Ceará: Parecer sobre tombamento federal de trecho urbano. In: **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, 2002. 45-68.

Entrevista ao Sr. **Alfredo Nogueira Magalhães**, Alfredo Leocádio, realizada pelo pesquisador Oswald Barroso. Projeto Secult Itinerante, 2006. Fonte: Acervo do Museu da Imagem e do Som (MIS-CE).

Entrevista ao Sr. **Francisco Carneiro da Cunha**, Chiquinho Carneiro, realizada pelo pesquisador Oswald Barroso. Projeto Secult Itinerante, 2006. Fonte: Acervo do Museu da Imagem e do Som (MIS-CE).

Entrevista. **Eônio Cavalcante Fontenele**. Fortaleza, 24 abr. 2015.

Entrevista. **Francisco Alexandre Veras de Freitas**. Fortaleza, 08 dez. 2015.

Entrevista. **Gilton Barreto**. Viçosa do Ceará, 14 ago. 2014.

Entrevista. **Margarida Maria Pereira Lopes**. Viçosa do Ceará, 13 jan. 2016.

Entrevista. **Tereza Cristina Mapurunga Miranda Magalhães**. Viçosa do Ceará, 05 nov. 2014.

Entrevista/Vídeo. **Evaldo Soares**, Viçosa do Ceará, 20 jul. 2001. Projeto Memória do Comércio Cearense. MIS-CE/Secult/DVD nº 062. Acervo: MIS-CE.

FIGUEIRA, Vicente Cunha (*In Memoriam*). **Pequeno Esboço da História de Viçosa do Ceará**. Viçosa do Ceará: Gráfica Tavares (Ubajara), 2004.

FONTENELE, Eônio. **Loteamento Vila Real**. Apresentação. Disponível em: <<http://www.vilavicosareal.com.br/apresentacao/>>. Acesso em: 2 out. 2014.

ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. **Carta de Washington**. Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas. 1986. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Washington%201987.pdf>>. Acesso em: 1 mar. 2015.

INSTITUTO DO CEARÁ. **Ata Sessão Ordinária**. Fortaleza, 05 de novembro de 1956. Disponível em: <<http://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1956/1956-AtasSessoes.pdf>>. Acesso em: 2 ago. 2015.

IPHAN. **Ata da 39ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural**, Rio de Janeiro, 14 nov. 2003. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/2003__01__39a_reunio_ordinria__14_de_agosto.pdf>. Acesso em: 2 mai. 2014.

IPHAN. **Ata da 139ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, 20 ago. 1990, p. 08. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/199002139reuniaordinaria28deagostodatilografada.pdf>>. Acesso: 3 mar. 2015.

IPHAN. **Ata da sessão de instalação do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural**, Rio de Janeiro, 14 maio 1992, p.07-08. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/1992011reuniaordinaria14demaio.pdf>>. Acesso: 02 fev. 2015.

IPHAN/4ªSR/GAB/Nº124/02. Remetente: Arq. Romeu Duarte Junior (Superintendente / 4ªSR/IPHAN). Destinatário: Sr. Paulo Fontenelle (Secretário Estadual da Infraestrutura). Assunto: Reunião (solicita). 17 de maio de 2002. Acervo: Superintendência IPHAN no Ceará. Dossiê: Tombamento/Viçosa do Ceará.

IPHAN/4SR/GAB/nº 049/04. Ofício do Arq. Romeu Duarte (Superintendente/4ªSR/IPHAN), 12 fev. 2004. Assunto: Tombamento do sítio histórico de Viçosa do Ceará. Arquivo: Superintendência do IPHAN no Ceará. Dossiê: Tombamento/Viçosa do Ceará.

IPHAN. **Correspondência. Destinatário: Ilmo. Sr. Dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade**, Diretor do DPHAN. Remetente: José Liberal de Castro. Fortaleza, 08 de abril de 1963. Arquivo: Superintendência do IPHAN no Ceará. Dossiê: Processo de tombamento / Aracati.

IPHAN. **Correspondência. Remetente: Antônio da Rocha Guimarães**. Destinatário: Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 11 jan. 1963. Assunto: solicitação de tombamento de logradouros em Aracati-Ce. Arquivo: Superintendência do IPHAN no Ceará. Dossiê: Tombamento / Aracati.

IPHAN. **Correspondência. Remetente: Diretor do Museu Histórico Nacional**. Destinatário: Diretor da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 12 de dezembro de 1956. Arquivo: Superintendência do IPHAN no Ceará. Dossiê: Tombamento / Aracati.

IPHAN. **Correspondência. Remetente: Arquiteto José Liberal de Castro**. Destinatário: Arquiteto Renato Soeiro (Diretor do IPHAN). Fortaleza, 29 jun. 1976. Arquivo: Superintendência do IPHAN no Ceará. Dossiê: Processo de Tombamento Icó-Ce.

IPHAN. **Correspondência telegrafada. WDN49** Fortaleza 85/84 10 1856. CTN Doutor Gustavo Barroso Museu Histórico Nacional Rio. Acervo: Superintendência do IPHAN no Ceará. Dossiê: Tombamento/Igreja N. Sra. Rosário (Processo nº 0550-T-56).

IPHAN. **Inventário nacional de bens imóveis: sítios urbanos tombados: Manual de preenchimento**, versão: 2001. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Edições do Senado, vol. 82, 2007.

IPHAN. **Iphan-Ceará** (Superintendências / Região Nordeste / Ceará). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/324>>. Acesso em: 07 jul 2015.

IPHAN. **Lista de Bens Tombados**. 2015. Disponível em:
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista_de_bens_tombados_2016.pdf>.
Acesso em: 08 ago. 2015.

IPHAN. **Memorando nº 180/2002 PROTEC/DEPROT**. Remetente: José Leme Galvão Junior (Coordenador da PROTEC/DEPROT). Destinatário: Roberto de Hollanda (Diretor do DIPROT). Brasília, 25 ago. 2002. Arquivo: Superintendência IPHAN no Ceará. Dossiê: Tombamento/Viçosa do Ceará.

IPHAN. **Memo nº 727/96**, 22 nov. 1996. Recomendações básicas para a instrução de processos de tombamento (ANEXO). Destinatária: Ilma. S^a Chefe de Divisão de Proteção Legal, Arquiteta Cláudia M. Girão Barroso. Remetente: Gláucia Côrtes Abreu, Museóloga Téc. Proc. Acervos IV. Assunto: Informa inclusão do processo 968-T-78, Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da cidade de Icó/CE, e pede instrução do mesmo à 4^a CR. Arquivo: Superintendência IPHAN no Ceará. Dossiê: Tombamento / Icó.

IPHAN. **Memo nº 728/96**, 22 nov. 1996. Recomendações básicas para a instrução de processos de tombamento (ANEXO). Destinatária: Ilma. S^a Chefe de Divisão de Proteção Legal, Arquiteta Cláudia M. Girão Barroso. Remetente: Gláucia Côrtes Abreu, Museóloga Téc. Proc. Acervos IV. Assunto: Informa inclusão do processo 969-T-78, Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da cidade de Aracati/CE, e pede instrução do mesmo à 4^a CR. Acervo: Superintendência do IPHAN no Ceará. Dossiê: Tombamento / Aracati.

IPHAN. **Ofício nº 189/99-GAB/4^aSR**, Fortaleza, 27 dez. 1999. Encaminhado por Romeu Duarte Junior, Superintendente da 4^aSR/IPHAN, a Sra. Adalgiza Bonfim D'Eça, Diretora Substituta do DEPROT. Assunto: Processo nº 1453-T-99 (Igreja Matriz de N. Sra. da Assunção, em Viçosa-CE). Acervo Superintendência do IPHAN no Ceará. Dossiê: Processo de Tombamento / Igreja Nossa Senhora da Assunção.

IPHAN. **Ofício encaminhado por José Liberal de Castro ao Exmo. Sr. Arquiteto Professor Romeu Duarte Júnior**, Coordenador da 4^a Coordenadoria Regional do IPHAN. Fortaleza, 23 ago. 1999. Acervo: Superintendência do IPHAN no Ceará. Dossiê: Tombamento / Igreja Matriz Nossa Senhora da Assunção.

IPHAN. **Ofício encaminhado por José Liberal de Castro ao Exmo. Sr. Arquiteto Professor Doutor Nestor Goulart Reis Filho**. Membro do Conselho Consultor do IPHAN (São Paulo – SP). Fortaleza, 10 ago. 1999. Acervo: Superintendência do IPHAN no Ceará. Dossiê: Tombamento / Igreja Matriz Nossa Senhora da Assunção.

IPHAN. **Parecer nº 018/02 – GAB / PROJUR / IPHAN**. Data: 08 out. 2002. (Procuradoria Jurídica). Acervo: Superintendência IPHAN no Ceará. Dossiê: Tombamento/Viçosa do Ceará.

IPHAN. **Parecer. Remetente: Lúcio Costa**. Diretor da Divisão de Estudos e Tombamentos. Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 15 dez. 1956. Arquivo: Superintendência do IPHAN no Ceará. Dossiê: Tombamento da Igreja de N. Sra. Rosário. Processo nº. 0550-T-56.

IPHAN. **Trecho da carta da arquiteta Dora de Alcântara**, de 2/I/66, ao Diretor. Arquivo: Superintendência do IPHAN no Ceará. Dossiê: Tombamento / Igreja Matriz de Viçosa do Ceará.

Lei n. 605, de 5 de novembro de 1852. Approvando artigos de posturas da camara municipal de Villa Viçosa, de ns. 1 a 60. Fonte: OLIVEIRA, 2009.

MAGALHÃES, Tereza Cristina Mapurunga Miranda. **Irmandade do Santíssimo Sacramento de Viçosa do Ceará**: 150 anos de fé, testemunho e adoração (1862 a 1914). Fortaleza: Expressão gráfica e Editora, 2012.

_____. **Cem anos de bênçãos do sagrado Coração de Jesus**: centenário do Apostolado da Oração de Viçosa do Ceará. Fortaleza: Premius, 2008.

MINISTÉRIO DA CULTURA. SPHAN. **Portaria nº 11**, de 11 de setembro de 1986. Considerando a necessidade de consolidação das normas de procedimentos para os processos de tombamento, no âmbito da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <<https://iphanparana.files.wordpress.com/2012/09/portaria-nc2ba-11-1986.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2015.

“Nova carta do Pe. Ascenso Gago, que de acordo com o historiador Serafim Leite ‘tinha vindo a pé, por terra, quase 300 léguas, de Ibiapaba a Pernambuco, onde chegou andrajoso, voltou nesse mesmo ano de 1695. Dois anos depois, a 25 de julho de 1697, retoma o fio da história”. In: PINHEIRO, Francisco José. **Documentos para a História Colonial, especialmente a indígena no Ceará (1690-1825)**. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2011.

O Povo (periódico) – décadas de 1970 a 2000. Acervo: Banco de Dados da Fundação Demócrito Rocha.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA DO CEARÁ. Viçosa do Ceará. **Mapa da Cidade**. Pólo de Ecoturismo Ibiapaba; Secretaria de Turismo do Estado do Ceará. (Placa de sinalização turística localizada no Polo Turístico, Artesanal e Cultural da Igreja do Céu).

SILVA, José Caetano da. **Centenário de Viçosa do Ceará**. Ed. Prop. Gutemberg Liberato de Andrade, 1982. 16p.: 64 estrofes: sextilhas: 7 sílabas. (Coleção Manoel Cearense, n. 4). Capa: desenho (Tio Gu). (Acervo: Museu da Imagem e do Som / MIS-CE).

SOUSA, F. Silveira. **Memórias de pessoas, costumes e fatos**. Fortaleza: Realce Editora e Indústria Gráfica, 2007.

TELLES, Augusto Carlos da Silva. **A preservação e a valorização no sentido cultural e turística do núcleo urbanos de Aracati-CE**. Rio de Janeiro, 25 out. 1974. Arquivo: Superintendência do IPHAN no Ceará. Dossiê: Processo de Tombamento / Aracati.

TELLES, Augusto Carlos da Silva. **A preservação e a valorização no sentido cultural e turística do núcleo urbanos de Icó-CE**. Rio de Janeiro, 25 out. 1974. Arquivo: Superintendência do IPHAN no Ceará. Dossiê: Processo de Tombamento / Icó.

TELLES, Augusto Carlos da Silva. **Planos regionais e definição de prioridades para o Programa Integrado de Reconstrução das cidades históricas do Nordeste**. Rio de Janeiro, 15 out. 1974. Arquivo: Superintendência do IPHAN no Ceará. Dossiê: Processo Tombamento/Aracati.

VIÇOSA DO CEARÁ (Município). **Lei nº 422, de 12 de agosto de 2004**. Altera a Lei nº 395/2002, de 11.12.2002, regulamentando o art. 15 das disposições transições da Lei Orgânica do Município de Viçosa do Ceará. Institui normas gerais de proteção a sítios históricos, conjuntos antigos, ruínas e edifícios isolados, cujas expressões arquitetônicas ou históricas tenham real significado para o patrimônio histórico da cidade de Viçosa do Ceará, bem como disciplina a preservação desses bens e dá outras providências. Viçosa do Ceará, 2004. Fonte: Prefeitura Municipal de Viçosa do Ceará. Secretaria de Turismo, Cultura e Meio Ambiente.

VIÇOSA DO CEARÁ (Município). **Lei nº 521/2008, de 22 de dezembro de 2008**. Dispõe sobre o Plano Diretor Participativo de Viçosa do Ceará e dá outras providências. Viçosa do Ceará, 2008. Fonte: Prefeitura Municipal de Viçosa do Ceará. Secretaria de Turismo, Cultura e Meio Ambiente.

VIEIRA, Antônio. Relação da Missão de Ibiapaba. In: **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza: Tomo XVIII, 1904. (p. 86-138).

VIEIRA, Washington. Reminiscências: velhas procissões. **Opinion**. 14 mar. 2012. Disponível em: <<http://iconacional.blogspot.com.br/2012/03/reminiscencias-velhas-procissoes.html>>. Acesso em: 11 ago. 2015.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- ARANTES, Antonio A. **Paisagens Paulistanas: transformações do espaço público**. Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.
- ARAGÃO, Raimundo Freitas. **Das práticas marítimas modernas à elaboração da imagem turística de Fortaleza/Ceará**. 2005. 132 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.
- BARBALHO, Alexandre Almeida; CALABRE, Lia; MIGUEZ, Paulo; ROCHA, Renata. **Cultura e Desenvolvimento: perspectivas políticas e econômicas**. Salvador: EDUFBA, 2011.
- BARBALHO, Alexandre Almeida. **Relações entre Estado e Cultura no Brasil**. A Secretaria de Cultura do Estado do Ceará (1966-78). 1997. 244f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1997.
- BARREIRA, Irllys. **Cidades Narradas: memória, representações e práticas de turismo**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.
- BECKER, Bertha. Políticas e planejamento do turismo no Brasil. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani A; CRUZ, Rita de Cássia A. da (orgs.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996. (p.181-192).
- BERNARDES, J. A; FERREIRA, F. P. M. Sociedade e Natureza. In: CUNHA, S. B; GUERRA, A. J. T. **A Questão Ambiental**. Diferentes abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BOSI, Ecléa. Memória da cidade: lembranças paulistanas. In: São Paulo (cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992. (p.145-149).
- BRANCO, Antonia Francivan Vieira Castelo. **Avaliação da perda da biodiversidade no ecossistema de Mata Atlântica em Viçosa do Ceará (CE)**. 2011. 125f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.
- CARLOS, Ana Fani A. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 2005.
- _____. O turismo e a produção do não-lugar. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani A; CRUZ, Rita de Cássia A. da (orgs.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996. (p.25-37).
- CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Coimbra, Portugal: Quarteto, 2001.

CASTRIOTA, Leonardo Barci (org.). **Paisagem Cultural e Sustentabilidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Ieds, 2009. (Arquitetura e Cidade).

CASTRO, José Liberal de Castro. **Igreja matriz de Viçosa do Ceará: arquitetura e pintura de forro**. Fortaleza. Edições IPHAN, 2001.

CEARTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. 1. Artes de fazer. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012.

_____. **A cultura no plural**. Campinas-SP: Papirus, 1995.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2002.

_____. **História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A, 1983.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

CHUVA, Márcia R. R. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 34, 2012. 147-165.

COSGROVE, Denis. A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (org.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

CRISPIM, Felipe Bueno. **Entre a Geografia e o Patrimônio: estudo das ações de preservação das paisagens paulistanas pelo CONDEPHAAT (1969-1989)**. 2014. 153 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2014.

DIÓGENES, Beatriz Helena Nogueira; PAIVA, Ricardo Alexandre. 2011. Caminhos da arquitetura moderna em Fortaleza: a contribuição do professor arquiteto José Liberal de Castro. In: **Seminário Decomomo Brasil: interdisciplinaridade e experiências em documentação e preservação do patrimônio recente**, 9., 2011, Brasília. Disponível em: <http://www.docomomo.org.br/seminario%209%20pdfs/092_M14_RM-CaminhosDaAArquiteturaModerna-ART_beatriz_diogenes.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2016

DUARTE JUNIOR, Romeu. **Sítios Históricos Brasileiros: Monumento, Documento, Empreendimento e Instrumento: o caso de Sobral/CE**. 2012. 458 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

_____. **Novas Abordagens do tombamento federal de sítios históricos – Política, Gestão e Transformação: a experiência cearense**. 2005. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

_____. Referências Culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: IPEA. **Políticas Sociais:** acompanhamento e análise. Nº 2, p. 111-120. 2001. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/referencia_2.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2016

FONTENELE, Eônio. **Viçosa do Ceará:** política e poder. Fortaleza: Encaixe, 2012.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **História, Região e Globalização.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade:** presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

JEUDY, Henry-Pierre. **Espelho das cidades.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental:** sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

MAIA, Lígio José de Oliveira. **Serras de Ibiapaba. De aldeia à vila de Índios:** Vassalagem e Identidade no Ceará colonial – Século XVIII. 2010. 409 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

MEINIG, Donald W. O olho que observa: dez versões da mesma cena. In: **Espaço e Cultura.** UFRJ, RJ. Nº 16, p. 35-46. Jul/Dez, 2003.

MENESES, Upiano T. Bezerra de. A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. In: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros.** São Paulo: USP, nº 34, 1992. 09-23.

_____. Os “usos culturais” da cultura. Contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani A; CRUZ, Rita de Cássia A. da (orgs.). **Turismo:** espaço, paisagem e cultura. São Paulo: Editora Hucitec, 1996. (p.88-99).

MOTTA, Lia. O patrimônio cultural urbano à luz do diálogo entre história e arquitetura. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** – História e Patrimônio. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 34, 2012. 249-280.

NASCIMENTO, José Clewton do. Um panorama da arquitetura tradicional do Ceará, a partir do Relatório de João José Rescala, de 1941. In: **FORUM PATRIMÔNIO.** Belo Horizonte: Vol. 5, n. 1, 2012.

_____. Intervenções Preservacionista em Icó, CE – Redenção do Sertão? In: **FORUM PATRIMÔNIO:** ambiente construído e patrimônio sustentável. Belo Horizonte, vol. 1, n. 1, set./dez., 2007. (190-202).

NASCIMENTO, Flávia Brito do; SCIFONI, Simone. O tombamento de Iguape como patrimônio nacional: novas práticas e políticas de preservação. In: UNICAMP. **PARC:**

Pesquisa em Arquitetura e Construção, Campinas, v.6, n.1, p. 26-38, jan./mar.. 2015, ISSN 1980-6809.

NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. Patrimônio Cultural e Identidades no Ceará: os trabalhos da memória e o dever da história. In: SOARES, Igor de Menezes; SILVA, Ítala Byanca Moraes da (orgs.). **Cultura, Política e Identidades: Ceará em perspectiva**. Fortaleza: IPHAN-CE, 2014.

_____. Patrimônio cultural e novas políticas de memória. In: RIOS, K. S.; FURTADO FILHO, J. E. (Orgs.). **Em tempo: história, memória, educação**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008. 319-330.

_____. **Por um inventário dos sentidos: Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário**. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2005.

OLVEIRA, Almir Leal de; BARBOSA, Ivone Cordeiro (orgs.). **Leis Provinciais: Estado e Cidadania (1835-1861)**. Compilação das Leis Provinciais do Ceará. Compilação das Leis Provinciais do Ceará compreendendo os anos de 1835 a 1861, pelo Dr. José Liberato Barroso. Fortaleza: INESP, 2009. Ed. Fac-similada.

ORIÁ, Ricardo. Fortaleza: os lugares de memória. In: SOUZA, Simone de (org.). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

PINHEIRO, Francisco José. Mundos em Confronto: povos nativos e europeus na disputa pelo território. In: SOUZA, Simone de (org.). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

_____. **Documentos para a História Colonial, especialmente a indígena no Ceará (1690-1825)**. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2011.

PUNTONI, Pedro. A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão do Nordeste do Brasil (1650-1720). São Paulo: Hucitec, 2002.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

RODRIGUES, Arlete Moysés. A produção e o consumo do espaço para o turismo e a problemática ambiental. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani A; CRUZ, Rita de Cássia A. da (orgs.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996. (p.55-62).

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: Estúdio Nobel: Fapesp, 1997.

RUBIM, Antonio A. Canelas; BARBALHO, Alexandre. (Org.). **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Edusp, 2014.

SANT'ANNA, Márcia. **A cidade-atração**: patrimônio e valorização de áreas centrais no Brasil dos anos 90. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3307>>. Acesso em: 5 mar. 2016

SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. **Fortaleza**: imagens da cidade. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2004.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. História das Paisagens. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 203-216.

SILVA, Maria Beatriz Setubal de Rezende. Preservação na gestão das cidades. In: **Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 23, ano 1996. 164-174.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de Castro; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia**: conceitos e temas. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

TAVARES, Denis Pereira. **O tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico de São João del-Rei**: negociação e conflito entre projetos de apropriação e uso do patrimônio cultural (1938-1967). 2012. 186 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

TOCCHETO, Fernanda; THIESEN, Beatriz. A memória fora de nós: a preservação do patrimônio arqueológico em áreas urbanas. In: **Revista do Patrimônio** – Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 33, 2007. 175-199.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.

VIEIRA NETO, João Paulo. **Conjunto de serrotes de Quixadá**: monumentalidade e apropriação social do patrimônio natural. 2012. 128f. Dissertação (Mestrado Profissional) – Programa de Especialização em Preservação do Patrimônio Cultural – PEP, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012.

XAVIER, Maico Oliveira. **“Cabôcullos são os brancos”**: dinâmicas das relações sócio-culturais dos índios do Termo da Vila Viçosa Real – Século XIX. Fortaleza: SECULT/CE, 2010.

ANEXO

ANEXO A - FICHA TÉCNICA

Superintendente Regional:

Romeu Duarte – Arquiteto.

Chefe da Divisão Técnica:

Olga Gomes de Paiva – Licenciada em Filosofia.

Chefe da Divisão Administrativa:

Francisca Mota Barbosa – Contadora.

Equipe Técnica:

Célia Maria Perdigão Coutinho – Arquiteta / Coordenadora do estudo.

Domingo Cruz Linheiro – Arquiteto.

Márcia Genésia de Santana – Arquiteta.

Equipe de Apoio:

Denise Grangeiro Y Martin – Técnica em Edificações.

Carla Camila Girão Albuquerque – Estagiária de Arquitetura.

Cláudio José Guimarães Saraiva – Estagiário de Arquitetura.

Francisco Alexandre Veras de Freitas – Estagiário de Arquitetura.

Colaborações:

Pesquisa Histórica – Profa. Célia Guabiraba.

Levantamentos de Imóveis – Arqt^o. Herbert Rocha.

Arqt^a. Itatiene Bahia Garcia.

Arqt^o. Maximino Barreto Frota Junior.

Levantamento Fotográfico – Fotógrafo Jacques Martins Antunes.

Fotógrafo Maurício Albano

(painéis do forro da capela-mor).

Pesquisa sobre a formação e evolução urbana de Viçosa do Ceará –

Prof. Arqt^o José Liberal de Castro.

Digitação - Maria Margarete de Moraes.

Francisco Alexandre Veras de Freitas.

Carla Camila Girão Albuquerque.

Fonte: 4ªSR/IPHAN. **Estudo para Tombamento Federal do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Viçosa do Ceará.** 2002. Fonte: Acervo Superintendência do IPHAN no Ceará.